



RELATÓRIO

ESTATÍSTICO DE 2009

Edição especial em DVD



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2009

DES. JOÃO EDUARDO SOUZA VARELLA
Presidente



APRESENTAÇÃO



PRESIDÊNCIA

Por força do Art. 90, XXIII, da Lei nº 5.624/79 (com redação dada pela LC nº 148/96) e do Art. 6º, XXIII, do Ato Regimental n. 02/89, apresentamos o relatório estatístico das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2009.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	11
PRESIDÊNCIA	19
Coordenadoria de Magistrados	21
Assessoria de Imprensa	35
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	41
Assessoria de Planejamento	49
Auditoria Interna	57
Casa Militar	63
Ouvidoria dos Servidores	69
Ouvidoria Judicial	77
1ª VICE-PRESIDÊNCIA	85
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	93
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	97
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	101
ACADEMIA JUDICIAL	177
DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA	185
Diretoria Judiciária	201
Diretoria de Documentação e Informações	239
DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA	259
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	261
Diretoria de Informática	271
Diretoria de Infraestrutura	283
Diretoria de Material e Patrimônio	291
Diretoria de Orçamento e Finanças	297
Diretoria de Recursos Humanos	323
Diretoria de Saúde	331
JUSTIÇA MILITAR	341



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES

- Des. Carlos Prudêncio
- Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça
- Des. Pedro Manoel Abreu
- Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça
- Des. João Eduardo Souza Varella
Presidente
- Des. Cláudio Barreto Dutra
- Des. Newton Trisotto
- Des. Sérgio Torres Paladino
- Des. Solon d'Eça Neves
2º Vice-Presidente
- Des. José Mazoni Ferreira
- Des. Volnei Ivo Carlin
1º Vice-Presidente
- Des. Irineu João da Silva
- Des. Luiz César Medeiros
- Des. Vanderlei Romer
- Des. Eládio Torret Rocha
- Des. Wilson Augusto do Nascimento
- Des. Nelson J. Schaefer Martins
3º Vice-Presidente
- Des. José Volpato de Souza
- Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
- Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
- Des. Fernando Carioni
- Des. José Antônio Torres Marques
- Des. Luiz Carlos Freyesleben
- Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
- Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
- Des. Marcus Túlio Sartorato
- Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu
- Des^a. Salete Silva Sommariva
- Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
- Des. Salim Schead dos Santos
- Des^a. Maria do Rocio Luz Santa Ritta
- Des. Edson Nelson Ubaldo
- Des. Cid José Goulart Júnior
- Des. Hilton Cunha Júnior
- Des. Jaime Ramos
- Des. Alexandre d'Ivanenko
- Des. Newton Janke
- Des. Lédio Rosa de Andrade
- Des. Moacyr de Moraes Lima Filho
- Des. Jorge Henrique Schaefer Martins
- Des^a. Marli Mosimann Vargas
- Des. Sérgio Izidoro Heil
- Des. José Carlos Carstens Köhler
- Des. João Henrique Blasi
- Des. Jorge Luiz de Borba
- Des. Víctor José Sebem Ferreira
- Des^a. Rejane Andersen
- Des. Joel Dias Figueira Júnior
- Des. Cláudio Valdyr Helfenstein
- Des. Rodrigo Antônio da Cunha

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa

Juiz Henry Goy Petry Júnior

Juiz Roberto Lucas Pacheco

Juiz José Inácio Schaefer

Juiz Ricardo José Roesler

Juiz Domingos Paludo

Juiz Paulo Roberto Sartorato

Juiz Robson Luz Varella

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Juiz Carlos Alberto Civinski

Juiz Luiz Fernando Boller

Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Juíza Denise Volpato

Juiz Carlos Adilson Silva

Juiz Stanley da Silva Braga

Juiz Newton Varella Júnior

Juiz Altamiro de Oliveira

Juiz Saul Steil

Juiz Gilberto Gomes de Oliveira

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. João Eduardo Souza Varella
Presidente

Des. Solon D'Eça Neves
Conselheiro

Des. Luiz César Medeiros
Conselheiro

Des. José Volpato de Souza
*Conselheiro – Presidente do Fundo de Reaparelhamento
do Judiciário*

Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz de Abreu
Conselheiro

Des. Salete Silva Sommariva
Conselheiro – Presidente do Fundo da Conta Única

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
Conselheiro

Des. Alexandre d'Ivanenko
Conselheiro

Des. Lédio Rosa de Andrade
Conselheiro

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins
Conselheiro

Des. João Henrique Blasi
Conselheiro

Juiz de Direito Paulo Ricardo Bruschi
Conselheiro

Juiz de Direito Romano José Enzweiler
Conselheiro

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. João Eduardo Souza Varella
Presidente

Des. Volnei Ivo Carlin
Primeiro Vice-Presidente

Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Solon D'Eça Neves
Segundo Vice-Presidente

Des. Irineu João da Silva

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins
Terceiro Vice-Presidente

Des. José Volpato de Souza

Des. Fernando Carioni

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
DA CONTA ÚNICA DE DEPÓSITOS**

Des. Salete Silva Sommariva
Presidente

Des. Sérgio Izidoro Heil

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch

Ari Dorvalino Schürhaus

Ricardo Lentz

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. José Volpato de Souza
Presidente

Des. Marcus Túlio Sartorato
Vice-Presidente

Ricardo Lentz
Diretora de Orçamento e Finanças

Dr. Gladys Afonso
Representante do Ministério Público

Dr. Paulo Marcondes Brincas
Representante da OAB

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Vanderlei Romer
Presidente

Juiz Ricardo José Roesler
Coordenador

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luís Felipe Canever

Juiz Márcio Schiefler Fontes

Juiz André Alexandre Hapcke

Christiano Oliveira Carioni

Ari Dorvalino Schürhaus

Giovanni Moresco

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS criado pelo Ato Regimental nº 76/2006

Des. João Eduardo Souza Varella

Des. Volnei Ivo Carlin

Des. José Trindade dos Santos

Des. Marco Aurélio Gastadi Buzzi

Des. Marcus Túlio Sartorato

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch

Juíza Maria Terezinha Mendonça de Oliveira

Juiz Romano José Enzweiler

Juiz Vitoraldi Bridi

Membros convidados:

Procurador Francisco José Fabiano
Representante do Ministério Público

Dra. Ângela Regina da Cunha Leal
Representante da OAB/SC

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DO 2º GRAU

Des. Marcus Tulio Sartorato
Presidente

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi
Coordenador

Dr. Carlos Boabaid Filho
Conciliador Honorário

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento
Conciliador Honorário

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho
Conciliador Honorário

Dr. Miguel Hermínio Daux
Conciliador Honorário

Dr. Plínio Bueno
Conciliador Honorário

Sr. Roger Bernardo Colossi
Gerente do Projeto

Sra. Francine Vieira Tolotte - *Auxiliar*

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Conselho Técnico-Científico

(Portaria nº 299/09-GP, publicada no DJ nº 648, em 20/03/2009)

Des. João Eduardo Souza Varella
Presidente do Tribunal de Justiça

Des. Volnei Ivo Carlin
1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Lédio Rosa de Andrade
Vice-Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Jaime Ramos
Vice-Diretor de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Vice-Diretor de Serviços Judiciários

Academia Judicial

(conforme Portarias nº 175/09-GP, publicada em 04/03/2009, e nº 256/09-GP, publicada em 18/03/2009)

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Diretor Executivo

Des. Lédio Rosa de Andrade
Vice-Diretor Executivo

Des. Jaime Ramos
Vice-Diretor de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Vice-Diretor de Serviços Judiciários

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Juiz Dinart Francisco Machado
Juiz-Corregedor

Juíza Soraya Nunes Lins
Juíza-Corregedora

Juiz Júlio César Machado Ferreira de Melo
Juiz-Corregedor

Juiz Osmar Mohr
Juiz-Corregedor

Juiz Volnei Celso Tomazini
Juiz-Corregedor

Riza Quaresma Butter
Secretária

PRESIDÊNCIA

DES. JOÃO EDUARDO SOUZA VARELLA

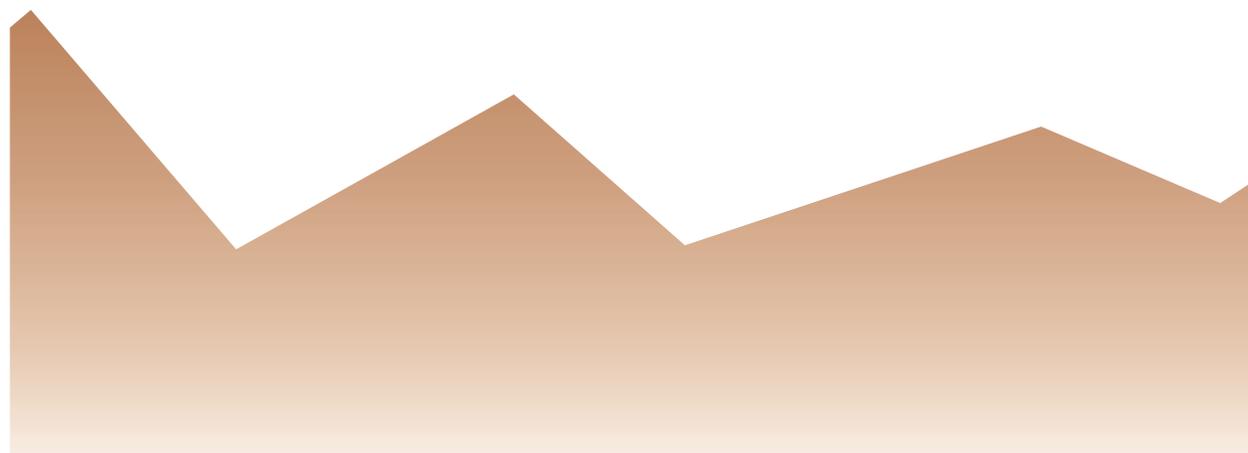
Presidente do TJSC



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

JUIZ LUIZ FELIPE SIEGERT SCHUCH

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, no ano de 2009, sofreu importantes modificações estruturais, em prol do aperfeiçoamento e da excelência dos serviços que lhe são afetos.

Diante do incremento do número de Magistrados no primeiro e segundo graus, obteve na presente gestão o reconhecimento definitivo como órgão essencial de apoio à Presidência, passando a ser disciplinada e compativelmente estruturada através da Resolução nº 22/2009-TJ, de 19.08.2009, do eg. Tribunal Pleno, em substituição a Resolução nº 03/2001-GP, de 24/01/2001. A competência da Coordenadoria também sofreu o necessário e prudente alargamento, com a inserção de novas atribuições, dentre as quais merecem registro: a) acompanhamento de todos os processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência em tramitação no Tribunal; b) supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência; c) possibilidade de receber delegação de competência para a prática de atos administrativos afetos ao Presidente do Tribunal; d) autorização para a confecção

exclusiva da folha de pagamentos dos Magistrados.

Como decorrência desse novo perfil e dando conseqüência ao escopo de racionalização e eficiência, o Tribunal aprovou a Resolução nº 23/2009-TJ, de 19.08.2009, através da qual o Presidente delegou ao Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, competência para proferir despachos finais, editar e assinar os seguintes atos: a) concessão de licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio; b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro; c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários; d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito; e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e multiplicadores de que trata a Resolução nº 3/2007-CEJUR, e antecipação de

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

1/3 (um terço) constitucional de férias; f) certidões e declarações de interesse dos magistrados; g) deliberar sobre questões administrativas relativas aos seus servidores. Merece registro, ainda, a Resolução nº 16/2009-TJ, de 20.05.2009, consagradora de importante ferramenta para a organização e disciplina das matérias analisadas pelo Tribunal Pleno. A partir de sua aprovação, a Coordenadoria passou a contar com critérios expressos e objetivos para a elaboração e votação da pauta administrativa daquele órgão, notadamente no que concerne à movimentação na carreira da Magistratura. Concomitantemente a este conjunto de medidas de ordem normativa foram associadas novas práticas administrativas, as quais permitiram um significativo incremento no volume de informações, atendimentos e manifestações da Coordenadoria de Magistrados, sendo oportuno destacar, dentre outros números: a) 21.027 ligações recebidas e 27.797 ligações efetuadas, totalizando 48.824 atendimentos via telefone; b) 7.000 correspondências eletrônicas respondidas; c) 1.979 portarias de designações, férias e licença-prêmio de Magistrados; d) 227 atos de movimentação (promoções, remoções,

permutas, opções e aposentadorias); e) 463 pareceres e despachos em processos administrativos.

Foram sedimentadas as questões relacionadas ao subsídio e aquelas relacionadas as movimentações na carreira da magistratura, sem descuidar do cumprimento das determinações e informações ao Conselho Nacional de Justiça.

A Coordenadoria ainda se fez presente como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, participando também de Comissões designadas pelo Tribunal Pleno, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e Resoluções voltados para o aperfeiçoamento do Judiciário catarinense. Enfim, dentre os processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, importante destacar aqueles relacionados diretamente aos interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

PROCESSOS

Academia Judicial/Gratificação de Instrutor	20
Abono de permanência	8
Aposentadoria	4
Auditoria Interna/Recomendações	5
Auxílio funeral	3
Auxílio moradia	3
Autorização para freqüência de curso no exterior/congresso	6
Averbação de tempo de serviço	17
Bolsa de estudos pós-graduação	12
Cancelamento de penalidade	1
Contratação de estagiários/terceirizados/outros	6
Convênio	3
Consulta	1
Cumprimento de decisão judicial	1
Designação/Substituição de juiz cooperador	0
Desconto/Suspensão Contribuição Previdenciária	0
Devolução de valores	78
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	14
Implantação de Serviços Judiciários	33
Inclusão de dependente	7
Indenização férias/licença-prêmio	12
Inspeção Correicional	1
Instalação/Criação/Competência/Elevação/Varas/Câmaras	16
Isenção do IR	7
Férias	0
Licença associação de classe	1
Licença amamentação	0
Licenças de saúde/em pessoa da família	112
Licença gala	9
Licença maternidade	7
Licença nojo	4
Licença paternidade	8
Licença prêmio	73
Pedido de Providências/Informações ao CNJ	4
Pensão Alimentícia	10
Processos associações de classe/ órgãos do Poder Judiciário/outros	43
Projeto de Resolução/Ato Regimental	9
Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível	11
Revisão Subsídio/Proventos/Gratificação/Atrasados/PAE	85
Trânsito	0
TOTAL	643

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a

alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

OUTROS:

1. Atos (promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria)	227
2. Apostila de proventos	3
3. Certidões para ativos/inativos/pensionistas	7
4. Declarações para magistrados/dependentes	45
5. Despachos e Pareceres	463
6. Estudos de aposentadoria/abono de permanência	30
7. Expedição de carteira funcional magistrados(ativos/inativos)	45
8. Informações ao IPREV	4
9. Informações via e-mail/comunicados	7000
10. Ligações telefônicas	
Recebidas	21027
Efetuadas	27797
11. Ofícios	459
12. Plantão Judicial de 2º Grau	12
13. Portarias expedidas	
Designações de magistrados	1180
Férias (marcação/suspensão/transferência)	664
Licença gala	9
Licença maternidade	7
Licença nojo	4
Licença paternidade	8
Licença-prêmio (concessão/gozo)	135
Licença de saúde própria/em pessoa da família	112

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

I – MAGISTRADOS PROMOVIDOS PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

01. Joel Dias Figueira Júnior
02. Cláudio Valdyr Helfenstein
03. Rodrigo Antônio da Cunha

II - MAGISTRADOS REMOVIDOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. Luiz Fernando Boller
2. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço
3. Denise Volpato
4. Carlos Adilson Silva
5. Stanley da Silva Braga
6. Newton Varella Júnior
7. Altamiro de Oliveira
8. Saul Steil
9. Gilberto Gomes de Oliveira

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO:

01. Vânia Petermann Ramos de Mello, para a comarca da Capital.
02. Maurício Cavalazzi Póvoas, para a Vara Criminal da comarca de Blumenau
03. Jaber Farah Filho, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
04. Marlon Jesus Soares de Souza, para a Vara Criminal, Infância e Juventude da comarca de Araranguá.
05. Denise Nadir Enke, para a Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul.
06. Luís Paulo Dal Pont Lodetti, para a 2ª Vara da comarca de Sombrio.
07. Juliano Serpa, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ipumirim.
08. André Luiz Bianchi, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Erê.
09. Christian Dalla Rosa, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Palmitos
10. Sérgio Luiz Junkes, para a 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau
11. Rubens Sérgio Salfer, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
12. Sílvio José Franco, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
13. Mônica Menine Pereira, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Campo.
14. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, para a Vara Criminal da comarca de Xanxerê.
15. André Augusto Messias Fonseca, para a 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

16. Davidson Jahn Mello, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí
17. Orlando Luiz Zanon Júnior, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São José do Cedro
18. Osmar Tomazoni, para o Juizado Especial Cível da comarca de Joinville
19. Giancarlo Bremer Nones, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Joinville
20. André Milani, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Belo do Sul
21. Paulo Marcos de Farias, para a 2ª Vara Cível da comarca de Joinville
22. Cyd Carlos da Silveira, para a 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó
23. Edson Marcos de Mendonça, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
24. Francisco Carlos Mambrini, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
25. Rafael Sandi, para a Vara Criminal da comarca de Campos Novos
26. Tanit Adrian Perozzo Daltoé, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Modelo
27. Andréa Cristina Rodrigues Studer, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
28. Humberto Goulart da Silveira, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.
29. Denise Helena Schild de Oliveira para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital
30. Jefferson Zanini, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
31. Augusto César Allet Aguiar, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Joinville
32. Janiara Maldaner Corbetta, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ponte Serrada
33. Pedro Aujor Furtado Júnior, para a 1ª Vara Cível da comarca de Criciúma
34. André Alexandre Happke, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
35. Ezequiel Rodrigo Garcia, para a 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste
36. Gustavo Emelau Marchiori, para a Vara Criminal da comarca de Campos Novos
37. Nádia Inês Schmidt, para a 1ª Vara Cível da comarca de Xanxerê
38. Gustavo Marcos de Farias, para a Vara Criminal da comarca de Caçador
39. Bernardo Augusto Ern, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Abelardo Luz
40. Murilo Leirião Consalter, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Dionísio Cerqueira
41. André Luiz Lopes de Souza, para a 2ª Vara da comarca de Mafra
42. Mônica Elias de Lucca Pasold, para a 1ª Vara Cível da comarca de Indaial
43. Cândida Ines Zoellner Brugnoli, para a Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul
44. Daniela Fernandes Dias Morelli, para a o cargo de Juiz de Direito da comarca de São José do Cedro.

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE:

01. Cláudia Inês Maestri Meyer, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
02. Karen Francis Schubert Reimer, para a 2ª Vara Cível da comarca de Brusque
03. Cláudio Barbosa Fontes Filho, para a Vara Criminal da comarca de Videira
04. Karen Guollo, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Urussanga
05. Manoel Donisete de Souza, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo
06. Marlon Negri, para o Cargo de Juiz de Direito da comarca de Herval do Oeste
07. Márcio Umberto Bragaglia, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Fraiburgo

08. Geraldo Corrêa Bastos, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
09. Antônio Augusto Baggio e Ubaldino, para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
10. Leandro Passig Mendes, para a 4ª Vara Criminal da comarca de Joinville
11. Lígia Boetger Mottola, para a 1ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte
12. Alexandra Lorenzi da Silva, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Palhoça
13. Giuliano Ziembowicz, para a 2ª Vara Cível da comarca de Tubarão
14. Brigitte Remor de Souza May, para a 1ª Vara Criminal da comarca da Capital.
15. Anna Finke Suszek, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Guaramirim
16. Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, para o cargo de 8º Juiz Especial da comarca da Capital
17. Leone Carlos Martins Júnior, para o cargo de 5º Juiz Especial da comarca da Capital
18. Raphael de Oliveira e Silva Borges, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Catanduvas
19. Marcelo Pizolati, para a 3ª Vara Cível da comarca de Lages
20. Marcelo Pons Meirelles, para a 1ª Vara Cível da comarca de Criciúma
21. Luiz Francisco Delpizzo Miranda, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
22. Quiteria Tamanine Vieira Peres, para a 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau
23. Paulo Afonso Sandri, para a 2ª Vara da comarca de Camboriú
24. Marco Aurélio Ghisi Machado, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
25. Gustavo Henrique Aracheski, para a 4ª Vara Criminal da comarca de Joinville
26. Margani de Melo, para o cargo de 5º Juiz Especial da comarca da Capital
27. Rafael Fleck Arnt, para a 3ª Vara Cível da comarca de São José
28. Mauro Ferrandin, para o Juizado Especial Cível da comarca de Joinville
29. Luiz Henrique Bonatelli, para a 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó.
30. Fabiano Antunes da Silva, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Rosa do Sul
31. Alexandre Karazawa Takaschima, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.
32. Márcia Krischke Matzembacher, para a 3ª Vara Cível da comarca de Brusque
33. Simone Faria Locks Rodrigues, para a 1ª Vara Cível da comarca de Timbó
34. Paulo Roberto Froes Toniazzo, para a Vara da Fazenda da comarca da São José
35. Marcelo Volpato de Souza, para a 2ª Vara da comarca de Porto União
36. Rafael Germer Condé, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Seara
37. Alessandra Meneghetti, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Sombrio
38. Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Palhoça
39. Miriam Regina Garcia Cavalcanti, para a Vara da Família, Órfão, Infância e Juventude da comarca de Tubarão
40. Marco Augusto Ghisi Machado, para a 2ª Vara Cível da comarca de Indaial
41. Fernando Orestes Rigoni, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Itá

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO:

01. Juliano Rafael Bogo, para a comarca de Araquari
02. Ezequiel Rodrigo Garcia , para a 2ª vara da comarca de Sombrio
03. Roberto Lepper, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
04. Gustavo Marcos de Farias, para a comarca de Meleiro
05. Marcelo Carlin, para a 1ª Vara Criminal da comarca de São José
06. Rafael Osório Cassiano, para a comarca de Garuva
07. Maria Paulo Kern, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital
08. Alexandre Moraes da Rosa, para a 4ª Vara Criminal da comarca da Capital
09. Sílvio José Franco, para a 3ª Vara Criminal a comarca de Joinville
10. Jefferson Zanini, para a vara da Família da comarca da Tubarão
11. Iolmar Alves Baltazar, para a 24ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Balneário Camboriú
12. Cintia Ranzi Arnt, para a 4ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Biguaçu.
13. Rafael Sandi, para a 1ª Vara Cível da comarca de Curitibaanos
14. Camila Coelho, para a 1ª Vara da comarca de Porto Belo
15. Décio Menna Barreto de Araújo Filho, para a Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul
16. Patrícia Nolli, para a Vara Comercial da comarca de Brusque
17. Rafael Brüning, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Porto Belo
18. Clayton Cesar Wandscheer, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Pinhalzinho
19. Caroline Bündchen Felisbino Teixeira

PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE

01. Lígia Boettger Mottola, para a 6ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Tubarão
02. Gustavo Santos Mottola, para a 1ª Vara da comarca de Braço do Norte
03. Jeferson Isidoro Mafra, para a 2ª vara da comarca de Ibirama
04. Rafael Milanese Spillere, para a comarca de Turvo
05. Maria Paula Kern, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital
06. Paulo Marcos de Farias, para a 3ª Vara Cível da comarca de Brusque
07. Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital
08. Osmar Mohr, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí
09. Iolanda Volkmann, para a comarca de Itapoá
10. Fernando Cordioli Garcia, para a 38ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Joaçaba
11. Marcelo Elias Naschenweng, para a 2ª Vara Cível da comarca de Palhoça
12. Geomir Roland Paul, para a 1ª Vara Cível da comarca de Brusque
13. Klaus Corrêa de Souza, para a 8ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Laguna

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

14. Cleusa Maria Cardoso, para o Juizado Especial Cível da comarca de Tubarão
15. Fernando de Castro Faria, para a 2ª Vara da Comarca de São Joaquim
16. Orlando Luiz Zanon Júnior, para a comarca de Presidente Getúlio
17. Gabriela Sailon de Souza Benedet, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Camboriú
18. Rodrigo Coelho Rodrigues, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Itapema

V – FORAM APRECIADOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTE MAGISTRADOS:

1. Davidson Jahn Mello, do cargo de 1º Juiz Especial para a 3ª Vara da Família da comarca de Joinville
2. Débora Driwin Rieger Zanini, da Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá
3. Luiz César Schweitzer, da 1ª Vara Criminal para a Vara do Tribunal do Juri da comarca da Capital
4. Nelson Maia Peixoto, do Juizado Especial Cível para a Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital
5. Hélio David Vieira Figueira dos Santos, do cargo de 8º Juiz Especial para a Vara de Direito Bancário da comarca da Capital
6. Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, da 1ª Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de São José
7. Ezequiel Rodrigo Garcia, da 2ª Vara a 1ª Vara da comarca de Sombrio
8. Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli, 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de Braço do Norte
9. Denise Helena Schild de Oliveira, da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça
10. Gerson Cherem II, do cargo de 1º Juiz Especial para o Juizado Especial Cível da comarca da Capital
11. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, do cargo de 5º Juiz Especial para a 2ª Vara Cível da comarca da Capital
12. Renato Luiz Carvalho Roberge, da 1ª Vara Criminal para a 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville
13. Gustavo Santos Mottola, da 1ª Vara Cível para a 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte
14. Samir Oseas Saad, da Vara da Família do Foro do Continente para o Juizado Especial Criminal da comarca da Capital
15. Vilson Fontana, da 1ª Vara Cível para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca da Capital
16. Alexandre Moraes da Roda, da Vara da Infância e Juventude para a 1ª Vara Criminal da comarca de Joinville
17. Sérgio Luiz Junkes, da 2ª Vara Cível para a Vara da Infância e Juventude da comarca de Joinville

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

18. Luiz Henrique Martins Portelinha, da 4ª Vara Cível da Capital para a Vara da Família do Foro do Continente da mesma Comarca
19. Haidée Denise Grin, do cargo de 7º Juiz Especial para a 1ª Vara Cível da Comarca da Capital
20. Mauro Ferrandin, da 3ª Vara Cível para o cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque
21. Stanley da Silva Braga, da Câmara Especial Regional de Chapecó para a Comarca da Capital, com lotação do Tribunal de Justiça
22. Newton Varella Júnior, da Câmara Especial Regional de Chapecó para a Comarca da Capital, com lotação do Tribunal de Justiça
23. Roberto Lepper, da 3ª Vara Criminal para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
24. Maria Teresa Visalli da Costa Silva, do cargo de 2º Juiz Especial para a 4ª Vara Cível da comarca da Capital
25. Osmar Mohr, do cargo de 3º Juiz Especial para a 5ª Vara Cível da comarca da Capital
26. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, do Juizado Especial Cível para a 2ª Vara da Família da comarca de Joinville
27. Júlio César Machado Ferreira de Mello, da Vara de Execuções Penais para cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital
28. Maria Paula Kern, do cargo de 7º Juiz Especial para a 5ª Vara Cível da comarca da Capital
29. Leone Carlos Martins Júnior, do cargo de 5º Juiz Especial para a Vara de Execuções Penais da comarca da Capital
30. Laudenir Fernando Petroncini, da 1ª Vara Cível p/ a 2ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste
31. Fernando Speck de Souza, da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível de Caçador
32. Ricardo Rafael dos Santos, da 1ª Vara Cível para a 2ª Vara Cível de São Francisco do Sul
33. Denise Nadir Enke, da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível de São Francisco do Sul
34. Alexandra Lorenzi da Silva, da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara Criminal de Palhoça
35. Karen Francis Schubert Reimer, da 2ª Vara Cível para o cargo de Juiz Especial de Brusque
36. Fernando Vieira Luiz, da 1ª Vara Cível para a 2ª Vara Cível da comarca de Videira
37. Fernando de Castro Faria, da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível de Canoinhas
38. Camila Coelho, da 1ª Vara para a 2ª Vara da comarca de Porto Belo
39. Paulo Afonso Sandri, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Camboriú
40. Altamiro de Oliveira, da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça
41. Jefferson Isidoro Mafra, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Ibirama
42. José Carlos Bernardes dos Santos, da Vara da Infância e Juventude para a 2ª Vara Cível da comarca de Itajaí

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

VI – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram nomeados e empossados 11 (onze) novos Juízes Substitutos.

VII- DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas 36 (trinta e seis) indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara

VIII – APOSENTADORIA

Foram apreciadas e deferidas as aposentadorias dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Alcides dos Santos Aguiar, Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho e Antônio Fernando do Amaral e Silva.

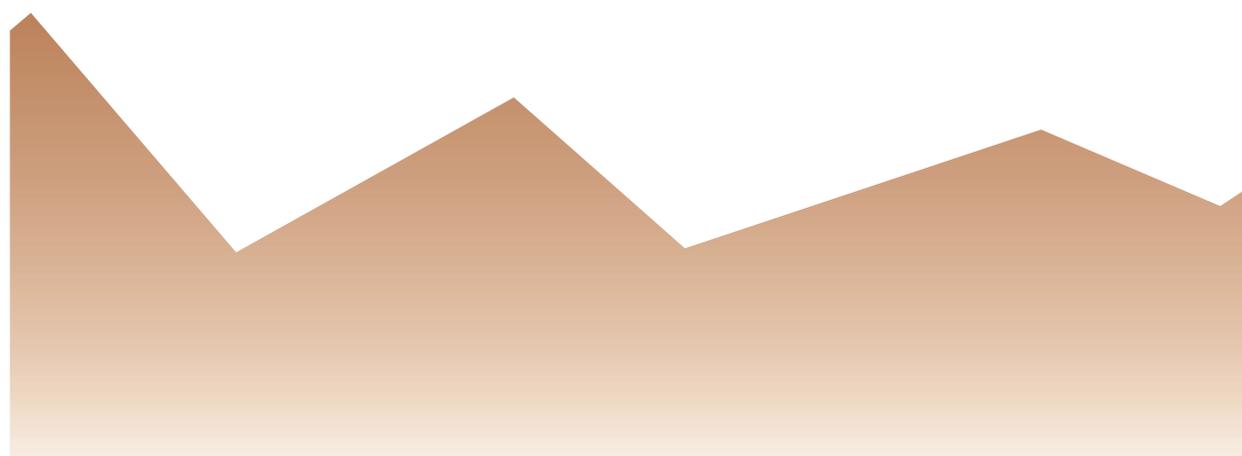
IX - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
2. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador
3. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
4. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito
5. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista
6. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Jurista
7. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Jurista
8. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador
9. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito

ASSESSORIA DE IMPRENSA

ÂNGELO MEDEIROS

Jornalista Responsável



ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2009, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 1.905 informes oficiais, assim divididos: 903 releases (matérias jornalísticas) e 1.002 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Neste ano, em média, registrou-se 7,62 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a terceira maior já registrada desde o início da coleta deste dado estatístico junto ao setor, em 1998. Credita-se tal resultado ao esforço da equipe em desenvolver um trabalho sério e comprometido. Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes

da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º graus, para publicação em jornais estaduais. A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”. Tivemos também, ao longo do ano, a manutenção do boletim eletrônico Veredicto, com 24 edições lançadas durante o período. Após reformulação em seu eixo editorial, passou a destacar também as pessoas que integram o Judiciário, responsáveis com seu trabalho cotidiano – e muitas vezes anônimo – pelo sucesso da instituição. Magistrados e servidores, na condição de personagens da história, passaram a contar o passado, o presente e o futuro do Judiciário catarinense.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Todas as edições são também disponibilizadas na página do TJ na Intranet/Internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na assessoria de imprensa, a partir de projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2009, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo quarto ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de canal a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, onde veiculou 48 programas inéditos e mais 94 reprises, num total de 4.230 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado semanalmente pelas retransmissoras da Rede Bandeirantes (TVBV) em todo o território catarinense, com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Firenze Produções – contratada através do devido processo licitatório. Foram retransmitidas 48 edições neste período, num total de 1.440 minutos de programação. O Justiça Legal, em continuação a convênio firmado com a Câmara de Vereadores ainda em 2006, também manteve espaço na grade de programação da TV Câmara da Capital. Foram veiculados 48 programas inéditos e 96 reprises, num total de 4.320 minutos de exibição em canal a cabo. Desde agosto deste ano, aliás, novo convênio fez com que nosso programa ganhasse também

espaço na grade da TV Câmara de São José. Foram mais 19 programas inéditos e 38 reprises, num total de 1.710 minutos. Na soma dos tempos exibidos nas quatro emissoras – um canal aberto e três a cabo – o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 11.700 minutos ao longo deste ano. Este é o segundo maior tempo de exibição anual do Justiça Legal desde que surgiu, em 2001, e representa um acréscimo de 66% sobre o mesmo espaço ocupado em 2008. Ainda neste meio, a Assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio a Rádio Justiça, com a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses para veiculação não só naquela emissora como também para aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Em conjunto com este importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB-SC, etc) na Capital e no interior do Estado; produção de material diferenciado para publicação dominical em página de jornal diário; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º graus) e servidores (notadamente diretores) na divulgação de

ASSESSORIA DE IMPRENSA

realizações e projetos localizados.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder

Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO

2007 1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases. Média produção/dia útil(*) = **7,80**

2008 2.066 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases. Média produção/dia útil(*) = **8,26**

2009 1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases. Média produção/dia útil(*) = **7,62**

(*) 250 dias/ano

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2007

Licitação – modalidade carta convite
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara

**Número de Programas: 416
(208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de Exposição: 12.480 min.**

2009

Licitação – modalidade Pregão.
Programa Semanal de 30 minutos.
Veiculação em canal aberto e a cabo.
Contrato com TVBV, TV Justiça, TV Câmara
Florianópolis e TV Câmara São José.

**Número de programas: 391
(163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de Exposição: 11.700 min.**

2008

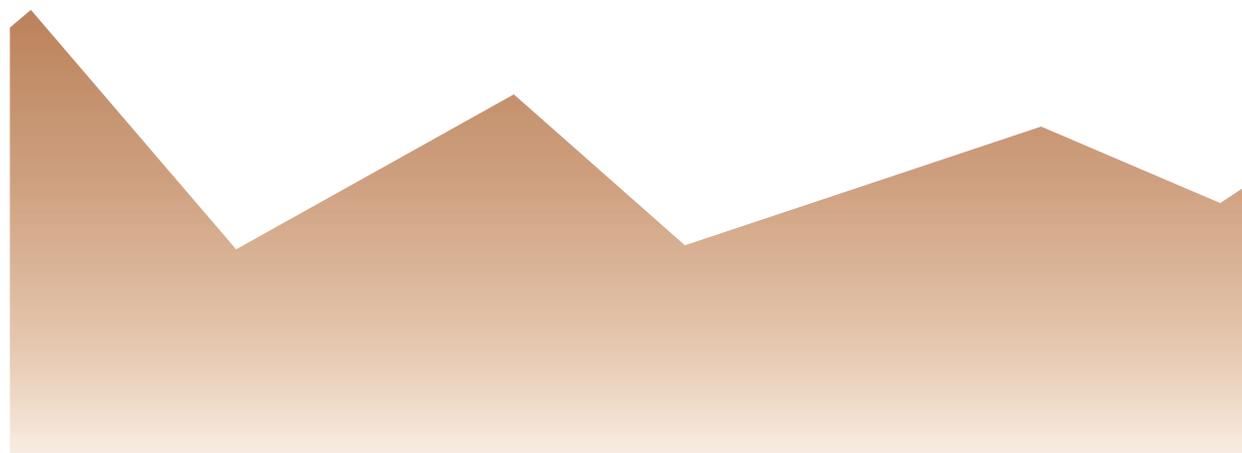
Licitação - modalidade Pregão
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara

**Número de programas: 328
(148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de Exposição: 6.660 min.**

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

ROMILDA ROCHA

Assessora de Relações Públicas



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, vinculada ao Gabinete da Presidência, integra o Núcleo de Comunicação Institucional e está regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP. Tem em sua competência a preparação, supervisão, e coordenação dos eventos para público interno e externo; coordenação do Cerimonial; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou

seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios; Lançamento de Livros de Magistrados; Almoços e Jantares Oficiais; Inaugurações de Fóruns, Casas da Cidadania, e Instalações de novas Varas; Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Transmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça.

Ao longo de 2009, a equipe da Assessoria de Relações Públicas sofreu alterações no seu contingente, e tem, atualmente, a seguinte estrutura:

Daniela Martins (digitadora), Gianka Teixeira (digitadora), Guilherme Corbetta (assessor), Mônica Jacinto (assessora) e Romilda Rocha (coordenadora).

A seguir, serão arrolados os eventos realizados pela Assessoria, ao longo de 2009:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Lages**
16 de janeiro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Videira**
29 de janeiro
- ▶ **Inauguração do Fórum Municipal - Casa da Cidadania de Rio das Antas, Comarca de Caçador**
30 de janeiro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Itajaí**
2 de fevereiro
- ▶ **Inauguração do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Piratuba, Comarca de Capinzal**
5 de fevereiro
- ▶ **Instalação da Câmara Especial Regional da Comarca de Chapecó**
5 de fevereiro
- ▶ **Inauguração do Fórum de São Domingos**
6 de fevereiro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Xanxerê**
6 de fevereiro
- ▶ **Instalação da Comarca de Meleiro**
9 de fevereiro



Instalação da Vara Criminal da Comarca de Videira

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Braço do Norte**
9 de fevereiro
- ▶ **Instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palhoça**
10 de fevereiro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de São José**
10 de fevereiro
- ▶ **Instalação da Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital**
11 de fevereiro
- ▶ **Transmissão de cargo aos novos dirigentes – Biênio 2009-2010**
13 de fevereiro
- ▶ **Posse Desembargador Joel Dias Figueira Júnior**
6 de março
- ▶ **Posse Desembargador Claudio Valdyr Helfenstein**
3 de abril
- ▶ **Instalação dos Postos de Atendimento de Conciliação com a presença do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal**
8 de Junho



Instalação da Câmara Especial Regional da Comarca de Chapecó



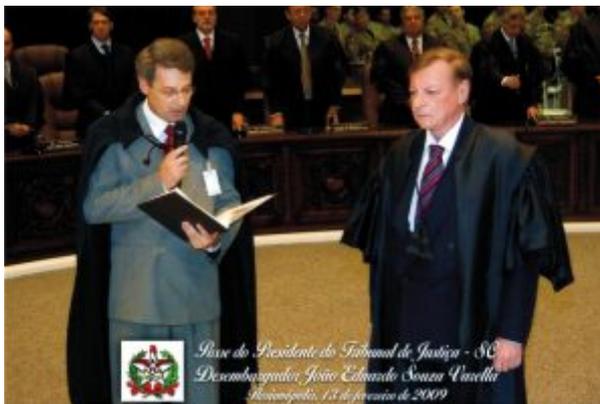
Inauguração do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Rio das Antas, Comarca de Caçador



Instalação da Comarca de Meleiro

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▮ **Sessão Solene de Posse dos Juízes Substitutos**
1º de julho
- ▮ **Dia de Santa Catarina - hasteamento da bandeira na Praça Tancredo Neves**
11 de agosto
- ▮ **Instalação do Fórum - Municipal – Casa da Cidadania de Penha, Comarca de Piçarras**
14 de agosto
- ▮ **Instalação do Fórum - Municipal – Casa da Cidadania de Luís Alves, Comarca de Navegantes**
14 de agosto
- ▮ **Instalação dos Serviços do Posto de Atendimento e Conciliação da Comarca de Taió**
1º de setembro
- ▮ **Cerimonial de abertura do I FEMEPE – Fórum Estadual de Magistrados Execução Penal**
3 de setembro
- ▮ **Aniversário 118 anos Tribunal de Justiça**
1º outubro
- ▮ **Semana do Servidor - Homenagem aos aposentados**
14 de outubro



Transmissão de cargo aos novos dirigentes – Biênio 2009-2010



Sessão Solene de Posse dos Juízes Substitutos



Posse Desembargador Claudio Valdyr Helfenstein



Aniversário 118 anos Tribunal de Justiça

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

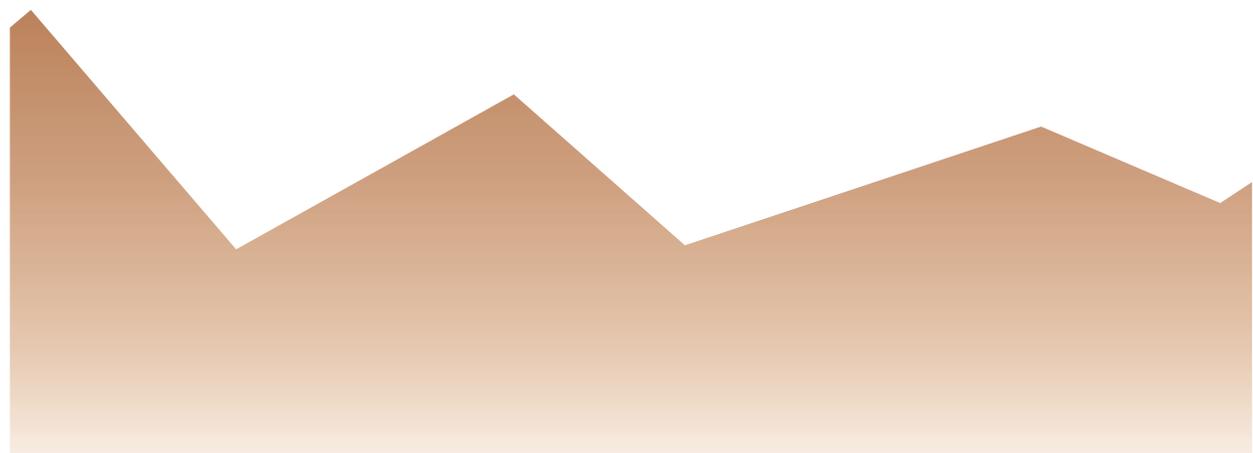
- ▶ **Posse Desembargador Rodrigo Antônio da Cunha**
16 de outubro
- ▶ **Solenidade de entrega da Reforma Global do Fórum de Capinzal**
20 de outubro
- ▶ **Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Passo de Torres, Comarca de Santa Rosa do Sul**
3 de novembro
- ▶ **Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Água Doce;**
Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Treze Tílias;
- ▶ **Instalação da Unidade Judiciária Avançada na UNOESC Comarca de Joaçaba**
8 de dezembro
- ▶ **Solenidade de entrega da Reforma Global do Fórum de Içara**
10 de dezembro
- ▶ **Entrega de premiação aos vencedores da Mostra de Talentos**
14 de dezembro
- ▶ **Instalação da 2ª Vara da Comarca de Navegantes**
15 de dezembro



Instalação dos Postos de Atendimento de Conciliação com a presença do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

ALEXANDRE DOS ANJOS
Coordenador



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard (BSC)

Em 2009, por meio da Resolução nº 23/2009-GP, o Poder Judiciário de Santa Catarina instituiu o cronograma anual de planejamento. O dispositivo visa a organizar a sequência das atividades estratégicas que demandam a participação de todo o corpo diretivo, quais sejam: coleta dos indicadores; análise dos resultados e definição de metas; priorização de oportunidades de melhoria; acompanhamento e ajustes no orçamento; elaboração das leis orçamentárias; autoavaliação da gestão; compilação do relatório estatístico; avaliações do Programa 5 S; e coleta e encaminhamento dos dados do Justiça em Números.

O ano de 2009 também representa um marco importante na trajetória do Planejamento Estratégico, visto que o PJSC realizou seu alinhamento com o Planejamento Estratégico

do Judiciário Nacional.

Este último foi instituído pela Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e é resultado de uma série de reuniões nacionais e regionais com a participação de todos os segmentos de Justiça.

A referida resolução instituiu, ainda, as 10 Metas Nacionais de Nivelamento, dentre as quais se destaca a primeira: *“Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial”*.

Diante disso, a Assessoria de Planejamento participou e promoveu uma série de eventos e atividades, das quais participaram o corpo diretivo e representantes de todas as áreas deste Poder, conforme segue:

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

3 a 5/06/09: Encontro de Assessores de Gestão Estratégica em Brasília: para capacitação e orientação sobre o alinhamento estratégico.

1º/10/09: Palestra “Gerenciando sua Organização como uma Orquestra”: para comemorar o 118º aniversário do PJSC e marcar o início dos trabalhos de revisão e alinhamento do planejamento, a Assessoria de Planejamento, em parceria com a Assessoria de Relações Públicas promoveu a palestra ministrada pelo Professor e Maestro Raul Marinuzzi.



“Gerenciando sua Organização como uma Orquestra”



“Gerenciando sua Organização como uma Orquestra”

2/10/09: Revisão do Planejamento Estratégico

Estratégico: análise das definições estratégicas elaboradas em 2000 e das definições nacionais. Elaboração da nova Missão, Visão e Atributos de Valor do PJSC.



Workshop de Revisão do Planejamento Estratégico

16/10/09: Alinhamento do Mapa Estratégico

Estratégico: adequação do Mapa Estratégico elaborado em 2006 ao Mapa Estratégico do Poder Judiciário Nacional. Ou seja, os objetivos estratégicos do PJSC passaram a manter uma correlação com os nacionais, a fim de garantir o alinhamento. Nesta data, também foram definidos os novos indicadores estratégicos.



Workshop de Alinhamento do Mapa Estratégico

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



Workshop de Alinhamento do Mapa Estratégico

Set-out/09: Contratação de consultoria: o CNJ, por meio de licitação, contratou a Fundação Getulio Vargas (FGV) para prestar consultoria sobre Planejamento Estratégico e BSC em todos os tribunais do País. Não houve ônus para o PJSC.

22/10/09: Reunião do Comitê Gestor Nacional de Planejamento e Gestão Estratégica do Poder

Judiciário: um representante da Asplan esteve em Brasília para participar da reunião sobre os indicadores do Poder Judiciário Nacional e receber orientação sobre a consultoria da FGV.

3 a 5/11/09: Reuniões com os pequenos grupos: compilação e conclusão do material elaborado em 16/10/09.

10/11/09: validação de todo o material produzido com o grande grupo.

9 a 13/11/09: Primeira fase da consultoria: o CNJ e a FGV promoveram uma capacitação dos Assessores de Gestão Estratégica, para prepará-los para a consultoria.

16, 17, 18, 23 e 24/11/09: Consultoria: um professor da FGV esteve na Assessoria de Planejamento para auxiliar nos trabalhos. Tendo em vista que este Tribunal já estava com a metodologia bastante adiantada, o consultor validou o trabalho já realizado e auxiliou na conclusão do documento final.

02/12/09: aprovação da Resolução nº 23/2009 pelo Tribunal Pleno, cumprindo, assim, a Meta 1 do CNJ.



Mapa Estratégico do PJSC

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

2. Programa 5S

O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas no trabalho, promover organização, limpeza e disciplina, tornar o ambiente agradável, seguro e produtivo, e melhorar as atitudes das pessoas diante das suas tarefas.

Em 2009, a Academia Judicial viabilizou a capacitação de 21 turmas no Tribunal de Justiça, o que totalizou 321 colaboradores treinados na metodologia. Atualmente, todas as áreas administrativas do Tribunal de Justiça e



Des. Luiz César Medeiros realiza entrega das avaliações do 1º semestre de 2009



Comarca de São Bento do Sul

29 gabinetes já praticam os conceitos do Programa 5 S.

Para garantir a perpetuação do Programa, foram realizadas duas avaliações semestrais. A primeira foi realizada nos dias 9, 10, 16 e 17 de junho e contou com a atuação de 22 avaliadores em 50 unidades. A avaliação do segundo semestre trouxe uma inovação: não houve agendamento de data e horário, apenas foi divulgada a semana em que, a qualquer momento, os avaliadores visitariam os setores. Na ocasião, 19 avaliadores visitaram 50 unidades.

Além disso, por meio de uma parceria entre a Assessoria de Planejamento e o Programa de Implantação de Novos Serviços, deu-se início à implantação do Programa na Justiça de primeiro grau. A primeira comarca a receber o curso foi São Bento do Sul que, na realidade, já havia implantado o Programa com o auxílio do Senai. Na sequência, foram capacitados colaboradores das comarcas de Capinzal, Rio Negrinho, Maravilha e Norte da Ilha.



Comarca de Maravilha

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

3. Conselho Nacional de Justiça

De novembro de 2007 a junho de 2009, um representante da Assessoria de Planejamento deste Tribunal participou de um grupo de estudos, junto ao Conselho Nacional de Justiça, que tinha por objetivo a atualização da Resolução nº 15/2006, dando origem à Resolução nº 76/2009-CNJ.

Participou, ainda, da parametrização com tabelas de classes processuais, e foi convidado a apresentar os resultados do trabalho no II Seminário Justiça em Números, realizado em 2-6-2009, em Brasília.

Além disso, esta Assessoria é responsável por encaminhar, semestralmente, ao CNJ, os dados do Justiça em Números (Resolução n. 76/2009) que tratam de:

- **orçamento e finanças;**
- **quadro de pessoal;**
- **parque de informática (software e hardware);**
- **área (espaço físico dos imóveis);**
- **informações processuais;**
- **mecanismos de acesso à justiça.**

4. Orçamento de 2009

A Assessoria de Planejamento, juntamente com a Diretoria de Orçamento e Finanças, coordenou reuniões realizadas em março, junho e setembro com o objetivo de avaliar os

gastos dos projetos/atividades de cada unidade, possibilitando uma melhor gestão da execução orçamentária.



Reunião de realinhamento do Orçamento (março/2009)

5. Proposta orçamentária para 2010

Já a proposta orçamentária para o exercício de 2010, que compreende a estimativa das receitas e a fixação das despesas, foi elaborada observando as prioridades e metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e realizada em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, contando com a efetiva participação das diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

6. Cenários

Em 2009, a Assessoria de Planejamento viabilizou a contratação de professores pesquisadores dos departamentos de Estatística e de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para efetuar uma análise da influência das variáveis socioeconômicas sobre o crescimento da demanda judicial.

O estudo teve sua primeira edição em 2007, quando projetou as demandas judiciais até 2016. Neste segundo ciclo, o estudo consiste em: ajustar as equações estatísticas a partir da comparação entre o previsto e o realizado em 2007 e 2008; analisar o movimento forense e o comportamento das variáveis socioeconômicas da última década; projetar as demandas judiciais até 2018 para as Justiças de primeiro e segundo graus; e apresentar as previsões por comarca e por classe processual.

O objetivo do projeto é conhecer a tendência de crescimento das demandas e identificar quais comarcas e classes processuais

necessitarão de mais investimentos, permitindo ao Judiciário preparar-se para o futuro.

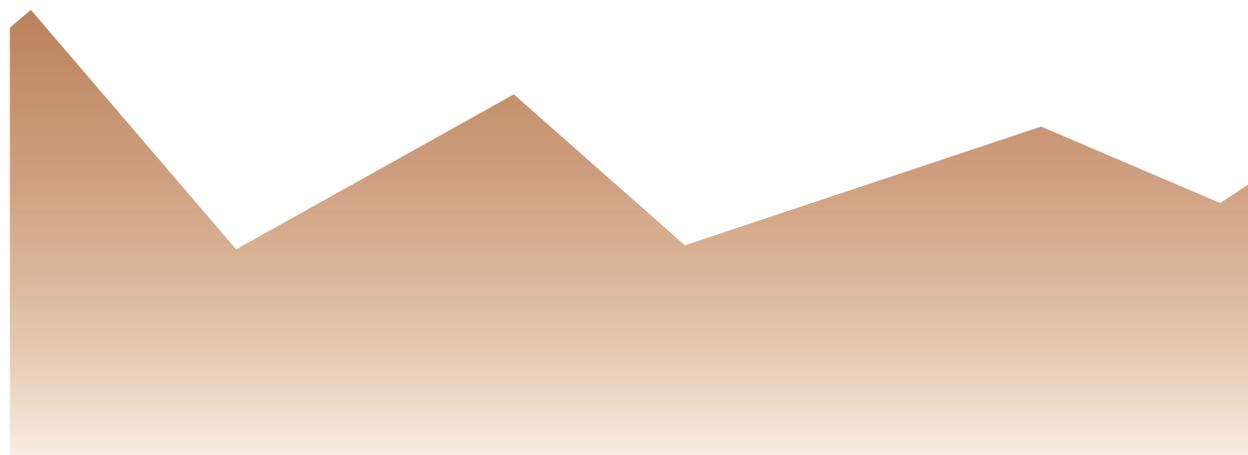
A realização de um estudo dessa magnitude se fez necessária porque as grandes decisões de investimentos do Poder Judiciário – principalmente no que tange à instalação de novas comarcas, novas varas, construções e ampliação do quadro de pessoal – geralmente se pautavam tão somente pela análise do movimento forense pretérito. Essa análise demonstra claramente a tendência das demandas judiciais.

No entanto, é necessário conhecer, também, quais são os fatores que impulsionam esse crescimento – como o aumento da população ou do poder aquisitivo, por exemplo – para que o Judiciário possa preparar-se e agir para atender adequadamente às novas demandas. Igualmente importante, ainda, é identificar para quais comarcas os investimentos de ampliação devem ser direcionados.

AUDITORIA INTERNA

MARIA MADALENA STEINBACH

Coordenadora



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2009, dentre outros trabalhos:

- **276** relatórios, com pareceres de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações;
- **363** pareceres em processos administrativos;
- **35** informações envolvendo assuntos de controles diretos e indiretos.

Os trabalhos de auditoria, voltados aos procedimentos de verificação das despesas, aos de geração de receitas, aos de análise de procedimentos e aperfeiçoamento dos controles internos, foram divididos nas seguintes áreas:

1. Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadorias de servidores;
- Processos de aposentadorias de magistrados;
- Processos de nomeação e exoneração de servidores;
- Concessão de Banco de Horas;
- Relatórios mensais de acompanhamento do crescimento vegetativo da folha de pagamento;
- Elaboração dos cálculos da repercussão financeira do Projeto de Lei nº 066/08;

- Informações mensais sobre os valores inseridos na GFIP;
- Estudos para definir procedimentos de nomeação e exoneração de cargos exclusivamente comissionados – Resolução nº 04/09-TJ;
- Orientação sobre o cumprimento da IN nº 07/08-TCE.

2. Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade;
- Avaliação dos Termos Aditivos de contratos;
- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Definição da cobrança de multa por atraso em parcelas nos contratos de obras.

3. Auditoria de Obras

- Estudo com o objetivo de definir a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, a ser aplicada sobre os custos orçados para a obtenção do preço básico das obras licitadas pelo Tribunal de Justiça;
- Auditoria de acompanhamento na execução da obra do Fórum de Palhoça.

AUDITORIA INTERNA

4. Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e balanços anuais;
- Elaboração dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração dos relatórios bimestrais de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Consolidação dos recolhimentos do Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ;
- Auditoria nas aplicações financeiras do TJ e do FRJ;
- Regularização contábil de obras em andamento e edifícios (desde 1998), em função do recebimento provisório;
- Análise nas Prestações de contas de recursos antecipados;
- Continuidade nos procedimentos de regularização e cancelamento dos CNPJ's dos cartórios Judiciais, junto à Receita Federal do Brasil;
- Auditoria no Sistema Financeiro da Conta Única - 2ª etapa (procedimentos);
- Acompanhamento da Regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governo Estadual e Municipal e Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional - SISTN;

- Regularização das diferenças da GFIP (informação) e GPS (pagamento);
- Orientação sobre retenção de INSS e ISS.

5. Auditoria de Sistemas e Bens de Informática

- Auditoria no Sistema Financeiro da Conta Única – 1ª parte (sistema);
- Auditoria no Sistema SAJ/PG – Rol de processos distribuídos, com pagamento de custas em aberto;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência, ajuste de relatórios, importação de arquivos e transmissão de dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado.

6. Auditoria Judicial

- Auditoria Judicial na Unidade da Fazenda Pública – Tubarão;
- Auditoria nos cartórios judiciais das Comarcas da Capital, São José, Palhoça, Joinville, Blumenau, Balneário Camboriú, Itajaí, Lages, Xanxerê, Chapecó e Concórdia, a fim de detectar a evasão de receitas;
- Auditorias especiais, solicitadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;

AUDITORIA INTERNA

- Elaboração de relatórios das auditorias realizadas;
- Apresentação de sugestão, com justificativa, para corrigir monetariamente valores constantes das Res. 04/08-CM, 05/05-CM, 09/08-CM e da Lei Estadual nº 7.541/88;
- Recomendação para inclusão de valores nas custas iniciais e consequente criação de rubrica no grupo 1;
- Elaboração do Registro Anual de Informações Sociais - RAIS dos Cartórios Judiciais, cujos CNPJ's ainda não foram baixados.
- Elaboração de Relatórios das auditorias realizadas;
- Ofícios de Notificações;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise de processos referente a quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitação proveniente de auditorias realizadas durante esse exercício e, também de exercícios anteriores;
- Fiscalização nas cobranças de valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, conforme demonstrativo anexo.

7. Aperfeiçoamento de Controles

- Reavaliação da Resolução nº 08/09-GP, alterada pela 13/09-GP, a qual define critérios para a aquisição direta, com o objetivo de evitar o fracionamento de despesas;
- Regularização dos créditos de pagamentos pendentes no Banco do Brasil;
- Reuniões para elaboração de regulamentação quanto a definição do Gestor e do Fiscal de Contratos e Convênios.

8. Auditoria Extrajudicial – FRJ

- Auditoria - Selo de fiscalização;
- Auditoria nos Recolhimentos e destinação dos valores ref. habilitação de casamento;

AUDITORIA INTERNA

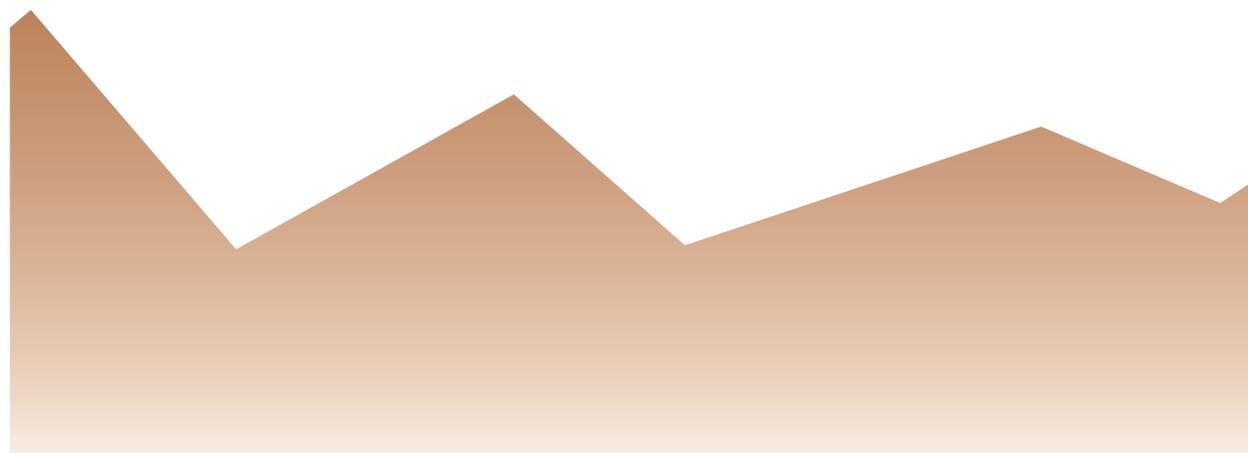
DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS REALIZADAS, POR COMARCA, EM 2009

COMARCA	PERÍODO DA AUDITORIA	VALOR NOTIFICADO
LAGES	11 a 23/01	127.692,20
CORREIA PINTO	11 a 23/01	72.222,16
BRAÇO DO NORTE	02 a 13/02	46.733,22
IÇARA	02 a 13/02	0,00
ORLEANS	02 a 13/02	39.340,87
SÃO MIGUEL DO OESTE	01 a 14/03	20.340,03
DESCANSO	02 a 14/03	9.875,75
MONDAÍ	02 a 14/03	55.796,26
ARAQUARI	22/03 a 3/04	39.035,01
SÃO FRANCISCO DO SUL	22/03 a 3/04	23.084,79
BARRA VELHA	22/03 a 3/04	21.468,16
TAIÓ	12 a 24/04	75.802,14
RIO DO CAMPO	12 a 24/04	3.752,31
RIO DO OESTE	12 a 24/04	1.991,15
POMERODE	12 a 24/04	4.339,49
CAMPOS NOVOS	04 a 08/05	42.241,90
ANITA GARIBALDI	11 a 15/05	12.727,14
CAMPO BELO DO SUL	11 a 15/05	14.786,38
CAÇADOR	24/05 a 05/06	29.995,46
TANGARÁ	24/05 a 05/06	21.401,92
OTACÍLIO COSTA	24/05 a 05/06	20.242,88
JOAÇABA	14 a 26/06	81.114,67
HERVAL D'OESTE	14 a 26/06	22.549,80
TUBARÃO	06 a 17/07	26.169,47
IMARUÍ	06 a 17/07	8.087,66
IMBITUBA	06 a 17/07	3.940,75
ITAJAÍ	27/07 a 07/08 e 26 e 27/11/09	136.354,47
NAVEGANTES	27/07 a 07/08	20.472,08
ITUPORANGA	17 a 28/08	25.445,42
TROMBUDO CENTRAL	17 a 28/08	62.832,82
MAFRA	14 a 18/09	10.390,73
ITAIÓPOLIS	14 a 18/09	22.109,52
XANXERÊ	28/09 a 02/10	32.474,71
CUNHA PORÃ	28/09 a 02/10	8.958,28
MARAVILHA	28/09 a 02/10	0,00
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	19 a 30/10	29.450,51
PORTO BELO	19 a 30/10	241.093,77
PORTO UNIÃO	16 a 18/11	27.438,53
BALNEÁRIO PIÇARRAS	18 a 20/11, 9 a 11/12 e 14/12	92.354,20
JOINVILLE	23 a 26/11	12.224,40
TOTAL		1.546.331,01

■ **CASA MILITAR**

■ TENENTE CORONEL JAMES AMARAL

Chefe



CASA MILITAR

Em bora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete, atuando de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores de Fóruns. As atividades desenvolvidas são relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender à comunidade judiciária especialmente os magistrados e os funcionários.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis:

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Infância e Juventude
- Fórum do Continente (Estreito)
- Almoxarifado e Gráfica

2. Guarda permanente nos Fóruns de:

- Canoinhas
- Lages
- Joaçaba
- Tubarão
- São José

3. Guarda durante horário de expediente em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do estado, área especialmente carentes de policiais militares do corpo ativo. Hoje trinta Fóruns contam com este serviço sendo que a tendência é de aumento deste número.

Ainda há 64 policiais militares do corpo ativo durante o horário de funcionamento da unidade, prestando segurança pessoal e patrimonial, especialmente aos magistrados.

4. Projeto de Monitoramento e alarme em todas as comarcas do Estado

Este ano foi realizado a execução do projeto de Consultoria. O objetivo deste é proporcionar ao setor de engenharia do TJSC e a Casa Militar, o conhecimento das condições estruturais de todos os Fóruns em relação ao sistema de segurança, especialmente quando aos alarmes existentes.

Após este levantamento, em 2010, será colocado em prática o monitoramento geral de 30% das Unidades Judiciárias de modo padronizado.

CASA MILITAR

5. Instrução específica de Armamento e Tiro aos Magistrados

Conforme a Lei do Desarmamento, a Casa Militar do Tribunal de Justiça realizou no ano de 2009 os “testes de tiro” para aquisição de arma de fogo e renovação do Registro de Arma de Fogo, item este exigido pela legislação.

O teste baseia-se em informações primordiais quanto a arma do Magistrado: como portar, atirar, guardar, carregar, descarregar e manutenção em primeiro escalão.

Na oportunidade é realizado teste de armas curtas como revólveres e pistolas e armas longas como rifles, carabinas e espingardas. Além da instrução específica ministrada, a Casa Militar orienta os Magistrados na aquisição de armas, documentação e tramitação; além de propiciar conhecimento técnico quanto a arma ideal conforme as características pessoais do adquirente.

6. Gerenciamento e Recolhimento de armas dos fóruns.

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado, é uma das atividades imprescindíveis à segurança dos Fóruns do interior.

Além do armamento recolhido, há também o

envio de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora a granel.

A atuação da Casa Militar neste evento é primordial pois além das orientações específicas referentes as armas em geral, há a ligação entre os Diretores de Fórum /Secretárias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades.

Além destas tratativas, há a condução das armas com segurança armada da Casa Militar. Neste ano de 2009 foram recolhidas armas de 40 Fóruns no Estado conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 11 mil armas.

► TOTAL DE ARMAS RECOLHIDAS

Revólver	1.876
Pistola	297
Espingarda	684
Garrucha	213
Carabina	46
Rifle	38
TOTAL	3.154

CASA MILITAR

7. Acompanhamento e Orientação na elaboração dos Projetos de Segurança

A Casa Militar acompanha e executa, através de técnicos especializados, a elaboração de Projetos de CFTV do Anexo do Fórum da Capital e do Complexo Almoxarifado e Gráfica do TJSC, assim como a instalação de controles de acesso.

8. Serviço de Proteção/orientação aos magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a orientação rotineira aos magistrados ou mesmo quando há um evento pontual relativo à segurança pessoal. São desenvolvidas ações que visam resguardar a vida do magistrado e de seus familiares quando ameaças são percebidas.

Eventos de grande porte e que tiveram participação de autoridades do Poder Judiciário Brasileiro também contaram com esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

9. Participação nos eventos de conciliação e visitas às instalações penitenciárias

A Casa Militar continua a participar nos eventos que compõe o programa de conciliação a exemplo dos Núcleos de Conciliação, assim como também acompanhamento a membros da Corregedoria do TJSC, nos estabelecimentos penais.

10. Implementar Sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

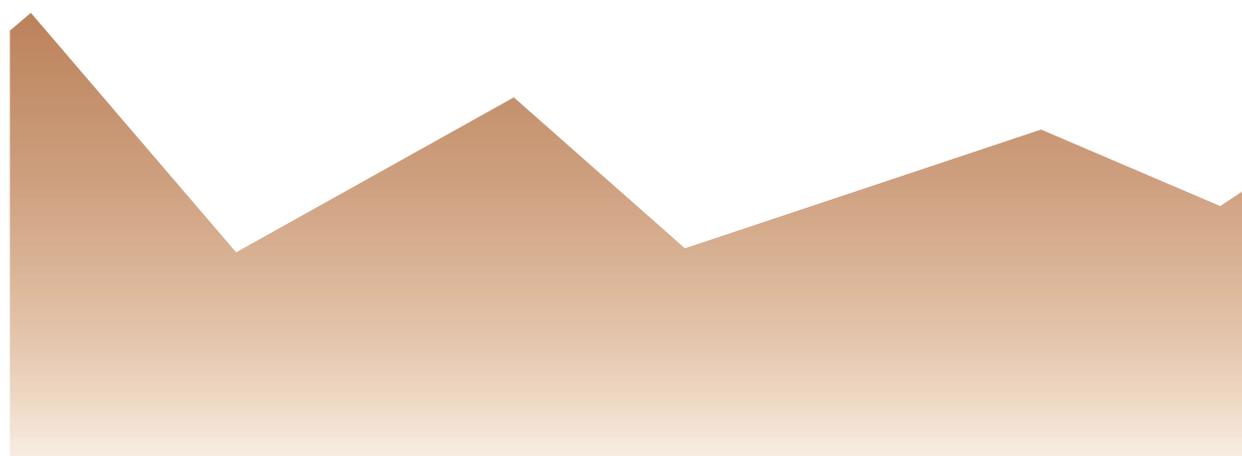
Em 2009 foi assinado o contrato para instalação do Circuito Fechado de TV no Tribunal de Justiça. Iniciado na Torre II e estacionamento, o projeto pretende aumentar o raio de ação da vigilância e potencializar o efetivo policial com condições de respostas imediatas a situações de crise.

Além do CFTV, sistemas de segurança complementares foram instalados em todos os Gabinetes de Desembargadores.

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

EDENIR MURILO DA COSTA

Ouvidor dos Servidores

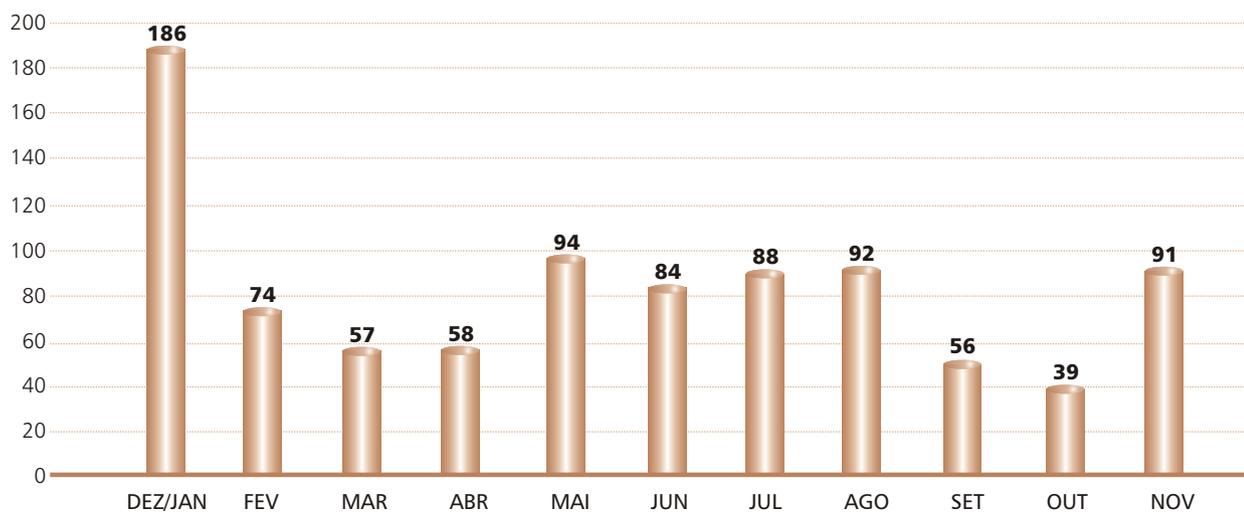


OUVIDORIA DOS SERVIDORES

ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS

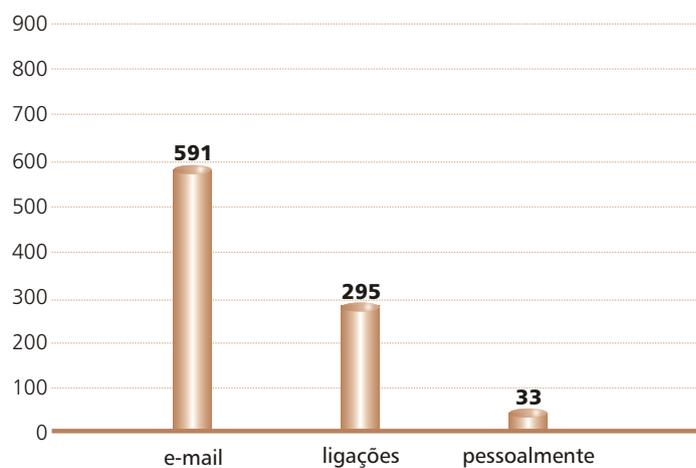
No ano de 2009 foram solucionados 919 atendimentos:

ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS ANUAL



1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria

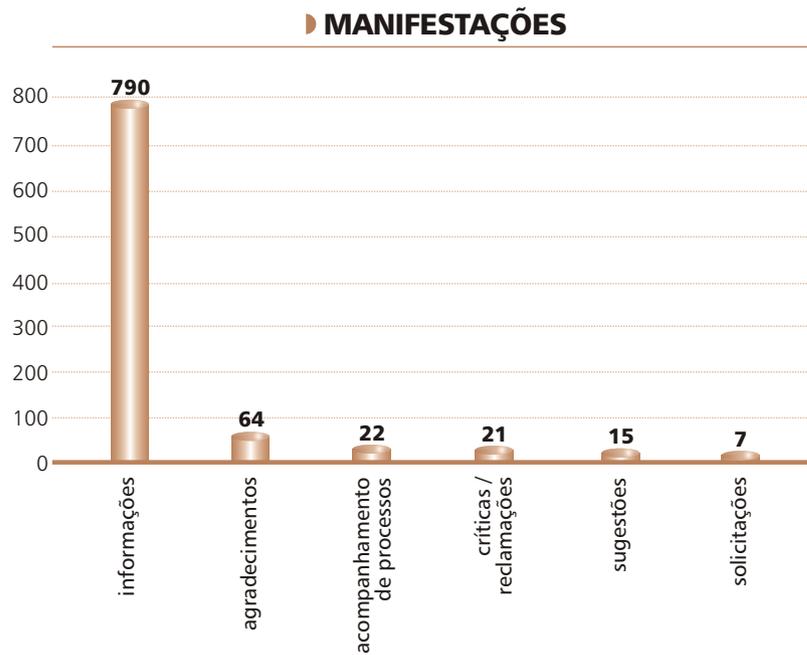
FORMAS DE COMUNICAÇÃO



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

2 - Tipos de manifestações

Foram diversas as manifestações dos servidores, dentre elas:



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

3 - Assuntos abordados pelos servidores

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS
160	Informações Diversas	013	Margem Consignável
112	Curso de Direito a Distância	012	Aposentadoria
064	Agradecimentos	012	Assunto Relacionado a Saúde
054	Disfunção	012	Gripe A
050	Gratificação	012	Questão Salarial
034	13º Salário	012	Resolução 52/08
029	UNIMED	011	Promoção
027	Bolsa de Estudo	008	Abono Permanência
024	Acompanhamento de Processos	008	Averbação por Tempo de Serviço
023	Horário Expediente	008	Exercício Findo
020	Precatório	007	Data Base
019	Conta do Banco do Brasil	007	Estagiários
019	Donativos	007	Recesso
019	Jogos da Família Forense	006	Doação Carlos Henrique
019	LC 406/08	006	Transformação de Cargos (Comissários Infância e Juventude)
018	Remoção		
017	Concurso Público	005	Licença Maternidade
015	VPNI	004	Abono
014	Auxílio Alimentação	004	Estacionamento

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

3 - Assuntos abordados pelos servidores (cont.)

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS
004	Imposto de Renda	002	Pós Graduação
004	Licença Prêmio	002	Resolução 88/09 CNJ
004	Transformação dos Cargos de Oficiais de Justiça	002	Vale Transporte
004	Vacina Gripe	001	Conta Salário
003	Curso	001	Curso Prático de Processo Administrativo Disciplinar
003	Gratificação Contadores	001	Encontro Oficiais de Justiça
003	Incorporação Abono	001	Estágio Probatório
003	Reajuste Auxílio Alimentação	001	Expediente
003	Resolução 15/09	001	Gratificação de Júri
002	Abono Natalino	001	Gratificação Secretaria
002	Digitadores	001	Licença de Gala
002	Encontro Nacional de Juristas	001	Licença Saúde
002	Feriado 28/10	001	Plantão Judicial
002	Férias	001	Ponto Eletrônico
002	Fiscal de Concurso	001	Progressão Funcional
002	Gratificação Nível Superior	001	Substituição
002	Internet	001	URV
002	Mostra de Talentos		
002	Oficiais de Justiça		

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

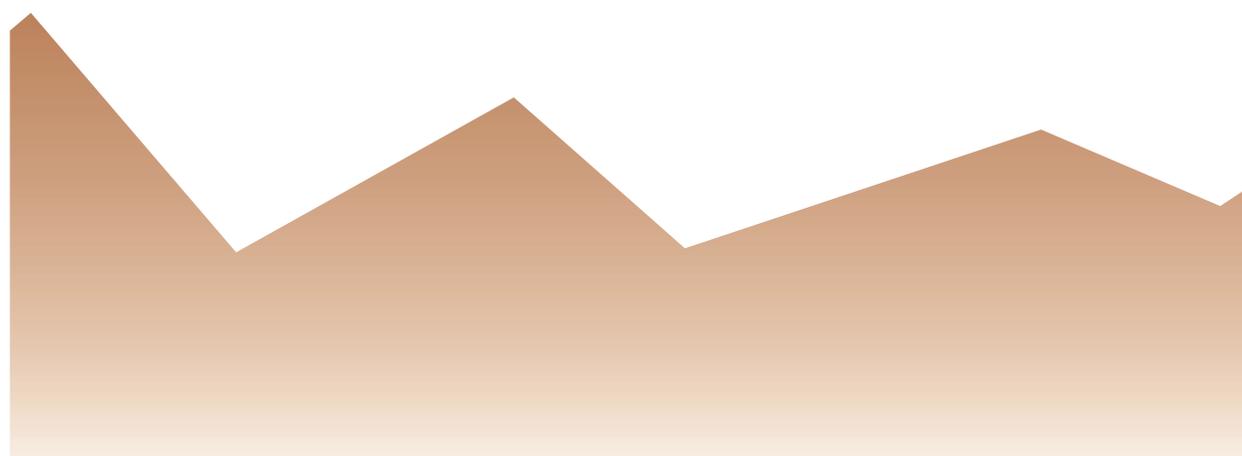
4 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria

NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA	NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA	NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA
112	Capital	008	Imbituba	003	Içara
098	Tribunal de Justiça	008	São Joaquim	003	Itapoá
040	Blumenau	007	Caçador	003	Orleans
033	Chapecó	007	Canoinhas	003	Otacílio Costa
032	Joinville	007	Capivari de Baixo	003	Pomerode
031	São José	007	Dionísio Cerqueira	003	Porto Belo
025	Criciúma	007	Navegantes	003	São João Batista
022	Tubarão	007	Rio do Sul	003	São Lourenço do Oeste
021	Concórdia	007	Turvo	003	São Miguel do Oeste
020	Meleiro	006	Ascurra	003	Tijucas
017	Itajaí	006	Ibirama	002	Urussanga
016	Brusque	006	Mafra	002	Abelardo Luz
015	Joaçaba	006	São Bento do Sul	002	Cunha Porã
014	Curitibanos	005	Braço do Norte	002	Indaial
014	Herval do Oeste	005	Garopaba	002	Maravilha
014	Lages	005	Laguna	002	Modelo
014	Trombudo Central	005	Rio do Oeste	002	Mondaí
012	Balneário Camboriú	004	Ipumirim	002	Presidente Getúlio
012	Biguaçu	004	Itaiópolis	001	São José do Cedro
012	Coronel Freitas	004	Itapema	001	Barra Velha
012	Jaraguá do Sul	004	Ituporanga	001	Camboriú
011	Araranguá	004	Norte da Ilha	001	Campo Belo do Sul
011	Correia Pinto	004	São Carlos	001	Garuva
011	Porto União	004	São Francisco do Sul	001	Gaspar
010	Araquari	004	Sombrio	001	Itá
010	Jaguaruna	004	Tangará	001	Lauro Müller
009	Estreito	004	Timbó	001	Santa Cecília
009	Fraiburgo	004	Urubici	001	Taió
009	Palhoça	003	Videira	001	Xaxim
009	Santa Rosa do Sul	003	Anchieta	001	Imaruí
008	Campo Erê	003	Balneário Piçarras	001	Itapiranga
008	Campos Novos	003	Guaramirim	001	Lebon Régis

OUVIDORIA JUDICIAL

DES. JOSÉ MAZONI FERREIRA
Ouvidor Judicial

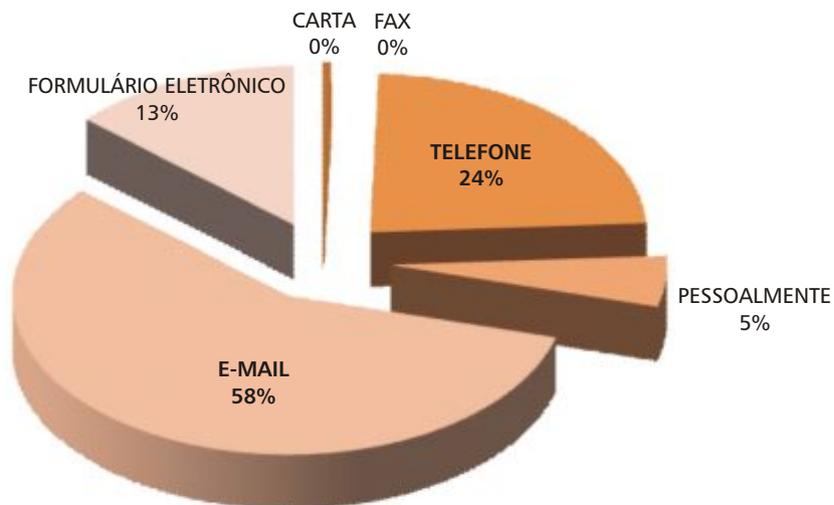
MARIANA DA SILVA PIONER
Coordenadora



▶ ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

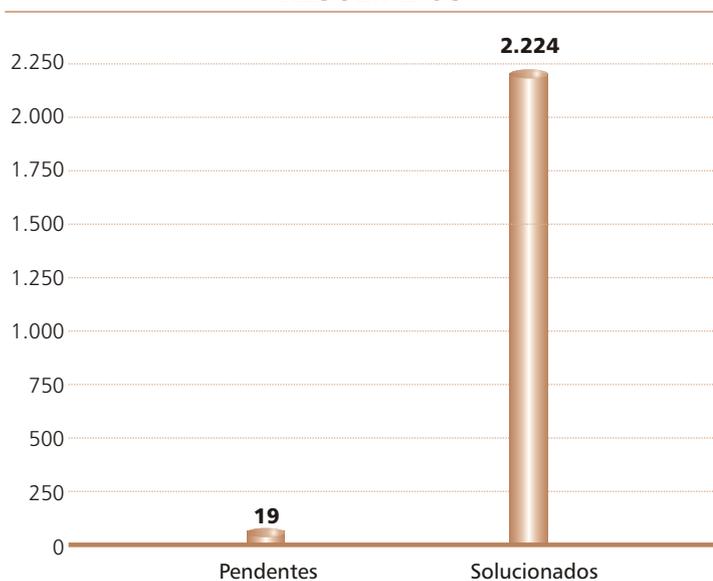


▶ FORMA DE RECEBIMENTO

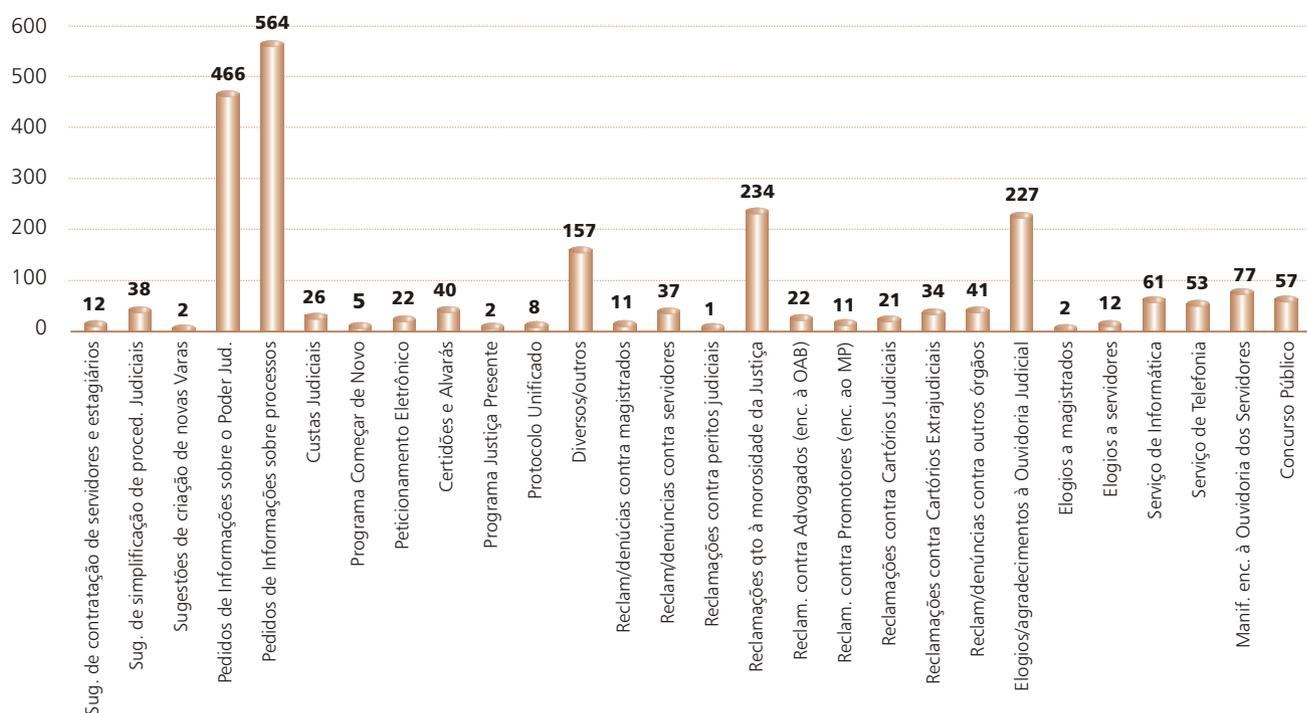


OUVIDORIA JUDICIAL

RESULTADOS

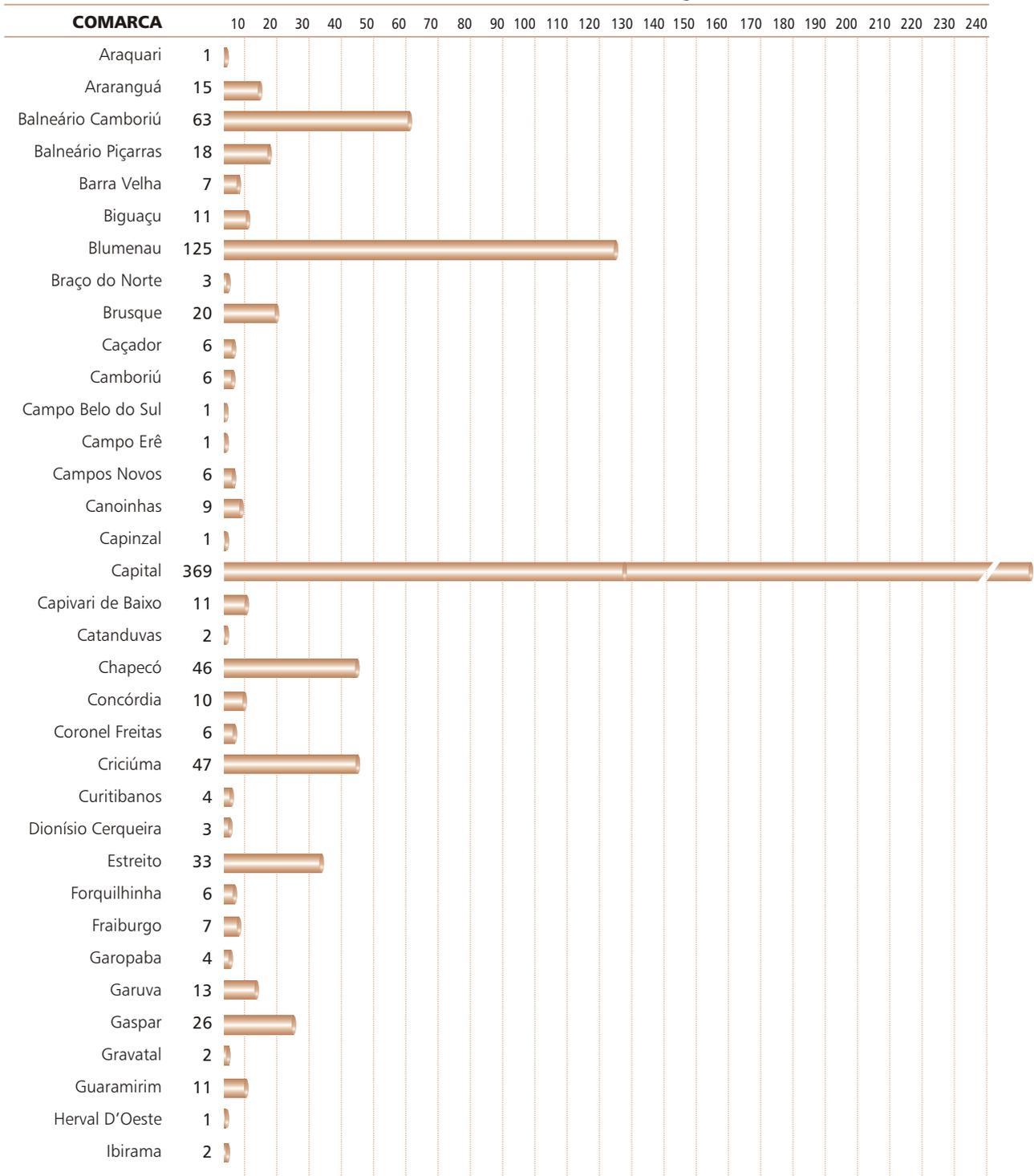


ASSUNTOS ABORDADOS (%)



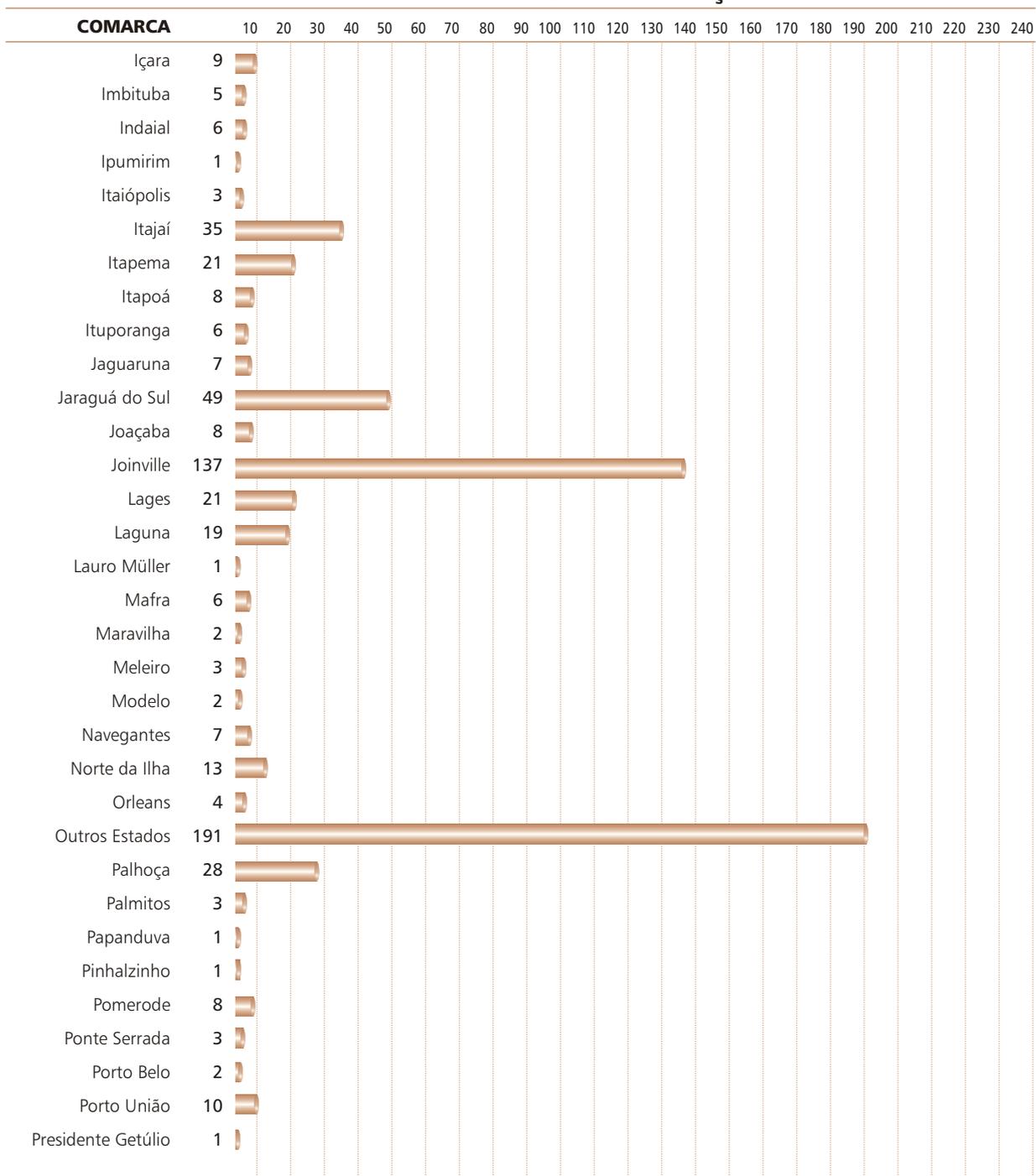
OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



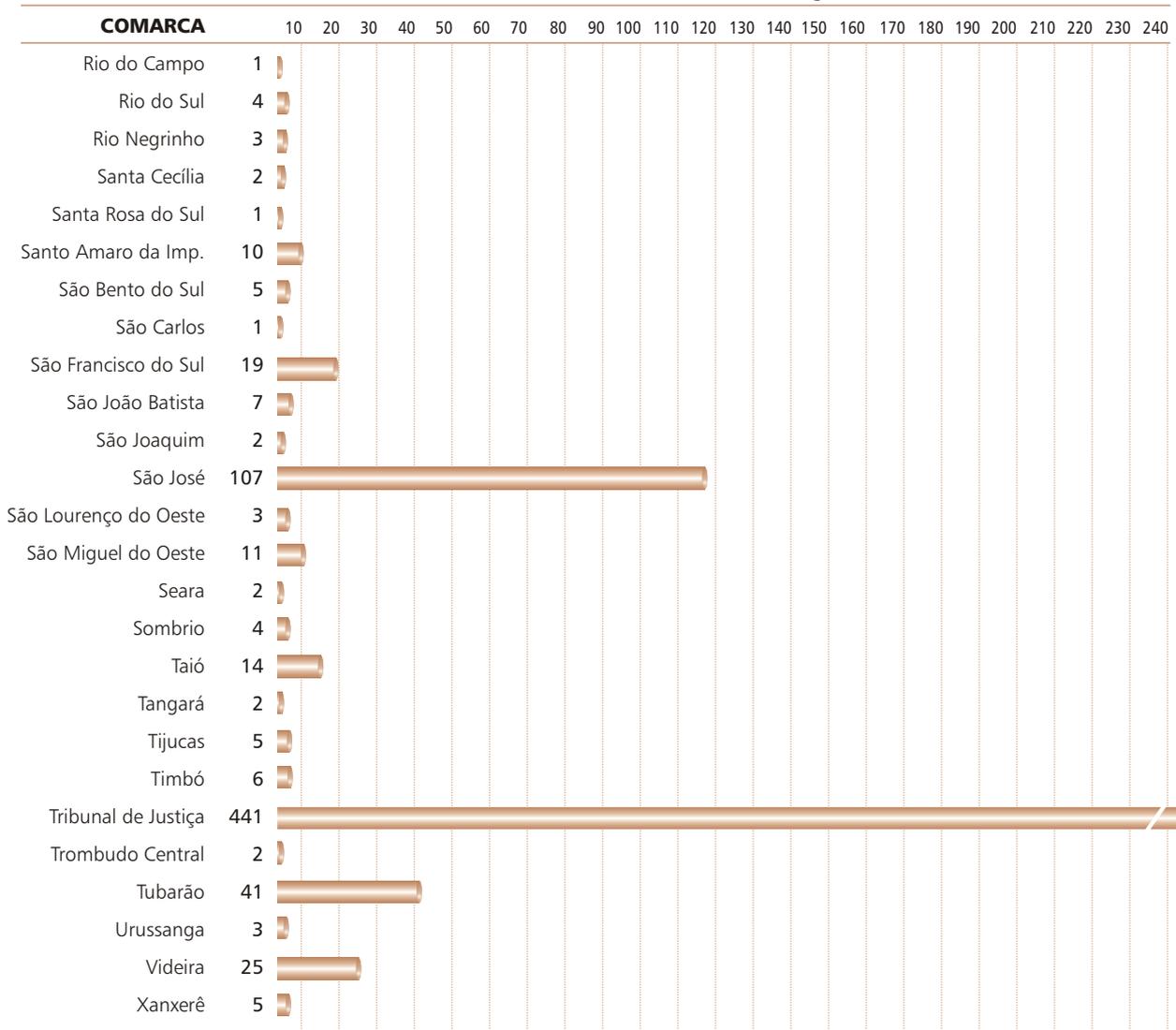
OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. VOLNEI IVO CARLIN

1º Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental n. 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice-Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2008 e 12/12/2009:

1. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos Encaminhados à 1ª Vice-Presidência para Exame	31
1.1.1 Pedidos de Suspensão Deferidos	16
1.1.2 Pedidos de Suspensão Indeferidos	15
1.2 Média Mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no Período	2,82

2. AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

2.1 Total de Agravos Internos Interpostos	3
2.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Prejudicado	1
2.1.2 Negado Provimento	2
2.2 Média Mensal dos Agravos Internos Interpostos no Período	0,27

3. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente
- Des^a. Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Titular
- Des. Luiz César Medeiros – Titular
- Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular
- Des. Moacyr de Moraes Lima Filho – Titular
- Juiz de Direito Odson Cardoso Filho – Titular
- Juiz de Direito Marcelo Carlin – Suplente

3.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência	55
3.1.1 Remessa à Presidência para conclusão	6
3.1.2 Feitos em andamento na 1ª Vice-Presidência	10
3.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJ	7
3.1.4 Diligências a outros Órgãos Administrativos para providências	13
3.1.5 Apensado e/ou juntado	11
3.1.6 Arquivado Administrativamente na 1ª Vice-Presidência	2
3.1.7 Arquivado	6
3.2 Reuniões	4
3.3 Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Processo nº 210686-2004-8)	
3.3.1 Apreciação e análise pela Direção-Geral Administrativa	

4. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente
- Des. Luiz César Medeiros – Titular
- Des. Carlos Prudêncio – Titular
- Des. Sérgio Torres Paladino – Titular
- Des. Newton Janke – Titular
- Des. Jaime Ramos – Titular

► 4. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

4.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência	
4.1.1 Remessa à Presidência para conclusão	2
4.1.2 Arquivados	1
4.2 Reuniões	1
4.3 Projeto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Processo n. 224179-2005.0)	
4.3.1 Após apreciação do projeto pelo Tribunal Pleno, foi encaminhado à Coordenadoria de Magistrados para análise.	

► 5. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente
- Des. Sérgio Izidoro Heil – Titular
- Des. José Trindade dos Santos – Titular
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Des. Edson Nelson Ubaldo – Titular
- Des. Cid José Goulart Júnior – Titular

5.1 Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

5.2 Reunião 1

► 6. COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente
- Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – Titular
- Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu – Titular
- Des. Edson Nelson Ubaldo – Titular
- Des. Fernando Carioni – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular

7. COMISSÃO DE CONCURSOS

7.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura

– Comissão Central

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente – Impedido
- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente Designado
- Des. Pedro Manoel Abreu – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Túlio José Moura Pinheiro – Suplente
- Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari – OAB/SC – Titular
- Dr. Joel de Menezes Niebuhr – OAB/SC – Suplente

– Comissão Examinadora da Prova Seletiva

- Des. João Henrique Blasi – Titular
- Des. Jorge Luiz de Borba – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Roberto Camargo Costa – Titular
- Juiz de Direito Osmar Mohr – Titular
- Juíza de Direito Vânia Petermann Ramos de Mello – Titular
- Dr. Oscar Juvênio Borges Neto – OAB/SC – Titular
- Dr^a. Ana Cristina Ferro Blasi – OAB/SC – Suplente
- Prof^a. Maria Tereza de Queiroz Piacentini – Gramática

– Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal

- Des. Solon D’Eça Neves – Titular
- Des^a. Salete Silva Sommariva – Titular
- Des. José Gaspar Rubik – Suplente
- Des. Moacyr de Moares Lima Filho – Suplente
- Dr. Hélio Rubens Brasil – OAB/SC – Titular
- Dr. Luiz César Silva Ferreira – OAB/SC – Suplente

– Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

- Des. Luiz Carlos Freyesleben – Titular
 - Des. Sérgio Izidoro Heil – Suplente
 - Des. Victor José Sebem Ferreira – Titular
 - Des^a. Rejane Andersen – Suplente
 - Dr. Júlio Guilherme Müller – OAB/SC – Titular
 - Dr. Ricardo Anderle – OAB/SC – Suplente
-

7. COMISSÃO DE CONCURSOS (CONT.)

7.1.1 – Edital 005/2008 – Concluído

7.1.2 – Edital 001/2009 – Prova Oral – Conclusão prevista para o exercício de 2010.

7.2 Concurso Permanente para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro

- Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Des. Jorge Henrique Schaefer Martins – Titular
- Des. José Mazoni Ferreira – Suplente
- Des^a. Marli Mosimann Vargas – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau José Inácio Schaefer – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Alberto Civinski – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau (Des.) Rodrigo Antônio da Cunha – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Túlio José Moura Pinheiro – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Henry Goy Petry Júnior – Suplente
- Dr^a. Heloísa Crescente Abdalla Freire – Ministério Público – Titular
- Dr^a. Eliana Volcato Nunes – Ministério Público – Suplente
- Dr. André Opilhar – OAB/SC - Titular
- Dr. Giovanni Rodrigues Mariot – OAB/SC – Suplente
- Dr^a. Ironi Maria Fontanelle – Colégio Notarial – Titular
- Dr^a. Raquel Nicolazzi Carvalho – Colégio Notarial – Suplente
- Dr^a. Ana Maria Linhares Locks – Colégio Registral – Titular
- Dr. Hercílio da Conceição – Colégio Registral - Suplente

7.2.1 Edital 084/2007 – Divulgação da relação das serventias disponíveis para opção, por categoria – Conclusão prevista para janeiro de 2010.

7.3 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores Públicos Cíveis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| • Des. Volnei Ivo Carlin – Presidente | • Marcelo Meira Cúrcio |
| • Mário José Simone Ramos | • Raphael Jaques de Souza |
| • Alfredo José Ribeiro Júnior | • Cassiano Reis |

7.3.1 Edital 336/2007 – Revisor – Concluído.

7.3.2 Edital 019/09 – Assistente Social – Publicação da lista provisória dos candidatos aprovados no dia 02/12/2009. Conclusão prevista para o exercício de 2010.

7.3.3 Edital 020/09 – Analista Jurídico – Des. Solon d’Eça Neves – Presidente Designado (Des. Volnei Ivo Carlin – Impedido) - Divulgação do gabarito definitivo dia 25/11/2009. Conclusão prevista para o exercício de 2010.

7.3.4 Edital 021/09 – Analista Administrativo – Publicação da lista dos candidatos aprovados no dia 02/12/2009. Conclusão prevista para o exercício de 2010.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. SOLON D'EÇA NEVES

2º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

JANEIRO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	116
Distrib. RE	38
Dist. Medid. Caut.	0
Dist. Emb. Declar.	8
Dist. Agravo Reg.	1
Dist. AI REsp	19
Dist. AI RE	10
Dist. Rec. Ord.	11

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/01/2009 a 31/01/2009)

FEVEREIRO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	113
Distrib. RE	34
Dist. Medid. Caut.	0
Dist. Emb. Declar.	6
Dist. Agravo Reg.	0
Dist. AI REsp	20
Dist. AI RE	5
Dist. Rec. Ord.	8

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/02/2009 a 28/02/2009)

MARÇO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	211
Distrib. RE	70
Dist. Medid. Caut.	4
Dist. Emb. Declar.	1
Dist. Agravo Reg.	1
Dist. AI REsp	48
Dist. AI RE	20
Dist. Rec. Ord.	9

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/03/2009 a 31/03/2009)

ABRIL 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	123
Distrib. RE	35
Dist. Medid. Caut.	2
Dist. Emb. Declar.	0
Dist. Agravo Reg.	2
Dist. AI REsp	43
Dist. AI RE	19
Dist. Rec. Ord.	5

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/04/2009 a 30/04/2009)

MAIO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	184
Distrib. RE	59
Dist. Medid. Caut.	6
Dist. Emb. Declar.	4
Dist. Agravo Reg.	1
Dist. AI REsp	37
Dist. AI RE	14
Dist. Rec. Ord.	9

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/05/2009 a 31/05/2009)

JUNHO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	213
Distrib. RE	78
Dist. Medid. Caut.	1
Dist. Emb. Declar.	8
Dist. Agravo Reg.	0
Dist. AI REsp	69
Dist. AI RE	22
Dist. Rec. Ord.	9

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/06/2009 a 30/06/2009)

DADOS ESTATÍSTICOS

JULHO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	307
Distrib. RE	94
Dist. Medid. Caut.	0
Dist. Emb. Declar.	5
Dist. Agravo Reg.	0
Dist. AI REsp	66
Dist. AI RE	22
Dist. Rec. Ord.	21

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/07/2009 a 31/07/2009)

AGOSTO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	358
Distrib. RE	99
Dist. Medid. Caut.	2
Dist. Emb. Declar.	5
Dist. Agravo Reg.	0
Dist. AI REsp	76
Dist. AI RE	29
Dist. Rec. Ord.	18

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/08/2009 a 31/08/2009)

SETEMBRO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	356
Distrib. RE	145
Dist. Medid. Caut.	2
Dist. Emb. Declar.	1
Dist. Agravo Reg.	3
Dist. AI REsp	47
Dist. AI RE	24
Dist. Rec. Ord.	26

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/09/2009 a 30/09/2009)

OUTUBRO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	228
Distrib. RE	91
Dist. Medid. Caut.	3
Dist. Emb. Declar.	2
Dist. Agravo Reg.	3
Dist. AI REsp	72
Dist. AI RE	31
Dist. Rec. Ord.	10

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/10/2009 a 31/10/2009)

NOVEMBRO 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	248
Distrib. RE	74
Dist. Medid. Caut.	1
Dist. Emb. Declar.	7
Dist. Agravo Reg.	0
Dist. AI REsp	47
Dist. AI RE	23
Dist. Rec. Ord.	8

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/11/2009 a 30/11/2009)

ANO DE 2009

ÓRGÃO JULGADOR	TOTAL
Distrib. REsp	2457
Distrib. RE	817
Dist. Medid. Caut.	21
Dist. Emb. Declar.	47
Dist. Agravo Reg.	11
Dist. AI REsp	543
Dist. AI RE	219
Dist. Rec. Ord.	134

SajSG – Mapa/Reg. interposição de rec.
(Período 01/01/2009 a 30/11/2009)

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. NELSON J. SCHAEFER MARTINS

3º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

▶ DESPACHOS PROFERIDOS - 2009

MÊS	REC ESP ADMITIDO	REC ESP NEGADO	REC EXT ADMITIDO	REC EXT NEGADO	PUBLICADO DESPACHO (OUTROS)
Jan	12	221	1	13	202
Fev	12	267	0	64	159
Mar	10	377	0	93	183
Abr	15	480	0	95	254
Mai	24	673	0	84	342
Jun	5	80	0	17	22
Jul	17	1236	0	194	578
Ago	20	877	0	15	426
Set	19	878	0	37	499
Out	19	1332	0	129	753
Nov	22	1122	0	187	448
Dez(*)	4	62	0	6	107
TOTAL GERAL	179	7605	1	934	3973

TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS EM AI: 3036

(*) até 14/12/09

▶ PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - 2009

MÊS	REsp	RE	MEDIDA CAUTELAR	EMB. DECL.	AGRAVO REG.	AI REsp	AI RE	REC. ORD.
Jan	424	68	2	16	0	60	2	1
Fev	312	45	0	12	0	125	23	1
Mar	679	95	4	4	0	59	37	1
Abr	1021	188	1	8	0	175	43	0
Mai	829	145	0	6	0	137	14	0
Jun	1172	267	0	16	1	156	7	0
Jul	1399	256	1	13	0	179	6	0
Ago	1513	284	2	24	0	202	14	1
Set	846	148	1	34	0	220	7	0
Out	960	287	0	26	0	289	14	0
Nov	1095	244	1	90	1	488	40	1
Dez(*)	227	48	0	6	1	187	35	0
TOTAL GERAL	10477	2075	12	255	3	2277	242	5

(*) até 14/12/09

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ TOTAL DE PROCESSOS

TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	15346
TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS	15728

▶ TOTAL SOBRESTADOS EM DECORRÊNCIA DA LEI N. 11.672/2008

ART. 543-C CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	536
ART. 543-B CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	610
TOTAL SOBRESTADOS:	1146

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DES. JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS

Corregedor-Geral da Justiça

DES. JOSÉ GASPAR RUBIK

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

JUIZES-CORREGEDORES

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO

JUIZA SORAYA NUNES LINS

JUIZ JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO

JUIZ VOLNEI CELSO TOMAZINI

JUIZ OSMAR MOHR

RIZA QUARESMA BUTTER

Secretário



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei n. 5.624/7 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina -, apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça, nos diversos setores que a compõem, referentemente ao exercício de 2009.

Durante esse ano, este Órgão Correicional dedicou-se à orientação dos Magistrados, realizando mutirões e proporcionando a ampliação, qualificação e aprimoramento do corpo funcional.

Neste lapso de tempo, incumbe-nos ressaltar a valiosa e prestimosa colaboração que nos foi dada pelos Juízes-Corregedores Drs. Soraya Nunes Lins, Dinart Francisco Machado, Júlio César Machado Ferreira de Melo, Volnei Celso Tomazini e Osmar Mohr, bem como de todos os servidores que atuam neste Órgão, planejando a forma de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição para o exercício vindouro, sem deixar de exercer, entretanto, a necessária e indispensável fiscalização.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Atribuições do Corregedor Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

a) divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;

b) informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça.

c) divulgação do relatório de estabelecimentos penais (Res. n. 47 do CNJ) e sobre o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ, e;

d) aplicação dos critérios de avaliação da produtividade nos processos de promoção;

e) apoio ao desenvolvimento de grupos e projetos:

- Mutirão de sentenças;
- Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais – Intimafone;
- Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais;
- Mutirão do Júri – 2009;
- Leilão Eletrônico;
- Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal;
- Fórum Estadual de Magistrados da Infância e da Juventude;

- Grupo Operacional da Execução Penal;
- Grupo Operacional da Infância e da Juventude;
- Projeto revitalização da execução penal em Santa Catarina;
- Projeto Nosso Lar – atendimento à criança e adolescente em Santa Catarina;
- Mutirão carcerário;
- Projeto começar de novo;
- Projeto do Selo Digital;
- Cd CGJEXTRA - Versão 2009;
- Sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais;
- 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes Diretores e Chefes de Secretaria dos Foros;
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina, no Hotel Cambirela na cidade de Florianópolis;
- Contratação, da Casa da Moeda do Brasil, vencedora da licitação, para a confecção e distribuição dos selos de fiscalização, pelo período de maio a dezembro de 2009;
- Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.1.1 Participação em eventos e reuniões

- LI Encontro do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal – Rio de Janeiro/RJ (27 a 29/05/2009);

ATIVIDADES

- III Encontro do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal (30/09 a 02/10/2009);
- VI Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Gaspar/SC - 24/08/2009;
- Encontro Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário – Gaspar/SC (25/08/2009);
- XII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília/DF- (29 e 30/10/2009);
- 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes e Secretários dos Foros - Florianópolis (20/11/2009);
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina- Florianópolis/SC (3 e 4/12/2009);
- FEMEPE - Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal de Santa Catarina (3 e 4/09/2009).

2.1.2 Edição de Provimentos

Nº - TIPO / EMENTA

01 - Foro Extrajudicial

Suspende o ressarcimento dos atos gratuitos e dá outras determinações a respeito dos arquivamentos.

02 - Foro Extrajudicial

Revoga o artigo primeiro do Provimento n. 01/2009 e estabelece diretrizes para o pagamento dos atos ressarcíveis referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2009.

03 - Foro Extrajudicial

Altera o artigo 597, IX do Código de Normas. Assento de nascimento.

04 - Foro Extrajudicial

Define prazo final para a solicitação de ressarcimento de atos anteriores ao exercício financeiro de 2008, inclusive.

05 - Foro Extrajudicial

Altera o artigo 682 do Código de Normas. Autenticação dos livros contábeis obrigatórios.

Nº - TIPO / EMENTA

06 - Foro Judicial e Extrajudicial

Altera o artigo 3º do Provimento n. 13/95. A Assessoria de Custas deverá elaborar tabelas práticas disponibilizando na internet.

07 - Foro Extrajudicial

Altera o § 2º do artigo 600 do Código de Normas. Ao prenome poderão ser acrescido os matronímicos ou patronímicos dos pais ou ambos.

08 - Foro Judicial e Extrajudicial

Disciplina a indicação de Advogado Assistente Judiciário para atuar na lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.

09 - Foro Judicial

Acrescentar o parágrafo 5º ao artigo 417 Código de Normas. Mandado para intimação de audiência designada. Remessa para Central de Mandados. Sessenta dias antes da data da audiência.

10 - Foro Judicial e Extrajudicial

Criada a Seção XV do Capítulo II da Terceira Parte

ATIVIDADES

Nº - TIPO / EMENTA

do Código de Normas. Compete ao Juiz de Paz exercer as funções de juiz de casamento e assistir a rescisões de contrato de trabalho em que ocorrem em município que não seja sede de Comarca, na falta ou impedimentos dos órgãos e autoridade legais.

11 - Foro Judicial

Altera os artigos 75 e 484 do Código de Normas, incluindo os §§ 1º e 2º, em substituição do parágrafo único. Petição inicial. Juntada de cópia da GRJ e boleto bancário. Comprovação do pagamento se dará mediante recibo emitido pelo Sistema SAJ.

12 - Foro Judicial

Altera o artigo 89 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Envio de cartas precatórias e outros expedientes via fac-símile.

13 - Foro Judicial

Inclui a Seção IV no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do acesso ao Sistema Renajud.

14 - Foro Judicial

Adota nova sistemática para cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição.

15 - Foro Judicial

Altera o artigo 517 do Código de Normas. Cobrança de custas pelos serventuários ou auxiliares da justiça.

16 - Foro Judicial

Altera a alínea "a" do artigo 517-C do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que passar a vigor com a seguinte redação: "a) ordene

Nº - TIPO / EMENTA

a transferência dos valores bloqueados para o Banco responsável pela centralização do Sistema de Conta Única do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, em conta vinculada ao processo (Caixa Econômica Federal - Agência 0879)".

17 - Foro Judicial

Regula o procedimento de comunicação e realização de atos judiciais em comarca diversa da que tramita o feito, com a dispensa de expedição de cartas precatórias, nas Comarcas da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu, determinado pelo Conselho da Magistratura em decisão proferida nos autos 2009.900012-6 em 23-6-09.

18 - Foro Extrajudicial

Altera os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 897 do Código de Normas. Escritura Pública. ITBI.

19 - Foro Judicial

Autos n. 332693-2009.4. Auditoria. Fundo de Reparcelamento da Justiça. Altera o inciso IV do artigo 744 e acrescenta o inciso X ao art. 896 do Código de Normas.

20 - Foro Judicial

Inclui no Código de Normas subseção que trata da gravação fonográfica e audiovisual de audiências em meio eletrônico.

21 - Foro Extrajudicial

Acrescenta ao artigo 621 do Código de Normas parágrafo que trata da adoção do patronímico do cônjuge.

22 - Foro Judicial

Institui o Sistema de intimação por telefone no âmbito dos Juizados Especiais.

ATIVIDADES

Nº - TIPO / EMENTA

23 - Foro Judicial

Autos CGJ n. 938/2009. Altera os artigos 308, 309 e 310 do Código de Normas. Interdição de estabelecimentos prisionais.

24 - Foro Judicial

Acrescenta aos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º no artigo 206-A do Código de Normas. Advogado não constituído. Retirada de cópia de peças processuais em carga rápida.

25 - Foro Judicial

Altera redação do artigo 220 do Código de Normas. Depósitos dos valores destinados ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados.

26 - Foro Judicial

Altera os artigos 405 e 428, e acrescenta parágrafo único ao artigo 407-A, que tratam do cumprimento de mandados em processo com réu preso ou adolescente submetido à medida de privação de liberdade.

27 - Foro Judicial

Inclui os artigos 304-A e 316-A, acrescenta o parágrafo único ao artigo 316, bem como altera a redação do artigo 366, todos do Código de Normas, que tratam da transferência de presos, encaminhamento de PEC de penas restritivas de direito e do PEC provisório.

28 - Foro Judicial

Incluir a Seção V - Sistema Integrado de Segurança Pública - SISIP, no Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares, Segunda Parte - Foro Judicial, do Código de Normas.

Nº - TIPO / EMENTA

29 - Foro Judicial e Extrajudicial

Autos CGJ-E 1083/2009. Altera e renumera e a redação do parágrafo único do art. 580 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Selo Isento.

30 - Foro Judicial

Inclui no Capítulo XXIII – “Sistemas Auxiliares”, na Segunda Parte – “Foro Judicial” do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, a seção “VI – Rol de Condenados da Justiça Estadual do Paraná – Sistema Oráculo” -

31 - Foro Judicial

Altera a redação e insere parágrafo no art. 402 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata dos depósitos dos valores destinados ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência.

32 - Foro Judicial e Extrajudicial

Fixa data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram no exercício financeiro de 2009.

33 - Foro Judicial e Extrajudicial

Inclui seção no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS.

2.1.3 Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo servidores judiciais e extrajudiciais:

Processo Administrativo CGJ-E nº 965/2009.
Processo Administrativo CGJ-E nº 461/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 740/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 626/2006.
Processo Administrativo CGJ-E nº 373/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 380/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 1448/2009.
Processo Administrativo CGJ-E nº 622/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 905/2007.
Processo Administrativo CGJ-E nº 292/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 687/2008.
Processo Administrativo CGJ-E nº 596/2006.

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo magistrados:

Pedido de Providências nº GC 52/2009.
Pedido de Providências nº GC 84/2009.
Pedido de Providências nº GC 846/2009.
Pedido de Providências nº GC 303/2009.
Pedido de Providências nº GC 531/2009.
Pedido de Providências nº GC 317/2009.
Pedido de Providências nº GC 909/2009.
Pedido de Providências nº GC 424/2009.
Pedido de Providências nº GC 425/2009.
Pedido de Providências nº GC 94/2009.

Pedido de Providências nº GC 1551/2009.
Pedido de Providências nº GC 498/2009.
Pedido de Providências nº GC 1191/2009.
Pedido de Providências nº GC 385/2009.

E no Conselho da Magistratura:

Processo Administrativo nº 2008.900049-2.
Processo Administrativo nº 2008.900012-3.
Processo Administrativo nº 2008.900069-7.
Processo Administrativo nº 2008.900001-8.
Processo Administrativo nº 2008.900019-0.
Processo Administrativo nº 2008.900050-6.
Processo Administrativo nº 2008.900059-0.
Processo Administrativo nº 2008.900060-3.
Processo Administrativo nº 2008.900065-4.
Processo Administrativo nº 2008.900067-0.
Processo Administrativo nº 2008.900070-0.
Processo Administrativo nº 2008.900073-5.
Processo Administrativo nº 2008.900073-5.
Processo Administrativo nº 2008.900075-1.
Processo Administrativo nº 2008.900078-6.
Processo Administrativo nº 2008.900014-0 -
Julgamento por despacho em razão do faleci-
mento da indiciada.
Pedido de Providências nº 2009.900010-0.
Processo Administrativo nº 2009.900004-5.
Processo Administrativo nº 2008.900033-6.
Pedido de Providências nº 2009.900011-8.
Processo Administrativo nº 2008.900041-7.
Processo CGJ nº 300963-2008.
Processo CGJ nº 0740/2008 – Decisão de ratifi-
cação de afastamento de servidor.

ATIVIDADES

Processo Administrativo nº 2008.900054-9
Embargos de Declaração em Processo Administrativo nº 2007.900050-3/0001.00.
Processo Administrativo nº 2009.900024-0.
Pedido de Providências nº 2007.900073-2.
Processo nº 204922-2008.1.
Processo Administrativo nº 2009.900014-2.
Processo Administrativo nº 2008.900007-7.
Pedido de Providências nº 2009.900053-3.
Processo CGJ – E 0965/2009 – Decisão referendando o afastamento de cartorária.
Processo CGJ – E 0596/2006 – Decisão instaurando processo administrativo e referendando o afastamento de cartorário.
Processo Administrativo nº 2009.900028-2.
Recurso de Concurso nº 2009.900079-7 – Declaração de voto vencido.
Recurso de Concurso nº 2009.900070-3 – Declaração de voto vencido.
Processo CGJ – E 0622/2008 – Decisão referendando o afastamento de cartorário.
Processo CGJ – E 0626/2006 – Decisão referendando o afastamento de cartorário.
Processo CGJ – E 1020/2009 – Cessar repasse de valores a cartorário.
Processo CGJ – E 1446/2009 – correção dos valores dos selos de fiscalização.
Processo CGJ – E 0347/2007.
Requerimento formulado por Sonia Regina Rupp.
28 (vinte e oito) processos de vitaliciamento de magistrados.

E no Tribunal Pleno:

Mandado de Segurança nº 2004.037110-7 – Declaração de voto vencido.
Mandado de Segurança nº 2004.037111-4 – Declaração de voto vencido.
Mandado de Segurança nº 2005.019368-5 – Vista dos autos.
Investigação contra magistrado nº 2009.063690-5 – Distribuição por Vinculação ao Magistrado.

2.3 Estrutura da Corregedoria-Geral da Justiça

- Transposição para o Museu do Judiciário Catarinense do acervo de fotos da galeria de fotos dos ex-corregedores;
- Criação da Galeria de fotos do ex-corregedores no site da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Troca de veículos da Secretaria, através de licitação;
- Reestruturação do corpo funcional, com a convocação de 06 Assessores Correicionais, 01 Escrivão Correicional, 05 Analistas Jurídicos e 08 Técnicos Judiciários Auxiliares.
- Remoção dos funcionários que se encontravam à disposição dos núcleos;
- Formação de grupo de estudos para o desenvolvimento do Projeto de Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

- a)** De um total de 231 procedimentos administrativos distribuídos ao Núcleo I durante os meses de janeiro e novembro do ano em curso, foram emitidos pela Juíza-Corregedora 229 pareceres finais e 41 intermediários. Atualmente, aguardam análise 25 procedimentos;
- b)** Durante o ano foram concluídos 28 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 34;
- c)** Além dos processos autuados e distribuídos ao Núcleo I desta Corregedoria, a Juíza-Corregedora analisou ainda 816 expedientes diversos, que foram despachados diretamente com o Corregedor-Geral da Justiça sem a necessidade de autuação;
- d)** O Núcleo I assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na emissão de 03 Portarias em Processos Administrativos Disciplinares;
- e)** Quanto aos atendimentos prestados pelo Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados catarinenses, contabilizam-se os seguintes dados:

e.1) Atendimento prestado por telefone:

- A Juíza Corregedora realizou 1.269 atendimentos

- A Assessoria do Núcleo I prestou 4.434 atendimentos

e.2) Atendimento prestado por correspondência eletrônica:

- o Núcleo I prestou um total de 4.403 informações por esse meio de comunicação.

e.3) Atendimento prestado pessoalmente:

- A Juíza Corregedora atendeu pessoalmente 235 pessoas

- A Assessoria do Núcleo I atendeu 387 pessoas;

- f)** O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 11.248 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

PROJETOS

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Acesso ao CCS (autos CGJ 0607/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ	<i>Aguarda publicação de normatização – CNCJG</i>
Alteração do sistema de pedidos de kits PRODNASC – colher dados das coletas	CGJ e UDESC	CGJ	<i>Em fase de especificação</i>
Depoimento sem Dano (autos CGJ 0868/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	<i>Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.</i>
Credenciamento de Corretores de Imóveis – Alienação por Iniciativa Particular (autos 300877-2008.0)	CGJ, DI, Presidência e CRECI	CGJ (pedido do CRECI)	
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	CGJ	<i>Autos 1501/2009 – em análise na Assessoria de Informática da CGJ</i>
Central de Cobrança de Custas	Assessoria de Planejamento (Asplan), Direção-Geral Administrativa (DGA), Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Infra-Estrutura (DIE), Diretoria de Documentação e Informações (DDI) e Diretoria de Informática (DI).	CGJ	<i>Instalado em todas as Comarcas. Definições para inclusão na versão 5 do SAJ.</i>
Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos	CGJ, TRESC	TRESC	<i>Aguarda definição</i>
SAJ/Estatística	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGJ	<i>Provimento n. 14/2009. Implementações de novos relatórios.</i>
Índice Estadual – Certidão estadualizada	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	<i>Reuniões de definições. Acompanhamento da Diretoria de Informática das importações dos dados.</i>
Vídeo Conferência	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Diretoria de Infraestrutura (DIE)	CGInfo	<i>Em estudo</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PROJETOS (CONT.)

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda., Presidência, CGJ	CGJ	Encaminhamento à ASPLAN. Reuniões para definição em andamento.
Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais	CGJ, Diretoria de Informática.	CGJ	Projeto incorporado no SAJ e conduzido pela Diretoria de Informática.
Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais. – Intimafone.	CGJ e Diretoria de Informática	CGJ	Provimento n. 22/2009. Em fase de implantação nas Comarcas com voip.
Mutirão do Júri – 2009	CGJ, Presidência	CGJ	Realizado nas Comarcas da Capital e Correia Pinto com vistas a atender a meta 2 do CNJ.
INFOJUD	CGJ, Presidência	CGJ	Aguarda certificado digital p/ Juiz Master. Todos os juizes cadastrados.
Leilão Eletrônico (autos CGJ 0607/2009)	CGJ, DI	CGJ	Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada.
Banco de Idéias com formulário na web	CGJ	CGJ	Aguardando aprovação da monografia apresentada na UDESC (Paulo Remor e Sérgio Zitta)
Sistema de Comunicações Oficiais da CGJ – Sistema Hermes	CGJ, DI, CGINFO	CGJ	Aguarda análise pela Diretoria de Informática e CGINFO. Obrigatoriedade de implantação em 2010. Resolução do CNJ.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
30/01/2009	14h30	Softplan	<i>Demonstração da Gravação audiovisual de audiência no SAJ5</i>
04/02/2009	14h	CGJ	<i>Convênio com a SSP – substituição do PRO3 pelo SISP. Acesso pelo Judiciário e troca de dados (mandados e róis de antecedentes) alimentação do Infoseg.</i>
04/02/2009	15h30	CGInfo	<i>Definições sobre criação de movimentações, esclarecimento de dúvidas da Tabela Processual Unificada. Adequações do SAJ</i>
05/02/2009	14h	CGInfo	<i>Definições sobre criação de movimentações. Formação de grupo para tratar de certidões do SAJ</i>
06/02/2009	14h	CGJ	<i>Execução Penal – reunião com juizes de varas especializadas para tratar dos incidentes excluídos com a implantação da Tabela Processual Unificada do CNJ</i>
16/02/2009	15h	CGJ	<i>Definições para a GECOF no SAJ 5</i>
18/02/2009	10h	Asplan	<i>Desativação do Sistema BESC – migração para os sistemas do BB</i>
18/02/2009	14h	Softplan	<i>Alterações no fluxo da GECOF – migração para o SAJ 5</i>
19/02/2009	13h30	Lages – UDESC	<i>PRODNASC – avaliação e definições p/ 2009</i>
20/02/2009	10h	Asplan	<i>Migração do BESC p/ o BB (Conta única)</i>
26/02/2009	14h	CGJ	<i>Definições com a OAB/SC, CGINFO, Softplan - acerca do SAJ/AJ e do extrajudicial (escrituras de separação e partilha).</i>
27/02/2009	14h	CGJ	<i>Selo Digital</i>
04/03/2009	16h	Asplan	<i>Reunião integração BB/BESC</i>
26/03/2009	14h	Softplan	<i>Definições da GECOF para o SAJ 5</i>
30/03/2009	16h	CGJ	<i>Formação do PEC e controle de presos – para encontro no Rio de Janeiro (Dr. Júlio)</i>
31/03/2009	14h	CGJ	<i>Apresentação pelo BB de sistema da FEBRABAN para informatização do protesto de títulos</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
01/04/2009	14h	CGInfo	Tabela de movimentações (TPU)
03/04/2009	14h	Softplan	Fluxos da GECONF
07/04/2009	10h	DOF	Proposições para o contrato da Conta Única com a CEF
22/04/2009	10h	CGJ	Padronização dos índices de atualização monetária
27/04/2009	14h	DGJ	Protocolo Judicial Expresso e outros assuntos
29/04/2009	10h	DOF	Conta única – modificações de procedimentos
29/04/2009	14h	Softplan	Fluxos da GECONF
30/04/2009	14h	Softplan	Processos e documentos sigilosos - no SAJ 5
05/05/2009	14h30	CGJ	Intimação por telefone
07/05/2009	14h	HS anexo torre II	Execução Penal
08/05/2009	15h	CGInfo	Correio e carta autoenvelopável (SAJ 5) e AR digital
11/05/2009	14h	DGJ	PJEX
12/05/2009	10h	CGJ	Módulo para Infância e Juventude no SAJ
13/05/2009	10h	Asplan	Comarcas integradas e cartório unificado
14/05/2009	10h	CGJ	Rol de suspensos - adequações no SAJ
15/05/2009	10h	CGJ	Distribuição centralizada de títulos para protesto
15/05/2009	14h	CGInfo	Integração com o SISP
26/05/2009	9h30	Asplan	Fundo de Ressarcimento de conduções
01/06/2009	14h	As. Informática	TRE troca de dados
03/06/2009	16h	ASPLAN	Alteração do SAJ/PG – cobrança de custas
04/06/2009	14h	HS – Torre II	Execução Penal eletrônica – SAJ 5 (cartório remoto)
09/06/2009	14h	HS – Torre II	Execução Penal eletrônica – SAJ 5 (cartório remoto)
09/06/2009	15h	CGJ	Apresentação projeto de produtividade dos magistrados ao Corregedor
10/06/2009	10h	CGJ	Planejamento da CGJ
15/06/2009	10h	CGJ	Planejamento da CGJ
16/06/2009	9h30	Asplan	Fundo de Ressarcimento de Conduções
09/07/2009	14h	CGJ	Mandados nas comarcas integradas
09/07/2009	16h	DOF	Transferência da conta única para a CEF
14/07/2009	10h	CGJ	Definições para o SAJ na Corregedoria
14/07/2009	14h	HS – torre II	Processo eletrônico de execução penal
20/07/2009	14h	CGInfo	Cálculo de custas execução fiscal e certidão estadual

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
23/07/2009	14h	CGJ	Definições SAJ 5 da CGJ
23/07/2009	14h30	CGJ	Grupos de competência para atender ato regimental 72/2005
28/07/2009	14h	Ouvidoria	Informações do 2º Grau, Corregedoria e Vice-Corregedor para o CNJ
29/07/2009	10h	CGInfo	Apresentação do SAT para Cartório Remoto de Execução Fiscal
31/07/2009	14h	Anexo HS II	Apresentação do leilão eletrônico no CGInfo
06/08/2009	14h	CGJ	Formal de partilha e cobrança de custas
07/08/2009	14h30	CGJ	Autos 330725-2009.5 pedido de analista de sistemas e TSI para a CGJ
11/08/2009	14h	CGJ	Certidões para o SGC – no SAJ 5
18/08/2009	15h	CGJ	Definições acerca da meta 2 do CNJ
19/08/2009	15h	CGJ	Definições acerca do projeto de leilão eletrônico
09/09/2009	10h	Sala 2 CGJ	Leilão eletrônico
09/09/2009	14h	CGInfo	SAJ 5 e diversos
11/09/2009	10h	Sala 2 CGJ	Execução Fiscal do Município – Capital
11/09/2009	14h	CGJ	Varas cíveis da Capital – redefinição de competência
21/09/2009	14h	CGJ	Índice estadual e certidões
22/09/2009	10h	CGJ	PGE – Precatórios e RPVs, Honorários de peritos em Assistência Judiciária
24/09/2009	10h	CGJ	Mandados comarcas integradas
24/09/2009	14h	Asplan B	Meta 2 do CNJ
24/09/2009	17h	CGJ	SAJ/AJ – alterações
25/09/2009	9h30	Asplan A	Fundo de Ressarcimento de conduções
20/10/2009	14h	Sala 2 CGJ	Projeto de reestruturação da CGJ
22/10/2009	13h30	Softplan	Portal e-SAJ
29/10/2009	14h30	CGJ	CRC – definições para fiscalização de perícias contábeis
12/11/2009	14h	CGJ	Núcleos II e III – Resolução CNJ n. 66. Relação de presos provisórios. Adequações do histórico de partes nas Comarcas.
19/11/2009	10h	Gab. Presidência	SAJ/GECOF – SAT e GERAR. Medida Provisória n. 160/09. Inscrição em dívida ativa de débitos de custas judiciais e multas criminais.
19/11/2009	14h	ASPLAN	Definições para a meta 2 do CNJ
20/11/2009	14h30	CGJ	Tabelas Processuais Unificadas. Ajustes no SAJ. Novas orientações.
23/11/2009	14h	SEF – sala 303	Medida provisória 160/09. CND. Criação de arquivo pelo TJSC e disponibilização para a SEF via webservice.
24/11/2009	14h	CGJ	Índice estadual. Definições de regras para implementações no SAJ. Certidões negativas na web.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
25/11/2009	10h	CGJ	Adequações do SAJ e GECOF. Remessa de informações para o SAT para impedir emissão de CND dos devedores de custas.
26/11/2009	14h30	Presidência	Exposição da situação da meta 2 do CNJ. Nova ações do TJ e CGJ.
27/11/2009	14h	CGInfo	Índice estadual. Definições de alterações do SAJ em conjunto com a Softplan para elaboração de SALT.
3 e 4/12/2009	9 às 18h	Softplan	AIP e Execução Penal. Definições para o fluxo eletrônico e criação de novos eventos para atender problemas identificados no AIP. Alterações de configurações do SAJ (parâmetros).
04/12/2009	15h	Cginfo	Gravação de audiências – SAJ e disponibilização na web.

PARECERES

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0735/2008	Febraban – Federação Brasileira de Bancos. Convênio. Comarca de Caçador. Requerem autorização para instalar equipamentos para comunicação via rádio pela internet e, ainda, uma antena no telhado do Fórum com cabo de interligação. Parecer acolhido, determinando o encaminhamento dos autos à Diretoria de Informática para análise.
CGJ 0703/2008	Consulta. Suspensão dos prazos na Comarca de Otacílio Costa. Como proceder a contagem. Parecer acolhido determinando o arquivamento dos autos.
CGJ 0794/2008	Questiona o Provimento n. 08/2007 (art. 3º, I). Intimação para que o advogado recolha o valor devido a título de custas finais, de vez que tal pagamento é responsabilidade da parte.
325073-2008.3	Relacionado ao cumprimento da Resolução CNJ 61/2008. Cadastro de conta única por pessoas físicas e jurídicas junto ao STJ para acolher bloqueios bancários provenientes do Bacen Jud.
320724-2008.2 (15/01/2009)	Elevação da Comarca de Balneário Camboriú da entrância final para a entrância especial.
CGJ-E 0016/2009	Transmissão de sinais públicos pelas serventias do Estado diretamente ao ERESC. Requerimento formulado pelo Embaixador Representante do MRE em SC.
322696-2008.4	Requerimento formulado pelas Juízas de Direito da comarca de Piçarras para que as cartas precatórias sejam distribuídas conforme a competência material de cada vara.
CGJ-E 0003/2009	Serventias Extrajudiciais. Ajuda de custo mensal. Levantamento das serventias beneficiadas. LCE 429/2008.
326627-2009.3	Instauração de procedimento administrativo para apuração de problemas enfrentados pelos internos do Instituto de Psiquiatria de SC IPQ/SC.
324488-2008.1	Elevação da comarca de Içara à categoria de comarca de entrância final.

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0011/2009	Questiona a publicação no DJ de despacho que determina o pagamento das custas finais em nome do advogado.
CGJ-E 0008/2009	Pedido de Providências solicitando a suspensão dos prazos para protesto de títulos perante os notários das comarcas atingidas pelas cheias em novembro de 2008.
CGJ 0933/2008	Portaria 52/2008 de Brusque – regulamenta a comunicação de sustação de protesto aos tabelionatos de notas da comarca via correio eletrônico.
CGJ 0784/2008	Requer esclarecimentos sobre intimação de sentenças com prazo comum (art. 205 II do CNCGJ)
CGJ-E 0949/2008	Projeto Resgatando a Cidadania. AACC. Gratuidade das certidões do Registro Civil para as pessoas atingidas pelas cheias.
CGJ 0008/2009	Gratuidade das certidões do Registro Civil para as pessoas atingidas pelas cheias.
CGJ 0029/2009	Adoção de novas normas para identificar como preferenciais aos processos em que for parte pessoa com mais de 60 anos. Comarca de Ituporanga.
CGJ 0862/2007	Protocolo de Cooperação firmado entre as CGJs de SC e PR para que os meirinhos possam cumprir mandados nas comarcas limítrofes.
CGJ 0550/2008	Pedido de providências – carga de autos a advogados. Parecer acolhido.
CGJ 0682/2008	Pedido de Providências – Cumprimento de Carta Precatória – Juízo deprecado – Rio Negro/PR
CGJ 0634/2008	Solicita racionalização do uso de papel ofício nas dependências dos Fóruns; utilização integral das folhas frente e verso; uso de papel reciclado.
CGJ 0085/2009	Pedido de Providências – Avisos de Recebimento – Uso do serviço dos correios. Inobservância da Circular n. 48/2008 da CGJ.
CGJ 0896/2007	Mandados judiciais em desfavor de pessoas presas – controle no SAJ – encaminhamento à CGInfo.
329562-2009.1	Resolução n. 14/08 GP, Sistema de Conta Única – alterações implementadas – necessidade de orientação aos Chefes de Cartório
CGJ 0281/2008	Consulta Regulamentação conjunta entre o poder judiciário e o Ministério Público, a respeito de procedimentos da adoção (destituição do pátrio poder familiar, cadastro de pretendentes a adoção etc.)
CGJ 0902/2008	Transferência de valores bloqueados para a conta única do Poder Judiciário (Executado Banco Itaú).
CGJ 0839/2008	Pedido de Providências. Sugestões da OAB/SC: criação de vara especializada em Dto. Previdenciário na Comarca de Palhoça e em Dto. De Família na Capital.
259518-2006.4	Ofício 12365/2006/30ª PJ – Possibilidade de atribuir competência às varas da Família da Capital, para processamento e julgamento dos feitos relacionados às pessoas com mais de 60 anos de idade.
CGJ 0095/2007	Requer sejam disponibilizados na internet os trâmites dos Autos n. 005.02.016438-0.
CGJ 0070/2009	Inspeção Correicional realizada na 1ª Vara da Comarca de Mafra.
CGJ 0071/2009	Inspeção Correicional realizada na 2ª Vara da Comarca de Mafra.
301228-2008.0	Instalação da 3ª Vara em Braço do Norte
185565-2003.4	Sobre aglutinação das Turmas de Recursos
CGJ 0412/2007	Sobre exercício de docência pelos magistrados
CGJ 0184/2009	Desmembramento do cartório unificado das varas criminais da Comarca de São José
314643-2008.0	Definição da competência das varas cíveis da comarca de Timbó.

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0794/2008 (2)	Questiona o Provimento n. 08/2007 (art. 3º, I). Intimação para que o advogado recolha o valor devido a título de custas finais, de vez que tal pagamento é responsabilidade da parte.
CGJ 0218/2009	Consulta – competência para a Corregedoria dos Presídios – Comarca de Palhoça
CGJ 0181/2009	Comarca de Imbituba – distribuição entre as varas (divisão da vara unificada)
CGJ 0116/2006	Solicita baixa de ato normativo recomendado dos magistrados do Estado no sentido de ouvirem o INCRA
CGJ 0213/2009	Centralização do protesto de títulos – FEBRABAN. Projeto conjunto núcleos II e IV, bem como DI.
CGJ 0505/2003 (185287-2003.6)	Ampliação das Comarcas Integradas. Encaminhamento à ASPLAN para realização de estudos.
CGJ 0838/2008	Remuneração de URHs procedimento de alvará judicial. Honorários.
CGJ 0013/2009	Pedido de Providências. Requer vaga para apenada em hospital para tratamento psiquiátrico.
CGJ 0132/2009	Relatório de Inspeção Correicional 2ª Vara Criminal de Itajaí
CGJ 0181/2009	Implementação do sistema de distribuição entre as duas varas da comarca de Imbituba.
332132-2009.0	Solicitação de atuação da Equipe do PIS junto à 3ª Vara Criminal de Itajaí.
CGJ 0291/2009	Custas Iniciais. Recolhimento com boleto bancário pendentes nos sistemas contábeis. Possível fraude.
314643-2008.0	Redefinição das competências das varas cíveis da comarca de Timbó.
332132-2009.0	Deferimento de apoio operacional na 3ª Vara Criminal de Itajaí
CGJ 0184/2009	Desmembramento Cartório Unificado São José. Deferimento.
CGJ 0277/2009	Instalação de Casa da Cidadania em Vidal Ramos. Favorável, mediante manifestação de interesse do município.
332378-2009.1	Solicita apoio operacional (saneamento processual) para o oficialato de justiça da Comarca de Concórdia. Deferimento.
331214-2009.3	Solicita apoio operacional (saneamento processual) na Vara da Fazenda da Comarca de Jaraguá do Sul. Deferimento.
332838-2009.4	Solicita alteração da competência das varas de Jaraguá do Sul. Resolução 33/08-TJ. Deferimento.
CGJ 0897/2007	Execução de Título extrajudicial – Solicitação da Associação dos Oficiais de Justiça/ACOJ para alteração do mandado de citação. Deferimento.
336914-2009.5	Regularização e baixa dos CNPJs dos Cartórios Judiciais de SC
337415-2009.7	Deslocamento de servidor habilitado para efetuar treinamento para contadoria judicial.
271957-2007.6	Convênio Exame de DNA para os beneficiários da AJG.
245608-2006.7	Ofício do Ministério do Desenvolvimento Agrário – oitiva prévia do INCRA, MP e Instituto de Terras nas ações possessórias.
CGJ 0867/2008	Consulta portaria 154/99 – Prazo para remeter os mandados expedidos à Central de Mandados.
CGJ 0349/2009	Realização de exame de DNA no IGP para instrução de processo criminal.
CGJ-E 0026/2009	Arguição de Dúvida n. 10/2008. Realização de homologação das rescisões de contrato de trabalho por Juízes de Paz.
CGJ 0757/2007	Movimentação de processos entranhados. Solicita orientação por escrito.
335841-2009-0	Solicitação do Prefeito de Corupá para instalação de comarca no Município.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
320724-2008.2	<i>Elevação de entrância de BC de final para especial</i>
330723-2009.9	<i>Elevação de entrância de São José de final para especial</i>
335817-2009.8	<i>Elevação de entrância de Tubarão de Final para Especial</i>
333698-2009.0	<i>Elevação de entrância de Brusque de Final para Especial</i>
CGJ 0213/2009	<i>Centralização de protestos em SC Banco do Brasil/Febraban</i>
320992-2009.4	<i>Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Guaramirim.</i>
CGJ 0229/2009	<i>Consulta. Competência para processar e julgar cartas precatórias acidentárias/previdenciárias na Comarca de Criciúma.</i>
301236-2008.0	<i>Fixação competência entre as varas cíveis da Comarca de Joinville para processar as exec. de sentença arbitral.</i>
CGJ 0347/2009	<i>Divisão Cartório unificado da Comarca de Içara.</i>
CGJ 0492/2007	<i>Competência da Furb para julgar os feitos inicialmente ajuizados pelo serviço judiciário da universidade em que, posteriormente, a parte venha a constituir advogado contratado.</i>
332904-2009.8	<i>Intervenção do Programa de Implantação de serviços judiciários – Comarca de Capinzal.</i>
0444/2009	<i>Possibilidade de expedição de alvarás judiciais em favor do advogado da parte.</i>
338061-2009.0	<i>Força-tarefa para comarca de Tijucas.</i>
CGJ 0276/2009	<i>Vinculação administrativa dos Assistentes Sociais, Psicólogos e Comissários da Infância e Juventude</i>
CGJ 0071/2009	<i>Inspeção de Mafra – 2ª Vara – verificação de pendências</i>
276234-2007.0	<i>Infojud – conclusão da implementação, criação de site no portal da CGJ e edição de provimento (n. 13/09).</i>
335226-2009.9	<i>PIS – Capacitação e apoio a 2ª Vara Cível da Capital – deferimento.</i>
246334-2006.2	<i>PIS – Capacitação no foro de Balneário Camboriú – indeferimento – atribuição da Academia Judicial.</i>
333825-2009.8	<i>PIS – Capacitação novos servidores da Comarca de Indaial – deferimento.</i>
340404-2009.8	<i>PIS – Apoio operacional – 2ª Vara de Biguaçu – deferimento.</i>
340402-2009.1	<i>PIS – Apoio operacional e capacitação de servidores – Caçador – Vara Criminal – deferimento.</i>
186471-2003.8	<i>Vara de Execução Penal Regional – Araranguá – perda de objeto.</i>
340545-2009.1	<i>Pedido de elevação de entrância da Comarca de Rio do Sul de entrância final para especial. Indeferimento.</i>
335835-2009.6	<i>Criação e instalação da 2ª Vara da Comarca de Taió. Pelo deferimento desde que analisado conjuntamente com o pedido de criação da Comarca de Pouso Redondo.</i>
CGJ 0920/2008	<i>Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Sistema Nacional de controle de Interceptações. Encaminhamento à Diretoria de Informática para implementações no SAJ/PG.</i>
333434-2009.1 e 335100-2009.9	<i>Pedido de instalação da 3ª Vara de Içara. Despacho para apensar aos autos 306272-2008.4 e devolução à DGA. Manifestação oportuna naqueles autos.</i>
341531-2009.7	<i>PIS – Capacitação de distribuidor Araquari – deferimento.</i>
327899-2009.9	<i>Projeto de Cartório Remoto para processos eletrônicos de Execução Fiscal Estadual e Municipais. Acolhimento. Proposta de Resolução Conjunta.</i>
CGJ 0290/2009	<i>Cadastro nacional de Improbidade Administrativa – CNJ. Circular para juízes alimentarem o sistema. Arquivamento.</i>

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
337701-2009.6	<i>Criação da Comarca de Pouso Redondo. Pelo deferimento. Análise conjunta com os autos 314643-2008.8 que solicita a criação da 2ª Vara na Comarca de Taió.</i>
CGJ 0257/2009	<i>Pesquisa do CNJ "Sistema da Justiça da Infância e Juventude". Atendimento. Orientação aos juízes. Arquivamento.</i>
CGJ 0584/2009	<i>Consulta sobre arquivamento de processos com pendência de pagamento de multa penal. Impossibilidade. Decisão do Conselho da Magistratura.</i>
CGJ 0610/2009	<i>Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIEP (CNJ). Circular para magistrados alimentarem. Desativação do relatório eletrônico da CGJ.</i>
301236-2008.0	<i>Redefinição de competência das varas cíveis de Joinville – 2ª e 3ª - perda de objeto. Execução de Sentença Arbitral. Resolução TJ n. 19/08.</i>
334665-2009.0	<i>Redefinição de competência das vara da Comarca de Brusque – pelo acolhimento.</i>
301236-2008.0	<i>Redefinição de competência das varas 2ª e 3ª Cíveis de Joinville. Perda do objeto. Resolução TJ n. 19/08.</i>
CGJ 0726/0009	<i>Comarcas Integradas. Procedimento de remessa de mandados. Decisão do Conselho da Magistratura. Edição de provimento.</i>
CGJ 0708/2009	<i>Pedido OAB/SC – Carga Rápida – perda de objeto.</i>
342988-2009.1	<i>PIS – Pedido de apoio operacional – Oficialato de Justiça – Comarca de Presidente Getúlio. Deferimento.</i>
331302-2009.6	<i>Criação de Vara Regional de Execuções Penais – Criciúma – Pelo deferimento.</i>
342656-2009.4	<i>Corregedoria dos presídios. Varas Criminais de Palhoça. Redefinição de competência. Pelo acolhimento.</i>
343912-2009.7	<i>PIS – Pedido de apoio operacional – Juizado Especial Cível e Criminal de Jaraguá do Sul. Pelo indeferimento.</i>
343550-2009.4	<i>PIS – Pedido de apoio operacional – Navegantes. Pelo deferimento.</i>
CGJ 0505/2003 (185287-2003.6)	<i>Ampliação das Comarcas Integradas – Pela suspensão da tramitação até implementação definitiva do modelo implantado nas Comarcas Integradas da Capital, Biguaçu, Palhoça e São José.</i>
CGJ 0411/2009	<i>Ordem de serviço n. 01/09 – Execução Fiscal – Comarca de Araranguá. Determinação de modificações/adequações.</i>
344021-2009.4	<i>Despacho para apensar autos 331979-2009.2 e 333435-2009.0 que tratam do mesmo tema. Instalação da 2ª Vara na Comarca de Maravilha.</i>
CGJ 0607/2009	<i>Leilão Eletrônico. Pedido de regulamentação. Pelo deferimento – definição de critérios e requisitos. (08/09)</i>
CGJ 0456/2009	<i>Pedido de Leiloeiros Oficiais – Leilão Eletrônico. Indeferimento. Perda de objeto. (08/09)</i>
344393-2009.0	<i>PIS – Pedido de Capacitação Contadoria do Foro Central. Pelo deferimento. (08/09)</i>
CGJ 0488/2009	<i>Centrais de Mandado – Comarca da Capital – Foro Central – Perda de objeto. Decisão do Conselho da Magistratura. (08/09)</i>
299121-2008.7	<i>PIS – Comarca de Urussanga – Pedido de Apoio. Indeferimento. Pedido de capacitação. Deferimento. (08/09)</i>
CGJ 0445/2009	<i>Penhora online de imóveis. Deferimento de seguimento do projeto. Remessa ao núcleo IV. Reuniões para definições no núcleo II. Remessa a CGInfo posteriormente. (08/09)</i>
CGJ 0714/2009	<i>Gravação Audiovisual de audiência – Provimento incluindo subseção no CNCGJ. (08/09)</i>
CGJ 0716/2009	<i>Consulta da CGJ/TO – leilões por empresas privadas – não realização. Informa programa de hastas públicas por leiloeiros oficiais e projeto para o leilão eletrônico. (08/09)</i>
CGJ 0047/2005	<i>Protocolo Judicial Expresso – Análise da minuta de resolução conjunta. Proposta de alterações. (08/09)</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0720/2009	Comarca de São Miguel do Oeste – Conta corrente particular – depósito de diligências – desrespeito à Resolução n. 05/86 do Conselho da Magistratura. (08/09)
CGJ 0680/2008	Balneário Camboriú – consulta sobre avaliação por corretores de imóveis. Inacolhimento do pedido. (08/09)
CGJ 0914/2009	2ª Vara de Ituporanga – consulta obrigatoriedade cumprimento mandados – Juizado Especial – sem recolhimento de diligências. (08/09)
CGJ 0599/2009	Consulta – IRRF – dano moral – Informações constantes do manual da CGJ corretas. Inacolhimento. Envio de cópias à OAB. (08/09)
CGJ 0672/2009	Alteração Competência das Varas da Comarca de Braço do Norte – pelo acolhimento com proposta da CGJ. (08/09)
CGJ 0371/2009	Tabelas de honorários de tradutores e intérpretes. Proposta de alteração da LC 156/97. Remessa ao Conselho da Magistratura. (08/09)
332904-2009.6	PIS – Comarca de Capinzal. Pedido de apoio para saneamento processual. Deferimento. (08/09)
342262-2009.3	PIS – Pedido de apoio ao ofício. Comarcas de Palhoça, São José, Videira e São João Batista. Pelo deferimento com verificação. (08/09)
CGJ 0863/2009	Intimafone. Projeto aprovado para intimação de partes e testemunhas no âmbito dos juizados especiais. Edição de Provimento (08/09)
332052-2008.4	Redefinição de competência. Especialização das varas cíveis da Comarca da Capital – foro central – Concessão de prazo. (08/09)
CGJ 0963/2009	Consulta ao Conselho da Magistratura. Definição de valor de degravação. (08/09)
344389-2009.2	Videoaudiência. Réus presos. Pelo acolhimento e pela celebração de convênio com a SSP (08/09)
CGJ 0877/2009	Integração da Unidade de Execuções Fiscais da Capital (Municipais e Estaduais) ao CREPE. Autorização. (08/09)
346442-2009.3	PIS – Pedido de apoio para saneamento processual na 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul. Deferimento. (08/09)
332693-2009.4	Alteração do CNECJ (arts. 744 e 896). Remessa ao FRJ. (08/09)
330725-2009.5	Designação de Analista de Sistemas e TSI para a CGJ. Indicação de TSI (Débora Zitta Belatto) aprovada. Encaminhamento a CGInfo para indicação de Analista de Sistemas (08/09)
CGJ 0987/2009	Meta 2 do CNJ – Recomendação n. 24. Adoção de providências. Edição de Circular sobre mutirão do júri, seleção de processos e mutirão de sentenças. (08)
CGJ 0945/2009	Utilização da sentença registrada no SAJ para instruir execução de prestação alimentícia. Encaminhar à Diretoria de Informática para avaliação. (08)
343416-2009.8	Pedido de autorização de relógio protocolo na Vara de Execuções Fiscais de São José. Pelo não acolhimento. Encaminhamento ao CGInfo. (08)
CGJ 0824/2008	Inspeção em Presidente Getúlio. Aprovação das providências adotadas. Arquivamento. (08)
343853-2009.8	Opina pela modificação da resolução 41/07 – incluir artigo sobre a fixação da competência. Devolução ao Conselho Gestor dos Juizados Especiais. (08)
347104-2009.7	PIS – Pedido de apoio oficialato de Justiça de Santa Rosa do Sul. Pelo deferimento, bem como por ofício a DRH para criação de cargo. (08)
337333-2009.9	Jaraguá do Sul – Pedido de criação de varas. Pelo acolhimento parcial com a criação do Juizado Especial Cível e Criminal e 2ª Vara Criminal. (09)
333312-2009.4	Itajaí – Pedido de criação de varas. Pelo acolhimento parcial com a criação de uma vara cível comum, uma vara cível bancária e a 2ª Vara da Família. (09)

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0803/2009	Remuneração de advogados – certidão de URHs – Itajaí – consulta precedente. Encaminhamento à OAB para adequação da Lei Complementar 155/97. (09)
CGJ 0721/2009	Remuneração de advogados – certidão de URHs – Indaial – consulta precedente. Encaminhamento à OAB para adequação da Lei Complementar 155/97. (09)
CGJ 1103/2009	Portaria nº 01/2009 – 1ª Vara Cível de Curitibaanos – Programa de hastas públicas – leiloeiros. Determinação de adequação para contemplar rodízio. (09)
CGJ 0703/2009	Criação de Vara exclusiva para execuções contra a fazenda pública e precatórios. Pelo acolhimento – Remessa à Comissão de DOJ. (09)
CGJ 0655/2008	Pedido de inspeção na 2ª Vara de Guarimir. Arquivamento face realização nos autos CGJ 0712 e 0713/2009. (09)
CGJ 1161/2009	CNJ – Pedido providências n. 200910000015050. Tabela única de índice de correção monetária. Prestação de informações – contrariamente. (09)
CGJ 0446/2007 e CGJ-E 0298/2009	Tabela única de índice de correção monetária. Colégio de Corregedores e outro. Estudo com manifestação pelo indeferimento. (09)
CGJ 0362/2009	URHs – consulta acerca de valor fixado não compatível com a classe. Encaminhamento para OAB. (09)
CGJ 0887/2009	Requer a revogação da Circular nº 181/1999. Distribuição de processos de Busca e Apreensão e Reintegração de Posse, em segredo de justiça. (10)
CGJ 0411/2009	Ordem de Serviço da Comarca de Araranguá – Manual de Procedimentos Básicos do Executivo Fiscal. (10)
CGJ 1014/2009	CNJ Procedimento administrativo n. 200910000023691 – Carga a advogados sem procuração nos autos. Revisão do Código de Normas neste aspecto. Acolhimento e edição de provimento. (10)
CGJ 0592/2009	Encaminhamento de proposta de normatização com padronização de procedimento relativo aos RPVs. Encaminhamento de projeto ao CGInfo para criação de formulário eletrônico para RPV do Estado. (10)
CGJ 0787/2008	Determina atendimento dos magistrados ao contido na Resolução 59/2008, bem como, correção de alimentação deficiente conforme Ofício-Circular n. 020/CNJ/COR. (10)
CGJ 1162/2009	Informações ao CNJ acerca de padronização de dados de processos de competência Originária. Incompetência da CGJ. Encaminhado para a Direção Geral Judiciária. (10)
CGJ 0434/2009	Resolução CNJ n. 62. Assessoria Jurídica Voluntária. Oficiar a OAB/SC para manifestar interesse no projeto e fazer sugestões. (10)
CGJ 0728/2009	Corregedoria do MP. Relatórios do SAJ e Inspeção Virtual não conferem com a realidade. Lançamento equivocado de movimentação pelo cartório. Correção. (10)
341832-2009.4	Rio Negrinho. Pedido para criação de vara para os processos de idosos. Indeferimento. (10)
341836-2009.7	Joinville. Pedido para criação de vara privativa para atendimento de deficientes e idosos. Indeferimento. (10)
337567-2009.6	Redefinição de competência das Varas Cíveis da Comarca de Caçador. Acolhimento. Remessa à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias. (10)
CGJ 0671/2009	Prioridade ao atendimento de pessoas idosas. Criação de etiqueta adesiva. Expedição de Ofício-Circular. (10)
CGJ 1098/2009	Mandados para cumprimento urgente (réu preso e adolescente internado). Alteração do CNCGJ. Edição de provimento. (10)
CGJ 0919/2009	Retirar processo de sucessão de maiores e capazes da vara da Infância e Juventude de Joinville. Pelo acolhimento. (10).
CGJ 0278/2009	Consulta 2ª Vara de Criciúma. Juizado Especial. Citação editalícia. Competência comum. Distribuição entre as varas livremente. Encaminhamento de ofício com cópias. (10)

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0414/2009	Consulta sobre viabilidade de convênio com o INSS. Sistemas. Encaminhamento ao CGInfo. DGJ e DMP. (10).
CGJ 0953/2009	Provimento CGJ n. 06/82. Vigência. Comunicação aos juízes de São Miguel do Oeste. (10).
CGJ 0709/2009	Proposta de alteração do art. 70 do CNCJ para receber petições e recursos destinados aos tribunais superiores. Pelo acolhimento com prévio encaminhamento ao Conselho da Magistratura. (10).
CGJ 1437/2009	Adequações no SAJ/AJ – Pedido da OAB e da PGE. Remessa ao Cginfo. (11)
351542-2009.7	Resolução CNJ n. 72. Juízes Auxiliares do TJ e da CGJ. Proposta de regulamentação pelo TJ. Remessa Presidência. (11)
CGJ 0717/2009	Consulta INSS. Peritos grafotécnicos. Conhecimento e resposta. (11)
CGJ 1192/2009	Redefinição de competência das varas criminais de Blumenau. Cartas Precatórias. Pelo acolhimento. Remessa à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias. (11)
CGJ 1435/2009	Fiscalização do CRC em perícias contábeis. Autorização. Expedição de ofício-circular. (11)
343454-2009.0	Criação de controles no SAJ relacionados à cobrança de custas e assistência judiciária. Remessa ao CGInfo. (11)
CGJ 0284/2009	Autorização de Viagem. Competência do juiz da comarca de residência dos pais. Expedição de ofício-circular. (11)
CGJ 1455/2009	Honorários de perito. Expedição de ofício-circular solicitando informações acerca do arbitramento dos honorários aos juízes. (11)
CGJ 1490/2009	Consulta CNJ e Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais. CEMPA e outros. Resposta enviada. Ofício-Circular de consulta aos juízes expedida. (11)
246372-2006.5	Pedido de providências. Estatuto do Idoso. Processos preferenciais. Portadores de Deficiência. Providências adotadas a partir de 2006 com mutirão de sentenças entre outras. Pela devolução à Presidência. (11)
CGJ 1489/2009	Projeto de Justiça nas Férias ou de Verão. Encaminhamento ao Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais. (11)
341385-2009.3	Levantamento de processos cobrança de custas não recolhidas – Joinville. Expedição de ofícios aos juízes envolvidos. Nova inspeção na contadoria. Instauração de sindicância. Remessa à DOF. (11)
343702-2009.7	Auditoria de processos – cobrança de custas não recolhidas – Balneário Camboriú, Itajaí e Blumenau. Expedição de circular. Expedição de ofícios aos juízes envolvidos. Expedição de correio eletrônico com orientação da CGJ. Remessa à DOF. (11)
313463-2008.6	Obtenção de senhas para máster do CCS. Conclusão. Devolução à DMP. (11)
355927-2009.0	Comarca de Navegantes. Proposta de competência em decorrência da instalação da 2ª Vara. Acolhimento. Remessa à CDOJ. (11)
CGJ 1504/2009	SERASA. Consulta acerca do fornecimento de fichas de assinaturas dos responsáveis por emissão de certidão negativa com o fito de evitar fraudes. Deferimento e encaminhamento de proposta ao CGInfo. (11)
CGJ 1499/2009	Análise de portaria – Vara de Execuções Fiscais Estaduais. Capital. Programa de Hastas Públicas. Determinação de ajustes. (11)
CGJ 1588/2009	Sistema de Antecedentes do Paraná – Oráculo. Inclusão no CNCJ. Autorização de acesso ao sistema no site da CGJ. (12)

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

VIAGENS

DATA	LOCAL	ASSUNTO
09 a 13/02	Mafra (1ª e 2ª Vara)	Inspeção Correicional
19/02	Lages	Reunião do PRODNASC
09/03 a 13/03	Itajaí	Inspeção Correicional
13 a 17/04	Chapecó (1ª, 2ª e 3ª Vara Crime)	Inspeção Correicional
23/04	Lages	Reunião na UDESC sobre o PRODNASC e software de administração de exames
04 a 08/05	Capinzal	Inspeção Correicional
18 a 22/05	Curitibanos	Inspeção Correicional
29/06 a 03/07/2009	Concórdia	Inspeção Correicional
14 a 18/09/2009	Blumenau	Inspeção Correicional
28/09 a 02/10/2009	Laguna	Inspeção Correicional
19 a 23/10/2009	Canoinhas	Inspeção Correicional

EVENTOS

DATA	LOCAL	ASSUNTO
14/08/2009	Tribunal Pleno	Apresentação do sistema de gravação de audiência (esclarecimentos sobre o Provimento 20/09)

OUTRAS ATIVIDADES

DATA	LOCAL	ASSUNTO
07/07/09	Academia Judicial	Orientações aos novos juízes
16/07/2009	Auditório Foro Des. Eduardo Luz	Orientação acerca do procedimento de distribuição de mandados nas comarcas integradas – Provimento CGJ n. 17/2009
17/08/2009	Unidade de Execução Fiscal do Município – Foro da Capital	Verificação dos “gargalos” na tramitação dos processos e cálculo de custas. Aperfeiçoamentos possíveis no SAJ – Custas
18/08/2009	Gabinete Des. Volpato – Presidente do FRJ	Acompanhamento de audiência sobre o pedido de recursos para a UDESC para atendimento ao PRODNASC
30/07/2009	Projeto Piloto do Sistema Intimafone	Fórum Distrital do Estreito – Juizado Especial Civil

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

OFÍCIOS/OFÍCIOS-CIRCULARES/CIRCULARES

NÚMERO	TIPO	DATA	ASSUNTO
006/2009	Ofício Circular	16/01/2009	Autos 0016/2009. Atualização e envio de valores de sinais públicos pelas serventias extrajudiciais diretamente ao ERESC para legalização de documentos.
009/2009	Ofício Circular	20/01/2009	Autos CGJ-E 008/2009. Suspensão dos prazos para protesto de títulos nas comarcas atingidas pelas cheias em novembro de 2008.
011/2009	Ofício Circular	26/01/2009	Foro Extrajudicial Parceria para o Projeto Social visando a emissão de Certidões às pessoas atingidas pelas chuvas e suas consequências. CGJ/AACC/MPSC.
012/2009	Ofício-Circular	29/01/2009	Serviço Posta Restante
013/2009	Ofício-Circular	28/01/2009	Autos CGJ 0862/2007. Protocolo de Cooperação entre SC e PR para que os meirinhos possam cumprir mandados nas comarcas limítrofes.
019/2009	Circular	27/02/2009	Disciplina de saques no Sistema da Conta Única, nova disciplina L 13.186/04
021/2009	Circular	22/04/2009	Orienta magistrados para observação dos procedimentos recomendados pelo Conselho da Magistratura acerca da declaração de suspeição
016/2009	Circular	22/04/2009	Orienta sobre o pagamento de custas processuais em acordo quando uma das partes é beneficiária da Assistência Judiciária ou Justiça Gratuita.
028/2009	Circular	25/05/2009	Recomenda seja observado rodízio entre os leiloeiros habilitados na Junta Com. do Estado, conforme previsão expressa do art. 2º da Resolução n. 01/07-CM e art. 224, §3º, do CNCJG.
36/2009	Circular	04/06/2009	Metas do CNJ – processos distribuídos anteriormente a 31/12/2005 – preferência no julgamento.
038/2009	Circular	05/06/2009	Possibilidade de expedição de alvará judicial em favor do advogado da parte. Encaminha cópia do parecer lavrado no processo 0444/2009.
43/2009	Circular	15/06/2009	Sistema Nacional de Controle de Interceptações. Circulares CGJ n. 49/08 e 59/08. Não implementação de rotina para importação de dados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Determinação para que os Magistrados passem a alimentar as informações no site do CNJ
44/2009	Circular	29/06/2009	Decisão do Conselho da Mag. sobre a competência para parcelamento da multa penal.
46/2009	Circular	10/07/2009	Comunica sobre obrigatoriedade de alimentação do CNIEP. Desativação do relatório eletrônico da CGJ.
45/2009	Circular	10/07/2009	Cadastro e arquivamento de processos antigos. Orientação da Divisão Judiciária.
53/2009	Circular	25/08/2009	Suspensão de prazos e expedientes. Recomendação de ajustes e procedimentos.
54/2009	Circular	25/08/2009	Procedimentos para atender a meta 2 do CNJ. Mutirão do Júri e de sentenças.
63/2009	Circular	08/10/2009	Ofício Circular n. 020/CNJ/COR/2009. Cadastro Nacional de Interceptações Telefônicas. Prazo de dez dias para regularização das pendências dos meses de agosto e setembro de 2009.
119/2009	Ofício-circular	03/11/2009	Etiqueta de prioridade para portador de deficiência.
125/09	Ofício-Circular	10/11/2009	Fiscalização do CRC – Perícias contábeis.
128/2009	Ofício-Circular	12/11/2009	Solicitação de informações sobre existência de instituições de atend. a usuários de drogas.
76/2009	Circular	17/11/2009	Recolhimento de custas iniciais nos embargos à Execução. Art. 508 do CNCJG.
129/2009	Ofício-Circular	14/11/2009	Competência para autorização de viagem – Infância e Juventude. Juiz plantonista.
135/2009	Ofício-Circular	25/11/2009	SERASA. Autorização para assinatura de fichas de autógrafos.

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

MINUTAS DE PROVIMENTO

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
09/2009	25/05/09	Prazo para remessa dos mandados à central de Mandados (Zitta)
10/2009	25/05/2009	Juizes de Paz – atuação na rescisão de contrato de trabalho
11/2009	04/06/2009	Alteração dos artigos 75 e 484 do CNCGJ
12/2009	08/06/2009	Alteração do art. 89 do CNCGJ – carta precatória por fax
13/2009	06/06/2009	Inclusão do Infojud no CNCGJ
14/2009	09/06/2009	Alteração do cálculo de produtividade de magistrados (autos CGJ n. 0483/2008)
15/2009	24/06/2009	Alteração do art. 517 do CNCGJ
16/2009	10/07/2009	Altera o art. 517-C do CNCGJ sobre a alteração do banco depositário da conta única – Bacenjud.
17/2009	13/07/2009	Comarcas integradas – procedimentos para distribuição de mandados na Grande Florianópolis.
20/2009	07/08/2009	Inclusão de subseção de gravação audiovisual de audiências.
21/2009	07/08/2009	Altera o art. 621 do CNCGJ – nomes dos nubentes
22/2009	18/08/2009	Institui o sistema de Intimação por Telefone – INTIMAFONE nos Juizados Especiais.
23/2009	27/10/2009	Altera os arts. 308, 309 e 310 do CNCGJ, que tratam da interdição de estabelecimentos prisionais. (Autos CGJ n. 0938/2009)
24/2009	27/10/2009	Acrescenta parágrafos ao art. 206-A do CNCGJ que tratam da carga rápida a advogado sem procuração nos autos quando houver falta de servidores para portarem os autos para extração de cópias.
26/2009	03/11/2009	Alteração dos art.s 405, 428 e 407-A do CNCGJ. Cumprimento de mandados em processo com réu preso ou adolescente submetido à medida de privação de liberdade.
25/2009	03/11/2009	Alteração do art. 220 do CNCGJ. Conta do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Mudança para o Banco do Brasil.
28/2009	12/11/2009	Inclui seção no CNCGJ sobre o SISP – sistema integrado de segurança pública. Convênio TJSC.
29/2009	18/11/2009	Alteração do Art. 580 do CNCGJ. Autos CGJ-E 1083/2009.
30/2009	03/12/2009	Inclui seção no CNCGJ sobre o Oráculo – sistema de antecedentes do Paraná. Convênio.
	07/12/2009	Inclui seção no CNCGJ sobre o CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional. Convênio do CNJ e BACEN.

MINUTAS DE RESOLUÇÃO E RESOLUÇÃO CONJUNTA

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
	04/06/2009	Remoção de servidores
04/09 – GP/CGJ	06/07/2009	Cartório Remoto de Processos Eletrônicos – CREPE
		Plantão Judiciário – adequação à resolução do CNJ (autos 0252/2009)

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

O Núcleo II participou da elaboração de diversas minutas de Resoluções e Resoluções Conjuntas, respostas diversas em modo papel, cerca de 1.025 e-mail's respondidos sobre os projetos em andamento e dúvidas acerca de procedimentos do foro judicial. Também foram atendidos pessoalmente vários Consulentes, entre pessoas físicas, jurídicas e Advogados.

3.3 Núcleo III – Correicional, instrução disciplinar e Execução Penal

3.3.1 Inspeções Judiciais Ordinárias

Foram abrangidas aproximadamente 10% das unidades judiciárias (inspeções "in loco").

► INSPEÇÕES JUDICIAIS ORDINÁRIAS

NÚMERO	COMARCA/VARA	PERÍODO
1	Mafra (1ª e 2ª Varas)	09 a 12/02/2009
2	Itajaí (3ª Vara Criminal e 4ª Vara Cível)	09 a 13/03/2009
3	Itajaí (1ª e 2ª Vara Criminal)	16 a 20/03/2009
4	Presidente Getúlio (Vara Única)	01 a 03/04/2009
5	Chapecó (1, 2ª e 3ª Varas Criminais)	13 a 17/04/2009
6	Capinzal (1ª e 2ª Vara)	04 a 08/05/2009
7	Rio do Sul (Vara Criminal)	18 a 22/05/2009
8	Curitibanos (Vara Criminal)	18 a 22/05/2009
9	Concórdia (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	29/06 a 03/07/2009
10	Guaramirim (1ª e 2ª Vara)	13 a 17/07/2009
11	Balneário Camboriú (1ª e 2ª Varas Criminais)	27 a 31/07/2009
12	Blumenau (1ª, 2ª e 3ª Vara Criminal e J. Esp. Criminal)	14 a 18/09/2009
13	Laguna (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	28/09 a 02/10/2009
14	Canoinhas (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	19 a 23/10/2009
15	Capital (1ª e 2ª Varas da Família)	03 a 06/11/2009

Total = 33 unidades jurisdicionais inspecionadas

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.3.2 Inspeções Remotas (à distância)

Meta de atingir 50% das unidades judiciárias (não inspecionadas “in loco”).

Foram elaborados quadros com a seleção

de unidades para serem inspecionadas, preferencialmente com competências assemeelhadas para facilitar a geração de relatórios. Devem ser atuados processos individuais para acompanhamento.

► INSPEÇÕES REMOTAS

NÚMERO	COMARCA/VARA	PERÍODO
1	Varas da Fazenda da Comarca da Capital	
2	Rio Negrinho (para instruir autos 0583/2009)	31/08/2009

Em razão do estabelecimento da “Meta 2” pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como prioridade, as inspeções à distância foram postergadas para o ano de 2010, com a elaboração de cronograma e roteiro específicos.

3.3.3 Inspeções Ordinárias Emergências:

Foram alocados períodos de tempo para atendimento de até 5% das unidades jurisdicionais que necessitassem de inspeções “in loco” por razões emergenciais.

► INSPEÇÕES ORDINÁRIAS EMERGÊNCIAS

COMARCA/VARA	PERÍODO	MOTIVO
Biguaçu (J. Especial Cível e Criminal)	10 e 11/03/09 (Dr. Volnei)	Funcionamento da vara
Içara	06/05/09 (Dr. Volnei)	Viagem ao exterior
Santo Amaro da Imperatriz	27/04/09	Retorno de inspeção
Capital (Vara da Infância e Juventude)	11/05/09	Viagem ao exterior
Joinville (Vara da Infância e Juventude)	28 e 29/05/09 (Dr. Dinart)	Processos de adoção direta
2ª Vara de São Bento do Sul	23 a 25/06/09 (Dr. Volnei)	Processos de adoção e infância e juventude

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.3.4 Inspeções Extraordinárias

Conforme artigo 396 do CDOJESC a Correição Extraordinária realizada pela CGJ tem por objetivo averiguar abuso ou irregularidade atribuída a juiz, sendo dirigida pessoalmente pelo Corregedor-Geral da Justiça, em segredo de justiça.

Segundo disposição do art. 395 (parágrafo único) do mesmo diploma, o Conselho da Magistratura pode determinar que a CGJ promova correição extraordinária em face de irregularidade ou transgressão da disciplina judicial praticada por juiz de paz, auxiliar da justiça e autoridades policiais. Caso seja necessária a realização de uma inspeção extraordinária, normalmente muito rara, é preciso reservar algum período durante o ano. Para tanto, podem ser utilizados os períodos em que não marcadas as inspeções ordinárias.

3.3.5 Inspeções das Unidades Prisionais:

Foi realizada a 1ª Fase do Projeto de Revitalização da Execução Penal, conforme o cronograma exposto a seguir:

► INSPEÇÕES DAS UNIDADES PRISIONAIS

COMARCA/VARA	PERÍODO
Mafra – Presídio	10 a 11 de fevereiro
Porto União – UPA	12 de fevereiro
Tijucas – Presídio Regional	17 de fevereiro
Itajaí	05 a 07 de março
Itapema	06 de março
Imbituba	09 de março
Laguna	10 de março
Tubarão	11 de março
Ituporanga	14 de abril
Rio do Sul	15 de abril
Itajaí	16 de abril
Caçador	13/14 de julho
Curitibanos	15 de julho
Correia Pinto	16 de julho
São Miguel do Oeste	21 de julho
Xanxerê	22 de julho
Joaçaba	23 de julho
Capinzal	23 de julho
Araranguá	24 a 25 de agosto
Criciúma	30 de setembro
Brusque	13 de outubro

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.3.6 OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

LOCAL	MOTIVO	PERÍODO
Joinville	Verificação junto à CGINFO sobre os problemas para emissão de certidão de pena a cumprir	21 e 22 de janeiro
São Francisco e Jaraguá do Sul	Oitiva do Juiz de São Francisco do Sul e Inspeção do Presídio de Jaraguá do Sul	9 de fevereiro
Itajaí	Inspeção e mutirão na Vara Execução Penal	16/18 e 19/20 março
Rio de Janeiro	Seminário sobre o Sistema Carcerário Nacional	1 a 4 de abril
Blumenau	Inspeção de cinco cartórios extrajudiciais	28 e 29 maio
Brasília	Câmara dos Deputados – CPI do Sistema Carcerário	10 a 12 agosto
Brasília	1º CONSEG	26 a 30 agosto
Brasília	CNCP e Conselho Nacional de Justiça	14 a 15 de setembro
Gaspar	Encontro de Adoção e Encontro dos Juizes e Promotores da Infância e Juventude	23 a 25 de setembro
Itajaí	Reunião na Vara Infância e Juventude – CIP de Itajaí	6 de outubro
Blumenau	Apoio à VEP de Blumenau	26/30 outubro
Campo Grande – MS	2ª Reunião CONAPA	3 a 6 de novembro
Criciúma	Mutirão Carcerário	23 a 27 de novembro
Joinville	Mutirão Carcerário	30 de novembro
Criciúma	Mutirão Carcerário	30 de novembro a 4 de dezembro

3.3.7 OUTROS EVENTOS REALIZADOS

NOME	OBJETIVO	INSTALAÇÃO
1) Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal	Congregar juizes que atuam na execução penal, objetivando o intercâmbio de informações e o fomento de idéias inovadoras para a área	Setembro de 2009
2) Fórum Estadual de magistrados da Infância e da Juventude	Congregar juizes que atuam na infância e juventude, objetivando o intercâmbio de informações e o fomento de idéias inovadoras para a área	Setembro de 2009
3) Assinatura de três resoluções conjuntas, com a Presidência, na área da Infância e da Juventude	1) número 07 que estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados pelos Magistrados com atribuição na área da Infância e Juventude, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos em que adolescentes estejam submetidos à medida sócio-educativa privativa de liberdade. 2) número 08, que estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados por Magistrados com atuação nas Varas da Infância e Juventude, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos em que crianças ou adolescentes estejam submetidas a medida de proteção em programas de acolhimento institucional ou familiar ou programas similares, bem como sejam observadas as disposições legais para a adoção, notadamente o respeito ao Cadastro de Pretendentes à Adoção. 3) número 09, que estabelece	Outubro de 2009

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.3.7 OUTROS EVENTOS REALIZADOS (CONT.)

NOME	OBJETIVO	INSTALAÇÃO
	recomendações sobre procedimentos a serem observados pelos Magistrados com atuação nas Varas Criminais, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos criminais relativos a crimes de abuso, violência ou exploração sexual, bem como violência física e/ou psicológica (maus tratos/ tortura) praticados contra crianças e adolescentes.	
4) Assinatura de Resolução Conjunta número 10, criando O Grupo Operacional da Execução Penal	Tem por finalidade o auxílio ao Tribunal de Justiça, visando o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na execução penal em todo o território catarinense, e define-lhe a atuação. Com atuação vinculada à Corregedoria Geral da Justiça e ao Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal, será composto por um magistrado representante de cada região do Estado de Santa Catarina, preferencialmente dentre os juízes com atuação na execução penal, e mais um magistrado na função de coordenador, com atuação na Comarca da Capital, de livre nomeação do Corregedor-Geral da Justiça, ouvida a Presidência do Tribunal de Justiça, por portaria da Corregedoria Geral da Justiça, com mandato de um ano, permitida a recondução.	Novembro 2009
5) Assinatura da Resolução Conjunta número 11, criando o Grupo Operacional da Infância e da Juventude	Tem por finalidade elaborar políticas públicas sociais, servindo de auxiliar ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, visando o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na jurisdição da Infância e Juventude em todo o território catarinense. Com atuação vinculada à Corregedoria Geral da Justiça e ao Fórum Estadual de Magistrados da Infância e da Juventude, será composto por um magistrado representante de cada região do Estado de Santa Catarina, preferencialmente dentre os juízes com atuação na Infância e na Juventude, e mais um magistrado na função de coordenador, com atuação na Comarca da Capital, de livre nomeação do Corregedor-Geral da Justiça, ouvida a Presidência do Tribunal de Justiça, por portaria da Corregedoria Geral da Justiça, com mandato de um ano, permitida a recondução.	Novembro de 2009
6) Convênio 140/2009 firmado entre o TJSC, à CGJ e o Poder Executivo	Instalação do Sistema de Informação de Segurança Pública – SISP	Setembro de 2009
7) Projeto Revitalização da Execução Penal em Santa Catarina	Encerrou sua primeira fase no mês de outubro, com a visita ao último estabelecimento prisional. Foram mais de sete mil quilômetros rodados, com inúmeros dados para consulta. Todo o material está sendo compilado e está à disposição dos interessados no link http://cgj.tj.sc.gov.br/intranet/ssp/sisp/	Novembro de 2008
8) Projeto Nosso Lar – atendimento à criança e adolescente em Santa Catarina	Nos moldes do projeto para a execução penal, objetivo este projeto a visita no ano de 2010 a todas os Centros de Internação Provisório, Definitivo e Semi-Liberdade de Santa Catarina	Novembro de 2009
9) Mutirão carcerário	Com início no ano de 2009, na Comarca de Criciúma, entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Poder Judiciário o projeto pretende atender todo o Estado de Santa Catarina.	Novembro de 2009
10) Projeto começar de novo	Nos moldes do projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça implementará, começando por Joinville, ação visando a reinserção do preso à sociedade, através do trabalho deste no interior do Fórum.	Novembro de 2009

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.4 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV no transcorrer do ano de 2009 objetivaram aprimorar as ações preventivas junto aos serventuários, com o aprimoramento dos conhecimentos técnicos e gerenciais do cartório.

Outrossim, no âmbito interno, foram instituídas diretrizes para um melhor gerenciamento das atividades da assessoria correicional, bem como para um melhor controle do selo de fiscalização

A atuação na área extrajudicial tem sido desenvolvida por um trabalho amplo, nas mais diversas frentes, investindo na fiscalização, por meio de inspeções correicionais e na orientação aos serventuários, bem como na revisão e atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e na resolução de dúvidas e consultas encaminhadas por correio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br), servindo tanto aos delegados do serviço notarial e registral quanto à população em geral.

3.4.1 Atividades Desenvolvidas

3.4.1.2 Participação no Encontro Estadual promovido pela ANOREG na cidade de Balneário Camboriú, em 30-5-2009, tendo sido proporcionado espaços ao Núcleo IV para divulgar o trabalho desenvolvido na CGJ na área extrajudicial.

3.4.1.3 Participação do Corregedor-Geral da Justiça no I Ciclo de Palestras da Associação dos Titulares de Cartórios (ATC) do Estado de Santa Catarina, realizado em 3-10-2009, na cidade de Florianópolis, tendo proferido a palestra acerca dos projetos em andamento na CGJ.

3.4.1.4 Criação da coordenação do Núcleo IV, com o objetivo de gerenciar as atividades desenvolvidas.

3.4.1.5 Aumento do quadro de assessores correicionais no Núcleo IV, por intermédio da Secretaria da CGJ.

3.4.1.6 Curso de capacitação dos novos assessores correicionais, com palestras acerca da matéria notarial e registral proferidas pelos antigos assessores (Processo CGJ-E n. 0282/2009).

3.4.1.7 Campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, em parceria com a Associação Amigos da Cidadania Catarinense (AACC), bem como na celebração de casamento coletivo em diversas cidades do Estado. (Processo n. CGJ-E 0651/2009).

3.4.1.8 Atuação junto a Diretoria Estadual de

■ NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

Investigação Criminal (DEIC) no caso da série de arrombamentos e furtos nos cartórios do Estado de Santa Catarina. (Processo n. CGJ-E 0397/2009).

3.4.1.9 Atuação conjunta com a Divisão de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência Social para averiguação de atos praticados com cartórios, inclusive com a realização de inspeção correicional.

3.4.1.10 Instituição de Comissão para Implantação do Selo Digital de Fiscalização no Estado de Santa Catarina (Processo n. CGJ-E 260/2009).

3.4.1.11 Realização de censo do extrajudicial para obter dados acerca do acervo de informática (hardware) e condições de internet, pertencentes as Serventias Extrajudiciais, para planejamento da implantação do sistema do Selo Digital de Fiscalização (Circular n. 40/2009) (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

3.4.1.12 Apresentação ao Conselho da Magistratura do Projeto do Selo Digital, na sessão de 13/07/2009, com a aprovação da continuidade do projeto pelos Desembargadores. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

3.4.1.13 Encontro com as Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul,

Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, realizado nos dias 13/08 e 14/08/2009, para debates e troca de experiências no Projeto do Selo Digital. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

3.4.1.14 Apresentação, em conjunto com a CGINFO, do Projeto do Selo Digital de Fiscalização aos cartórios, em encontro realizado no TJSC em 15-10-2009. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

3.4.1.15 Publicação de Provimento determinando a informatização de todas as serventias extrajudiciais do Estado, assim como a publicação de Circular dando publicidade a sociedade e as empresas prestadoras de serviços o prazo para a adequação dos sistemas informatizados dos cartórios.

3.4.1.16 Criação de e-mail funcional para todos os cartórios do Estado, com o domínio @tj.sc.jus.br. Servirá para a comunicação oficial entre a CGJ e o cartório, como resposta de ofícios, circulares e outras manifestações. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

3.4.1.17 Desenvolvimento do CD CGJ EXTRA – Versão 2009, concedendo aos cartórios e aos Juízes Diretores dos Foros uma fonte de pesquisa e orientação na atividade correicional cotidiana, contendo normas atualizadas, decisões da CGJ e do Conselho da Magistratura acerca da

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

matéria registral e notarial, além de outras fermentas. (Processo n. CGJ-E 0174/2009 e Processo Administrativo n. 333827-2009.4).

3.4.1.18 Criação da Central Pública de Inventário, Partilha, Separação Consensual e Divórcio realizados no foro extrajudicial, nos termos da Lei n. 11.441/2007 e da Resolução n. 35 do Conselho Nacional de Justiça (Processo n. CGJ 0136/2008).

3.4.1.19 Distribuição de cartazes para os cartórios e fóruns acerca da gratuidade para a lavratura das escrituras de divórcio, separação consensual, partilha e inventário no foro extrajudicial, nos termos do Provimento n. 08/2009-CGJ. (Processo n. CGJ-E 0916/2009).

3.4.1.20 Elaboração do Sistema de Inspeção Eletrônica – SIEL, a fim de ser criado um banco de dados com todas as inspeções realizadas no Estado, reduzindo os custos com a fiscalização e padronizando os serviços. (Processo n. 1584/2009).

3.4.1.21 Elaboração da lista das serventias que vagaram durante o concurso para ingresso e remoção na atividade notarial e de registro e que deverão ser preenchidas por mencionado certames, nos termos do art. 51 do Edital n. 84/07, assim como outros atos inerentes ao concurso, especialmente a publicação da arre-

cação dos cartórios vagos e o deferimento do pedido dos candidatos para acessarem os cartórios mencionados (Processo CGJ-E 0344/2009 e Processo Administrativo n. 350511-2009.1)

3.4.1.22 Celebração do Termo de Cooperação Técnica n. 046/09 entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina para o desempenho das atividades de orientação e fiscalização das atividades dos cartórios extrajudiciais no Estado. Mencionada atividade foi desenvolvida em conjunto com o Núcleo III da CGJ, por intermédio do Juiz-Corregedor Julio Cesar Machado Ferreira de Melo. (Processo n. CGJ 0126/2009).

3.4.1.23 Planejamento da Gestão Financeira e Orçamentária dos recursos do TJ destinados à Corregedoria-Geral da Justiça, bem como dos recursos oriundos da venda dos Selos de Fiscalização, destinado às atividades extrajudiciais, para o exercício de 2010.

3.4.1.24 Cadastramento de todos os cartórios no sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais. (Processo n. CGJ-E 0742/2007).

3.4.1.25 Aprimoramento e atualização dos conhecimentos dos assessores correicionais e

■ NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

juízes corregedores do Núcleo IV com a participação nos seguintes Congressos; a) Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância, Inquérito, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 24/03 a 27/03/2009 ; b) XVI Congresso Notarial Brasileiro, realizado em Porto de Galinhas entre 19/08 a 21/08/2009; c) XXXVI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, realizado em Londrina/PR, nos dias 14/09/2009 a 18/09/2009; e, d) XXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Florianópolis, entre 21/10 e 23/10/2009. Menciona a ação se desenvolveu em conjunto com a Secretaria da CGJ.

3.4.1.26 Por orientação do CNJ a CGJ, por intermédio do Núcleo Extrajudicial apoiou, inclusive com a distribuição do material de apoio remetido pela Corregedoria Nacional de Justiça a “Campanha de Combate ao Sub-Registro de Nascimento”. (Processo n. CGJ-E 0976/2009).

3.4.1.27 Foram editados doze Provimentos, a saber: a) Provimento n. 01/2009, que suspendeu o ressarcimento dos atos gratuitos e disciplinou os procedimentos para mencionado ressarcimento; b) Provimento n. 02/2009, que estabeleceu diretrizes para o pagamento dos atos ressarcíveis dos meses de janeiro e fevereiro de 2009; c) Provimento n. 03/2009, alterando os arts. 597, in c. IX, e 598 do Código de

Normas da CGJ; d) Provimento n. 04/2009, fixando a data limite para a solicitação do ressarcimento dos atos gratuitos cujas despesas se originaram até o exercício financeiro de 2008; e) Provimento n. 05/2009, que alterou a redação do art. 682 do CNCJG; f) Provimento n. 07/2009, que alterou a redação do art. 600, § 2º, do CNCJG; g) Provimento n. 08/2009, disciplinou a indicação de Advogado Assistente Judiciário para atuar na lavratura de escrituras públicas de separação consensual, divórcio, partilha e inventário no foro extrajudicial; h) Provimento n. 10/2009, que acrescentou a Seção XV no Capítulo I da Terceira Parte do CNCJG; i) Provimento n. 18/2009, alterando o art. 897, §§ 1º, 2º e 3º do CNCJG; j) Provimento n. 19/2009, que alterou o art. 744, inc. IV, e art. 896, inc. X, ambos do CNCJG; k) Provimento n. 21, que acrescentou o art. 621 do CNCJG; e, l) Provimento n. 29, que alterou a redação dada ao art. 580 do CNCJG.

3.4.1.28 Desenvolvimento do Sistema de Distribuição de Títulos a Protesto – STP, com a criação da ferramenta de troca de arquivos eletrônicos no formato FEBRABAN, com a implantação estando em fase de testes/piloto na comarca de Lages.

3.4.1.29 Além de toda a atividade fiscalizadora, a equipe de servidores recebeu, via correspondência eletrônica, 787 questionamentos ou

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

informações encaminhadas por magistrados, cartorários, e pela população em geral, das quais, a partir do mês de junho, 257 transformaram-se em consultas analisadas pelos assessores correicionais.

3.4.1.30 Instituição do Projeto do Grupo de Estudos e Atualização em Direito Registral e Notarial na assessoria correicional, visando a troca de conhecimento e experiências entre o grupo de servidores (Processo CGJ-E n. 1177/2009).

3.4.1.31 Realização do 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes Diretores e Chefes de Secretaria dos Foros, na sede do TJSC, em 20-11-2009, tendo como palestrantes o Prof. Dr. Joel de Menezes Niebuhr, os Juízes-Corregedores Volnei Tomazini e Osmar Mohr, bem como os assessores correicionais Pétersen Ruan da Silva, Rafael Jorge da Luz, Carlos Augusto Marques, Raul Wanderley Eble, Marco Túlio Soares da Costa e Guilherme Beckhäuser Wensing (Processo n. CGJ-E 0804/2009).

3.4.1.32 Realização do 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina, no Hotel Cambirela na cidade de Florianópolis, nos dias 3 e 4-12-2009, com a presença de inúmeros palestrantes, inclusive de renome nacional (Processo n. CGJ-E 0804/2009).

3.4.1.33 Cumprimento da Resolução n. 80 do Conselho Nacional de Justiça, com a remessa dos documentos ao CNJ (Processo n. CGJ-E 0609/2009).

3.4.1.34 Com relação às inspeções correicionais primeiramente informamos que o Estado de Santa Catarina conta com 574 (quinhentas e setenta e quatro) serventias em atividades, requerendo uma grande estrutura para as inspeções. É oportuno esclarecer, que as maiorias das correições acontecem em duas oportunidades: na primeira, são relatadas as constatações com as respectivas determinações e, na segunda, os assessores, após o encerramento de prazo para regularização oferecido à serventia, retornam para verificar o cumprimento das irregularidades encontradas. Nesta segunda etapa, a título de experiência, os retornos estão ficando sob a responsabilidade da Direção do Foro de cada comarca inspecionada.

Foram realizadas 76 (setenta e seis) inspeções durante o ano (entre 9-1-2009 e 02-12-2009). No total, a equipe correicional compareceu em 65 (sessenta e cinco) cartórios diferentes. É importante frisar, que o resultado das inspeções para algumas serventias foi apenas de determinações disciplinares branda, mas, em outras, houve a necessidade de multa, intervenção ou até mesmo nova designação.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.4.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES

MÊS	COMARCA	SERVENTIA	INSPEÇÃO
JANEIRO	CAPITAL	ESC. DE PAZ DA LAGOA DA CONCEIÇÃO	ORDINÁRIA
	SÃO JOSÉ	ESC. DE PAZ DE SANTA TEREZA	ORDINÁRIA
	PALHOÇA	ESC. DE PAZ DE ENSEADA DO BRITO	ORDINÁRIA
	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS DE IÇARA	DILIGÊNCIA
	TIMBÓ	ESC. DE PAZ DE RIO DOS CEDROS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ DA CACHOEIRA DO BOM JESUS	RETORNO
FEVEREIRO	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS DE IÇARA	DILIGÊNCIA
	CRICIÚMA	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CRICIÚMA	2º TABELIONATO DE NOTAS	RETORNO
	BIGUAÇU	TABELIONATO	RETORNO
	TUBARÃO	2º REGISTRO DE IMÓVEIS E OFÍCIO DE PROTESTO	ORDINÁRIA
	TUBARÃO	2º TABELIONATO E OFÍCIO DE PROTESTO	ORDINÁRIA
MARÇO	TUBARÃO	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	TUBARÃO	1º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	ITAPEMA	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	TUBARÃO	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	TUBARÃO PEDRAS GRANDES	ESC. DE PAZ DE PEDRAS GRANDES	ORDINÁRIA
ABRIL	GAROPABA	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	GAROPABA	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	CAPITAL	ESCRIVANIA DE PAZ DO CAMPECHE E DO RIBEIRÃO DA ILHA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	TAIÓ LAGES PONTE ALTA	ESCRIVANIA DE PAZ DE PONTE ALTA, 1º E 2º TABELIONATO DE TAIÓ, 2º E 4º TABELIONATO DE LAGES	DILIGÊNCIAS
	SÃO BENTO DO SUL	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	ESC. DE PAZ DE CAMPO ALEGRE	ORDINÁRIA
MAIO	TAIÓ	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	TAIÓ	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	TAIÓ	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS	DILIGÊNCIA
	BLUMENAU	1º TABELIONATO	DILIGÊNCIA
	SOMBRIO	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.4.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES (CONT.)

MÊS	COMARCA	SERVENTIA	INSPEÇÃO
	SOMBRIO	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	SOMBRIO	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	3º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	ESC. DE PAZ DE ITOUPAVA	ORDINÁRIA
JUNHO	LAGES	ESC. DE PAZ DE PAINEL	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	LAGES	4º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	LAGES	REGISTRO CIVIL	RETORNO
	BLUMENAU	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	3º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	TABELIONATO	ORDINÁRIA
JULHO	XANXERÊ XAXIM CORDILHEIRA ALTA ABELARDO LUZ (CONSTATAÇÃO)	REGISTRO CIVIL DE • XANXERÊ • XAXIM • ABELARDO LUZ ESC. DE PAZ DE CORDILHEIRA ALTA	DILIGÊNCIAS
	PINHALZINHO	ESC. DE PAZ DE SAUDADES	RETORNO
	CORONEL FREITAS	ESC. DE PAZ DE ÁGUAS FRIAS	RETORNO
	PORTO BELO	TABELIONATO DE NOTAS	RETORNO
AGOSTO	MAFRA	1º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	MAFRA	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	MAFRA	REGISTRO CIVIL	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	MAFRA	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	MAFRA	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	PAPANDUVA	REGISTRO CIVIL	RETORNO
SETEMBRO	JOINVILLE	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	JOINVILLE	2º TABELIONATO DE NOTAS	RETORNO
	S. FRANCISCO DO SUL	2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	PALHOÇA	ESC. DE PAZ DE ENSEADA DO BRITO	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	ITAJAÍ	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.4.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES (CONT.)

MÊS	COMARCA	SERVENTIA	INSPEÇÃO
	LAGUNA	TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE PROTESTO	TRANSMISSÃO DO ACERVO
OUTUBRO	CAMPO BELO DO SUL	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	SÃO JOÃO BATISTA	ESC. DE PAZ DE NOVA TRENTO	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	NOVA ITABERABA COMARCA DE CHAPECÓ	ESC. DE PAZ DE NOVA ITABERABA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	SEDE FIGUEIRA COMARCA DE CHAPECÓ	ESC. DE PAZ DE SEDE FIGUEIRA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
NOVEMBRO	GUARAMIRIM	ESC. DE PAZ DE SCHROEDER	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	URUSSANGA	ESC. DE PAZ DE DE MORRO DA FUMAÇA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ DO PÂNTANO DO SUL	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	CAPITAL	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CAPITAL	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ DE CANASVIEIRAS	RETORNO
	BLUMENAU	1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO	RETORNO
	CAPITAL	SACO DOS LIMÕES	TRANSMISSÃO DO ACERVO
DEZEMBRO	PALHOÇA	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA

Criação, por meio da Portaria nº 17/09-CGJ, do Setor do Selo de Fiscalização, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, vinculado à assessoria correicional extrajudicial, incumbindo-lhe: I – a comercialização dos selos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais; II – gerir o sistema de informática relacionado ao selo de fiscalização, inclusive os dados cadastrais dos cartórios e seus respectivos represen-

tantes na compra dos selos; III – providenciar a lista das serventias beneficiadas pela ajuda de custo prevista na Lei Complementar n. 365/06, remetendo-a ao órgão responsável para o respectivo pagamento; IV – gerenciar o ressarcimento dos selos isentos; V – atender as consultas via correio eletrônico e telefone referente aos selos de fiscalização; VI – emitir parecer nos processos administrativos concernentes à ajuda

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

de custo e aos selos de fiscalização, inclusive relacionados com o ressarcimento dos selos isentos.

A Lei Complementar n. 429/08, que deu nova redação ao caput do art. 14 da Lei Complementar nº 175/98, alterou os critérios de concessão e ampliou os valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias, tendo o pagamento sido realizado a partir de 1º de janeiro de 2009, com a receita obtida através dos Selos de Fiscalização (Tabela 2).

Os valores pagos a título de Ajuda de Custo no exercício de 2009 correspondem a: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede.

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2009. Alteração do sistema de ressarcimento: inicialmente o sistema implantado na CGJ possuía

como campos para os cartorários preencherem, apenas as informações de “Registro, Livro, Nº do Livro, Registro Inicial, Registro Final, Folha Inicial, Folha Final e Matrícula”, sendo que somente algumas dessas eram exigidas para atos passíveis de registro. Outros atos como “Certidão Geral 2º via, Habilitação de Casamento, Autenticação de documentos, Procurações, Reconhecimento de firma apenas era necessário para ser restituído, a informação contendo a quantidade dos atos praticados. Diante da clara necessidade de se fiscalizar tal atividade, criou-se, por meio dos Provimentos 01/09 e 02/09, outros campos no sistema a fim de se assegurar a idoneidade das informações, como “Data da solicitação”, “Nome do Solicitante”, “CPF”, “CNPJ”, se o pedido é proveniente de “Órgão Público ou Previsão Legal” (previsão, em resumo, seria os casos de registro de nascimento, casamento, óbito e outros atos para aqueles que se declararem hiposuficientes economicamente), “Nº do Livro”, “Nº do Registro”, “Folha Inicial”, “Folha Final”, “Nº do Registro Original”, “Nº do Processo de Habilitação”, “Nº de Folhas Excedente”, “Nº Matrícula”, “Nº do selo”, “Local do Arquivamento da Solicitação” (para aqueles atos que não podem ser comprovados através de consulta nos livros).

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos gratuitos retroativos de janeiro de 2005 a dezembro de 2008. O Provimento n.

■ NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

04/2009 estabeleceu o dia 15 de março de 2009 como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram até o exercício financeiro de 2008, inclusive, e suspendeu definitivamente o ressarcimento de exercícios anteriores.

Aquisição e controle de 21.239.329 de selos de fiscalização para uso nas Serventias Extrajudiciais até a data de 07/12/2009.

No dia 30 de abril de 2009, encerrou o contrato entre a empresa fornecedora dos selos de fiscalização American Banknote S.A. e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em decorrência do término do contrato, todo o estoque de selos restante na empresa foi entregue nesta Corregedoria, aproximadamente 250.000 selos (processo administrativo nº 337262-2009.6 e nº 339200-2009.7). Neste íterim, o processo de licitação já estava tramitando junto à Diretoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, sendo que a sua conclusão até a definitiva contratação da empresa vencedora (Casa da Moeda do Brasil) demandou certo espaço de tempo, tendo esta iniciado as entregas dos selos, aproximadamente, em 20 de junho de 2009 (processo administrativo n.º 333632-2009.8).

Foi montada toda uma logística no Setor de Selos para atendimento às serventias desprovidas de estoques de selos, com tarefas como: a venda de selos na própria Corregedoria; a soli-

ciação pela serventia, via e-mail, para aquisição; a confecção do boleto e encaminhamento à serventia também via e-mail; a conferência do comprovante de pagamento enviado por fax pela serventia, até a embalagem e remessa, via malote ou sedex, para os cartórios de todo o Estado.

Tendo em vista que os selos em estoque não foram suficientes para suprir a demanda durante a transição das empresas, a solução encontrada por esta Corregedoria foi a conversão de selos do tipo Isentos de 01 e 02 atos, já constantes nos cartórios, em Pagos Normal 1 Ato, tendo-se contado com o auxílio dos Diretores dos Foros e Analistas Administrativos das Comarcas, para, por meio de atas, efetuarem a respectiva conversão e posterior remessa (da ata) a esta Corregedoria, para cobrança.

Outra solução encontrada para atender os cartórios que não possuíam nem Selo do tipo "isento" para converter, foi solicitar a devolução dos selos isentos daquelas serventias que dispunham de maior estoque.

Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, Ressarcimento e Ajuda de Custo. Conferência de relatório mensal da fatura para pagamento da empresa American BankNote Company - ABNC e da Casa da Moeda do Brasil - CMB, bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente aos contratos celebrados

▮ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização.

Confecção e distribuição do Manual do Selo de Fiscalização, versão atualizada e de forma impressa, para esclarecimento geral sobre o Selo, bem como disponibilização para consulta, em formato eletrônico, junto à página da Corregedoria e da Vice-Corregedoria.

Criada a área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais, junto à página da Corregedoria-Geral da Justiça, na qual cada serventia possui acesso com senha própria. O link mencionado contempla as opções de serviços: compra e solicitação de selos de fiscalização, consulta ao banco de sinais públicos, bem como solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos.

Criado banco de dados dos selos extraviados, inutilizados, furtados e danificados, disponível

para consulta na página da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça.

Além de toda a atividade mencionada, a equipe de servidores atendeu, durante a gestão, a consultas encaminhadas por cartórios e pela população em geral.

3.5 Atividades da Escrivania Correicional

Integraram a Escrivania Correicional no ano de 2009 os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinatto Schappo. As atividades dos escrivães correicionais ocorreram nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

3.4.1 De orientação

▮ 3.5.1 DE ORIENTAÇÃO

MÊS/ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
Telefonemas recebidos	25	30	20	35	17	23	40	31	47	39	56	363
E-mail respondidos	28	40	51	37	48	62	68	75	57	41	45	552
Pandions respondidos	9	19	24	19	21	25	28	25	13	18	24	225

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.5.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a) integração dos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça com o Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Estado;
 - b) instalação das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
 - c) aperfeiçoamento do cadastro de armas e bens no SAJ/PG;
 - d) implantação do sistema de numeração única do processo do CNJ;
 - e) implantação do sistema nacional de bens apreendidos do CNJ;
 - f) cumprimento das metas de nivelamento do CNJ, especialmente da meta 2;
 - g) organização dos Mutirões de Sentenças e de Despachos;
 - h) cronograma de viagens do Núcleo III, para realização de inspeções correicionais e apoio operacional;
 - i) alterações, implementação e outras adaptações no SAJ/PG (Leilão eletrônico, gravação de audiências, redistribuição de processos entre foros, certidões centralizadas);
 - j) implementação do sistema de intimação por

telefone;

k) configurações dos fluxos de processos eletrônicos (GECOF, execução fiscal e juizado especial cível);

l) revisão de competência de diversas unidades jurisdicionais.

3.5.3 De inspeção

No trabalho de campo, os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

Os escrivães acompanharam os Juizes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

■ ACOMPANHAMENTO DOS ESCRIVÃES

Nº	COMARCA	DATA
1	Mafrá	3 a 9/02/2009
2	Biguaçu (juizado especial)	10 e 11/02/2009
3	Itajaí (1 vara cível e 3 criminais)	6 a 20/03/2009
4	Presidente Getúlio	31/03 a 03/04/2009
5	Chapecó (varas criminais)	13 a 17/04/2009
6	Capinzal	4 a 08/05/2009
7	Içara	6/05/2009
8	Capital (infância e juventude)	11/05/2009
9	Curitibanos (vara criminal)	18 a 22/05/2009
10	Rio do Sul (vara criminal)	18/22/2009
11	Joinville (infância e juventude)	28 e 29/05/2009
12	Concórdia	29/06 a 03/07/2009
13	Guaramirim	13 a 17/07/2009
14	Balneário Camboriú (varas criminais)	27 a 31/07/2009
15	Blumenau (varas criminais)	14 a 18/09/2009
16	Laguna	28/09 a 2/10/2009
17	Canoinhas	19 a 23/10/2009
18	São José (1 vara cível)	26/10 a 6/11/2009
19	Capital (varas de família)	9 a 12/11/2009

3.5.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

3.5.5 Apresentações e palestras

Apresentação de palestras no Encontro de Chefes de Cartórios, sobre os temas: processo disciplinar, gestão de processos e sistemas e inovações.

Palestra aos novos juízes sobre a administração cartorária e ainda, apresentação da nova sistemática de funcionamento do cumprimento de mandados na Comarca integrada da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu.

Participação no grupo de trabalho que está estudando a reestruturação da Corregedoria.

Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2009.

3.5.5.1 Do Mutirão de Sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças 2009 correspondeu a secretariar o Corregedor-Geral da Justiça Desembargador José Trindade dos Santos e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle:

- das unidades participantes do Mutirão de Sentenças;
- dos juízes participantes do Mutirão;
- do acervo de processos deslocado no Estado,

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Ainda:

- 1) destinação dos processos sentenciados encaminhados à CGJ para as respectivas Comarcas auxiliadas;
- 2) verificação e análise da situação das Comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário;
- 3) por fim, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças para encaminhamento à Presidência para inclusão em folha.

4. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa com suas atribuições descritas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, compreendendo as Seções de Expediente e Serviços Gerais e Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, desempenhou as seguintes atividades e praticou os atos seguintes:

- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controlar do material de expedi-

ente da Corregedoria;

- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos e circulares;
- digitalização de processos;

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- controle a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores unidos do respectivo

DADOS ESTATÍSTICOS

SITUAÇÃO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AUTUADOS	51	63	98	106	104	242	204	165	147	241	162	*
ENCERRADOS	43	49	64	76	64	89	78	91	39	51	30	*
ATIVOS	8	14	34	30	40	153	126	74	108	190	132	*

(*) mês em curso

5 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

A Divisão Judiciária é a responsável pelo processamento das informações estatísticas do primeiro grau (atividades cartorária e judicante), das turmas recursais, das Casas da cidadania e outros serviços auxiliares e de apoio, como por exemplo: sistema de antecedentes, plantão judicial, renajud, detranet, infoseg e etc. Para o ano de 2009, destaca-se abaixo as principais atividades desenvolvidas:

- Finalização e implementação do projeto de melhoria das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdic-

ção. Com a edição do provimento CGJ n. 14 de 09/06/2009, as informações estatísticas relativas aos magistrados inscritos nos processos de promoção e remoção passaram a ser fornecidas com base em metodologia aprovada nos autos CGJ n. 0483 de 30/06/2008.

- Implantação de novo sistema de antecedentes criminais e outras ocorrências. Desenvolvido em conjunto com a Assessoria de Informática, foi disponibilizado para consultas no início do mês de novembro. Referido sistema deu um melhor tratamento às informações que compõe a base

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- de condenados, beneficiados, suspensos e procurados, dispensando a importação manual dos dados, melhorando significativamente o tempo de resposta para a emissão da certidões.
- Continuidade da alimentação das informações do projeto “Justiça Aberta”, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Em que pese os esforços empreendidos junto à Corregedoria do CNJ, ainda não conseguimos viabilizar a transferência eletrônica dos dados estatísticos das serventias judiciais e da produtividade dos magistrados. Desta forma, e visando não sobrecarregar as unidades judiciais em Santa Catarina, todo o trabalho de digitação das informações que alimentam o referido sistema continua sendo feito na Divisão Judiciária.
 - Implantação de sistema para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania. Desenvolvido em parceria com a Assessoria de Informática, o sistema web permitirá que os responsáveis pelas Casas informem, pela internet, o movimento mensal das unidades, dispensando a remessa de planilhas, bem como permitindo a rápida e precisa extração de relatórios.
 - Implementação do Convênio nº 140 de 05/10/2009, firmado com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SISP. Visando facilitar a troca de informações entre o TJSC/CGJ e a SSPDF/SC, referido convênio disponibilizou à magistrados e servidores o acesso às informações sobre a identificação civil, criminal e penal, auxiliando as comarcas/varas no trabalho de melhor qualificar as partes dos processos.
 - Implementação do Convênio firmado com o Estado do Paraná – Antecedentes Criminais (sistema Oráculo). Com a edição do Provimento CGJ nº 30, de 03/12/2009, os magistrados e servidores de Santa Catarina poderão consultar a base de dados da CGJ/PR, que contém as seguintes informações: I - processos criminais em andamento, sentenças, prisões e solturas; II – feitos em andamentos nos juizados Especiais Criminais, sentenças e transações penais; III – penas e medidas aplicadas pela Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do Foro Central; IV – processos com transito em julgado, sentenças, prisões e mandados; e V – situação carcerária e cumprimento da pena.
 - Definição dos relatórios estatísticos que subsidiaram a identificação dos processos objetos da Meta 2, do Conselho Nacional de Justiça (julgamento dos processos distribuídos até o dia 31/12/2005).
 - Participação de treinamento em Brasília, na qualidade de gerente setorial (master) dos sistemas Bacenjud, CCS, Infojud e Renajud, sob o coordenação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O treinamento foi realizado no período 01 a 03 de setembro de 2009.
 - participação das reuniões coordenadas pela Assessoria de Planejamento do TJ visando o realinhamento do planejamento estratégico do PJSC ao PES do CNJ, bem como definição dos indicadores utilizados no Balanced Scorecard – BSC.

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- Participação, como palestrante, de treinamento aos novos magistrados que tomaram posse no mês de julho/09. No evento, promovido pela Academia Judicial, foram abordadas as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária, com ênfase aos sistemas de: antecedentes criminais; estatística forense e cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau; remessa de informações ao Conselho Nacional de Justiça e etc.
 - Recadastramento dos usuários do sistema INFOSEG – rede nacional que integra informações dos órgãos de Segurança Pública, Justiça e de Fiscalização. Visando melhorar a qualidade da segurança de acesso ao aplicativo, foi realizado novo cadastro dos usuários em Santa Catarina, com a introdução de formulário eletrônico desenvolvido pela Assessoria de Informática, onde é exigida a prévia autorização do superior hierárquico do requerente.
 - Fornecimento de informações estatísticas ao Tribunal Pleno, Conselho Nacional de Justiça, Diretorias do Tribunal, Magistrados, Ministério Público Estadual e público externo em geral ;
 - Controle e atualização, na intranet/internet, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense, etc.);
 - Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Renajud, Detranet, Infoseg, Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências e aplicativos do Conselho Nacional de Justiça. Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão até o mês de novembro do corrente ano:
 - Mapas estatísticos processados ou digitados: 3.793 (*);
 - Mapas estatísticos auditorados/regerados (correção de problemas): 58 (*);
 - Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 177;
 - Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 622;
 - Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 26.280(*);
 - Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: 11.454 (*);
 - Registros de processos suspensos captados via SAJ: 10.362 (*);
 - Registros de mandados de prisão captados via SAJ: 8.141 (*);
 - Fornecimento de Certidões de antecedentes: 495;
 - Informações prestadas em processos administrativos (criação varas, alteração de competências das unidades e etc): 61.
- Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc. A diminuição destas atividades

ASSESSORIA DE CUSTAS

decorrem da introdução do novo sistema de antecedentes e a desativação dos antigos mapas após a adoção do saj/estatística como ferramenta de trabalho da Corregedoria. Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania constam dos Anexos.

6 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

6.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- **54** pareceres em processos;
- **16** pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- **3.128** e-mails;
- **2.583** telefonemas.

6.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- **85** pessoas atendidas.

6.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas de Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Xanxerê, Concórdia, Chapecó e Lages para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de fraudes no recolhimento de custas processuais;
- Participação nas reuniões acerca da elaboração do

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

- projeto de reestruturação da Corregedoria;
- Participação nas reuniões para implantação do sistema de distribuição de títulos;
 - Participação na correição realizada na comarca de São José (2ª Vara Cível e Distribuição);
 - Participação nas reuniões das Tabelas Unificadas do CNJ;
 - Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
 - Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;
 - Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
 - Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
 - Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

6.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração das perguntas e respostas com a disponibilização na internet;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros

- do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7 ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

As Assessorias de Informática, primando por qualidade e segurança nas atividades propostas, executaram atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas, suporte técnico e atendimento a usuários no decorrer deste ano. Adiante, na forma de itens, serão relacionados as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

7.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Ocorreram atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), visando a publicidade dos atos e orientações dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Informativo eletrônico;
- Acesso aos Sistemas do CNJ;
- Rede Infoseg;
- Acesso ao SISP;
- Acesso ao Rol do TJPR;
- Galeria de Corregedores;
- Portal da Infância e Juventude;

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

- Jurado Voluntário;
- Mutirão de Sentenças 2009;
- Intranet da CGJ.

7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

A novidade do projeto foi o novo Módulo para o Ministério Público, que permite aos Promotores e Procuradores consultarem a entrada e saída de crianças em instituições de abrigos, bem como ter acesso aos dados das crianças atendidas pelo Poder Judiciário e dos pretendentes habilitados à adoção no Estado de Santa Catarina.

No projeto anterior, foram realizadas atualizações nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi.

O suporte às instituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo executado.

7.3 Sistema Bacen Jud

A Equipe Master Bacenjud da CGJ participou do treinamento realizado em Brasília, destinado a atualização das rotinas e sistema.

No tocante a sistemática a Equipe auxiliou a Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Informática, quando da transição das instituições conveniadas, junto a Conta Única desta Corte.

Houve troca e informações com a Empresa Softplan, visando inserir no fluxo do SAJ 5.0 os procedimentos referentes ao Sistema Bacenjud 2.0, bem como, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a documentação para troca de informações via webservice.

Rotineiramente, a Equipe fornece informações e senhas, via e-mail institucional, para todos os usuários do Sistema. O total de e-mail recebidos e remetidos no ano de 2009 foi de aproximadamente 5.720 e-mails. Sem contar que a Equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas, prestando informações e auxílio referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

7.4 Sistema de Jurados Voluntários

Durante o ano de 2009, houve uma chamada de novos voluntários, com a participação Ca CGJ em programa televisivo. Em mais um ano de atividade, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias.

7.5 Provimentos e Circulares

A base de dados no “Oracle”, de Provimentos e Circulares, foi atualizada com todos os documentos relacionados aos anos de 2008 e 2009, de modo que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ, no link “consulta de provimentos e circulares”.

Foi colocado no ar o novo “Índice de Provimen-

tos, Circulares e Ofícios-Circulares” (link com o mesmo nome) no site da Corregedoria Geral da Justiça, visando facilitar o acesso e a organização dos documentos, com ementa e indicação do foro de alteração no código de normas, com link do documento em formato PDF.

7.6 SAJ Estatística

Novas informações foram adicionadas ao sistema e analisadas pela CGJ, já que o sistema continua sendo disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto está em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema e tem atendido aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

7.7 Sistema de Inspeção Virtual

Algumas adequações, devido à mudança de tabelas no SAJ/PG, foram realizadas nas versões do Sistema de Inspeção Virtual, Corregedoria, Comarca e MP.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários. Está em estudo a incorporação dos relatórios do Inspeção Virtual no SAJ Estatística e já foram apresentados à empresa que desenvolve o SAJ/Est.

7.8 Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- cadastro de sinais públicos;
- regras do ressarcimento;
- regras da aquisição de selo;
- novos relatórios;
- ajuda de custo.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.9 Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo a circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Acréscimo no cadastro e controle de várias

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

informações vinculadas, tais como: número do selo utilizado, requerente do ato, local de arquivamento, data da solicitação pelo requerente, controle das certidões entre outros.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.10 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

A novidade no sistema de cálculo de atualização monetária do site da CGJ está na exportação de planilhas Excel com os índices de correção. Isto foi um atendimento aos inúmeros pedidos de advogados, contadores e empresas que possuem softwares de cálculo e que dependam de informações provenientes do TJSC.

7.11 Projeto Banco de Peritos

A assessoria continua prestando suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário e atualizando a base de áreas e profissões.

7.12 Emissão de relatórios estatísticos

Diariamente a Assessoria de Informática extrai informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ. Estas informações servem para a correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofícios

de outras instituições, como PGE e CNJ.

7.13 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

7.14 Sistema de Intimação por Telefone

Após realização dos pilotos nas Comarcas de Joinville, Blumenau e Criciúma, nas varas do Juizado Especial Cível, onde ficou constatada a

necessidade de ferramenta segura e destinada especialmente para atender a demanda. Na sequência foram iniciados os trabalhos, convidando a Diretoria e Informática – Divisão de redes, para estudar a utilização das Centrais VoIP, como ferramenta para a gravação das intimações. A partir da instalação das centrais digitais (voIP), em parceria com a Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi desenvolvido um ambiente próprio para a alimentação dos dados para a utilização das centrais digitais na intimação pelo telefone.

Foram realizados testes e disponibilizada para a Comarca do Estreito, Vara do Juizado Especial, o Sistema Intimafone, em modo piloto. Monitorado pelo período de 03 meses e ajustado algumas telas e funcionalidade do Sistema, está pronto para utilização das comarcas com central digital compatível (voIP).

As Comarcas de São José, Palhoça, Norte da Ilha e Fórum Eduardo Luz, até o final do ano devem receber o Sistema Intimafone, pois já foram contempladas com centrais VOIP.

7.15 Sistema de Controle do Multirão de Sentenças 2009

A ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no

banco. Novas consultas foram incorporadas, bem como um sistema de extração dos documentos binários da base de dados do SAJ/PG.

7.16 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Manutenção do portal de internet que contempla conteúdos, informações, sistemas informatizados, área restrita, legislações pertinentes, dúvidas freqüentes, provimentos e circulares, documentos etc. de interesse dos cartórios extrajudiciais e da Vice-Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina. Desta forma, a Vice-Corregedoria mantém um canal de comunicação mais estreito entre o judiciário e as serventias do estado. Foi criado uma área restrita direcionada aos cartórios extrajudiciais e disponibilizado vários sistemas, tais como: aquisição de selos de fiscalização, consulta ao banco de sinais públicos, consulta a validade do selo de fiscalização, aquisição de selo do tipo isento, censo do extrajudicial e cadastro de escrituras públicas e respectiva consulta.

7.17 Banco de Conhecimento

Dando continuidade ao Projeto “Base de Conhecimento”, foram armazenados os pareceres do Núcleo II e manuais. O projeto visa o compartilhamento de documentos, busca textual com escore, com aplicação de diversos

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado, em breve, para toda a Corregedoria e demais comarcas do Estado, via site da CGJ.

7.18 Programa DNA

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado. O Sistema para informação dos dados da coleta nas Comarcas e exportação para o laboratório da UDESC está em fase de finalização.

7.19 Portal da Infância e da Juventude

Na condição de gestor do projeto a CGJ, por meio das Assessorias vem promovendo a sua atualização e gerenciando o projeto do portal. A expedição de autorização de viagem via web está sendo estudada para a II Etapa do Projeto, tem como objetivo facilitar.

7.20 Instalação do SAJ-pg

Com o deferimento do pedido para instalação do SAJ 5.0, a Assessoria com auxílio do Grupo de Trabalho do CGINFO elaborou os fluxos de trabalho e implementou todas as movimentações e classes destinadas ao pleno funcionamento do sistema.

Foram criados vários modelos e categorias para atender a tramitação dos processos administra-

tivos da CGJ. A instalação do SAJ 5.0 também visa atender a gravação de audiências e reuniões da CGJ.

A utilização do SAJ 5.0 da CGJ aguarda deliberação acerca da forma de transição do Sistema Caché, bem como, o treinamento de usuários e confecção de manual. Todos os servidores já estão cadastrados no sistema.

7.21 Troca de microcomputadores e periféricos

Novas impressoras multifuncionais foram instaladas na Corregedoria, bem como a atualização de parte do parque tecnológico e, também, foram distribuídos os notebooks para a Assessoria Extrajudicial.

7.22 Sistema CCS – Banco Central - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional

O Cadastro visa dar cumprimento ao artigo 3º da Lei 10.701, de 9/7/2003, que incluiu dispositivo na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98, artigo 10A), determinando que o Banco Central "manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores".

O principal objetivo do CCS é auxiliar nas investigações financeiras conduzidas pelas autoridades

des competentes, mediante requisição de informações pelo Poder Judiciário (ofício eletrônico), ou por outras autoridades, quando devidamente legitimadas.

Neste sentido foi criada uma página no site da Corregedoria para dar lugar às informações do CCS, que serão administradas pela Equipe Master Bacenjud, pois ambos são sistemas do Banco Central do Brasil.

7.23 Sistema Infojud – Sistema de Informações ao Judiciário

O sistema Infojud tem como objetivo atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. A utilização do sistema substitui o procedimento anterior de fornecimento de informações cadastrais e de cópias de declarações pela Receita Federal, mediante o recebimento prévio de ofícios. Este serviço está disponível aos representantes do Poder Judiciário — magistrados e servidores por eles autorizados — somente mediante uso de certificação digital, no sítio da Receita Federal, opção e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte. Os usuários do sistema deverão estar previamente cadastrados em base específica da Receita Federal e possuir certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP-Brasil. Foram cadastrados todos os magistrados no Infojud, cumprindo a meta CNJ, ficando liberando o sistema aos usuários com certificação digital ativa.

7.24 Sistema Renajud – Departamento Nacional de Trânsito

O sistema RENAJUD é uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, em tempo real. Ele foi desenvolvido mediante acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. Por meio deste novo sistema, os magistrados e servidores do Judiciário procedem à inserção e à retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema RENAVAM, e estas informações são repassadas aos DETRANs onde estão registrados os veículos, para registro em suas bases de dados. Foi desenvolvida uma página no site da CGJ para dar lugar as informações e formulário eletrônico para inscrição dos usuários do Sistema Renajud. A Equipe Master Renajud participou em Brasília, no período de 01 a 03-09-09, de curso promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, visando o repasse de informações do Sistema Renajud.

7.25 Sistema INFOSEG

Devido à alteração na política de segurança da Rede INFOSEG do Ministério da Justiça, houve

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

recadastramento de todos os usuários do sistema. Para tanto, a Corregedoria disponibilizou um formulário de solicitação de acesso, com encaminhamento automatizado ou aprovado por algum superior. Os pedidos autorizados são encaminhados à Divisão Judiciária.

7.26 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

7.27 Sistema Competência Delegada

Atualizada a página da relativa ao Sistema da Justiça Federal, relativo a “Jurisdição Delegada”, fornecimento de esclarecimentos, liberação de valores e fornecimentos de senhas aos usuários.

7.28 Sistema do TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram desenvolvidos dois sistemas específicos para o TRE. O primeiro foi um sistema web, desenvolvido em linguagem Java, para a exportação do Banco de Condenados da CGJ para o TER. Para segundo sistema, foi ajustado

a antigo Rol de antecedentes da CGJ, de modo que o TER tivesse acesso ao acervo de informações.

7.29 Sistema CND – Certidão Negativa de Débito

Em acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, a CGJ desenvolveu uma rotina para a troca de informações com o Estado, de modo que a CND possa ser emitida utilizando-se também das pendências de pagamento das custas judiciais do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em parceria com a Diretoria de Informática, um sistema de consulta de débitos foi desenvolvido para dar atendimento à demanda que ocorrerá na não emissão de uma certidão negativa.

7.30 Sistema ROL de Antecedentes Criminais 2009

Foi desenvolvido um novo sistema de emissão de certidões para o Rol de Antecedentes Criminais da CGJ. Pela nova sistemática, não há mais a necessidade de importação manual e o tempo de resposta para a emissão da certidão caiu substancialmente.

Foram desenvolvidas rotinas para validar as informações importadas das Comarcas, bem como automatizar a recuperação da transmissão, quando indisponível.

7.31 Sistema SISP - Secretaria de Segurança Pública do Estado

Seguindo a política da troca de informações com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, onde dados são encaminhados para a SSP e, conseqüentemente, ao INFOSEG, foi formado um convênio para acesso ao SISP.

Um formulário de solicitação de acesso ao sistema foi implementado no site da CGJ, de modo que a aprovação dos pedidos podem ser feitos pelos magistrados ou chefes de cartório. Os pedidos autorizados são encaminhados à Divisão Judiciária.

7.32 Sistema Meta 2 – Conselho Nacional de Justiça

Em atendimento ao Projeto das Metas do CNJ, especificamente o quesito Meta 2, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção e proposta de plano de trabalho para atender os processos da Meta 2 do CNJ.

Foi disponibilizado um formulário de prestação de informações, onde os usuário poderão acessar as informações do saldo a cumprir e estipular um plano de trabalho para 2010.

7.33 Página do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e da Juventude

Criado logo e página do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e da Juventude, conforme deliberação de criação, juntamente com os documentos administrativos do órgão.

7.34 Sistema Geovision – Monitoramento de ambientes da CGJ

Instalado o Sistema Geovision na CGJ, para monitoramento dos ambientes comuns, com instalação de seis câmeras. Referido sistema garante segurança aos servidores, bens móveis, equipamentos e periféricos.

7.35 Sistema Casa da Cidadania

O sistema web para prestação de informações da movimentação das Casas da Cidadania foi disponibilizado para os secretários das Casas, que podem informar o movimento pela internet. Diversos relatórios estatísticos tem sido extraídos, bem como é feito o acompanhamento da produção das Casas da Cidadania.

7.36 Treinamento Java – Curso Core EJB 3

Dois servidores da Corregedoria participaram de um treinamento especializado com 32

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

horas-aula, onde o tema abordado foi EJB – Enterprise Java Beans. O curso realizado permitiu atualização técnica e aprimoramento tecnológico no desenvolvimento dos sistemas institucionais, além de alinhamento com a Diretoria de Informática.

7.37 Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais

A implantação de uma área restrita aonde somente os cartórios extrajudiciais podem acessar mediante usuário e senha, permitiu sua identificação desde o acesso, bem como acompanhar e auditar seus passos e direcionar o conteúdo ao seu perfil. Os sistemas já existentes e os que foram desenvolvidos, foram movidos para esta área.

7.38 Sistema de Consulta ao Banco de Sinais Públicos

Os serventuários podem consultar por comarca/cartório o cartão de assinatura de qualquer cartório do Estado, digitalizado e disponibilizado no formato “.pdf”, para reconhecimento de assinatura de outros serventuários por semelhança.

7.39 Aquisição de selo dentro da área restrita

A aquisição de selos passou a ser feita dentro

da área restrita, com preenchimento inteligente de informações para o respectivo boleto. Permitiu a impossibilidade de erros anteriormente comuns no preenchimento, tais como valor errado ou cartório solicitante errado.

7.40 Consulta validade de Selo de Fiscalização

Como parte do cronograma do Selo Digital, foi implementada o cadastro e consulta das ocorrências previstas no CNCGJ (furto,) a fim de se verificar a validade de um selo de fiscalização.

7.41 Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e especificação do sistema, definições do escopo do projeto e desenvolvimento de recursos técnicos para a implementação do Selo Digital em Santa Catarina.

Com o Selo Digital, pretende-se dispor de mecanismos para prover maior segurança jurídica e transparência dos atos notariais por meio da utilização de selos de fiscalização digital. O instrumental para tanto será o sistema informatizado que deverá ser constituído com a execução deste projeto.

Dentre os benefícios esperados temos:

- Associação de cada ato praticado a um selo de fiscalização digital;
- Registro dos atos e procedimentos executados

em sistema informatizado;

- Consulta pública, via Internet, dos selos digitais usados nos atos;
- Padronização dos dados e informações remetidas ao Tribunal de Justiça;
- Disponibilização de ferramenta que auxilie a CGJ nas suas atividades.

A padronização fará também com que os dados e informações manipuladas e inseridas em banco de dados mantidos pelo Tribunal de Justiça sejam as mesmas, proporcionando desta forma que as atividades correcionais também possam dispor de ferramenta computacional única e com acesso às informações de todas as serventias. Desta forma, análogo ao judicial, programa de inspeção virtual poderá ser desenvolvido.

Nesta linha, será constituído no TJSC um banco de dados centralizador de informações para prover dados estatísticos estadualizados, que poderá dispor de relatório vários para auxiliar a tomada de decisão da Administração.

7.42 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Implementação dentro da área restrita da Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, onde é possível efetuar-se os cadastros em banco de dados centralizados.

7.43 Consulta Escritura Pública

Consulta pública da Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha ao banco de dados estadual.

7.44 Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
- captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
- melhoria do tratamento de estornos oriundos dos boletos pagos. Esta melhoria propiciou a extinção de erros.

7.45 Sistema SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção)

Está em fase final de desenvolvimento a parte de protestos do SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de checklist completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a gera-

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

ção de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

7.46 Censo do Extrajudicial

Sistema que possibilitou, dentro da área restrita, o cadastro da situação de informática e sistemas utilizados pelos serventuários dos cartórios extrajudiciais.

7.47 Atividades diversas

Algumas atividades foram desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, dentre todas, podemos citar:

- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartórios extrajudiciais sobre assuntos - relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Quadro de pessoal:

Na CEJA há três (03) servidoras do quadro do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - assistente social;
- 1 técnica judiciária – bacharel em direito.

8.2 Atribuições:

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Adoção - CNA.
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;

- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

8.3 Projetos e atividades:

Cadastro Único Informatizado de Adoção e

Abrigo – CUIDA

Cadastro Nacional de Adoção – CNA
Lei Nacional de Adoção.

A utilização do sistema é acompanhada pela CEJA e avaliada nos encontros anuais de assistentes sociais, que no corrente ano ocorreu em Gaspar, mês de setembro.

Já incorporado na rotina de trabalho das técnicas, o CUIDA hoje é um sistema estável, e sua utilização vem produzindo os resultados inicialmente desejados; racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, produção de estatísticas, entre outros.

Quanto ao CNA, o Conselho Nacional de Justiça delegou às Corregedorias Gerais a função de gestores do cadastro, e as CEJAs ficaram com o encargo de monitorar o sistema. Assim, inicialmente foram cadastrados no CNA todos os juízes com competência na infância e juventude e as assistentes sociais. O acesso pelas comarcas tem sido apenas para consultas de pretendentes à adoção de outros Estados, uma vez que a inclusão de dados dos habilitados em Santa Catarina são migrados do CUIDA para o CNA. A eficácia deste sistema ainda não pode ser dimensionada, uma vez que os inscritos de outros Estados manifestam a mesma preferência que os aqui residentes, ou seja, preferem adotar crianças pequenas, quando muito até cinco anos, sozinhas, brancas e meninas.

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

Já o perfil das crianças que efetivamente precisavam ser encaminhadas para adoção e não tem candidatos no cadastro estadual, são grupos de irmãos, de três a cinco irmãos, entre 6 e 13 anos, sexo masculino, morenos ou pardos. Com relação a nova Lei de Adoção, que entrou em vigor no mês de novembro do corrente ano, a CEJA, autorizada pelo Desembargador Corregedor, instituiu uma comissão formada por técnicos da comissão e assistentes sociais de cinco comarcas, com o objetivo de elaborar uma proposta de uniformização dos procedimentos à adoção, adequado à nova Lei, tendo como início a elaboração dos módulos do curso de preparação para candidatos à adoção, conforme previsto no § 5 do artigo 25 daquela Lei.

8.4 Projeto de acompanhamento e supervisão às Entidades de Acolhimento

Com a nova Lei de Adoção, sancionada no corrente mês pelo Presidente da República, a terminologia Abrigo, foi substituída por Entidade de Acolhimento.

No que diz respeito ao acompanhamento do trabalho dessas entidades, neste ano foi monitorado pelo sistema e os contatos realizados por telefone ou e mail.

As visitas foram pontuais, apenas naquelas que apresentaram maiores problemas e a pedido dos magistrados.

De maneira geral os responsáveis pelas institui-

ções vem inserindo dados das crianças/adolescentes acolhidos, o que confirma a eficácia do sistema.

O módulo dos projetos de acolhimento foi disponibilizado ao Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional.

8.5 Eventos/Treinamentos:

A CEJA participou e colaborou da organização dos eventos/treinamentos:

- 1) 24 de agosto: VI Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Gaspar (SC).
- 2) 25 de agosto: Encontro Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário – Gaspar.
- 3) 29 e 30 de outubro: XII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília
- 4) 9 a 11 de dezembro: Reunião da comissão designada pelo Conselho das Autoridades Centrais, em Brasília, para elaboração de modelo de Relatório Psicossocial a ser encaminhado pelos países que realizam adoção no Brasil – Vitória – ES.

8.6 Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional:

5	sessões realizadas
113	processos julgados

8.7 Adoções realizadas

ADOÇÕES REALIZADAS (CEJA)



Nacionais

1512 nacionais – foram crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

Destas:

92: unilaterais

439: diretas, adotantes não inscritos

981: pretendentes habilitados e cadastrados no CUIDA

O aumento do número de adoções nacionais, em relação aos anos anteriores, se deve ao fato de as comarcas terem registrado estas ações no CUIDA possibilitando a emissão de relatórios estatísticos absolutamente compatíveis com a

realidade.

Até a ano de 2008 apenas 1/3 das adoções sentenciadas foram registradas no sistema, provocando a divergência dos números deste ano em relação a 2008.

Este é mais um fator que confirma a legitimidade do CUIDA.

Internacionais

96 adoções internacionais sendo:

79 já finalizadas

17 em estágio de convivência

Neste ano as adoções internacionais incidiram sobre grupos de irmãos, motivo do aumento do número de crianças adotadas em relação ao ano de 2008.

Itália:

38 casais italianos adotaram 75 crianças, sendo:

Il Mantello:

1 criança (11 anos)

6 grupos de 2 irmãos (entre 2 e 12 anos)

4 grupos de 3 irmãos (entre 3 e 13 anos)

2 grupos de 4 irmãos (entre 3 e 12 anos)

3 grupos de 5 irmãos (entre 3 e 16 anos)

Total: 48 cças/adolescentes

CIFA:

5 crianças (entre 6 e 11 anos)

1 grupo de 2 irmãos (7 e 5 anos)

1 grupo de 3 irmãos (9,7 e 2 anos)

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

3 grupos de 4 irmãos (entre 4 e 11 anos)

1 grupo de 5 irmãos (9, 8, 7, 6 e 3 anos)

TOTAL: 27 crianças/adolescentes

França:

5 casais e 1 pretendente francesa adotaram 15 crianças, sendo:

MEDECINS DU MONDE:

1 criança (9 anos)

4 grupos de 3 crianças (entre 1 e 10 anos)

TOTAL: 13 crianças

COMITÊ DE COGNAC:

1 grupo de 2 irmãos (11 e 10 anos)

Espanha: 1 casal e 4 pretendentes espanhóis adotaram 6 crianças, sendo:

2 crianças (12 e 8 anos)

1 grupo de 4 irmãos (12, 11, 9 e 7 anos)

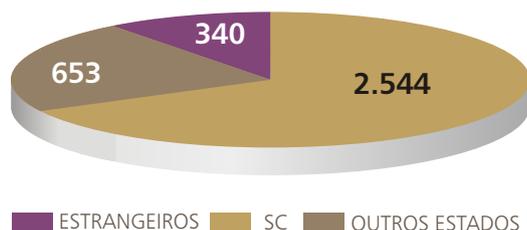
TOTAL: 6 crianças/adolescentes

Pretendentes Habilitados: 3537

residentes em Santa Catarina: 2.544 (71,93%)

residentes em outros Estados: 653 (18,46%)

estrangeiros: 340 (9,61%)

▶ PRETENDENTES HABILITADOS**8.8 Entidades de Acolhimento Cadastradas no CEJA**

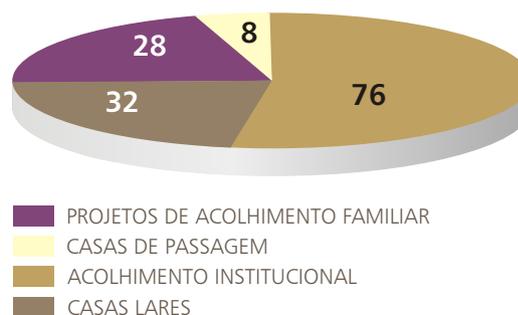
151 programas de acolhimento, sendo:

76 acolhimento institucional (50,33%)

32 Casas Lares (21,19%)

28 Projetos de Acolhimento Familiar (18,54%)

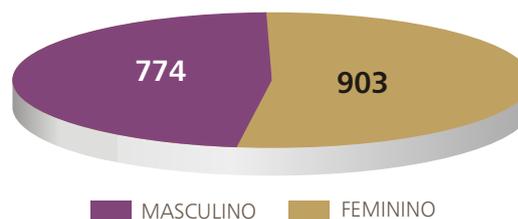
08 Casas de Passagem (5,30%)

▶ ENTIDADES DE ACOLHIMENTO CADASTRADAS NA CEJA**8.9 Crianças/Adolescentes Acolhidos**

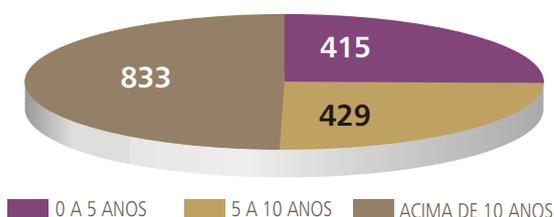
1677 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – **903 (53,85%)**

Sexo masculino – **774 (46,15%)**

▶ CRIANÇAS/ADOLESCENTES ACOLHIDOS POR GÊNERO

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS
POR IDADE

0 a 5 anos – 415 (24,74%)

5 a 10 anos – 429 (25,58%)

acima de 10 anos – 833 (49,67%)

8.10 Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

8.11 Proposta

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.
- Organização do 7º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Araranguá, mês de setembro/2010.
- Visita aos projetos de acolhimento institucional e familiar (abrigos) do Estado para acom-

panhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.

- Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas.
- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.
- Gerenciamento e monitoramento do Cadastro Nacional de Adoção - CNA

8.12 CONCLUSÕES

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto as propostas de racionalização do trabalho de habilitação de candidatos brasileiros a adoção, a partir do cadastro único e, principalmente a agilização dos encaminhamentos de adoção.

No tocante às habilitações, foi normatizado pela CEJA o uso do Cadastro Nacional de Adoção – CNA, uma vez que a Corregedoria Geral da Justiça, na qualidade de órgão gestor do sistema, delegou à comissão essa responsabilidade. Assim, os juízes do Estado, com competência na infância e juventude, assim como as

SECRETARIA GERAL

assistentes sociais, foram cadastrados como usuários do sistema, em seguida foi repassado senha individual e orientações para o acesso. Quanto aos dados dos pretendentes habilitados e crianças em condições de adoção, todas as informações constantes no CUIDA foram migradas para o CNA.

Já os eventos realizados mobilizaram os 33 grupos de estudos e apoio à adoção do Estado e representantes dos 136 projetos de acolhimento institucional (abrigos), além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, somando mais de 500 pessoas na discussão de assuntos relacionados a infância e juventude.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional, permitiram dar encaminhamento a um número expressivo de processos e por consequência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Jose Trindade dos Santos, sempre presente em todos os eventos e sessões demonstrando publicamente a importância da comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

A atuação da CEJA também teve receptividade junto aos Juízes Corregedores, Secretária da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas a infância e juventude.

9. ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições dispostas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ;
- assessoramento ao Corregedor Geral da Justiça;
- organização das viagens realizadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitações de diárias para viagens pela Corregedoria Geral da Justiça, dos servidores, Juízes Corregedores e Corregedor-Geral da Justiça;
- prestação de contas referentes às diárias e ressarcimentos de combustível deferidos;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias

CONCLUSÃO

- deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação ergonômica das estações de trabalho e postura na CGJ;
- redimensionamento da estrutura física da CGJ;
- instalação de câmeras de monitoramento no interior da CGJ;
- assinatura de periódicos e revistas técnicas para a assessoria de informática.

10. CONCLUSÃO

Finalizando mais um ano de atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, conclui-se que o exaustivo esforço empreendido desde 3 de novembro de 2008 frutificou com absoluto êxito e resultados positivos.

Em pouco mais de um ano no exercício deste Órgão Censor, procuramos não só continuar

com os projetos em andamento, como também implementar outros voltados para o descongestionamento dos processos de primeiro grau, realizando mutirões e proporcionando a ampliação, qualificação e aprimoramento do corpo funcional.

A par disso, realizamos inúmeras correições nos cartórios extrajudiciais e judiciais, apoiamos a integração entre magistrados e a Corregedoria-Geral da Justiça, com a realização de eventos voltados para a área da execução penal, infância e juventude e notarial e registral.

Arrematando, reiteramos nossa sincera gratidão e reconhecimento aos Juízes-Corregedores Auxiliares, que de forma brilhante integram a equipe desta Corregedoria, que aliados à dedicação dos funcionários competentes não mediram esforços para elevar o conceito dos serviços prestados e alcançar todos os objetivos propostos.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2009.

JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS
Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

	2001	2002	2003*	2004	2005	2006	2007	2008***	2009**
PROCESSOS INICIADOS - TOTAL	542.599	616.933	667.280	714.434	704.333	783.871	870.628	876.023	870.955
EXECUÇÕES FISCAIS INICIADAS	116.352	135.412	142.118	136.602	101.933	132.055	128.800	116.506	116.689
INICIADOS SEM EXECUÇÕES	426.247	481.521	525.162	577.832	602.400	651.816	741.828	759.517	754.266
PROCESSOS ENCERRADOS TOTAL	412.812	514.959	550.014	565.341	648.175	787.952	893.971	827.438	745.083
EXECUÇÕES FISCAIS ENCERRADAS	51.785	84.123	89.987	81.688	88.502	104.927	150.143	117.340	92.699
ENCERRADOS SEM EXECUÇÕES	361.027	430.836	460.027	483.653	559.673	683.025	743.828	710.098	652.384
PROCESSOS JULGADOS - TOTAL	302.947	378.885	385.996	412.680	465.628	580.244	588.234	589.268	542.024
EXECUÇÕES FISCAIS JULGADAS	46.747	86.175	70.788	77.236	92.492	110.014	113.106	111.275	93.243
JULGADOS SEM EXECUÇÕES	256.200	292.710	315.208	335.444	373.136	470.230	475.128	477.993	448.781
EM ANDAMENTO FINAL DO ANO-TOTAL (*)	987.981	1.114.686	1.408.976	1.634.389	1.722.546	1.769.731	1.835.910	1.920.574	2.013.624
EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO	328.167	381.478	513.020	586.379	614.827	662.419	665.860	662.460	684.186
EM ANDAMENTO SEM EXECUÇÕES	659.814	733.208	895.956	1.048.010	1.107.719	1.107.312	1.170.050	1.258.114	1.329.438

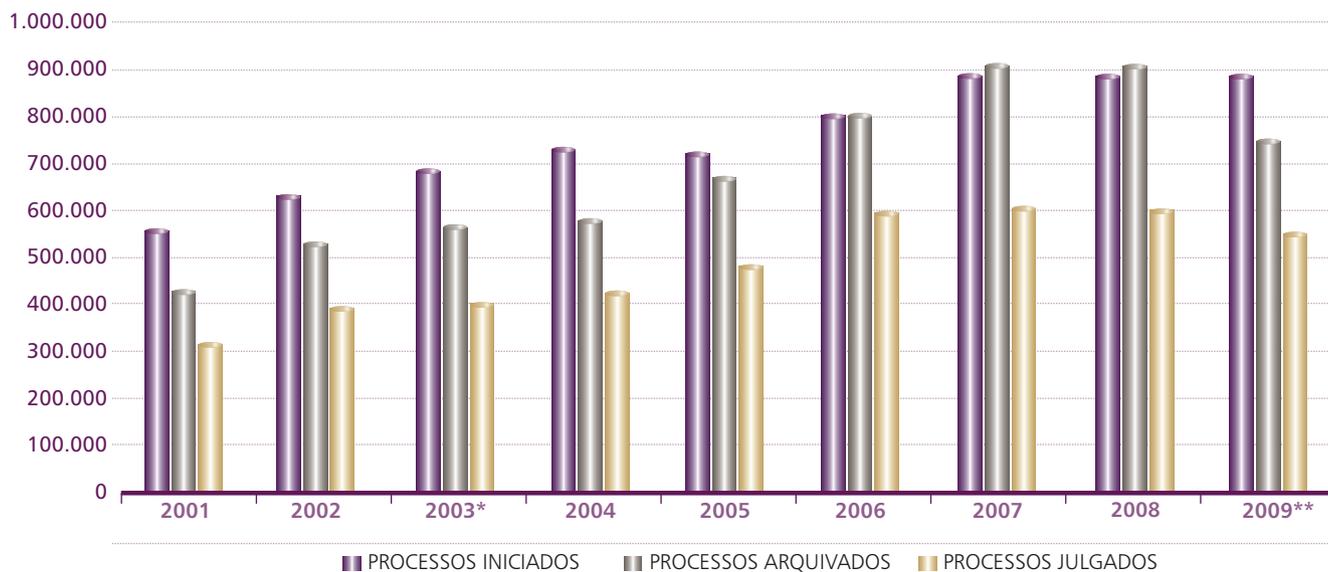
(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI/PG.

(**) Dados reais até o mês de novembro/2009. Os valores relativos ao mês de dezembro/2009 foram projetados.

(***) Em virtude da desativação dos antigos formulários estatísticos, em out/08, passou-se a utilizar o sajestatística, que possui uma metodologia diferente da até então adotada.

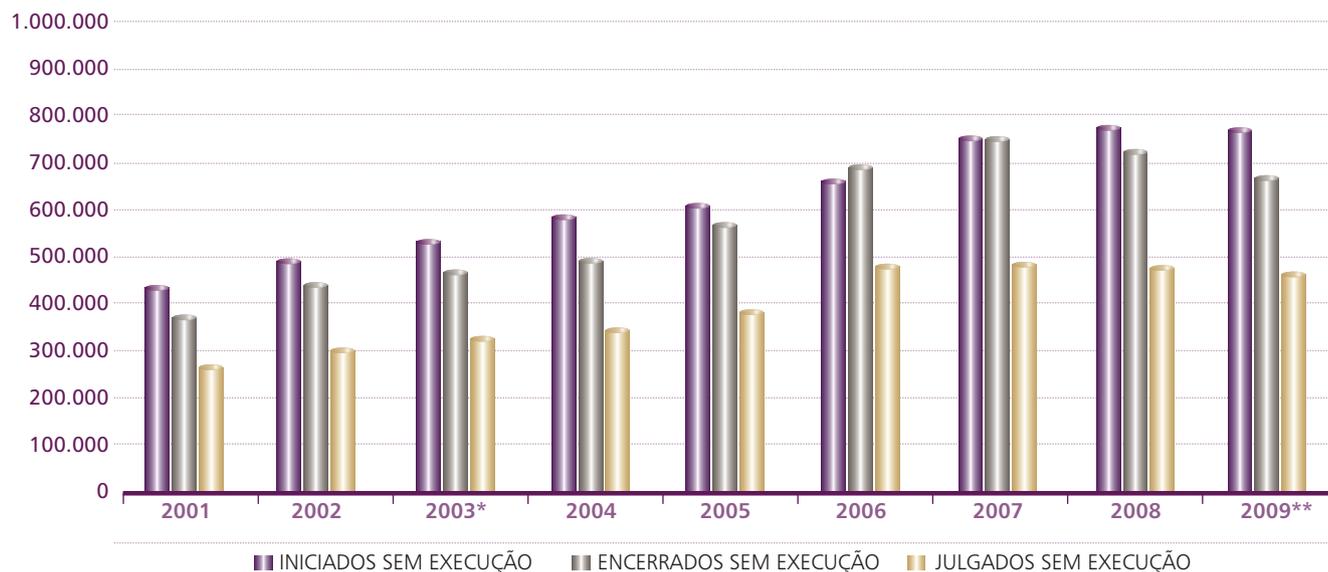
(****) Em relação aos julgados, até o ano de 2008 eram consideradas as decisões de caráter terminativo proferidas nos incidentes processuais. Com adoção das tabelas processuais unificadas do CNJ, em dez/08, vários incidentes processuais deixaram de existir enquanto classe processual, o que não mais permite a contabilização das decisões antes consideradas, o que justifica a diminuição da linha "julgados".

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (TOTAL GERAL)



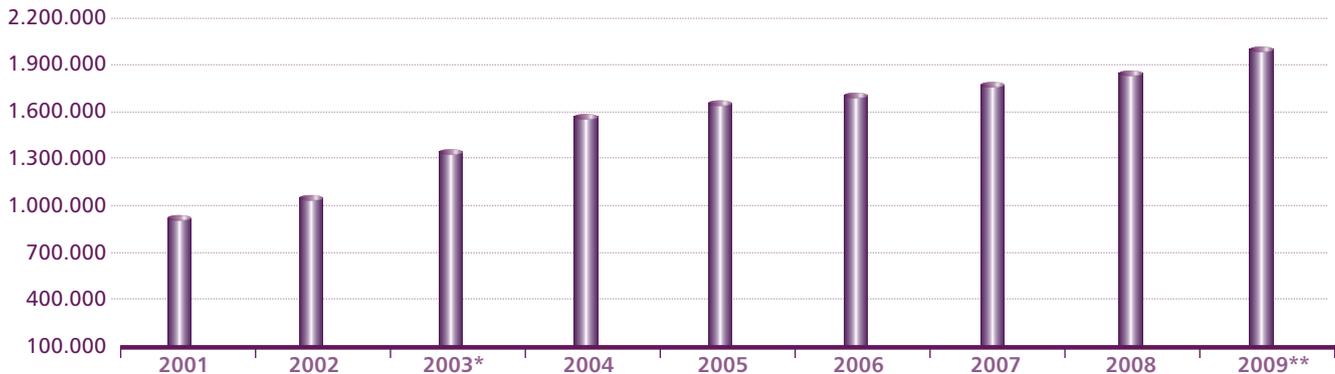
(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI/PG.
 (**) Dados reais até o mês de novembro/2009. Os valores relativos ao mês de dezembro/2009 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (SEM EXECUÇÕES FISCAIS)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI/PG.
 (**) Dados reais até o mês de novembro/2009. Os valores relativos ao mês de dezembro/2009 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG.

(**) Dados reais até o mês de novembro/2009. Os valores relativos ao mês de dezembro/2009 foram projetados.

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (DADOS RELATIVOS AO PERÍODO 2009 ATÉ NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	QUANT. DE PESSOAS OUVIDAS
TOTAL		11246	5365	48%	26368
RIO DO SUL	AGRÔNOMICA	81	64	79%	133
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	68	59	87%	169
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	105	66	63%	104
ASCURRA	ASCURRA	450	351	78%	246
RIO DO SUL	AURORA	71	54	76%	98
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	85	28	33%	1107
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	348	246	71%	2418
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	136	24	18%	120
LAGES	BOCAINA DO SUL	0	0		0
BRUSQUE	BOTUVERÁ	80	47	59%	13
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	171	165	96%	353
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	80	77	96%	297
TIJUCAS	CANELINHA	0	0		0
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	55	25	45%	202
CATANDUVAS	CATANDUVAS	0	0		0
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	159	126	79%	371
CRICIÚMA	CENTRO	718	27	4%	40
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	96	76	79%	52
URUSSANGA	COCAL DO SUL	169	18	11%	38
CORREIA PINTO	CORREIA PINTO	139	37	27%	46
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	95	34	36%	76

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (CONT.)

(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO 2009 ATÉ NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	QUANT. DE PESSOAS OUVIDAS
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	76	74	97%	67
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	3	0		0
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	19	19	100%	304
FRAIBURGO	FRAIBURGO	409	297	73%	150
GARUVA	GARUVA	24	21	88%	31
BRUSQUE	GUABIRUBA	132	14	11%	125
GASPAR	ILHOTA	0	0		0
ITUPORANGA	IMBUIA	77	57	74%	1305
INDAIAL	INDAIAL	343	262	76%	1090
CAPINZAL	IPIRA	26	22	85%	98
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	165	29	18%	218
MARAVILHA	IRACEMINHA	151	127	84%	138
QUILOMBO	IRATI	0	0		0
CATANDUVAS	JABORÁ	56	14	25%	1578
JOAÇABA	JOAÇABA	309	122	39%	351
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	11	6	55%	162
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	23	21	91%	65
RIO DO OESTE	LAURENTINO	62	55	89%	22
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	11	8	73%	0
RIO DO SUL	LONTRAS	257	154	60%	588
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	6	6	100%	12
JOAÇABA	LUZERNA	1	1	100%	1
MARAVILHA	MARAVILHA	100	61	61%	190
TAIÓ	MIRIM DOCE	9	2	22%	53
FRAIBURGO	MONTE CARLO	250	176	70%	113
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	230	180	78%	419
ORLEANS	ORLEANS	137	93	68%	360
CAPINZAL	OURO	33	35	106%	14
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	5	5	100%	307
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	168	46	27%	2202
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	7	0		15
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	11	4	36%	9
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	23	13	57%	2681
CAPINZAL	PIRATUBA	91	49	54%	646
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	0	0		0
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	94	68	72%	335
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	0	0		0
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	14	7	50%	9
CRICIÚMA	PRÓSPERA	436	21	5%	34
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	24	24	100%	251
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	69	37	54%	15
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	46	19	41%	46
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	87	76	87%	48
CRICIÚMA	RIO MAINA	464	25	5%	33
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	54	30	56%	258
TAIÓ	SALETE	81	77	95%	10
BRAÇO DO NORTE	SÃO LUDGERO	71	18	25%	197
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	1231	233	19%	25

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (CONT.)
(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO 2009 ATÉ NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	QUANT. DE PESSOAS OUVIDAS
PINHALZINHO	SAUDADES	50	14	28%	20
TIJUCAS	TIJUCAS	903	717	79%	0
TIMBÓ	TIMBÓ	303	127	42%	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	184	92	50%	437
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	72	31	43%	108
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	3	1	33%	3
TUBARÃO	TUBARÃO	468	92	20%	4.441
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	0	0		0
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	26	22	85%	246
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	0	0		0
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	151	89	59%	455
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	84	48	57%	200
TOTAL		11.246	5.365	48%	26.368

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2009

(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO 2009 ATÉ NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	REMANES- CENTES	INICIA- DOS	ARQ. REMET. C/ACORDO	ARQ. REMET. S/ACORDO	PASSAM	AUDIÊNCIAS REALIZADAS			ATENDI- MENTOS DIVERSOS
							JUIZ	CONCILIA- DORES	MINISTÉRIO PÚBLICO	
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	53	81	64	6	64	0	81	0	133
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	41	68	59	12	38	0	64	0	169
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	252	105	66	9	282	0	87	2	104
ASCURRA	ASCURRA	380	450	351	103	376	0	272	0	246
RIO DO SUL	AURORA	18	71	54	12	23	0	73	0	98
ARAQUARI	BALN. BARRA DO SUL	13	85	28	57	13	0	80	0	1.107
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	273	348	246	85	290	0	333	1	2.418
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	61	136	24	102	71	1	129	0	120
LAGES	BOCAINA DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRUSQUE	BOTUVERÁ	90	80	47	22	101	0	70	0	13
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	263	171	165	194	75	0	256	0	353
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	837	80	77	3	837	0	79	0	297
TIJUCAS	CANELINHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	19	55	25	33	16	0	54	0	202
CATANDUVAS	CATANDUVAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	7	159	126	29	11	0	154	0	371
CRICIÚMA	CENTRO	19.268	718	27	301	19.658	151	161	81	40
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	115	96	76	15	120	0	87	0	52
URUSSANGA	COCAL DO SUL	4.120	169	18	81	4.190	37	73	18	38
CORREIA PINTO	CORREIA PINTO	50	139	37	75	77	0	51	0	46
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	0	95	34	61	0	0	95	0	76
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	2	76	74	3	1	0	12	0	67
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	410	3	0	0	410	6	0	0	0
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	0	19	19	0	0	10	34	6	304
FRAIBURGO	FRAIBURGO	244	409	297	101	255	0	96	0	150
GARUVA	GARUVA	0	24	21	0	0	0	0	0	31
BRUSQUE	GUABIRUBA	201	132	14	49	270	43	51	0	125
GASPAR	ILHOTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITUPORANGA	IMBUÍ	2	77	57	22	0	45	33	59	1.305
INDAIAL	INDAIAL	108	343	262	77	112	0	250	0	1.090
CAPINZAL	IPIRA	0	26	22	4	0	0	26	0	98
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	0	165	29	0	0	0	0	0	218
MARAVILHA	IRACEMINHA	1.258	151	127	19	1.391	0	149	0	138
QUILOMBO	IRATI	5	0	0	0	5	0	0	0	0
CATANDUVAS	JABORÁ	64	56	14	27	79	0	9	0	1.578
JOAÇABA	JOAÇABA	119	309	122	172	130	0	193	0	351
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	6	11	6	5	6	0	13	0	162
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	3	23	21	1	4	0	22	0	65
RIO DO OESTE	LAURENTINO	0	62	55	0	0	0	0	0	22
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	0	11	8	0	0	0	0	0	0
RIO DO SUL	LONTRAS	988	257	154	119	972	0	350	0	588

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2009

(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO 2009 ATÉ NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	REMANES- CENTES	INICIA- DOS	ARQ. REMÉT. C/ACORDO	ARQ. REMÉT. S/ACORDO	PASSAM	AUDIÊNCIAS REALIZADAS			ATENDI- MENTOS DIVERSOS
							JUIZ	CONCILIA- DORES	MINISTÉRIO PÚBLICO	
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	0	6	6	0	0	0	0	0	12
JOAÇABA	LUZERNA	10	1	1	0	10	0	0	0	1
MARAVILHA	MARAVILHA	0	100	61	39	0	2	76	0	190
TAIÓ	MIRIM DOCE	0	9	2	4	3	0	5	0	53
FRAIBURGO	MONTE CARLO	13	250	176	74	13	0	77	0	113
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	1	230	180	50	1	0	68	0	419
ORLEANS	ORLEANS	188	137	93	11	221	0	185	0	360
CAPINZAL	OURO	37	33	35	34	1	0	34	0	14
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	22	5	5	0	22	1	3	0	307
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	0	168	46	122	0	235	154	235	2.202
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	0	7	0	0	0	0	0	0	15
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	0	11	4	7	0	0	11	0	9
ITUPORANGA	PETROLANDIA	22	23	13	10	22	0	0	0	2.681
CAPINZAL	PIRATUBA	0	91	49	42	0	0	91	0	646
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	0	94	68	26	0	0	92	0	335
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	11	14	7	3	15	0	0	0	9
CRICIÚMA	PRÓSPERA	12.200	436	21	146	12.469	51	101	19	34
ÇAÇADOR	RIO DAS ANTAS	0	24	24	0	0	0	22	0	251
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	0	69	37	32	0	0	0	0	15
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	13	46	19	27	13	0	32	0	46
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	5	87	76	6	10	0	48	0	48
CRICIÚMA	RIO MAINA	13.991	464	25	137	14.293	87	171	49	33
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	0	54	30	0	0	0	0	0	258
TAIÓ	SALETE	3	81	77	7	0	0	79	0	10
BRAÇO DO NORTE	SÃO LUDGERO	121	71	18	42	132	0	62	0	197
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	9.687	1.231	233	119	10.566	0	148	0	25
PINHALZINHO	SAUDADE	80	50	14	25	91	0	25	0	20
TIJUCAS	TIJUCAS	285	903	717	106	365	60	229	60	0
TIMBÓ	TIMBÓ	177	303	127	163	190	0	207	0	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	121	184	92	83	130	34	33	33	437
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	15	72	31	41	15	0	73	0	108
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	0	3	1	0	0	0	0	0	3
TUBARÃO	TUBARÃO	6.834	468	92	328	6.882	501	1.497	772	4.441
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	0	26	22	4	0	0	7	0	246
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	0	151	89	62	0	20	150	1	455
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	1	84	48	36	1	0	82	0	200
TOTAL NO ANO DE 2009		73.107	11.246	5.365	3.585	75.342	1.284	7.199	1.336	26.368



ACADEMIA JUDICIAL

DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ

Diretor Executivo



APRESENTAÇÃO

A Academia Judicial, criada pela Resolução n. 06/00-TJ, de 06 de novembro de 2000;

Com recursos provenientes do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos sob Aviso, à Disposição da Justiça no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Estadual n. 11.644, de 22 de dezembro de 2000;

Institucionalizada pela Emenda Constitucional Estadual n. 42, de 08 de novembro de 2005, como órgão responsável por cursos oficiais de aperfeiçoamento e promoção de magistrados; Com competências institucionais estabelecidas no art. 70 da Lei Complementar Estadual n. 339/2006; e

Credenciada no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC, para oferta cursos de pós-graduação Lato Sensu e Programas de Educação Continuada, pelo Decreto Estadual n. 924, de 05 de dezembro de 2007, promoveu, no exercício de 2009, o seguinte:

- Estudos regimentais delineando as atribuições de cada unidade administrativa/pedagógica da Academia Judicial;
- Estudos para melhoria da prestação jurisdicional; e
- Cursos/eventos de educação profissional para:

1. Aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelos colaboradores nas formações específicas, visando eliminar as carências na execução de determinadas atividades;
2. Aprimoramento de atividades individuais de colaboradores, na busca pela excelência de suas formações acadêmicas;
3. Capacitação de todos os colaboradores na compreensão de processos técnicos que possibilitem a realização das diversas atividades necessárias a prestação de serviços jurisdicionais à sociedade; e
4. Treinamento para habilitar os colaboradores no exercício de atividades técnicas específicas, respeitando-se as normas e regras pertinentes, por meio de instrução e disciplinamento.

No desenvolvimento de ações para a promoção de educação profissional no exercício de 2009, respeitou-se as seguintes disposições constitucionais, legais e regimentais:

- Emenda Constitucional n. 45, de 30 de novembro de 2005, disciplinada pelo Superior Tribunal de Justiça, por intermédio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para as seguintes atividades:

ATIVIDADES

1. Formação para ingresso na Magistratura como etapa do concurso para seleção de magistrados - Resoluções n. 1, de 17 de setembro de 2007 e n. 2, de 16 de março de 2009 - com 480 h/a - credenciado junto à ENFAM;
2. Aperfeiçoamento destinado aos magistrados em fase de vitaliciamento, com carga mínima de 60 hora/aula/ano, pelo período de 2 (dois) anos - Resolução n. 2, de 17 de setembro de 2007, devendo ser credenciado junto à ENFAM; e
3. Aperfeiçoamento destinado aos magistrados vitalícios, com carga mínima de 20 horas/aula/semestral, utilizando-o como critério objetivo na seleção de promoção por merecimento - Resolução n. 2, de 17 de setembro de 2007 - credenciado junto à ENFAM.

- Institucionalização do objetivo estratégico: Desenvolver Permanentemente os Talentos Humanos, delineado na perspectiva "Aprendizado e Crescimento" do mapa estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina, devendo atingir em 2009 as seguintes metas:

1. Aprimorar, aperfeiçoar, capacitar e treinar 60% de colaboradores do Poder Judiciário (magistrados, servidores, terceirizados, bolsistas/estagiários e voluntários) em

conhecimentos, melhoria de habilidades e desenvolvimento de atitudes;

2. Proporcionar a participação de 20 horas/aula/ano/colaborador, em cursos e/ou eventos; e
3. Utilizar com eficiência e eficácia 1% dos recursos oriundos das três fontes (Duodécimo, Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos sob Aviso da Justiça).

As ações concretizadas no período de 1º de fevereiro de 2009 a 8 de dezembro de 2009, foram:

Atividades desenvolvidas pela Diretoria Executiva – responsável: Des. Sérgio Roberto Baasch Luz e Juiz de Direito Edison Zimmer:

1. Estudo e elaboração da estrutura da Academia Judicial – Resultado: Resolução n. 29/08-TJ, publicada em setembro/2009;
2. Estudo e elaboração do Regimento Interno da Academia Judicial – Aprovado pelo Conselho Técnico-Científico do CEJUR – em fase de revisão por técnicos da Direção-Geral Administrativa;
3. Oferta de aprimoramento com base no art. 7º da Resolução 04/07-CEJUR – XXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Florianópolis/SC - outubro/2009 – 30 h/a - 218 (duzentos e

ATIVIDADES

- dezoito) participantes – totalizando 6.540 horas/aula/ano;
4. Apoio às atividades do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça:
- Implementação do Programa 5S – Unidade promotora: ASPLAN - Treinamento – período agosto/outubro/2009 - 8 h/a – 462 (quatrocentos e sessenta e dois) participantes – totalizando 3.696 horas/aula/ano;
 - “Gerenciando sua organização como uma orquestra” - Unidade promotora: ASPLAN - Aprimoramento – período outubro/2009 - 2 h/a – 300 (trezentos) participantes – totalizando 600 horas/aula/ano; e
 - “Direito Digital” – Unidade promotora: Cginfo - Aperfeiçoamento – período agosto/2009 – 2 h/a – 184 (cento e oitenta e quatro) participantes – 368 horas/aula/ano; e
5. Apoio às atividades da Corregedoria-Geral de Justiça:
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários – período dezembro/2009 - Aprimoramento - 16 h/a – 501 (quinhentos e um) participantes – totalizando: 8.016 horas/aula/ano;
 - 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes Diretores e Secretários de Foro - período novembro/2009 - Aprimoramento – 7,5 h/a – 185 (cento e oitenta e cinco) participantes – totalizando: 1.387 horas/aula/ano;
 - Cumprimento de mandados – julho/2009 – Capacitação - 2 h/a – 67 (sessenta e sete) participantes – totalizando 134 horas/aula/ano;
 - 1º Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal – setembro/2009 – Aprimoramento - 16 h/a – 151 (cento e cinquenta e um) participantes – totalizando 2.416 horas/aula/ano; e
 - VI Encontro Estadual de Grupos de Apoio Adoção e Encontro Estadual de Juízes, Promotores e Técnicos do PJ e MP – setembro/2009 – Aprimoramento – 18 h/a – 181 (cento e oitenta e um) participantes – totalizando 3.258 horas/aula/ano.

Atividades desenvolvidas pela Vice-Diretoria Executiva - responsáveis: Des. Lédio Rosa de Andrade, Juiz de Direito Marcelo Carlin e Juíza de Direito Andréia Regis Vaz:

1. Implementação de Núcleo de Estudos e Pesquisas – NEP – Edição da Resolução n. 001/09-AJ – define a finalidade do NEP – Produzir conhecimento científico – Edição do Edital 005/09-AJ – formação de NEP’s – Inscrição de 31 (trinta e um) projetos – Curso de Padronização e Adequação de Projetos – 30 h/a – 51 (cinquenta e um) participantes – totalizando 1.530 horas/aula/ano;

ATIVIDADES

2. Estudo para implementação de Revista do CEJUR – Elaborado projeto básico – em análise pelo Conselho Editorial do CEJUR; e
3. Execução do Programa de “Residência Judicial” – destinado aos alunos da Escola da Magistratura Estadual de Santa Catarina – ESMESC – período de maio/2009 – término em abril/2010 ou outubro/2010 – 29 (vinte e nove) alunos – 1.600 horas/aula/ano executada em 2009.

Atividades desenvolvidas pela Vice-Diretoria de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica - responsáveis: Des. Jaime Ramos e Juiz de Direito de Segundo Grau Henry Goy Petry Júnior:

1. Execução do Curso de Formação para ingresso na Magistratura Catarinense - Edital n. 62/08-CJS - 480 h/a - 11 (onze) concursandos – período de fevereiro a maio de 2009 – totalizando 5.280 horas/aula/ano;
2. Desenvolvimento do projeto acadêmico/pedagógico para o curso de Formação para ingresso na magistratura Catarinense - Edital n. 01/09-CJS – elaboração de logística;
3. Desenvolvimento do projeto acadêmico/pedagógico para o curso de aperfeiçoamento para Juízes, em fase de vitaliciamento – Edital de concurso Edital n. 62/08-CJS - 1060 h/a - 11 (onze) magistrados - período de realização julho de 2009 a dezembro de 2010;
4. Execução do Curso Aperfeiçoamento para os Juízes, em fase de vitaliciamento – Edital de concurso Edital n. 62/08-CJS – da seguinte forma:

Módulo I:

 - Fase I: Sistemas Corporativos – 40 h/a – 11 (onze) magistrados – julho/2009 - totalizando 440 horas/aula/ano;
 - Fase II: Seminários – 80 h/a - 11 (onze) magistrados – período de agosto a novembro de 2009 – totalizando 880 horas/aula/ano; e
 - Fase III: Prática Forense – 40 h/a - 11 (onze) magistrados – julho/2009 – totalizando 440 horas/aula/ano; e

Módulo II:

 - Fase única: Curso de especialização, lato sensu, Direito e Gestão Judiciária – 8ª Turma - início em setembro/2009 e término em dezembro de 2010 - 100 h/a – 11 (onze) magistrados em fase de vitaliciamento – 5 (cinco) magistrados vitalícios – 15 (quinze) servidores – 100 h/a - setembro a dezembro de 2009 - totalizando 3.000 horas/aula/ano.
5. Execução de curso de 20 horas/aula/semestral – Atualização em Direito Para Magistrados Vitalícios – Resolução n. 2, de 17 de setembro de 2007-ENFAM - período de fevereiro a junho de 2009 - 317 (trezentos e dezessete)

ATIVIDADES

participantes - totalizando 6.340 horas/aula/ano;

6. Continuidade da execução do curso de especialização, lato sensu, Direito e Gestão Judiciária – 7ª Turma – 300 h/a – 30 (trinta) magistrados - fevereiro a novembro de 2009 – totalizando 9.000 horas/aula/ano; e
7. Atendimento as solicitações individuais de magistrados, com base na Resolução n. 04/07-CEJUR - aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais – 24 h/a - 14 (quatorze) magistrados – julho a novembro de 2009 - totalizando 336 horas/aula/ano.

Atividades desenvolvidas pela Vice-Diretoria Serviços Judiciários – Responsabilidade: Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Juiz de Direito Edison Zimmer:

1. Aperfeiçoamento dos conhecimentos e das habilidades – transmissão de informações – período maio/novembro/2009 – 12 h/a – 77 (setenta e sete) participantes – totalizando 924 horas/aula/ano;
2. Aprimoramento de atividades individuais – melhorar as habilidades e destrezas – período maio/novembro/2009 – 22 h/a – 1.935 (um mil, novecentos e trinta e cinco) participantes – totalizando 42.580 horas/aula/ano;
3. Capacitação de técnicas específicas – formar/habilitar para execução de tarefa

específica – período maio a novembro de 2009 – 38 h/a – 276 (duzentos e setenta e seis) participantes – totalizando 10.442 horas/aula/ano;

4. Treinamento de inovações tecnológias/procedimentos – desenvolver e modificar comportamento – período maio/novembro/2009 – 20 h/a – 300 (trezentos) participantes – totalizando 6.000 horas/aula/ano; e
5. Atendimento as solicitações individuais de servidores, com base na Resolução n. 04/07-CEJUR - aperfeiçoamento das atividades meio e fim – 39 h/a - 5 (cinco) servidores – totalizando 195 horas/aula/ano.

Para verificar o cumprimento das metas estabelecidas para 2009, no mapa estratégico do Poder Judiciário, utilizou-se as seguintes informações:

- Conceituou-se “colaborador” como: Todos os magistrados, servidores efetivos, em estágio probatório, a disposição, militares e comissionados, terceirizados e estagiários/bolsistas que prestam serviços ao Poder Judiciário no Tribunal de Justiça, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial e nos Foros, bem como os concursandos, os serventuários extrajudiciais e voluntários;
- Número de colaboradores, em atividade em

ATIVIDADES

dezembro/2009 de: 9.110 (nove mil, cento e dez) pessoas (Dados obtidos do site do Tribunal de Justiça e da Diretoria de Recursos Humanos / Seção de Terceirizados e Estagiários);

- Número de horas/aula e de colaboradores computados: Somente pessoas que participaram de cursos/eventos gerenciados pela Secretaria Executiva da Academia Judicial.

Metas a serem atingidas em 2009:

- Meta: Aumentar o percentual de colaboradores capacitados em 60% do quadro pessoal do Poder Judiciário: (somatório de participantes em cursos realizados no período / pelo total de colaboradores) x 100 - Para atingir a meta o número de colaboradores deverá ser, no mínimo, 5.466 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis) pessoas;
- Meta: Ofertar em cursos e/ou eventos, no mínimo, 20 horas/aula/ano por colaborador: Considerando o número total de colaboradores deve-se produzir 182.200 horas/aula/ano e, que a meta é atingir em 2009 o percentual de 60% de colaboradores capacitados, a promoção de 109.320 horas/aula/ano.

Dados obtidos no exercício de 2009:

- Foram aprimorados, aperfeiçoados, capacitados e/ou treinados 5.328 (cinco mil, trezentos e vinte e oito) colaboradores;
- Foram promovidas 113.841 (cento e treze mil, oitocentos e quarenta e uma) horas/aula/ano;

Conclusão

- Foram aprimorados, aperfeiçoados, capacitados e/ou treinados 58,48% do total de colaborador que exerceu atividade no Poder Judiciário de Santa Catarina no exercício de 2009; e
- Foram promovidas 21 horas/aula por colaborador;

Assim:

- Quanto a aprimorar, aperfeiçoar, capacitar e/ou treinar 60% do quadro de colaboradores, a meta estabelecida foi atingida em 97,45%; e
- Quanto à meta estabelecida de ofertar 20 horas/aula, por colaborador, o resultado foi positivo, visto que foram promovidas 21 horas/aula, por colaborador, correspondendo ao percentual de 104%.

DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA

CLEVERSON OLIVEIRA

Diretor-Geral Judiciário



DADOS ESTATÍSTICOS

ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

▶ **QUADRO ESTATÍSTICO**
2009

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
Univali – Campus Balneário Camboriú	16
Univali – Campus Tijucas	12
Unisul – Campus Araranguá	30
Unisul – Campus Tubarão	60
Universidade do Contestado – Campus Caçador	35
Universidade do Contestado – Campus Concórdia	50
Universidade do Contestado – Campus Curitibanos	30
Universidade do Contestado – Campus Canoinhas	30
Unoesc – Campus Joaçaba	40
Unidavi – Campus Rio do Sul	100
Unidavi – Campus Presidente Getúlio	40
Facvest – Lages	108
Faculdade Celer - Campus Xaxim	35
Faculdade IES – Campus São José	20
uniban – Campus São José	30
unerj – Campus Jaraguá do Sul	75
Ibes – Sociesc – Campus Blumenau	60
Uniplac – Campus Lages	55
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	18
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	826

DADOS ESTATÍSTICOS

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

▸ **QUADRO ESTATÍSTICO**
2009

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Souza Varella	-	-	-
Gaspar Rubik	18	9	9
Trindade dos Santos	15	30	27
Volnei Carlin	4	6	5
Solon d'Eça Neves	18	5	1
Irineu João da Silva	14	7	7
Nelson Schaefer Martins	4	2	2
José Volpato	15	8	7
Fernando Carioni	2	7	7
Torres Marques	3	7	8
Luiz Carlos Freyesleben	16	5	5
Rui Fortes	18	5	5
TOTAL	127	91	83

Fonte: Sistema SAJ do Conselho da Magistratura

Observação: Distribuídos: 177 processos

Foram apresentados 44 processos em Mesa, sendo 37 da Corregedoria-Geral da Justiça, 4 da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça e 3 Processos Administrativos.

Ofícios de comunicação de suspeição/impedimento: 101

DADOS ESTATÍSTICOS

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

CLEVERSON OLIVEIRA

Coordenador Técnico

CLÁUDIA TURNES DA SILVA MARTINS

Coordenadora de Instalação

NELSON ANASTÁCIO DA SILVA FILHO

Coordenador de Diagnóstico e Acompanhamento e do Programa 5 S – Justiça de Primeiro Grau

RENI MACHADO FILHO

Coordenador de Saneamento Processual

ROBSON CARLO DE OLIVEIRA

Coordenador de Capacitação

VANESSA PERES ASSUNÇÃO

Assistente de Atividades Específicas

Ao Programa de Implantação de Serviços Judiciários, instituído pela Resolução Conjunta n. 2/2009 – Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria geral da Justiça, compete atuar nas unidades jurisdicionais, quando conveniente, ficando-lhe inerentes, nesse âmbito, os projetos de diagnóstico e acompanhamento, de instalação, de capacitação e de saneamento processual. No segundo semestre de 2009, somou-se à competência, em parceria com a Academia Judicial e a Assessoria de Planejamento, o Programa 5 S para Justiça de Primeiro Grau.

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO

PERÍODO	COMARCA	VARA
Março	Jaraguá do Sul	Fazenda Pública
Abril	Capital - Fórum Eduardo Luz	Distribuição
	São Francisco do Sul	1ª e 2ª
	Seara	Única
Maio	Imbituba	1ª e 2ª
	Joinville	Fazenda Pública, Criminal e Juizado Especial Cível
Junho	Itajaí	3ª Criminal e 3ª Cível
Julho	Capital - Fórum Central	2ª Cível
	Chapecó	3ª Criminal
	Tijucas	Criminal
Agosto	Capinzal	1ª e 2ª
Setembro	Capital - Fórum Central	Precatórias e Precatórios
Outubro	Biguaçu	2ª
Novembro	Curitibanos	Criminal e Infância e Juventude

▶ INSTALAÇÃO DE COMARCA

PERÍODO	COMARCA
FEVEREIRO	Meleiro

DADOS ESTATÍSTICOS

INSTALAÇÃO DE VARAS

PERÍODO	COMARCA	VARA
Janeiro	Capital - Fórum Eduardo Luz	Secretaria do Foro
	Lages	Infância e Juventude
	Videira	Criminal
Fevereiro	Braço do Norte	Criminal
	Capital - Fórum Central	Júri
	Capital - Fórum Eduardo Luz	Secretaria do Foro
	Itajaí	3ª Criminal
	Palhoça	2ª Criminal
	São José	3ª Cível
	Xanxerê	Criminal
Dezembro	Navegantes	2ª

DADOS ESTATÍSTICOS

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

PERÍODO	COMARCA	VARA
Janeiro	Jaraguá do Sul	Fazenda Pública
	Joinville	4ª Criminal
	Lages	Infância e Juventude
Janeiro e fevereiro	Capital - Fórum Eduardo Luz	Distribuição e Contadoria
Fevereiro	São José	3ª Cível
	Meleiro	Única
	Palhoça	2ª Criminal
	Xanxerê	Criminal
Fevereiro e março	Braço do Norte	1ª Criminal
Fevereiro, março, abril, setembro e novembro	Capital - Fórum Central	Júri Execução Fiscal Municipal (Oficialato de Justiça)
		2ª Cível
		Contadoria
Fevereiro e junho	Videira	Criminal e Contadoria
Fevereiro e setembro	Itajaí	2ª Cível e Criminal
Março	Biguaçu	Juizado Especial Cível e Criminal
Julho	Caçador	Criminal
	Presidente Getúlio	Oficialato de Justiça
Setembro e outubro	Indaial	1ª e 2ª Criminal
Outubro	Campo Belo do Sul	Oficialato de Justiça
	Tijucas	2ª
Novembro	Capinzal	2ª
	Rio Negrinho	Única
Novembro e dezembro	São Bento do Sul	Criminal
	São José do Cedro	Contadoria
	Urussanga	1ª e 2ª

DADOS ESTATÍSTICOS

SANEAMENTO PROCESSUAL

PERÍODO	COMARCA	VARA
Janeiro, fevereiro, março, outubro, novembro e dezembro	Capital - Fórum Central	Precatórios e Precatórias
Julho, agosto e setembro	Itajaí	3ª Cível e 3ª Criminal
Agosto e setembro	Jaraguá do Sul	Fazenda Pública
Outubro e novembro	Concórdia	Oficialato de Justiça
Outubro a dezembro	Laguna	1ª Cível

PROGRAMA 5 S

PERÍODO	COMARCA
Setembro	São Bento do Sul
Outubro	Rio Negrinho
Novembro	Capinzal
	Maravilha
Dezembro	Capital - Fórum do Norte da Ilha

DADOS ESTATÍSTICOS

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

ALCEBIR DAL PIZZOL

Coordenador da Secretaria

ANTÔNIO JULIÃO DA SILVA

Coordenador dos Juizados Especiais

LIZETE LUIZA WEBER

*Coordenadora da Semana Nacional pela
Conciliação*

FLÁVIA DE NOVAES COSTA

Coordenadora do Serviço de Mediação Familiar

CASA DA CIDADANIA (CC) e FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA (FM – CC)

Os serviços nas Casas da Cidadania e nos Fóruns Municipais – Casas da Cidadania continuam integrados e coordenados pela Secretaria do Conselho Gestor do Sistema Jepasc.

No decorrer do ano de 2009, como se denota no quadro abaixo, dentre outros serviços, ocorreram a instalação de novas unidades e a renovação dos convênios que vinham vencendo, e efetivou-se a capacitação dos

novos secretários e conciliadores.

Em caráter experimental, iniciou-se em oito FM – CC, a implantação do Juizado Especial Cível, que deverá ser um diferencial a ser perseguido, construído e aprimorado em 2010.

Outro aspecto importante, e em andamento, foi o planejamento, questionamento e aprovação pelo Conselho Gestor da capacitação integrada para os executores dos serviços coordenados pelos gestores da secretaria desse Conselho, em que as CC, e os FM – CC, fazem parte. A operação dessa capacitação deverá ocorrer em conjunto com a Academia Judicial.

CASA DA CIDADANIA E FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

1 – Serviços Instalados	Luiz Alves: 14 de agosto de 2009 Penha: 14 de agosto de 2009 Passo de Torres: 3 de novembro de 2009
2 – Renovação de Convênio	3 Casas da Cidadania 8 Fóruns Municipais – Casas da Cidadania TOTAL: 11 renovações
3 – Pedidos de Instalação	10 processos em andamento
4 – Capacitação	Realização de um curso de formação de base para Secretários e Conciliadores – número de participantes: 70
5 – Número de	Conciliadores 84 Secretários 164
6 – Procedimentos efetuados	Nº de procedimentos instaurados: 11.412 Nº de conciliações positivas: 5.480 percentual de acordo alcançado: 48%
7 – Instalação, em caráter experimental, do Juizado Especial Cível nos FM - CC	Água Doce, Campo Alegre, Nova Trento, Palma Sola, Três Barras, Guabiruba, Jaborá e Timbó Grande

DADOS ESTATÍSTICOS

JUIZADOS ESPECIAIS

Justiça Presente – Estádios de futebol

PARTIDAS ACOMPANHADAS 2009

CAMPEONATO	Nº DE PARTIDAS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Catarinense	88	
Copa do Brasil	4	
Brasileiro (Série A)	18	5 em
Brasileiro (Série B)	19	3 partidas
Brasileiro (Série C)	07	
TOTAL	137	

Acadêmico conciliador

CONVÊNIOS COM 14 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO	DATA DE ASSINATURA
CESUSC	6-7-2007
UNC	
UNOCHAPECÓ	17-10-2007
UNOESC	
FURB	
UNERJ	
UNESC	
UNIBAVE	
UNIDAVI	
UNIFEBE	5-11-2007
UNIPLAC	
UNISUL	
UNIVALI	
UNIVILLE	

Cartilha dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

- Disponibilizada na página eletrônica do Tribunal de Justiça e remetida às comarcas do Estado.

Postos de Atendimento e Conciliação nos Procons Estadual e municipais (Pace nos Procons) e Juizados Especiais Cíveis de Relação de Consumo

- Aprovados na sessão do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos do dia 24 de setembro de 2009 e em fase de implementação.

Resolução do Conselho Gestor para padronização do fluxo dos acórdãos das Turmas de Recursos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

- Submetida à análise dos secretários das Turmas de Recursos e em fase de estudo.

SEMANA NACIONAL PELA CONCILIAÇÃO

Por meio da Resolução 19/09-TJ, o Tribunal de Justiça unificou as datas relativas ao Mutirão da Conciliação no Estado com os eventos de igual natureza promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, participando efetivamente de duas semanas, conforme dados abaixo:

- **14 a 18 de setembro de 2009** - Processos

DADOS ESTATÍSTICOS

distribuídos até 31/12/2005 - META 2

O evento realizado entre os dias 14 e 18 de setembro de 2009 seguiu as orientações do referido Conselho para cumprimento da Meta 2 da Resolução 70/09, ou seja, solução das ações iniciadas até 31 de dezembro de 2005.

A seguir os valores relativos ao período:

ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO

Total de audiências designadas	2.931
Total de audiências realizadas	1.763
Total de acordos	889
Soma dos valores homologados	R\$ 3.112.002,74
Percentual de êxito geral	50,4%
Comarcas participantes	44
Varas	62
Total de pessoas atendidas	4.983
Juízes	63
Promotores	56
Conciliadores	86
Juízes leigos	8
Colaboradores/servidores	300

• 7 a 11 de dezembro de 2009

No mesmo contexto do evento anterior, a Semana Nacional da Conciliação realizada entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2009 seguiu as orientações do CNJ, dando continuação ao Movimento pela Conciliação instituído pelo mencionado Conselho.

Seguem dados relativos ao período:

ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO

Número de pessoas atendidas	7942
Participantes (Magistrados)	192
Participantes (Juizes Leigos)	35
Participantes (Conciliadores)	347
Participantes (Colaboradores)	404
Eventos paralelos	4
Percentual de êxito:	45%
Total de audiências pautadas:	7.980
Total de audiências realizadas:	3.812
Total de acordos:	1.739
Comarcas participantes	50
Varas participantes	82

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC

Atuarão nos postos de atendimento e conciliação, segundo o Conselho Nacional de Justiça, pessoas previamente selecionadas, indicadas por entidades locais e pela OAB, com nomes submetidos ao Ministério Público e treinadas pelo Judiciário, na busca da composição de conflitos. O oferecimento dos serviços para o atendimento da comunidade, será divulgado na região.

No local de atendimento à população, dar-se-ão o recebimento inicial do interessado e o registro da natureza da sua reclamação, a designação de data, a expedição da carta-convide para a outra parte e a realização da audiência informal preliminar de conciliação.

DADOS ESTATÍSTICOS

UNIDADES INSTALADAS EM 2009

COMARCA
Balneário Camboriú - Univali
Canoinhas - Bairro Campo Água Verde
Capital/Norte da Ilha - Lagoa da Conceição
Capital - Acif-Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
Taió
Joaçaba - Cdl-Câmara dos Dirigentes Lojistas

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

I – Apresentação do projeto de expansão do serviço de mediação familiar

24 de setembro

II – Formação de técnicos multiplicadores da mediação familiar

7 a 9 de outubro

III – Serviços de mediação familiar

» Implantados

Garopaba: 1º de abril

Garuva: 4 de junho

Xanxerê: 22 de junho

» Em Implantação

Com pedido formal: Balneário Piçarras, Lauro Müller, Mafra e Presidente Getúlio

Com pedido informal: Blumenau, Campos Novos, Navegantes e Itapema

IV - CONSULTORIA CONTÍNUA

ATOS E PROCEDIMENTOS PARA CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS INFRACITADOS

COMARCA	Nº DE CASOS	Nº DE ACORDOS	% DE ACORDOS
Abelardo Luz	419	257	61%
Anchieta	19	10	53%
Brusque	5	1	20%
Campo Belo do Sul	2	1	50%
Campo Erê	144	143	99%
Canoinhas	770	246	32%
Capital - Fórum Central	342	110	32%
Capital - Norte da Ilha	2	2	100%
Chapecó	131	90	69%
Coronel Freitas	40	16	40%
Cunha Porã	52	39	75%
Descanso	28	19	68%
Dionísio Cerqueira	179	152	85%
Garopaba	24	21	87%
Garuva	24	6	25%
Joinville	133	72	54%
Modelo	55	33	60%
Mondaí	12	12	100%
Orleans	15	10	67%
São Domingos	228	154	68%
São José	39	3	8%
São Lourenço do Oeste	222	110	49%
Xanxerê	147	141	96%
TOTAL	2.885	1.507	52%

* Comarcas com SMF implantado em Casa da Cidadania: Balneário Camboriú, São Miguel do Oeste e Tubarão.

DADOS ESTATÍSTICOS

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

DES. MARCUS TÚLIO SARTORATO
Presidente do Núcleo de Conciliação

DES. CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI
Coordenador do Núcleo de Conciliação

CONCILIADORES HONORÁRIOS
Des. Alcides Aguiar
Dr. Carlos Boabaid Filho
Dr. Eleazar Miguel do Nascimento
Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho
Dr. Miguel Hermínio Daux
Dr. Plínio Bueno

ROGER BERNARDO COLOSSI
Responsável

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

AUDIÊNCIAS ITINERANTES REALIZADAS NO ANO DE 2009

COMARCA DE JOINVILLE 26 E 27.02.2009

Processos pautados	81
Audiência realizada	69
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	22
Conciliação Inexitosa	10
Conciliação Suspensa (*)	37
Audiência designada em que partes não compareceram	12
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	68,7%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	81
Ausência de ambas as partes	00
Ausência de pelo menos uma das partes	12
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	85,1%

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

COMARCA DE BLUMENAU 26 E 27.03.2009

Processos pautados	90
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	11
Conciliação Inexitosa	20
Conciliação Suspensa (*)	16
Audiência designada em que partes não compareceram	43
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	35,5%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	90
Ausência de ambas as partes	13
Ausência de pelo menos uma das partes	30
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	52,2%

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

COMARCA DE ARARANGUÁ
5 E 6.11.2009

Processos pautados	90
Audiência realizada	51
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	09
Conciliação Inexitosa	16
Conciliação Suspensa (*)	26
Audiência designada em que partes não compareceram	39
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	36%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	90
Ausência de ambas as partes	18
Ausência de pelo menos uma das partes	21
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	56,6%

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

COMARCA DE JOINVILLE
10 E 11.12.2009

Processos pautados	93
Audiência realizada	62
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	40
Conciliação Inexitosa	09
Conciliação Suspensa (*)	19
Audiência designada em que partes não compareceram	25
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	81,6%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	93
Ausência de ambas as partes	00
Ausência de pelo menos uma das partes	25
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	73,1 %

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

COMARCA DE JOAÇABA
26 E 27.11.2009

Processos pautados	90
Audiência realizada	51
Conciliação Adiada	01
Conciliação Exitosa	12
Conciliação Inexitosa	07
Conciliação Suspensa (*)	31
Audiência designada em que partes não compareceram	39
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	63,1%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	90
Ausência de ambas as partes	10
Ausência de pelo menos uma das partes	29
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	67,7%

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processos pautados	149
Audiência realizada	115
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	55
Conciliação Inexitosa	35
Conciliação Suspensa (*)	26
Audiência designada em que partes não compareceram	34
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	61,1%
COMPARECIMENTO DAS PARTES	
Processos pautados	149
Ausência de ambas as partes	00
Ausência de pelo menos uma das partes	34
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	77,1 %

(*) Com possibilidade acordo. (**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e em que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

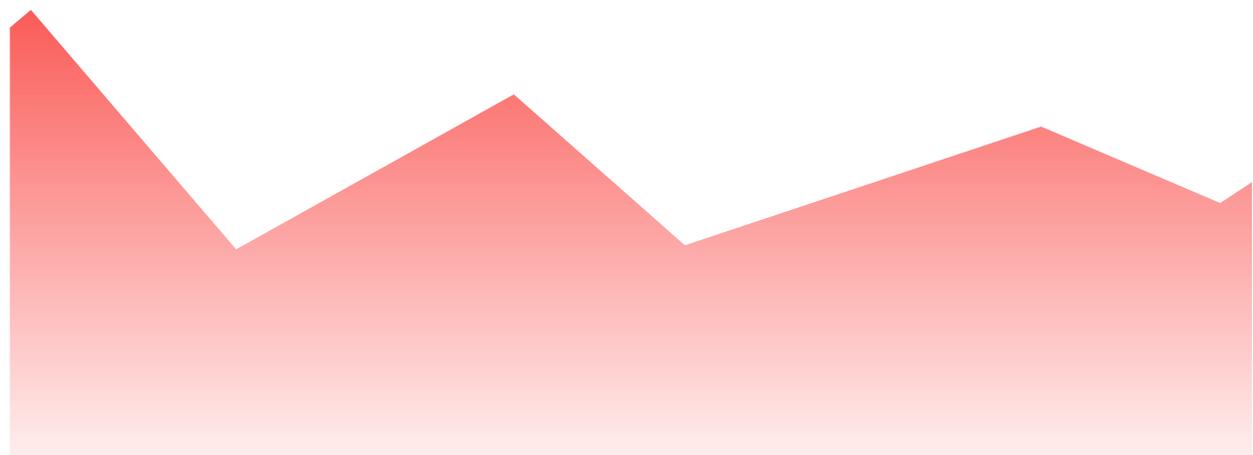
QUADRO GERAL ESTATÍSTICO DE 2009

Processos Pautados	593
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa nas audiências	121
Conciliação Exitosa extrajudicialmente	28
Conciliação Inexitosa	97
Conciliação Suspensa com possibilidade de acordo	155
Conciliação não comparecimento	192
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	60,5%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

ROSÂNGELA CIVINSKI
Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2009, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **872** sessões ordinárias e **6** extraordinárias, assim distribuídas:

SESSÕES

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	24	1	0
SEÇÃO CIVIL	9	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL	11	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	11	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	11	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	70	4	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	49	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	48	0	0
QUARTA CÂMARA DTO CIVIL	43	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	41	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	51	0	0
QUARTA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	47	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	47	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	43	0	0
QUARTA CÂMARA DTO PÚBLICO	44	0	0
SEÇÃO CRIMINAL	10	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	44	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	45	0	0
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	53	1	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	44	0	0
CÂMARA TEMPORÁRIA COMERCIAL	9	0	0
CÂMARA TEMPORÁRIA CIVIL	16	0	0
CÂMARA REGIONAL DE CHAPECÓ	16	0	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **66.469** processos, **21.021** incidentes, julgados **71.149** por acórdão, **21.683** por despacho e assinados **70.611** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CÍVEIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Direta de Inconstitucionalidade	108	0	83	4	72
Ação Popular	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	239	0	334	56	342
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	2	2	0	2
Agravo Art. 522 do CPC	1	0	1	0	0
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	1	1	1	0	1
Agravo Art. 532 do CPC	0	2	2	0	2
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	3	4	1	4
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	11	15	3	11
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5497	5556	334	5387
Agravo de Instrumento	12757	0	5087	7251	5094
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	31	28	1	20
Agravo Regimental em ADIN	0	3	3	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	233	133	129	110
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	72	76	8	74
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	1	2	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	160	145	10	151
Agravo Regimental em Medida Cautelar	1	0	5	0	3
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso de Decisão	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Representação	0	1	0	1	0
Apelação Cível	49377	0	42794	11393	42498
Apelação Cível (MS)	707	0	760	128	769
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	6	0	7	0	7
Arguição de Inconstitucionalidade	9	2	11	1	10
Conflito de Competência	199	0	190	30	184
Emb. à Execução em Mandado de Segurança	0	0	1	0	0
Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocaticios	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	65	45	8	46
Emb. Declaração em ADIN	0	20	20	1	18
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1035	524	497	529
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	12876	12046	757	12008
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	195	161	4	159
Emb. Declaração em Arguição	0	0	1	0	0
Emb. Declaração em Arguição de Inconstitucionalidade	0	3	0	1	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	20	26	0	33
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	3	1	1	1
Emb. Declaração em Mandado de Injunção	0	4	1	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	604	548	17	547
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	0	0	1	0
Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	0	0	1	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	20	15	3	15
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	15	14	0	13
Emb. Infringentes	197	0	127	8	119
Emb. de Terceiro em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Exceção de Incompetência	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	22	0	21	4	21
Habeas Corpus	224	0	193	25	191
Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial	0	2	3	0	3
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	13	10	4	11
Incidente de Falsidade em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Inquérito	12	0	2	5	0
Inquérito Judicial	3	0	1	0	1
Interdito Proibitório em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Mandado de Injunção	23	0	3	4	2
Mandado de Segurança	1117	0	1048	224	1068
Medida Cautelar	25	0	6	12	5
Medida Cautelar Incidental	0	80	53	34	47
Medida Cautelar Inominada	26	0	7	8	7
Notícia Criminal	2	0	0	3	0
Ordinária	3	0	1	2	1
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão	1	2	1	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	21	2	16	2
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	2	0	0	1	0
Pedido de Intervenção Município	3	0	0	3	0
Pedido de Restauração dos Autos	0	1	1	0	1
Pedido de Restauração dos Autos em AI	2	0	0	0	0
Pedido de Seqüestro	2	0	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	4	0	1	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	2	0	3	2	2
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	4	2	0	1
Petição em ADIN	0	0	0	1	0
Petição em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Processo Administrativo	8	0	5	1	5
Processo Crime	2	0	2	1	2
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	2	0	1	1	1
Queixa Crime	1	0	0	1	0
Reclamação	20	1	10	7	8

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Reclamação em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Reclamação em Apelação Cível	0	0	1	0	0
Recurso de Decisão	11	0	5	0	5
Recurso de Decisão Administrativa	1	0	0	0	0
Recurso Inominado	1	0	0	0	0
Reexame Necessário	932	0	644	474	639
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	4	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	408	0	340	193	340
Representação	5	0	2	3	3
Restauração de Autos	1	0	0	0	0
Termo Circunstanciado	0	0	1	0	1
TOTAL	66.469	21.021	71.149	21.683	70.611

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **10.501** processos, **383** incidentes, julgados **9.126** por acórdão, **701** por despacho e assinados **9.028** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CRIMINAIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	4	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	13	9	3	10
Agravo de Instrumento	21	0	11	7	11
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	2	0	2	0
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	8	8	0	8
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Apelação Cível (MS)	3	0	5	0	5
Apelação Criminal	6054	0	4972	189	4899
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	197	0	177	7	179
Carta Testemunhável	23	0	7	1	7
Conflito de Competência	0	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	127	0	64	25	61
Embargos de Nulidade	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	232	217	14	219
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	13	11	0	11
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	50	43	4	43
Emb. Declaração em Pedido de Desaforamento	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	29	33	2	32
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	14	13	1	13
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	5	7	0	6
Emb. Infringentes	16	0	12	1	18
Exceção de Impedimento	4	1	3	0	3
Exceção de Suspeição	5	0	3	3	4
Habeas Corpus	2622	0	2312	207	2281
Impugnação à Assistência Judiciária	2	0	0	2	0
Indignidade p/ Oficialato	1	0	1	0	1
Inquérito	29	0	14	43	14
Mandado de Segurança	39	0	29	12	30
Notícia Criminal	1	0	0	3	0
Pedido de Desaforamento	14	0	12	1	12
Perda de Graduação	2	0	3	0	3
Petição	0	1	0	1	0
Processo Crime	29	0	23	25	22
Queixa Crime	6	0	2	8	2
Reclamação	73	0	46	18	45
Recurso Criminal	654	0	628	40	626
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	6	1	1	1
Recurso de Agravo	334	0	272	23	270
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	2	0	3	0	3
Representação	4	0	2	6	2
Revisão Criminal	217	0	167	38	171
Termo Circunstanciado	21	0	6	14	6
TOTAL	10.501	383	9.126	701	9.028

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS JULGADOS NO CÍVEL COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

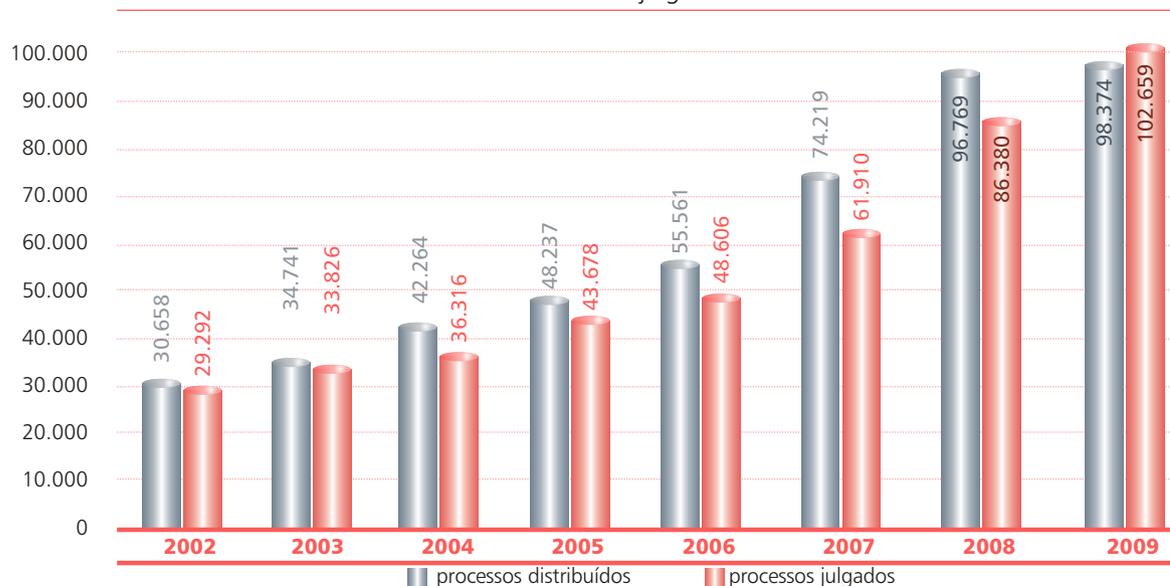
COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	15228
Blumenau	11512
Criciúma	8832
Joinville	6354
Lages	4666
Itajaí	3033
Chapecó	2825
Tubarão	2748
São José	2637
Rio do Sul	2528
Jaraguá do Sul	2385
Balneário Camboriú	2010
Araranguá	1802
Brusque	1735
Palhoça	1297
Timbó	1288
Capital / Estreito	1272
São Bento do Sul	1138
Urussanga	966
Gaspar	910

PROCESSOS JULGADOS NO CRIME COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	1355
Joinville	906
Chapecó	723
Itajaí	606
São José	601
Criciúma	585
Blumenau	501
Lages	477
Balneário Camboriú	469
Palhoça	260
Curitibanos	251
Brusque	213
Capital / Estreito	182
Jaraguá do Sul	180
Tubarão	174
Porto União	164
Gaspar	158
Rio do Sul	157
Xanxerê	154
São Miguel do Oeste	154

TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC

Processos distribuídos e julgados nos últimos anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SC

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição nos últimos anos



▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo de processos pendentes de julgamento nos últimos anos



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	3	0	0	1	2	1	0
ALCIDES AGUIAR	0	0	0	0	0	1	0
AMARAL E SILVA	9	2	1	4	1	3	7
CARLOS PRUDÊNCIO	16	6	5	18	2	13	7
PEDRO MANOEL ABREU	8	7	2	2	4	2	11
SOUZA VARELLA	67	8	0	0	4	0	71
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	5	6	1	8	0	7	4
NEWTON TRISOTTO	9	3	1	6	0	3	7
SÉRGIO PALADINO	4	6	1	2	3	4	6
OLON D'EÇA NEVES	4	1	1	4	1	4	1
MAZONI FERREIRA	13	4	1	2	3	2	13
VOLNEI CARLIN	1	0	2	3	0	3	0
IRINEU JOÃO DA SILVA	11	7	0	5	2	4	11
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	4	4	4	6	1	10	5
VANDERLEI ROMER	2	4	1	2	0	7	5
ELÁDIO TORRET ROCHA	16	6	0	2	2	1	18
WILSON A. DO NASCIMENTO	7	4	3	6	0	8	8
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	0	0	1	0	1	0
JOSÉ VOLPATO	13	6	3	11	2	10	9
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	5	5	0	4	0	2	6
MONTEIRO ROCHA	19	4	1	9	1	4	14
FERNANDO CARIONI	9	6	4	2	5	1	12
TORRES MARQUES	5	6	1	2	1	2	9
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	8	6	0	5	0	3	9
RUI FRANCISCO FORTES	12	6	3	9	1	12	11
GASTALDI BUZZI	13	6	1	4	1	3	15
MARCUS TÚLIO SARTORATO	10	6	0	6	0	5	10
CÉSAR ABREU	6	5	0	2	0	2	9
SALETE SILVA SOMMARIVA	15	15	1	5	5	4	21
RICARDO FONTES	2	4	3	6	1	6	2
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	7	4	0	1	0	1	10
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	4	6	0	0	0	0	10
EDSON UBALDO	22	4	2	7	0	4	21
CID GOULART	14	6	0	2	1	0	17
HILTON CUNHA JÚNIOR	26	7	0	0	1	0	32
JAIME RAMOS	4	5	0	3	1	2	5
ALEXANDRE D'IVANENKO	8	9	2	2	3	2	14
NEWTON JANKE	5	5	0	0	0	0	10
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	2	3	0	3	0	2	2
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	4	4	0	3	2	3	3
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	5	0	3	0	1	5
MARLI MOSIMANN VARGAS	4	4	1	5	0	2	4
SÉRGIO IZIDORO HEIL	4	5	1	2	2	2	6
CARSTENS KÖHLER	2	3	0	0	0	0	5
JOÃO HENRIQUE BLASI	16	2	0	4	0	2	14
JORGE LUIZ DE BORBA	4	6	0	8	0	6	2
VICTOR FERREIRA	3	3	2	4	0	2	4
REJANE ANDERSEN	17	3	0	2	0	0	18
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	6	1	0	2	0	5
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	15	4	1	7	0	6	13
TOTAL	461	237	50	193	54	163	501

PROCESSOS TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Direta de Inconstitucionalidade	108	0	83	4	72
Ação Rescisória	0	0	2	0	2
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	2	2	0	2
Agravo de Instrumento	2	0	0	1	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	0	2	0	2
Agravo Regimental em ADIN	0	3	3	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	8	11	2	9
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso de Decisão	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Representação	0	1	0	1	0
Arguição de Inconstitucionalidade	9	0	11	1	10
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocatícios	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em ADIN	0	20	20	1	18
Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	0	0	1	0
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Injunção	0	4	1	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	5	2	2	2
Emb. Declaração em Arguição	0	0	1	0	0
Emb. Declaração em Arguição de Inconstitucionalidade	0	3	0	1	0
Habeas Corpus	2	0	1	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	0	2	0
Inquérito	12	0	2	5	0
Inquérito Judicial	3	0	1	0	1
Mandado de Injunção	21	0	3	3	2
Mandado de Segurança	28	0	23	13	20
Medida Cautelar	5	0	0	1	0
Notícia Criminal	2	0	0	3	0
Pedido de Execução do Acórdão	0	1	1	0	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	2	0	0	1	0
Pedido de Intervenção Município	3	0	0	3	0
Pedido de Seqüestro	2	0	0	0	0
Petição em ADIN	0	0	0	1	0
Processo Administrativo	8	0	5	1	5
Processo Crime	2	0	2	1	2
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	2	0	1	1	1
Queixa Crime	1	0	0	1	0
Reclamação	7	0	4	1	2
Recurso de Decisão	11	0	5	0	5
Recurso de Decisão Administrativa	1	0	0	0	0
Representação	5	0	2	3	3
Termo Circunstanciado	0	0	1	0	1
TOTAL	237	50	193	54	163

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	11	8	1	0	13	0	9	7
PEDRO MANOEL ABREU	14	7	0	0	5	1	1	15
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	11	8	1	0	3	2	2	15
NEWTON TRISOTTO	4	9	1	0	6	3	3	5
MAZONI FERREIRA	9	8	1	1	6	5	6	6
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	6	11	4	0	9	8	16	4
VANDERLEI ROMER	6	10	2	0	10	1	9	7
ELÁDIO TORRET ROCHA	6	9	0	0	4	2	4	9
WILSON A. DO NASCIMENTO	12	7	4	0	9	5	7	9
JOSÉ VOLPATO	7	12	1	0	7	1	6	12
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	0	12	4	0	11	0	10	5
FERNANDO CARIONI	6	9	2	0	5	3	6	9
MONTEIRO ROCHA	7	10	3	0	10	2	10	8
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	9	10	1	0	9	0	7	11
RUI FRANCISCO FORTES	12	6	4	0	8	1	8	13
GASTALDI BUZZI	12	8	1	0	6	6	7	9
MARCUS TÚLIO SARTORATO	7	7	1	0	2	0	2	13
CÉSAR ABREU	11	9	1	0	11	1	10	9
RICARDO FONTES	5	10	2	0	8	2	7	7
SALIM SCHAED DOS SANTOS	5	9	1	0	9	1	7	5
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	5	17	7	0	14	5	15	10
EDSON UBALDO	14	9	2	0	7	1	7	17
CID GOULART	15	10	1	0	6	0	6	20
HILTON CUNHA JÚNIOR	13	1	0	0	0	0	0	14
JAIME RAMOS	4	7	1	0	9	0	9	3
NEWTON JANKE	12	12	2	2	7	0	8	17
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	5	8	2	0	9	3	7	3
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	9	2	0	4	2	0	8
MARLI MOSIMANN VARGAS	5	0	0	0	2	0	2	3
SÉRGIO IZIDORO HEIL	8	5	1	0	10	0	8	4
CARSTENS KÖHLER	4	7	2	0	8	3	6	2
JOÃO HENRIQUE BLASI	6	7	0	0	10	0	7	3
JORGE LUIZ DE BORBA	9	8	2	0	6	1	7	12
VICTOR FERREIRA	6	8	2	0	5	0	4	11
REJANE ANDERSEN	5	6	1	0	3	1	0	8
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	12	6	0	4	3	1	3	10
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	4	9	3	0	11	1	7	4
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	0	5	1	0	1	2	0	3
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	0	0	5	4	1	0	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	0	0	1	0	1	1	0
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	1	0	0	0	1	0	0
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	0	7	0	0	0	1	1	6
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	1	0	1	0	0
TOTAL	290	321	64		270	69	235	336

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	2	0	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	3	2	1	1
Agravo de Instrumento	2	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	24	15	4	15
Apelação Cível (MS)	2	0	2	0	1
Conflito de Competência	47	0	49	4	43
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	34	29	8	28
Emb. Infringentes	75	0	34	0	26
Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	188	0	135	49	117
Medida Cautelar	1	0	1	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	0	2	0
Ordinária	1	0	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	0	1	0	1
TOTAL	321	64	270	69	235

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	18	6	5	13	2	12	14
MAZONI FERREIRA	13	3	9	16	3	22	6
ELÁDIO TORRET ROCHA	25	6	3	7	2	6	25
MONTEIRO ROCHA	10	6	1	6	3	6	8
FERNANDO CARIONI	4	3	2	6	1	5	2
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	3	7	0	5	1	4	4
MARCUS TÚLIO SARTORATO	15	6	3	10	2	10	12
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	3	5	5	7	3	8	3
EDSON UBALDO	10	3	2	3	0	1	12
NEWTON JANKE	0	0	0	0	0	1	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1	4	0	2	0	2	3
VICTOR FERREIRA	5	11	0	3	1	2	12
JAIME LUIZ VICARI	0	1	0	0	1	0	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	15	7	3	9	0	9	16
HENRY PETRY JÚNIOR	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL	122	69	33	87	20	88	117

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	27	0	23	12	22
Agravo Art. 532 do CPC	0	2	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	4	4	0	4
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	4	4	0	4
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar	1	0	4	0	2
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	11	11	0	12
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	7	6	3	8
Emb. Infringentes	41	0	29	3	29
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	3	2	2	2
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	1	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	0	0	2	0	1
TOTAL	69	33	87	20	88

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
WILSON A. DO NASCIMENTO	3	3	1	7	0	7	0
GASTALDI BUZZI	6	8	1	8	0	7	7
RICARDO FONTES	0	7	2	3	1	4	5
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	1	4	0	3	0	4	2
HILTON CUNHA JÚNIOR	8	1	0	0	0	0	9
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	1	4	1	3	1	4	2
JORGE SCHAEFER MARTINS	4	7	2	7	0	7	6
CARSTENS KÖHLER	0	5	2	4	0	3	3
JOÃO HENRIQUE BLASI	1	3	0	3	0	3	1
JORGE LUIZ DE BORBA	3	5	0	0	1	0	7
REJANE ANDERSEN	1	7	0	2	0	1	6
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	1	2	1	4	0	5	0
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	0	7	0	0	0	0	7
TOTAL	29	63	10	44	3	45	55

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	11	0	1	1	2
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	0	3	0	3
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Apelação Cível	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	2	0	3
Emb. Infringentes	50	0	33	2	32
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	2	0	2
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	3	0	0	0
TOTAL	63	10	44	3	45

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010	Enviados/Recebidos*
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho			
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	1	0	0
PEDRO MANOEL ABREU	155	89	44	117	6	89	165	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	71	73	52	106	12	89	77	1
NEWTON TRISOTTO	82	73	34	147	12	96	29	1
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	27	78	132	207	16	325	14	0
VANDERLEI ROMER	69	83	72	189	11	178	24	0
JOSÉ VOLPATO	36	83	68	130	19	170	38	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	114	77	71	211	11	216	40	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	29	18	22	9	1	9	59	0
RUI FRANCISCO FORTES	29	58	46	125	8	131	0	0
CÉSAR ABREU	91	76	69	133	6	148	97	0
CID GOULART	109	73	25	112	1	75	94	0
JAIME RAMOS	29	82	70	151	10	172	20	0
NEWTON JANKE	103	79	54	148	8	150	74	6
JÂNIO MACHADO	0	5	3	5	4	6	0	1
RICARDO JOSÉ ROESLER	1	9	3	12	7	6	0	6
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	1	4	0	3	3	4	0	1
TOTAL	946	960	765	1805	135	1865	731	

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	121	0	232	17	245
Agravo de Instrumento	2	0	1	0	2
Agravo Art. 522 do CPC	1	0	1	0	0
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	11	7	2	5
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	18	18	1	10
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	114	108	2	116
Apelação Cível	14	0	5	0	6
Apelação Cível (MS)	1	0	2	0	3
Emb. à Execução em Mandado de Segurança	0	0	1	0	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	35	19	2	19
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	551	508	6	508
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	8	13	0	18
Emb. Infringentes	31	0	31	3	32
Exceção de Incompetência	0	1	0	1	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	2	0	3
Mandado de Injunção	1	0	0	1	0
Mandado de Segurança	785	0	852	80	894
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0
Ordinária	1	0	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão	1	0	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	21	1	16	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	2	0	1	2	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	3	2	0	1
TOTAL	960	765	1805	135	1865

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
CARLOS PRUDÊNCIO	2867	1076	336	1094	923	547	992	1715
EDSON UBALDO	2049	1056	96	505	828	18	819	1850
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	0	0	0	1	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	2706	1132	113	1137	712	31	666	2071
HENRY PETRY JÚNIOR	1	0	0	0	0	1	3	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	0	0	0	0	0	1	0
DENISE VOLPATO	270	750	29	1139	421	3	389	1764
CARLOS ADILSON SILVA	3	4	46	920	504	3	467	466
STANLEY DA SILVA BRAGA	9	0	13	96	82	0	67	36
TOTAL	7905	4018	633		3470	603	3405	7902

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Ação Rescisória	10	0	9	2	9
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	208	299	5	320
Agravo de Instrumento	659	0	383	103	382
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	9	12	2	13
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	4	0	4
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3278	0	2372	442	2266
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	2	0	2	0	2
Conflito de Competência	14	0	12	3	12
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	31	30	1	38
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	363	309	21	323
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	0	2	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	5	0	0	3	0
Habeas Corpus	42	0	28	7	27
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	6	0	6	6	5
Medida Cautelar Incidental	0	12	1	5	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Recurso Inominado	1	0	0	0	0
TOTAL	4018	633	3470	603	3405

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	18	0
MAZONI FERREIRA	1937	1249	219	339	871	831	947	1364
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1867	1291	200	336	1255	636	1417	1131
NEWTON JANKE	1	0	0	0	1	0	9	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1962	1311	173	375	919	502	917	1650
JAIME LUIZ VICARI	558	22	90	499	688	20	642	461
TOTAL	6325	3873	682		3734	1989	3950	4606

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	10	0	7	9	7
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	141	142	9	153
Agravo de Instrumento	661	0	379	98	414
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	11	1	11
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	0	3	0
Apelação Cível	3124	0	2728	1673	2910
Apelação Cível (MS)	0	0	0	0	1
Conflito de Competência	16	0	10	7	14
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	59	51	18	50
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	449	355	141	338
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	1	3
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	44	0	37	8	39
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	10	0	2	8	2
Medida Cautelar	5	0	1	4	1
Medida Cautelar Incidental	0	11	3	7	2
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Reclamação	1	0	0	2	0
Reexame Necessário	1	0	1	0	1
Restauração de Autos	1	0	0	0	0
TOTAL	3873	682	3734	1989	3950

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
FERNANDO CARIONI	198	991	167	50	1109	9	1109	188
MARCUS TÚLIO SARTORATO	254	1023	228	2	1420	3	1420	80
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	683	1015	99	71	878	72	878	776
HENRY PETRY JÚNIOR	580	1030	102	30	1076	43	1075	623
JAIME LUIZ VICARI	0	1	0	0	1	0	1	0
TOTAL	1715	4060	596		4484	127	4483	1667

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Ação Rescisória	7	0	8	0	8
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	9	9	1	9
Agravo de Instrumento	680	0	552	31	551
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	4	3	1	3
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	5	0	5
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3309	0	3231	81	3233
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	11	0	13	0	12
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	62	67	0	68
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	506	544	7	544
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	1	0	1
Habeas Corpus	36	0	36	0	35
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	7	0	1	5	1
Medida Cautelar	4	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	1	0	0
Pedido de Restauração dos Autos	0	1	1	0	1
Reclamação	3	0	3	0	3
TOTAL	4060	596	4484	127	4483

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	2	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	1883	1132	122	128	1017	236	980	1756
MONTEIRO ROCHA	1224	1082	156	78	1240	109	1070	1035
VICTOR FERREIRA	1742	1061	59	215	567	259	548	1821
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	842	1185	41	5	642	13	628	1418
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	0	0	0	40	39	0	0	1
SAUL STEIL	0	0	0	60	60	0	57	0
TOTAL	5691	4460	378		3565	617	3285	6031

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	11	0	13	7	11
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	36	20	6	17
Agravo de Instrumento	781	0	429	64	408
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	4	3	0	3
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	4	3	0	3
Apelação Cível	3593	0	2662	500	2415
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	3	0	3	0	3
Conflito de Competência	17	0	39	0	40
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	35	55	4	53
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	286	283	22	279
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	3	0	3
Exceção de Suspeição	2	0	3	0	3
Habeas Corpus	40	0	37	2	37
Mandado de Segurança	8	0	4	6	4
Medida Cautelar	1	0	1	1	1
Medida Cautelar Incidental	0	10	4	3	2
Medida Cautelar Inominada	2	0	1	1	1
Reclamação	2	0	0	1	0
TOTAL	4460	378	3565	617	3285

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
RICARDO FONTES	348	2130	1301	239	1565	1810	1565	165
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	669	2141	1547	113	1855	1724	1853	665
MARLI MOSIMANN VARGAS	708	145	131	740	244	0	248	0
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	1157	1790	860	689	1524	996	1526	1784
STANLEY DA SILVA BRAGA	308	298	268	285	647	30	649	482
ROBSON VARELLA	0	1	0	0	1	0	1	0
TOTAL	3190	6505	4107		5836	4560	5842	3096

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	3	0	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2386	2295	19	2292
Agravo de Instrumento	789	0	206	382	206
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	13	10	0	10
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Apelação Cível	5675	0	1891	3796	1901
Conflito de Competência	14	0	6	6	6
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	67	56	7	56
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1628	1353	338	1352
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	0	0	1	0
Exceção de Suspeição	1	0	0	0	0
Habeas Corpus	10	0	9	1	9
Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial	0	2	3	0	3
Interdito Proibitório em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Mandado de Segurança	9	0	1	6	1
Medida Cautelar	2	0	0	2	0
Medida Cautelar Incidental	0	6	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	1	0	1
Petição em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Reclamação em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
TOTAL	6505	4107	5836	4560	5842

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	3	0
WILSON A . DO NASCIMENTO	1204	522	839	36	2259	270	2260	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	2179	2209	909	175	2222	382	2139	2518
JORGE LUIZ DE BORBA	2415	2081	720	194	2677	162	2686	2183
REJANE ANDERSEN	1430	1466	196	211	410	21	372	2450
ROBSON VARELLA	833	13	104	24	491	25	466	458
TOTAL	8061	6291	2768		8059	860	7926	7609

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Ação Rescisória	1	0	1	1	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	268	278	5	193
Agravo de Instrumento	793	0	541	43	552
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	3	0	2
Apelação Cível	5455	0	4969	728	4913
Conflito de Competência	12	0	13	0	13
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	65	45	5	46
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	2426	2175	58	2174
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. de Terceiro em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	10	0	11	0	11
Incidente de Falsidade em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	16	0	1	15	1
Medida Cautelar Incidental	0	6	16	2	14
Medida Cautelar Inominada	3	0	2	3	2
Reexame Necessário	1	0	0	0	0
TOTAL	6291	2768	8059	860	7926

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
GASTALDI BUZZI	2258	1909	988	171	2805	231	2804	1948
HILTON CUNHA JÚNIOR	286	14	34	0	56	278	56	0
JORGE LUIZ DE BORBA	0	1	0	0	1	0	1	0
REJANE ANDERSEN	3474	1571	379	3698	1522	204	1522	0
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	2517	1927	1051	420	1957	791	1960	2327
PAULO ROBERTO C. COSTA	778	1079	455	3557	1762	39	1759	4068
DOMINGOS PALUDO	0	0	0	11	9	1	9	1
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	0	0	17	13	2	12	2
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	1	0	0	0	1	0	0
TOTAL	9313	6502	2907		8125	1547	8123	8346

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Ação Rescisória	2	0	3	2	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	835	1127	34	1128
Agravo de Instrumento	824	0	273	168	272
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	14	12	2	11
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	0	1	0
Apelação Cível	5638	0	4643	1247	4659
Conflito de Competência	13	0	6	4	6
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	32	27	0	27
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	2015	2012	71	1996
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	10	0	10	3	10
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	13	0	1	8	1
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	7	8	6	8
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Reclamação em Apelação Cível	0	0	1	0	0
TOTAL	6502	2907	8125	1547	8123

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	2155	2031	1119	380	3310	110	3359	1505
CARSTENS KÖHLER	1855	2082	827	462	3193	3	3196	1106
JOÃO HENRIQUE BLASI	1330	1979	1008	276	3270	137	3276	634
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	1715	403	427	693	2224	2	2228	1012
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	0	1	0	1	0	0	0
TOTAL	7055	6495	3382		11998	252	12059	4257

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Ação Rescisória	4	0	3	0	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	66	65	5	66
Agravo de Instrumento	781	0	691	29	690
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	0	2	1	1
Apelação Cível	5661	0	7939	200	7970
Apelação Cível (MS)	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	27	0	24	3	24
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	54	56	0	58
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	3249	3190	6	3219
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Habeas Corpus	8	0	7	1	7
Mandado de Segurança	11	0	6	4	6
Medida Cautelar	2	0	3	1	3
Medida Cautelar Incidental	0	10	11	1	11
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	1	0	0	0
TOTAL	6495	3382	11998	252	12059

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
NEWTON TRISOTTO	831	1157	159	120	1168	251	1259	608
VANDERLEI ROMER	495	1236	255	103	1069	600	1080	214
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	615	1223	271	53	934	675	952	447
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	239	803	79	276	712	82	710	603
TOTAL	2180	4419	764		3883	1608	4001	1872

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	9	1	8
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	187	174	10	175
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento	561	0	358	136	368
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	5	4	0	4
Apelação Cível	3300	0	2407	1108	2507
Apelação Cível (MS)	179	0	213	34	223
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	0	0	1	0	1
Conflito de Competência	7	0	2	2	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	31	30	4	30
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	451	421	39	418
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	62	40	1	40
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	5	3	0	3
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	12	7	3	7
Exceção de Suspeição	10	0	13	1	13
Habeas Corpus	5	0	5	2	5
Mandado de Segurança	6	0	0	1	0
Medida Cautelar	2	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	2	0	2
Medida Cautelar Inominada	7	0	2	0	2
Ordinária	0	0	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão	0	1	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	0	1	0
Reclamação	3	0	2	1	2
Reexame Necessário	233	0	119	180	120
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	102	0	67	84	67
TOTAL	4419	764	3883	1608	4001

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
CÉSAR ABREU	791	1136	150	8	991	183	996	895
CID GOULART	1299	1090	122	11	893	131	896	1476
NEWTON JANKE	1236	1155	150	2	975	403	968	1161
RICARDO JOSÉ ROESLER	550	1166	149	21	1164	113	1156	609
TOTAL	3876	4547	571		4023	830	4016	4141

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	10	0	5	0	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	86	85	4	85
Agravo de Instrumento	565	0	370	97	372
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Apelação Cível	3429	0	2680	484	2678
Apelação Cível (MS)	175	0	202	37	205
Arguição de Inconstitucionalidade	0	2	0	0	0
Conflito de Competência	6	0	3	0	3
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	31	30	1	28
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	390	368	13	361
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	49	46	2	44
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Habeas Corpus	1	0	2	0	2
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	15	0	3	13	4
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	2	0
Medida Cautelar Inominada	4	0	1	1	1
Ordinária	1	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	1	0
Reexame Necessário	237	0	137	126	137
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	102	0	81	48	81
TOTAL	4547	571	4023	830	4016

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
PEDRO MANOEL ABREU	960	1397	116	350	1056	16	1055	1051
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	401	1408	239	225	1237	406	1152	180
WILSON A. DO NASCIMENTO	138	485	51	0	293	4	292	377
RUI FRANCISCO FORTES	412	771	117	516	569	204	611	11
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	0	0	2	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	530	201	174	1089	1169	153	1106	672
JÂNIO MACHADO	0	0	0	1	1	0	2	0
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	0	0	1	1	0	1	0
TOTAL	2441	4262	697		4326	783	4221	2291

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	6	0	10	1	7
Ação Popular	1	0	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	122	121	4	114
Agravo de Instrumento	542	0	336	64	316
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	4	1	4
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	2	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	0	0	1	0
Apelação Cível	3181	0	2855	516	2804
Apelação Cível (MS)	175	0	165	34	163
Conflito de Competência	5	0	5	0	3
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	0	2
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	27	22	1	23
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	473	481	21	468
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	46	38	0	38
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	3	0	0	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	13	13	0	12
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	3	0	2	0	1
Mandado de Segurança	7	0	11	3	10
Medida Cautelar Incidental	0	5	3	2	3
Medida Cautelar Inominada	5	0	0	1	0
Reexame Necessário	230	0	162	90	158
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	106	0	90	43	91
TOTAL	4262	697	4326	783	4221

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	1675	1221	60	424	677	248	672	1607
JOSÉ VOLPATO	1193	1153	163	341	1295	151	1302	722
JAIME RAMOS	927	1207	111	226	1313	106	1309	600
JÂNIO MACHADO	165	839	144	989	904	223	904	1010
DOMINGOS PALUDO	0	0	0	2	2	0	2	0
TOTAL	3960	4420	478		4191	728	4189	3939

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	8	0	0	2	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	40	40	1	40
Agravo de Instrumento	558	0	404	85	408
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	2	0	2
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	7	5	1	5
Apelação Cível	3323	0	2804	497	2807
Apelação Cível (MS)	174	0	176	23	173
Conflito de Competência	7	0	6	1	6
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	25	25	0	25
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	358	343	9	340
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	37	37	1	37
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	4	0	4
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	6	6	0	6
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	4	0	4	0	4
Mandado de Segurança	7	0	2	7	2
Medida Cautelar	2	0	0	2	0
Medida Cautelar Incidental	0	1	2	0	2
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	2	0
Reclamação	2	0	0	1	0
Reexame Necessário	230	0	225	78	223
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	4	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	98	0	102	18	101
TOTAL	4420	478	4191	728	4189

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	0	2	1	0	18	1
DOMINGOS PALUDO	944	2837	336	143	1167	136	282
PAULO ROBERTO SARTORATO	1071	2271	423	308	1440	276	643
ROBSON VARELLA	5	140	22	0	38	19	129
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	53	3	1	55	1	0
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	1103	1848	408	279	1067	207	476
LUIZ FERNANDO BOLLER	770	2149	295	156	1134	143	742
RODRIGO COLLAÇO	793	2085	215	82	1038	67	668
CARLOS ADILSON SILVA	0	236	21	14	243	13	0
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	396	24	0	420	0	0
DENISE VOLPATO	0	112	20	0	46	0	86
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	0	154	4	25	20	0	113
TOTAL	4686	12281	1773	1009	6668	880	3140

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2009

DESEMBARGADORES	REDISTRIBUÍDOS CÂMARAS ISOLADAS		DESPACHOS DE EXPEDIENTE
	processos	incidentes	
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	0	0
DOMINGOS PALUDO	2525	3000	3000
PAULO ROBERTO SARTORATO	1374	1233	1233
ROBSON VARELLA	0	190	190
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	164	164
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	1537	1361	1361
LUIZ FERNANDO BOLLER	1182	1845	1845
RODRIGO COLLAÇO	1305	1369	1369
CARLOS ADILSON SILVA	0	462	462
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	215	215
DENISE VOLPATO	0	84	84
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	0	69	69
TOTAL	7923	9839	9839

PROCESSOS - CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1039	845	228	746
Agravo de Instrumento	12278	0	15	5857	14
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	10	14	3	10
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	219	120	124	98
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	500	15	454	12
Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	3	0	2	0
Pedido de Restauração dos Autos em AI	2	0	0	0	0
Reclamação	0	1	0	0	0
TOTAL	12281	1773	1009	6668	880

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA REGIONAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	Enviados/ Recebidos	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
CÉSAR ABREU	221	178	32	131	217	4	217	79
EDSON UBALDO	226	129	18	145	162	0	151	66
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	278	30	4	265	38	5	38	4
JORGE LUIZ DE BORBA	34	175	16	37	47	1	47	140
JOÃO HENRIQUE BLASI	14	4	5	1	22	0	21	0
REJANE ANDERSEN	0	0	0	6	6	0	6	0
LUIZ FERNANDO BOLLER	0	0	5	43	9	14	9	25
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	0	4	2	3	0	3	3
CARLOS ADILSON SILVA	0	0	3	40	0	18	0	25
NEWTON VARELLA JÚNIOR	0	0	1	28	23	6	23	0
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	32	5	34	2239	277	22	180	2011
SAUL STEIL	15	29	63	2072	286	28	282	1865
GILBERTO GOMES DE OLIVEIRA	0	27	2	0	0	9	0	20
TOTAL	820	577	187		1090	107	977	4238

* Processos recebidos pela Câmara.

D PROCESSOS - CÂMARA REGIONAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	32	18	0	15
Agravo Art. 545 do CPC em Al	0	1	1	0	1
Agravo de Instrumento	201	0	135	91	126
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	1	1
Apelação Cível	365	0	816	10	729
Conflito de Competência	2	0	2	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	15	14	2	14
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	137	99	1	87
Habeas Corpus	9	0	4	1	4
TOTAL	577	187	1090	107	977

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
LUIZ CÉSAR MEDEIROS	205	8	49	0	243	14	235	5
JÂNIO MACHADO	210	6	27	0	232	4	220	7
RICARDO JOSÉ ROESLER	46	1	4	0	49	0	49	2
DOMINGOS PALUDO	193	13	32	0	221	6	213	11
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	20	1	0	0	19	0	7	2
TOTAL	674	29	112		764	24	724	27

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	0	0	6	1	6
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5	5	0	5
Agravo de Instrumento	1	0	14	1	13
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	0	1
Apelação Cível	28	0	649	17	611
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	101	83	5	82
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Reclamação	0	0	1	0	1
TOTAL	29	112	764	24	724

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
GASTALDI BUZZI	36	1	5	0	34	0	0	8
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	48	1	11	0	10	48	10	2
RICARDO FONTES	55	0	15	0	37	27	34	6
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	35	1	6	0	15	24	14	3
RODRIGO COLLAÇO	42	0	8	0	38	0	30	12
STANLEY DA SILVA BRAGA	40	0	19	0	59	0	46	0
TOTAL	256	3	64		193	99	134	31

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	19	18	0	17
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3	0	143	94	89
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	44	30	5	27
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	0
TOTAL	3	64	193	99	134

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CRIMINAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
AMARAL E SILVA	8	1	0	3	6	0	6	0
SÉRGIO PALADINO	3	26	2	0	23	0	23	8
OLON D'EÇA NEVES	6	0	0	0	6	0	10	0
IRINEU JOÃO DA SILVA	6	24	1	0	26	0	27	5
TORRES MARQUES	5	24	2	0	11	17	14	3
RUI FRANCISCO FORTES	2	22	0	0	5	0	5	19
SALETE SILVA SOMMARIVA	12	27	1	0	19	6	22	15
MARLI MOSIMANN VARGAS	21	28	0	0	36	4	34	9
ALEXANDRE D'IVANENKO	11	26	0	0	20	11	17	6
HILTON CUNHA JÚNIOR	0	21	0	0	2	0	2	19
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	12	27	0	0	25	1	29	13
TÚLIO PINHEIRO	0	1	0	0	1	0	1	0
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	2	0	3	5	0	4	0
NEWTON VARELLA JÚNIOR	0	6	0	0	6	0	6	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	1	0	0	1	0	1	0
TOTAL	86	236	6		192	39	201	97

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
AMARAL E SILVA	84	239	6	110	214	5	215	0
SOUZA VARELLA	26	1	0	7	0	20	12	0
OLON D'EÇA NEVES	83	29	2	0	107	7	108	0
RUI FRANCISCO FORTES	447	609	3	81	222	2	221	754
MARLI MOSIMANN VARGAS	601	1061	40	143	988	9	986	562
VICTOR FERREIRA	0	0	0	0	0	0	1	0
HILTON CUNHA JÚNIOR	253	981	32	75	486	0	486	705
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	10	24	0	35	69	0	69	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	0	0	2	2	0	2	0
ROBSON VARELLA	0	11	0	0	11	0	13	0
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	56	4	76	112	1	112	23
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	4	1	23	28	0	28	0
LUIZ FERNANDO BOLLER	0	13	0	0	13	0	13	0
NEWTON VARELLA JÚNIOR	0	273	13	239	373	7	374	145
RODRIGO COLLAÇO	0	27	3	0	30	0	30	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	2	0	0	0	2	0	0
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	0	0	0	20	20	0	4	0
SAUL STEIL	0	0	0	21	21	0	21	0
TOTAL	1504	3330	104	832	2696	53	2695	2189

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEÇÃO CRIMINAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1	1	0	1
Embargos de Nulidade	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	5	7	0	6
Emb. Infringentes	16	0	12	1	18
Indignidade p/ Oficialato	1	0	1	0	1
Perda de Graduação	2	0	3	0	3
Revisão Criminal	217	0	167	38	171
TOTAL	236	6	192	39	201

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	7	0	3	2	3
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	4	4	0	4
Apelação Cível (MS)	1	0	2	0	2
Apelação Criminal	2006	0	1426	0	1429
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	66	0	52	0	52
Carta Testemunhável	6	0	4	0	4
Conflito de Jurisdição	40	0	18	0	18
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	9	7	0	7
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	4	5	0	5
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	67	64	0	65
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	9	10	0	10
Emb. Declaração em Pedido de Desaforamento	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	8	14	0	13
Exceção de Impedimento	3	1	2	0	2
Exceção de Suspeição	0	0	0	0	1
Habeas Corpus	810	0	735	9	725
Inquérito	12	0	7	13	7
Mandado de Segurança	13	0	11	4	11
Pedido de Desaforamento	5	0	4	0	4
Processo Crime	11	0	17	9	17
Queixa Crime	1	0	1	6	1
Reclamação	21	0	17	2	16
Recurso Criminal	216	0	200	1	202
Recurso de Agravo	100	0	85	0	89
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	2	0	2
Representação	3	0	1	3	1
Termo Circunstanciado	7	0	2	4	2
TOTAL	3330	104	2696	53	2695

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
SÉRGIO PALADINO	210	920	26	29	884	5	885	238
IRINEU JOÃO DA SILVA	295	912	44	77	883	15	880	276
SALETE SILVA SOMMARIVA	326	871	31	17	683	67	659	461
TÚLIO PINHEIRO	66	703	14	123	667	28	670	211
RODRIGO COLLAÇO	0	9	0	0	9	0	8	0
TOTAL	897	3415	115		3126	115	3102	1186

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Agravo de Instrumento	5	0	2	2	2
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	2	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	2	0	2
Apelação Cível (MS)	0	0	1	0	1
Apelação Criminal	2022	0	1741	37	1730
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	63	0	64	4	66
Carta Testemunhável	11	0	3	0	3
Conflito de Jurisdição	45	0	34	2	32
Conflito de Competência	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	5	4	1	4
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	71	70	2	70
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	15	13	0	13
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	16	17	0	16
Exceção de Suspeição	3	0	3	1	3
Habeas Corpus	860	0	775	26	769
Habeas Data	2	0	0	2	0
Inquérito	8	0	3	11	3
Mandado de Segurança	12	0	12	2	13
Notícia Criminal	1	0	0	1	0
Pedido de Desaforamento	7	0	6	1	6
Petição	0	1	0	1	0
Processo Crime	9	0	5	6	5
Queixa Crime	2	0	0	1	0
Reclamação	24	0	18	3	18
Recurso Criminal	216	0	231	6	230
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Recurso de Agravo	117	0	113	2	107
Representação	1	0	1	0	1
Termo Circunstanciado	7	0	2	4	2
TOTAL	3415	115	3126	115	3102

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
TORRES MARQUES	149	1088	43	58	850	149	796	223
ALEXANDRE D'IVANENKO	358	1006	29	115	764	165	736	349
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	267	1041	47	27	866	157	863	305
JOSÉ VOLPATO	5	17	0	0	19	3	19	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	249	368	39	200	613	20	616	223
TOTAL	1028	3520	158		3112	494	3030	1100

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Agravo de Instrumento	9	0	6	3	6
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	2	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	12	7	3	8
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	2	0	2	0
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	2	0	2
Apelação Cível (MS)	2	0	2	0	2
Apelação Criminal	2026	0	1805	152	1740
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	68	0	61	3	61
Carta Testemunhável	6	0	0	1	0
Conflito de Jurisdição	42	0	12	23	11
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	5	4	0	4
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	94	83	12	84
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	26	20	4	20
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	5	2	2	3
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	0	2	0
Habeas Corpus	952	0	802	172	787
Inquérito	9	0	4	19	4
Mandado de Segurança	14	0	6	6	6
Notícia Criminal	0	0	0	2	0
Pedido de Desaforamento	2	0	2	0	2
Processo Crime	9	0	1	10	0
Queixa Crime	3	0	1	1	1
Reclamação	28	0	11	13	11
Recurso Criminal	222	0	197	33	194
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	5	1	1	1
Recurso de Agravo	117	0	74	21	74
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Representação	0	0	0	3	0
Termo Circunstanciado	7	0	2	6	2
TOTAL	3520	158	3112	494	3030

QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2009

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2008	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2010
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	8	2	0	3	0	0
TÚLIO PINHEIRO	0	4	0	0	0	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	9	1	0	3	0	0
JÂNIO MACHADO	0	6	0	0	2	0	0
JAIME LUIZ VICARI	0	2	0	0	0	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	3	0	0	0	0	0
HENRY PETRY JÚNIOR	0	9	0	0	0	0	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	3	0	0	1	0	0
RODRIGO ANTÔNIO	0	11	1	0	6	0	0
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	5	1	0	1	0	0
RICARDO ROESLER	0	7	0	0	1	0	0
DOMINGOS PALUDO	0	42	0	0	2	0	0
PAULO ROBERTO SARTORATO	0	29	1	0	1	0	0
ROBSON LUZ VARELLA	0	10	1	0	2	0	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	10	3	0	3	0	0
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	14	0	0	3	0	0
LUIZ FERNANDO BOLLER	0	35	1	0	4	0	0
RODRIGO COLLAÇO	0	12	0	0	0	0	0
DENISE VOLPATO	0	12	0	0	0	0	0
CARLOS ADILSON SILVA	0	4	3	0	2	0	0
STANLEY DA SILVA BRAGA	0	7	0	0	0	0	0
NEWTON VARELLA JÚNIOR	0	8	1	0	1	0	0
ALTAMIRO DE OLIVEIRA	0	39	2	0	8	0	0
TOTAL	0	289	17	0	43	0	0

PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2009

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	0	0	1	0
Agravo de Instrumento	67	0	0	7	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	4	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	2	3	0	0	0
Apelação Cível	1	0	0	0	0
Auto de Prisão em Flagrante	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	9	0	3	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Habeas Corpus	194	0	0	25	0
Mandado de Segurança	15	0	0	3	0
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	4	0	0	3	0
Medida Cautelar Incidental	1	0	0	0	0
Pedido de Suspensão de Liminar	0	0	0	0	0
Reclamação	2	0	0	0	0
Recurso de Agravo	1	0	0	0	0
Revisão Criminal	0	0	0	0	0
TOTAL	289	17	0	43	0

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

RECURSOS	SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Recurso Especial Admitido	195	179
Recurso Especial Negado	1349	7606
Recurso Extraordinário Admitido	61	1
Recurso Extraordinário Negado	403	934
Despachos Outros	1018	3975

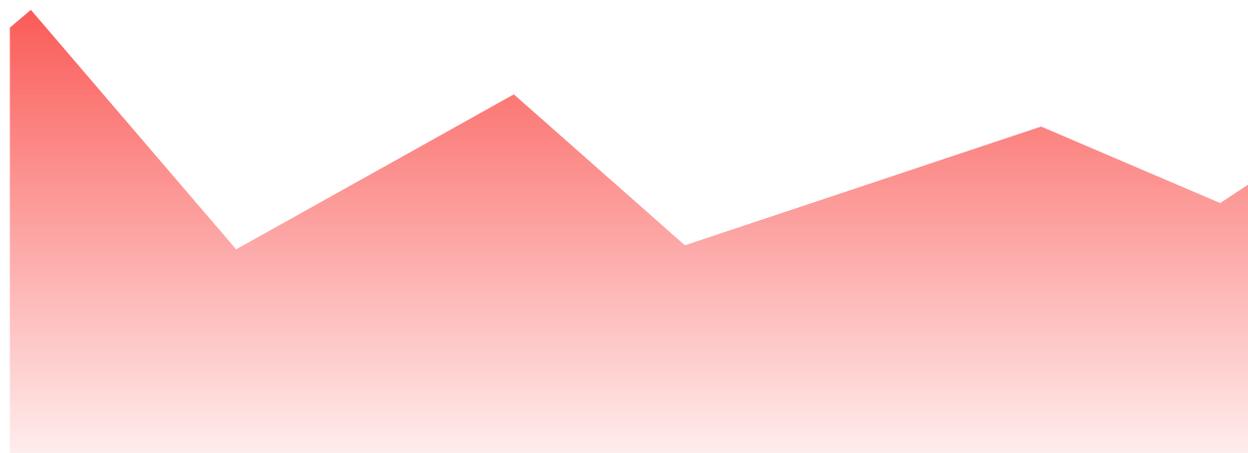
RELATÓRIO SINTÉTICO DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Baixa Interior/ Capital	44.538
Processos Arquivados	17.248
Retorno do STF	311
Retorno do STJ	3.023
Remessa ao STF	829
Remessa ao STJ	3.463
Remessa Turma de Recursos	85
Remessa Distribuidor	0
Remessa Diligência	1.276
Remessa TRF 4ª Região	199
Remessa TRE	1
Remessa TRT	53
Remessa Justiça Federal	193
Aud. Justiça Militar	3
Presidentes Outros Tribunais	0
Ofícios Expedidos	19.758

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA

ACOMPANHAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO INFOBASE

TIPO	SETOR/ÓRGÃO	Nº ATUALIZAÇÕES	TOTAL DISPONIBILIZADO
Despachos	Vice-Presidências	12	10.891
Acórdãos	Conselho da Magistratura	23	1.814
Acórdãos	TJSC (jurisprudência cível)	15	51.970
Acórdãos	TJSC (jurisprudência penal)	15	11.734
Acórdãos	Turmas de Recursos	9	6.249 (*)
Pareceres	Diretoria de Material e Patrimônio	5	7.941
Resoluções	Direção-Geral Administrativa	Diária	110 (**)
Outros	Direção-Geral Administrativa	Diária	21(**)

(*) 1.610 da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral;
553 da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral;
368 da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral;
1.326 da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral;
280 da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral;
885 da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral;
1.227 da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral.

(**) Resoluções TJ 29
Resoluções GP 37
Resoluções DOF 16
Resoluções CM 7
Resoluções AJ 2
Resoluções Cejur 4
Resoluções RC 12
Resolução Cerc 1
Resolução CG 1
Resolução CGMJPI 1
Instruções normativas 5
Ordens de serviços 2
Diretrizes 2
Enunciados 12

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ACOMPANHAMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS BASES JURÍDICAS INFORMATIZADAS

TIPO	ATUALIZADO
Regimento Interno do TJSC	até o mês de junho de 2009
Atos Regimentais do TJSC	até o Ato Regimental n. 100/09-TJ, editado em 1º de julho de 2009
Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina (CDOJSC)	até o mês de outubro de 2009
Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ)	até o mês de setembro de 2009

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas)

TIPO	TOTAL
Atendimento, por e-mail	140
Remessa de acórdãos nos meses de janeiro/abril de 2009 para as revistas LEX, RT, IBCCRIM e Ciência Jurídica	155 acórdãos

Produção do DVD-ROM

- V. 9 do acervo de acórdãos do TJSC
- V. 10 do acervo de acórdãos do TJSC, contendo a jurisprudências cível e penal
Jurisprudência Catarinense, legislações e normas do TJSC
- Assessoria técnica e aos TSI's das comarcas para a distribuição e instalação do DVD

Assessoria de gestão

- Acompanhar a gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico
- Interagir no processo da elaboração da proposta orçamentária da Diretoria

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

CENTROS DE ATENDIMENTO E
INFORMAÇÕES

Instalados em 5 de maio de 2002, com o objetivo de: proporcionar aos seus usuários, internos e externos, um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de primeiro e segundo graus; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda dos CDs e revistas Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; recolher custas fora do expediente bancário, relativa a pagamentos de fotocópias, microfilmes, autenticações e CD da Jurisprudência Catarinense; receber as consultas e respondê-las via e-mail tjcenai@tj.sc.gov.br e tjmail@tj.sc.gov.br.

Usuários: advogados, estudantes e público em geral.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS

- Pessoas atendidas 25.679
- Informações prestadas 39.018
- atendimentos telefônicos 34.922

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS
(POR COMARCA)

COMARCA	PESSOAS ATENDIDAS	INFORMAÇÕES PRESTADAS
Araranguá	13.581	16.040
Balneário Camboriú	5.343	14.554
Blumenau	22.890	29.569
Brusque	25.599	25.539
Campos Novos	13.009	13.009
Capital	44.899	44.934
Chapecó	36.390	36.598
Concórdia	14.828	14.828
Curitibanos	17.409	18.602
Itajaí	107.936	140.906
Jaraguá do Sul	9.467	19.512
Joaçaba	7.116	14.139
Lages	18.177	39.285
Laguna	11.871	12.341
Palhoça	18.961	18.126
São Bento do Sul	17.171	17.261
São José	36.980	40.320
Tubarão	55.319	65.391
Xanxerê	26.068	27.118

CENTRAL DE CADASTRAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 57.000 pessoas, dentre elas 3.000 advogados, 5.500 estudantes e 5.000 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes. O software de controle de acesso DMP-ACCES foi atualizado visando a um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Foram instaladas catracas na recepção da Torre II para facilitar o acesso dos servidores que estão lotados nos gabinetes e para os advogados que possuem crachá permanente. Foram confeccionados 410 crachás para as comarcas, 303 crachás para o TJ e 406 crachás permanentes para os advogados.

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

- Aproximadamente 33.844 processos administrativos;
- 1.360 precatórios e
- 1.140 petições de precatórios.
- Consultas de processos administrativos e precatórios – 2.646, em torno de 6 por dia.
- Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximada-

mente 1.800, em torno de 5 por dia.

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O protocolo judicial expresso foi criado em 2005, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Esse serviço tem como função o protocolo de petições, o recebimento e devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da comarca de Capital e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha de sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

ESTATÍSTICA DE RECEBIMENTOS

- Aproximadamente 34.770 processos de primeiro grau;
- 69.211 petições de primeiro grau;
- 7.352 processos de segundo grau e
- 36.637 petições de segundo grau.

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO DE BLUMENAU

O protocolo judicial expresso foi criado com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Esse serviço tem como função o protocolo

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

de petições intermediárias destinadas ao Fórum da comarca de Blumenau. Atua também como protocolo unificado. A utilização do protocolo expresso é facultativa e complementar os serviços de distribuição do Fórum.

ESTATÍSTICA DE RECEBIMENTOS

- Aproximadamente 37.160 petições intermediárias,
- 10.734 petições do protocolo unificado e
- 1.126 petições dependentes.
- Foram encaminhados 28.716 protocolos unificados, recebidos na Distribuição do Fórum Central.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO DE REVISÃO

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão (entre os dias 21-11-2008 e 26-11-2009) foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos, a correção da revista Jurisprudência Catarinense e a elaboração do Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Quanto aos acórdãos, foram revisados 7.261 documentos. A maior parte, 4.775 acórdãos, é proveniente de quatro gabinetes de desembargador, conforme quadro a seguir:

ACÓRDÃOS REVISADOS
(POR DESEMBARGADOR)

DESEMBARGADOR	Nº ACÓRDÃOS
Des. Fernando Carioni	1.175
Des. Vanderlei Romer	1.222
Des. Rui Fortes	597
Des. Solon d'Eça Neves	142
Des. Mazoni Ferreira	586
Des. Cesar Abreu	1.295
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.083
Des. Jaime Vicari	268
Des. Jorge S. Martins	578
Des. Lédio Martins	1
Des. Joel Figueira	308
Des. Newton Janke	5
Des. Hilton Cunha Júnior	1
TOTAL DE ACÓRDÃOS REVISADOS	7.261

Foram revisadas 1.374 páginas que correspondem a documentos administrativos, dentre os quais: resoluções, atos regimentais, projetos, apostilas, livros, matérias publicadas no site do PJSC, relatórios, panfletos, discursos, atas do Conselho da Magistratura e ofícios.

Os textos que formam as revistas Jurisprudência Catarinense números 116 e 117 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520. A Seção de Revisão também fez a distribuição aos magistrados das revistas Jurisprudência Catarinense números 114, 115 e 116.

A Seção de Revisão desenvolveu importante

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

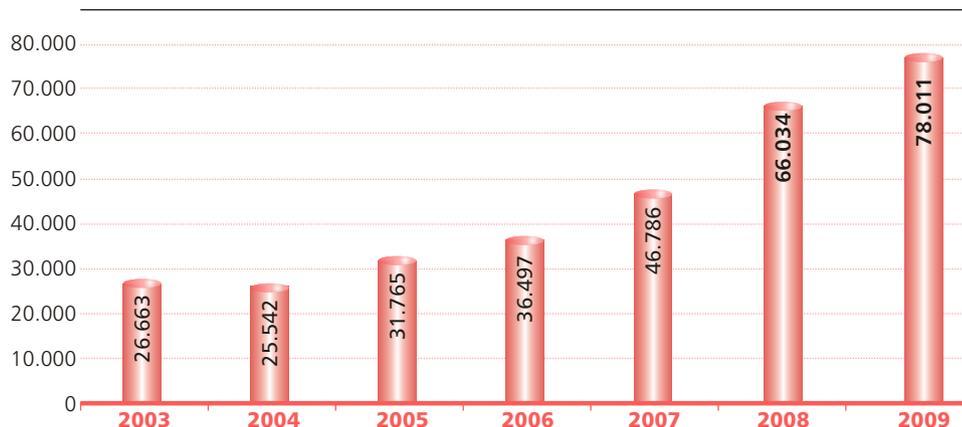
trabalho de padronização de documentos oficiais da Corregedoria-Geral da Justiça. Por fim, os servidores da Seção realizaram a distribuição do Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça para todos os gabinetes de desembargador e para todas as diretorias deste Tribunal.

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

Os servidores da Seção de Disponibilização de Dados trabalharam no projeto de padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, conferiram todos os acórdãos assinados e propuseram melhorias no Sistema de Automação do Judiciário Gestão de Gabinetes (SAJ/GGS).

As atividades relacionadas à conferência dos

acórdãos merecem destaque: foram conferidos pela Seção de Disponibilização de Dados 78.011 acórdãos (Período: 3-12-2008 a 27-11-2009). Desse número, 6.090 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto do acórdão, como, por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes, a participação do julgamento, a decisão do acórdão, ortografia da ementa do acórdão, entre outros, e 2.910 processos foram remetidos para a Secretaria de Câmaras da Diretoria Judiciária para retificação de certidão de julgamento, reatuação e juntada de petições. Além da conferência dos acórdãos, os servidores dessa Seção aplicaram aos parágrafos destes documentos, quando necessário, os estilos adequados de formatação de texto.

NÚMERO DE ACÓRDÃOS CONFERIDOS
2003 - 2009

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações desenvolveu, em especial, duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça Eletrônico.

Com relação à primeira, tornou-se possível a mudança do fluxo dos acórdãos no Tribunal de Justiça e conferiu-se maior agilidade ao trâmite relativo à publicação destes documentos. Até o mês de dezembro de 2008, os gabinetes de desembargador remetiam todos os acórdãos para a Divisão de Documentação (Seção de Disponibilização de Dados) para conferência e, posteriormente, estes eram remetidos à Diretoria Judiciária (Secretaria de Câmaras) para a confecção da ata de julgamento. A Secretaria de Câmaras encaminhava os respectivos acórdãos à Divisão de Documentação (Seção de Publicações) – que os recebia pela segunda vez –, para fotocopiá-los/digitalizá-los (até o mês de setembro de 2008, todos os acórdãos do Tribunal de Justiça eram fotocopiados e arquivados em coletâneas pela Seção de Publicações; a partir desse mês, os acórdãos passaram a ser digitalizados e armazenados em banco de dados do Sistema de Automação do Judiciário Segundo Grau - SAJ/SG). Ao fotocopiar/digitalizar os acórdãos, a Seção de Publicações, os remetia, novamente, à Diretoria Judiciária (Divisão de Editais) para a confecção do edital de publicação de acórdãos. Neste ano, diferentemente, os

acórdãos remetidos pelos gabinetes de desembargador para a Divisão de Documentação (Seção de Disponibilização) foram conferidos, remetidos para a Seção de Publicações para digitalização e encaminhados diretamente para a Divisão de Editais, todos com carga virtual no Sistema de Automação do Judiciário Segundo Grau (SAJ/SG).

Com a mudança do fluxo dos acórdãos no Tribunal de Justiça e a adoção de cargas no SAJ-SG, foi possível diminuir o intervalo de tempo entre o dia de julgamento e a remessa dos acórdãos para a Divisão de Editais de nove para quatro dias úteis, bem como aperfeiçoar os mecanismos de localização física do processo em todas as etapas de trabalho.

Foram digitalizados 79.718 acórdãos, conforme quadro abaixo. Estes acórdãos totalizam 664.774 páginas digitalizadas.

DIGITALIZAÇÃO DE ACÓRDÃOS

PERÍODO	QUANT. ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	QUANT. PÁGINAS DIGITALIZADAS
Dez. 2008	7.691	70.484
Jan. 2009	1.713	15.115
Fev. 2009	4.679	40.843
Mar. 2009	6.784	59.150
Abr. 2009	6.277	53.399
Mai 2009	6.737	55.771
Jun. 2009	6.790	59.891
Jul. 2009	8.380	67.778
Ago. 2009	8.340	66.661
Set. 2009	7.907	62.361
Out. 2009	7.264	55.470
Nov. 2009	7.156	57.851
TOTAL	79.718	664.774

Período: 27-11-2008 e 26-11-2009. Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

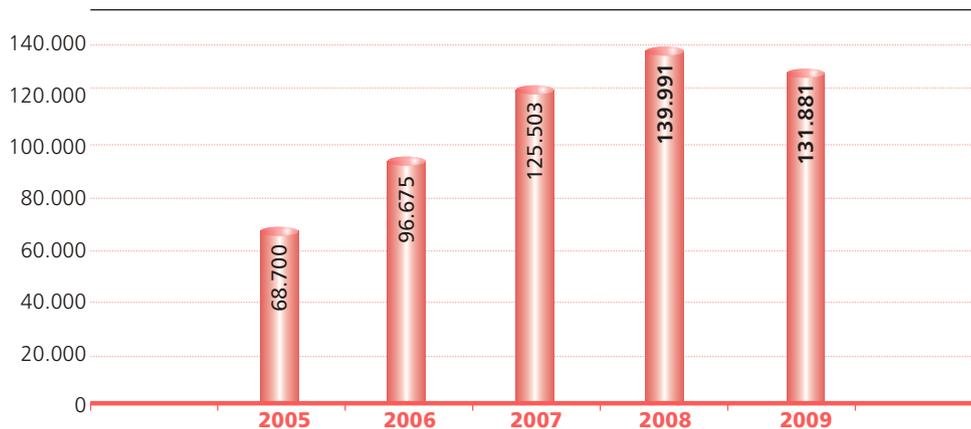
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Durante o ano, a Seção de Publicações publicou 131.881 matérias no Diário da Justiça Eletrônico (Período: 27-11-2008 a 30-11-2009), conforme gráfico abaixo (Para que todas as informações tivessem a mesma metodologia de cálculo, o número de matérias publicadas no DJE nos anos anteriores foi recalculado. Desse modo, esses números sofreram pequenas alterações). Esta Seção também publicou

aproximadamente 230 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça nos jornais Diário Catarinense e A Notícia. No Diário Oficial do Estado foram publicadas 14 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Além disso, a Seção de Publicações diagramou o Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça.

► NÚMERO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO DJE
2005 - 2009



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO
JUDICIÁRIO

SEÇÃO DE PREPARO TÉCNICO

Documentação administrativa, recebida, organizada, indexada e arquivada, oriunda dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça; 695 caixas de arquivo, de acordo com a discriminação abaixo:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Processos administrativos - Aud. interna	3	MAI
Processos administrativos -Aud. interna	6	JUL
Auditoria – Grjr	2	OUT
Gabinete da Presidência – pautas administrativas – portarias expedidas – certidões do Pleno	8	NOV
TOTAL	19	

CONSELHO DA MAGISTRATURA

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Processos administrativos	1	FEV
Processos administrativos	8	MAI
Processos administrativos	1	JUN
Processos administrativos	8	JUL
TOTAL	18	

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Gecof	29	MAR
Prestação de contas	77	MAR
Alvará de ordem bancária	23	ABR
Precatórios	51	MAI
Divisão de Tesouraria	16	MAI
Devolução de custas	8	MAI
Processos Brasil Telecom	26	AGO
Divisão de Conta Única	23	AGO
Processos de prestação de contas	32	NOV
Gecof	34	NOV
Ordem bancária e empenhos	102	NOV
TOTAL	421	

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÕES

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Protocolo judicial expresso	2	FEV
Protocolo judicial expresso	2	MAI
Protocolo judicial expresso	2	JUN
Protocolo judicial expresso	2	JUL
Gabinete do diretor	6	JUL
Protocolo judicial expresso	2	AGO
Protocolo judicial expresso	2	SET
Protocolo judicial expresso	2	OUT
Protocolo judicial expresso	2	NOV
TOTAL	22	

DIR. DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
DMP	26	MAI
DMP	16	JUL
TOTAL	42	

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIRETORIA DE SAÚDE

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Junta Médica – abonos, laudos médicos, falecidos, exonerados	35	JUN
Divisão Odontológica	7	JUN
Junta Médica (diversos)	12	JUL
TOTAL	54	

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

SÉRIE DOCUMENTAL	Nº DE CAIXAS	MÊS
Protocolo de correspondência	119	SET

Diretoria Judiciária

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema SAJsg 16.008 Processos Judiciais de segundo grau, transitados em julgado, e 5.636 processos judiciais arquivados temporariamente, conforme quadro abaixo:

DIRETORIA JUDICIÁRIA

MÊS	PROC. JUDICIAIS- TRANSITADOS EM JULGADO	PROC. JUDICIAIS- ARQUIVO TEMPORÁRIO
JAN	1.256	349
FEV	816	29
MAR	1.114	368
ABR	1.668	186
MAI	1.546	345
JUN	856	722
JUL	2.022	340
AGO	1.630	565
SET	1.672	844
OUT	1.643	795
NOV	1.785	1.093
TOTAL	16.008	5.636

Diretoria de Documentação e Informações

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema PPTC, 19.376 Processos Administrativos, conforme quadro abaixo:

DIR. DE DOC. E INFORMAÇÕES

MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	LOTES RECEBIDOS
JAN	767	104
FEV	2.077	210
MAR	1.697	167
ABR	1.596	134
MAI	1.091	170
JUN	1.691	200
JUL	1.265	130
AGO	1.277	130
SET	2.080	191
OUT	1.367	103
NOV	4.468	214
TOTAL	19.376	1.753

Documentação da Justiça de 1º grau –
Processos Judiciais

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema SAJarq 787.823 processos judiciais de primeiro grau, conforme quadro a seguir:

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
PROCESSOS JUDICIAIS

MÊS	PROCESSOS MIGRADOS	PROCESSOS CRIADOS	PROCESSOS MIGRADOS/ CRIADOS
JAN	66.734	9.868	76.602
FEV	72.215	7.464	79.679
MAR	85.290	8.964	94.254
ABR	71.952	2.993	74.945
MAI	72.729	10.509	83.238
JUN	70.033	9.296	79.329
JUL	65.074	9.634	74.708
AGO	43.495	8.811	52.306
SET	49.023	12.166	61.189
OUT	42.386	10.172	52.558
NOV	53.065	5.950	59.015
TOTAL	691.996	95.827	787.823

Transferência de 31.185 caixas de arquivo, equivalente a 935.550 processos judiciais (considerando 30 processos/caixa).

CAIXAS DE ARQUIVO

MÊS	QUANTIDADE
JAN	4.252
FEV	1.793
MAR	3.729
ABR	2.186
MAI	4.110
JUN	1.658
JUL	2.721
AGO	2.257
SET	2.821
OUT	4.300
NOV	1.358
TOTAL	31.185

SEÇÃO DE CONTROLE CADASTRAL

Revisadas 42.009 caixas, correspondente a 1.056.561 processos judiciais de primeiro grau, conforme quadro abaixo:

CAIXAS REVISADAS

MÊS	QUANT. DE CAIXAS	QUANT. DE PROCESSOS	OBSERVAÇÕES
JAN	1.329	37.084	Pessoal realocado p/ cadastramento em virtude da instalação dos porta-pallets.
FEV	1.822	57.949	Pessoal realocado para remanejamento de caixas.
MAR	3.872	107.687	
ABR	4.288	95.101	
MAI	4.854	126.115	
JUN	5.639	129.241	
JUL	5.917	150.552	
AGO	4.081	106.717	Pessoal realocado para conferência de processos administrativos
SET	1.382	35.733	Revisadas 577 caixas de processos administrativos ref. a 46.658 processos.
OUT	3.491	86.154	
NOV	5.334	124.228	
TOTAL	42.009	1.056.561	

SEÇÃO DE ALOCAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Foram desarquivados 50.521 processos e devolvidos 33.948 processos judiciais das comarcas, conforme quadro a seguir:

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

D TOTAL GERAL MENSAL – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

MÊS	REQUISITADO	ANDAMENTO	DESARQUIVADO	DEVOLVIDO
JAN	3.518	322	3.196	1.396
FEV	4.345	282	4.063	2.040
MAR	5.661	444	5.217	3.705
ABR	4.576	396	4.190	3.425
MAI	5.239	371	4.455	3.787
JUN	4.695	247	4.448	4.107
JUL	4.741	273	4.468	4.398
AGO	5.750	561	5.189	4.066
SET	3.620	246	3.374	1.449
OUT	3.647	237	3.410	562
NOV	4.729	370	4.359	5.013
TOTAL	50.521	3.749	46.369	33.948

Foram realizadas 6.263 pesquisas na documentação textual do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

D TOTAL GERAL MENSAL – SOLICITAÇÕES DE PROCESSOS

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS	PROCESSOS JUDICIAIS – ARQUIVO TEMPORÁRIO	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS
JAN	62	123	126	-
FEV	63	139	108	-
MAR	76	359	144	-
ABR	90	286	233	1
MAI	71	227	229	4
JUN	65	277	205	2
JUL	81	320	237	6
AGO	81	250	182	4
SET	95	465	173	6
OUT	35	445	137	144
NOV	67	349	118	178
TOTAL	786	3.240	1.892	345

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Transportados pela EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos 36.593,58 kg (saída de malotes) e 31.238,3 kg (chegada de malotes) de processos judiciais, conforme quadro abaixo. Esse contrato tem a finalidade de atender aos desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como a sua devolução à Divisão de Arquivo. Remanejamento de 25.000 caixas de arquivo em virtude da instalação dos porta-pallets, nos meses de fevereiro e março.

TRANSPORTE DE MALOTES - EBCT

MÊS	SAÍDA/KG	CHEGADA/KG
JAN	1.385,990	1.550,160
FEV	2.648,854	1.768,140
MAR	2.988,453	2.901,430
ABR	3.555,135	2.672,210
MAI	3.867,23	2.573,925
JUN	3.383,693	3.442,100
JUL	4.158,484	3.340,658
AGO	3.985,468	3.372,584
SET	4.550,414	3.404,428
OUT	2.572,223	2.179,200
NOV	3.497,636	4.033,52
TOTAL	36.593,58	31.238,35

SEÇÃO DE PESQUISA E DIGITALIZAÇÃO

Pesquisas em meio digital (*scanner*)

PESQUISAS EM MEIO DIGITAL (SCANNER)

MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PROCESSOS JUDICIAIS	ACÓRDÃOS	DOCUMENTOS DIVERSOS
JAN	-	-	-	-
FEV	-	-	-	1
MAR	8	4	12	15
ABR	3	2	13	4
MAI	18	-	21	7
JUN	11	6	37	6
JUL	13	3	11	2
AGO	15	7	21	6
SET	20	3	16	5
OUT	17	4	15	5
NOV	10	6	13	4
TOTAL	115	29	159	55
TOTAL GERAL				358

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS ESCANEADOS

(PREPARAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO, CORREÇÃO, INDEXAÇÃO, GRAVAÇÃO)

MÊS	DOCUMENTO	PERÍODO	Nº DE PÁGINAS	Nº DE ACÓRDÃOS
JAN	-	ESCANER EM MANUTENÇÃO	-	-
FEV	-	ESCANER EM MANUTENÇÃO	-	-
MAR	ATAS	1966 a 1968	395	-
ABR	ATAS	1969 a 1997	5.251	-
MAI	ATAS – (Primeira e Segunda Câmaras Criminais)	1959 a 2006	7.508	-
JUN	ATAS (Câmaras)	1986 a 2005	8.579	5.364
	COLETÂNEA DE ACÓRDÃOS		46.599	-
JUL	ACÓRDÃOS		57.354	6.730
AGO	ACÓRDÃOS		80.832	9.600
SET	ACÓRDÃOS		28.326	3.421
OUT	ATOS DE NOMEAÇÃO, EXONERAÇÃO E REMOÇÃO	2003 a 2004	-	-
	ACÓRDÃOS		229.422	27.558
NOV	ACÓRDÃOS		223.876	25.122
TOTAL			453.298	52.680

PESQUISAS EM MICROFILME

MÊS	PESQUISA INTERNA TJSC	PESQUISA EXTERNA/ PÚBLICO EM GERAL
JAN	21	9
FEV	37	4
MAR	25	10
ABR	33	2
MAI	25	4
JUN	23	3
JUL	38	2
AGO	36	3
SET	37	5
OUT	22	2
NOV	21	1
TOTAL	318	45

DOCUMENTOS PREPARADOS E ENCAMINHADOS AO CIASC PARA MICROFILMAR

MÊS	ASSUNTO	SIGLA	PERÍODO
MAR	Empenhos dos Orçamentos/Fundo	EO	1999
	Ofícios recebidos e expedidos do Conselho da Magistratura	CMOEX CMORE	Diversos
	Diário Oficial da União	DOU	2008

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ROLOS DE MICROFILME RECEBIDOS DO CIASC PREPARADOS E MICROFILMADOS

MÊS	QUANTIDADE DE ROLOS	SIGLAS	FOTOGRAMAS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS PREPARADOS	ROLOS DE MICROFILME NO ARQUIVO DO CIASC
JUN	20	DOF	88.300	88.300	20
		CMOR			
		CMOB			
		EO			
		DOU			
TOTAL	20		88.300	88.300	20

SEÇÃO DE MUSEU

A Seção de Museu da Divisão de Arquivo e Memória Judicial é a responsável pela execução do trabalho do Museu do Judiciário Catarinense, órgão criado pela Resolução n. 004/91-TJ para abrigar o acervo histórico da Justiça. O trabalho nessa Seção, tem como objetivo valorizar o patrimônio histórico do Poder Judiciário, zelar pelo cumprimento da missão do museu, que é a de ser o guardião e difusor da Memória da Justiça Catarinense, e manter as atividades do programa institucional de Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico do Poder Judiciário.

DIFUSÃO DA MEMÓRIA JUDICIAL

EXPOSIÇÕES ACERVO MUSEOLÓGICO

PERÍODO	ATIVIDADE	Nº DE VISITANTES
9-1 a 30-9	Exposição permanente no Anexo do Tribunal	1.307
1-10 a 30-10	Exposição comemorativa aos 118 anos do TJSC	140
14 a 16-10	Exposição itinerante temporária no Hotel Ingleses – 2º Encontro de Servidores do Judiciário- DRH	75
JAN/DEZ	TOTAL DE VISITANTES	1.522

ATIVIDADES PARA A DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Entrevistas e matérias para a TV Justiça e Rádio CBN Diário	3
Jan/Dez	Palestras e visitas guiadas a escolas de ensino fundamental e médio	7
Jan/Dez	Atendimento personalizado a turmas de alunos de Faculdades de Direito	13
Jan/Dez	Atualização do Livro das Comarcas (consultas, reuniões e propostas)	3

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

CONTROLE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JUDICIAL

ATIVIDADES DE CONTROLE E DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Nov	Reprodução de documentos históricos (fotografias)	65
Jan/Dez	Catálogo de documentos históricos já recolhidos	814
Jan/Dez	Processos judiciais digitalizados frente e verso, na íntegra	25
Jan/Dez	Total de páginas já digitalizadas em arquivo no museu	1.642
Jan/Dez	CD com cópias autorizadas cedidas a pesquisadores	18
Jan/Dez	Atendimentos presenciais monitorados a pesquisadores	129
Jan/Dez	Atendimentos virtuais a pesquisadores: telefone e internet	62

ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA O TRATAMENTO DO ACERVO

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Nov	Estudo para a elaboração de anteprojeto para indexação de acervo do Museu	1
Jan/Dez	Simulação com Folio Views para a indexação de documentos visando à formação de banco de dados	1
Jan/Dez	Experimento com o sistema SAJ-ARQ para arquivamento dos documentos do acervo histórico	1

AQUISIÇÃO DE BENS PARA ACERVO DO MUSEU

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Aquisição de livros de cartório extrajudicial	2
Jan/Dez	Aquisição de vitrinas expositórias para acervo	16
Jan/Dez	Aquisição de molduras para galerias do museu	38
Jan/Dez	Aquisição de quadro por doação de desembargador	2
Jan/Dez	Aquisição de veste talar de desembargador (ex-Presidente)	1
Jan/Dez	Aquisição de artefato de prata de comitiva árabe em visita ao Tribunal	1
Jan/Dez	Aquisição de documento histórico (livro) pelo Presidente atual	1

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DO MUSEU

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Oficina de gestão e documentação de acervos – Local: Museu Victor Meirelles	1
Jan/Dez	As leis orçamentárias como instrumento de gestão – Curso oferecido pela Academia Judicial	1
Jan/Dez	TOTAL	2

ATIVIDADES EXECUTADAS NA CAPELA ECUMÊNICA/SC

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Janeiro	Turistas argentinos (dia 16); Des. Henrique Blasi, advogados e assessores de gabinete (dia 20); e visitantes avulsos	88
Fevereiro	Turistas que visitavam o Museu Cruz e Souza e receberam folders da Capela; turistas ingleses (dia 18); e visitantes avulsos	114
Março	42 visitantes do GDRM (grupo desenvolvimento de mulher rural) (dia 9); 17 senhoras da ACP (Associação de professoras aposentadas) (dia 25); e visitantes avulsos	147
Abril	Visitantes locais avulsos	93
Maio	Alunos de Direito da Furb (dia 6); senhoras da cidade de Barracão (dia 8); e visitantes avulsos.	108
Junho	Estudantes de Direito da Unoesc Joaçaba; turistas greco-americanos da Igreja Ortodoxa Grega, acompanhados pelo Monsenhor Angelos Kontaxis; e visitantes avulsos	99
Julho	D. Ademir Moser, Bispo Diocesano da Igreja Católica Brasileira, seus familiares e acompanhantes para ver as relíquias (dia 1º); 30 casais de turistas pernambucanos (dia 15); e visitantes avulsos	127
Agosto	Visitantes avulsos; Reunião presidida por associados da ASTJ (dia 21).	93
Setembro	Visitantes avulsos	89
Outubro	Visitantes avulsos; novos servidores recepcionados pelo Tribunal (dia 14); Retirada dos móveis para reforma da capela (dia 19).	52
Novembro	Reforma da capela	-
Dezembro	Entrega da capela (dia 4); reabertura dia 7	-
TOTAL DE VISITANTES À CAPELA EM 2009		1.010

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

QUADRO ESTATÍSTICO

MÊS	LIVROS PREPARADOS P/ BIBLIOTECA DO TJ	PERIÓDICOS BIBLIOTECA TJ	INDEXAÇÃO ARTIGOS/ PERIÓDICOS	LIVROS MAGISTRADOS DEMAIS SETORES	XEROX	EMPRÉSTIMO OBRAS	FREQUÊNCIA DE USUÁRIOS	MULTAS	LIVROS SETORIAIS
JAN	-	55	278	-	-	2.160	-	R\$ 498,55	33
FEV	159	35	27	671	1.242	2.808	-	R\$ 1.259,10	404
MAR	248	43	225	2.014	4.585	3.854	-	R\$ 812,78	218
ABR	193	48	862	1.787	3.476	4.457	-	R\$ 1.378,15	505
MAI	90	49	911	811	5.405	4.259	2.833	R\$ 1.339,22	65
JUN	269	48	513	3.147	5.490	4.294	2.599	R\$ 1.098,50	495
JUL	105	61	631	4.414	5.190	3.342	2.681	R\$ 1.054,56	211
AGO	143	31	593	2.134	5.506	3.468	4.196	R\$ 828,00	-
SET	152	48	454	2.196	4.462	4.353	5.518	R\$ 1.014,00	90
OUT	21	44	343	1.175	5.721	4.206	4.939	R\$ 963,00	91
NOV	41	37	671	297	3.513	3.729	4.685	R\$ 936,26	195
DEZ									
TOTAL	1.421	499	5.508	18.646	44.590	40.930	27.451	R\$ 11.182,12	2.307



DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA

ARI DORVALINO SCHÜRHAUS

Diretor-Geral Administrativo



◀ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ▶

◀ CELSO GALLIZA ▶

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS CONCLUÍDAS

OBRA	CONTRATO Nº	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Reforma global do prédio Anexo do Fórum da Comarca da Capital - Fórum Des. Eduardo Luz	47/2007	5.724,05	6.927.284,08	02/07/2009
Reforma parcial do Salão do Júri do Fórum da Comarca da Capital	203/2007	440,00	32.926,18	30/01/2009
Construção do Fórum da Comarca de São Domingos	383/2007	1.534,24	2.590.627,29	12/01/2009
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de Capinzal	38/2008	1.049,01	1.179.957,97	19/08/2009
Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Içara	71/2008	1.353,76	1.109.135,97	17/11/2009
Reforma dos sistemas de climatização (2ª e 3ª etapas) do Fórum da Capital	72/2008	9.674,71	2.000.000,00	30/03/2009
Construção da Casa da Cidadania de Piratuba	74/2008	403,71	604.899,21	19/01/2009
Reforma e ampliação das Instalações Elétricas dos prédios da Gráfica e do Almoxarifado Central do Poder Judiciário	94/2008	4.109,52	190.429,68	29/07/2009
Colocação de piso cerâmico na laje de cobertura do salão do Júri, área cívica, rampas e escadas - Fórum Norte da Ilha	156/2008	502,22	39.253,14	08/07/2009
Impermeabilização da laje de cobertura do salão do Júri e área cívica - Fórum Norte da Ilha	191/2008	384,94	39.475,22	30/01/2009
Reforma da escadaria do Salão do Júri do Fórum de Balneário Camboriu	73/2009	295,00	74.405,91	08/06/2009
Instalação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio do prédio do Fórum da Capital	131/2009	9.674,71	31.217,51	28/09/2009
Reforma parcial do prédio do Fórum de São Joaquim - imóvel locado	137/2009	744,69	45.189,00	24/07/2009
Cercamento e vedação física do terreno do Fórum de Santa Rosa do Sul	151/2009	234,00	96.000,27	15/10/2009
Reforma global do Templo Ecumênico	195/2009	39,16	15.594,64	03/12/2009
TOTAL			R\$ 14.976.396,07	

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS EM ANDAMENTO

OBRA	CONTRATO Nº	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Construção do Fórum da Comarca de Otacílio Costa	43/2008	1.534,24	2.261.287,01	prazo encerrou em 24/07/2009 e não tem TRP
Construção do Fórum da Comarca de Palhoça	83/2008	5.939,78	11.197.581,81	previsão: 15/05/2010
Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Maravilha	85/2008	1.795,54	2.256.781,96	prazo encerrou em 25/09/2009 e não tem TRP
Impermeabilização da laje do Tribunal do Júri do Fórum da Capital	160/2009	390,00	61.516,90	04/12/2009
Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de Trombudo Central (pintura)	168/2009	495,00	36.464,53	previsão 08/12/2009
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de Braço do Norte	175/2009	1.232,71	1.384.802,86	previsão 05/07/2010
Restauração e pintura do piso do Almoarifado Central do Poder Judiciário	180/2009	2.340,00	59.232,00	previsão 23/01/2010
Modernização dos elevadores do prédio do Fórum da Comarca de Joaçaba	186/2009	2.624,08	113.148,21	Previsão 16/03/2010
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de São Joaquim	189/2009	1.837,77	1.431.531,11	previsão 20/07/2010
Reforma do passeio público do prédio do Fórum da Comarca de Caçador	193/2009	315,47	28.848,71	previsão 10/01/2010
Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de Jaguaruna (pintura)	198/2009	3.100,00	47746,60	previsão 20/01/2010
Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de Mondaí (pintura)	210/2009	1.115,00	69.800,00	previsão 21/02/2010
TOTAL				R\$ 18.948.741,70

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Blumenau	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	370,00	4.440,00
Brusque	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	1.700,64	20.407,68
Campo Erê	118/2007	manutenção do sistema de calefação	1.352,22	9.465,54
Chapecó	053/2007	manutenção do sistema de ar condicionado central	2.312,58	27.750,96
Florianópolis	104/2008	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização	3.812,80	25.063,01
Florianópolis - Des. Eduardo Luz	124/2009	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização do prédio do Fórum	3.239,98	22.679,86
Florianópolis – Distrital do Norte da Ilha	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	312,36	3123,60
Itajaí	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	300,00	3000,00
Jaraguá do Sul	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	138,74	1.664,88
Joinville	330/2004	manutenção do sistema de ar condicionado central	265,92	3.191,04
São Joaquim	084/2007	manutenção do sistema de calefação	3.327,24	26.617,92
São José	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	468,00	4680,00
Tribunal de Justiça	111/2008	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização da Torre II	3.781,60	21.474,18
Tribunal de Justiça	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	3.072,69	30.726,90
Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José	78/2008	manutenção corretiva, c/ fornecimento de peças, em aparelhos condicionadores de ar, tipo janelheiro	cfe demanda	32.341,45
Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José	91/08	manutenção preventiva, s/ fornecimento de peças, em 1000 aparelhos condicionadores de ar, tipo janelheiro	cfe demanda	47.800,00
Tubarão	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	277,50	3.330,00
Urubici	094/2007	manutenção do sistema de calefação	1.044,85	8.358,80
TOTAL				296.115,82

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO ELEVADORES

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Araranguá	007/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	245,22	2.942,64
Balneário Camboriu	105/2007	manutenção s/ peças, em dois elevadores	789,32	9.471,84
Blumenau	003/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	809,18	9.710,16
Brusque	241/2004	manutenção s/ peças, em um elevador	526,50	6.318,00
Chapecó	175/2005	manutenção s/ peças, em dois elevadores	879,43	10.553,16
Concórdia	036/2007	manutenção s/ peças, em dois elevadores	802,04	9.624,48
Criciúma	002/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	735,31	8.823,72
Florianópolis	009/2006	manutenção s/ peças, em três elevadores	1.824,41	21.892,92
Florianópolis - Des. Eduardo Luz	145/2009	manutenção s/ peças, em um elevador	420,00	2.100,00
Florianópolis - Norte da Ilha	225/2005	manutenção s/ peças, em um elevador	401,75	4.821,00
Itajaí	004/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	735,31	8.823,72
Joaçaba	001/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	492,40	5.908,80
Joinville	246/2005	manutenção s/ peças, em três elevadores	1.238,53	14.862,36
Lages	176/2005	manutenção s/ peças, em um elevador	339,45	4.073,40
Laguna	008/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	245,22	2.942,64
Mafra e São Francisco do Sul	144/2004	manutenção s/ peças, em um elevador	446,66	3.578,61
Mafra e São Francisco do Sul	138/2009	manutenção s/ peças, em um elevador	513,92	2.415,42
São Francisco do Sul	144/2004	manutenção s/ peças, em um elevador	223,33	2.679,96
São José	133/2004	manutenção s/ peças, em dois elevadores	972,25	6.481,67
São José	130/2009	manutenção s/ peças, em dois elevadores	972,25	5.185,33
Tribunal de Justiça	002/2005	manutenção s/ peças, em cinco elevadores	7.346,54	88.158,48
Tribunal de Justiça - Academia Judicial	149/2008	manutenção s/ peças, em um elevador	219,57	805,09
Tribunal de Justiça - Anexo	035/2007	manutenção s/ peças, em quatro elevadores	1.602,16	17.623,76
Tribunal de Justiça - Auditório	105/2008	manutenção preventiva em plataforma vertical	183,54	1.099,33
Videira	049/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	242,09	2.905,08
TOTAL			23.206,38	253.801,57

MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Florianópolis e Anexos	146/2009	serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador	399,00	4.788,00
Tribunal de Justiça	81/2008	serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador	500,00	2.500,00
TOTAL				7.288,00

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO PREDIAL

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Florianópolis e Anexos	109/2007	manutenção das instalações elétricas do Tribunal de Justiça e seus anexos	cfe demanda	22.659,20
Tribunal de Justiça	22/2008	instalação de vidros transparentes ou foscos e reparos em portas de vidro	cfe demanda	1*
Tribunal de Justiça	74/2009	plotagem de projetos	cfe demanda	3,10 (por m²)
Tribunal de Justiça	79/2009	cópia de projetos	cfe demanda	4,00 (por m²)
Tribunal de Justiça	89/2009	aquisição, c/ instalação, de piso laminado de madeira	cfe demanda	2*
Tribunal de Justiça	92/2009	fornecimento e instalação de forros, incluindo mão-de-obra	cfe demanda	3*
Tribunal de Justiça	94/2009	Fornecimento e instalação de paredes divisórias, fornecimento e instalação de vidros e mão-de-obra para desmontagem e remontagem de paredes divisórias, vidraçaria e portas	cfe demanda	627.000,00
Tribunal de Justiça	127/2009	manutenção predial (civil) com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos	cfe demanda	899.000,00
Tribunal de Justiça e Anexos	108/2007	manutenção das instalações elétricas do Tribunal de Justiça e seus anexos	cfe demanda	95.687,54
TOTAL				1.644.352,74

LEGENDA

1*	Valor (por m²)
Descrição Unidade	87,50
Vidro Transparente ou fosco - 5mm	150,00
Vidro Transparente ou fosco - 10mm	150,00
Vidro Transparente ou fosco - 4mm	75,00
Reparo em ferragens de porta de vidro temp.	

2*	Valor (por m²)
Descrição Unidade	61,93
Piso laminado de madeira.	5
Instalação de piso laminado de madeira	5,9
Rodapé de 6 cm de altura	1
Instalação de rodapé de 6 cm de altura	8
Acabamento de porta	0,5
Instalação de acabamento de porta	3,8
Filete de madeira	1
Instalação de filete de madeira	8
Redutor	0,5
Instalação de redutor	

3*	Valor (por m²)
Descrição Unidade	38,97
Forro modular de PVC	2,62
Instalação do forro modular de PVC	52,32
Forro com fibras de madeira mineralizado	2,61
Instal. forro com fibras de madeira mineralizado	50,78
Forro de fibras minerais	2,61
Instalação de forro com fibras minerais	

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

▶ **PROJETOS EM LICITAÇÃO**

COMARCA	OBRA
FLORIANÓPOLIS – SEDE	<i>Impermeabilização da laje do Tribunal do Júri do Fórum da Capital – Fase II</i>
ITAJAI	<i>Cercamento do terreno</i>
JOINVILLE SEDE	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
LEBON RÉGIS	<i>Cercamento do terreno</i>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	<i>Licitação da contratação de manutenção do sistema de climatização do TJ Torre I</i>

▶ **PLANEJAMENTO DE OBRAS/DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS**
EXERCÍCIO 2009/2010

COMARCA	OBRA
ARQUIVO CENTRAL TJ	<i>Construção de prédio próprio para o Arquivo Central do PJSC</i>
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	<i>Conclusão, ampliação e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	<i>Conclusão, ampliação e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
BLUMENAU	<i>Conclusão e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
BLUMENAU	<i>Conclusão e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
BRUSQUE	<i>Atualização do sistema de climatização e do sistema preventivo de incêndio do prédio do Fórum</i>
BRUSQUE	<i>Atualização do sistema de climatização e preventivo de incêndio do prédio do Fórum</i>
CAMPO ERÊ	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
CANOINHAS	<i>Construção do novo prédio do Fórum</i>
CHAPECÓ	<i>Instalação lanchonete no prédio do Fórum e Reforma parcial da Cobertura</i>
CHAPECÓ	<i>Instalação lanchonete no prédio do Fórum</i>
CHAPECÓ	<i>Reforma parcial da Cobertura e Lanchonete do prédio do Fórum</i>
CHAPECÓ	<i>Atualização do sistema de climatização e preventivo de incêndio do prédio do Fórum</i>
CORREIA PINTO	<i>Reforma global do prédio do Fórum</i>
CORREIA PINTO	<i>Reforma global do prédio do Fórum</i>
CURITIBANOS	<i>Construção do novo prédio do Fórum</i>
DESCANSO	<i>Conclusão, reforma e ampliação parcial do prédio do Fórum</i>
DESCANSO	<i>Conclusão e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
FORQUILHINHA	<i>Construção de prédio próprio para o Fórum</i>
FORQUILHINHA	<i>Construção de prédio próprio para o Fórum</i>
GAROPABA	<i>Construção de prédio próprio para o Fórum</i>
GARUVA	<i>Construção do novo prédio do Fórum</i>
HERVAL DO OESTE	<i>Reforma global do prédio adquirido para o Fórum - Prefeitura</i>

▶ PLANEJAMENTO DE OBRAS/DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (CONT.)
EXERCÍCIO 2009/2010

COMARCA	OBJETO
IMBITUBA	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
IMBITUBA	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
ITAJAÍ	<i>Conclusão e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
JOINVILLE ANTIGO	<i>Reforma global do prédio do Fórum</i>
JOINVILLE ANTIGO	<i>Reforma global do prédio do Fórum</i>
JOINVILLE SEDE	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
LAURO MULLER	<i>Conclusão, reforma e ampliação parcial do prédio do Fórum</i>
LAURO MULLER	<i>Conclusão e reforma parcial do prédio do Fórum</i>
NAVEGANTES	<i>Construção de prédio próprio para o Fórum</i>
NAVEGANTES	<i>Construção de prédio próprio para o Fórum</i>
NORTE DA ILHA	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
NORTE DA ILHA	<i>Reforma parcial do prédio do Fórum</i>
POMERODE	<i>Reforma Global com Ampliação do prédio do Fórum</i>
RIO NEGRINHO	<i>Construção de novo prédio para o Fórum</i>
RIO NEGRINHO	<i>Construção de novo prédio para o Fórum</i>
TIMBÓ	<i>Construção do novo prédio do Fórum</i>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	<i>Reforma global do prédio - Torre I</i>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	<i>Reforma global do prédio</i>
TURVO	<i>Construção de novo prédio para o Fórum</i>

◀ DIRETORIA DE INFORMÁTICA ▶

◀ GIOVANNI MORESCO ▶

Diretor



1. INTRODUÇÃO

A Diretoria de Informática e o Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) têm investido em pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de gestão do conhecimento, produtividade e inovação tecnológica, áreas que mesclam a utilização de recursos de tecnologia com a valorização do capital humano e da experiência dos colaboradores do Poder Judiciário. Tais investimentos possibilitam o emprego da tecnologia em praticamente todos os processos da instituição, fornecendo os subsídios para a celeridade dos procedimentos e para a ágil e precisa tomada de decisão, mantendo o Estado de Santa Catarina como referência tecnológica no Judiciário brasileiro.

2. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Comparada a instituições e empresas que atuam no Estado de Santa Catarina, a rede de comunicação de dados do Poder Judiciário está entre as 5 com maior capilaridade e número de equipamentos, junto com grandes instituições

bancárias, correios e o próprio Governo do Estado, alcançando mais de 150 unidades centralizadas e 9.800 computadores.

Numa administração baseada no planejamento estratégico, que utiliza o BSC para nortear seus projetos e priorizar investimentos, a análise dos indicadores adotados para o acompanhamento do desempenho organizacional na área da tecnologia da informação traduz o esforço da Diretoria de Informática em atender aos objetivos estabelecidos. No que diz respeito à infraestrutura tecnológica, o Tribunal de Justiça utiliza o índice de disponibilidade dos serviços de TI, o qual está alinhado aos indicadores estabelecido no mapa estratégico do CNJ. Atualmente, a rede de comunicação de dados e voz e os servidores de bancos de dados e serviços na Internet/Intranet possuem um índice de 96,7% de disponibilidade, representando menos de 1 dia ao mês de interrupção dos referidos serviços.

Para ampliar esse índice, de modo a alcançar em 3 anos o valor de 99,97%, a Diretoria de Informática providenciou em 2009 a contratação de um serviço de replicação dos principais

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

serviços em servidores remotos, denominado site backup. Mesmo que hoje toda a infraestrutura de fornecimento de energia elétrica esteja baseada em um grupo gerador, esse serviço possibilita que os principais serviços oferecidos sejam mantidos em operação caso haja uma paralisação geral dos servidores de rede e bancos de dados mantidos fisicamente no Tribunal de Justiça. Além disso, está sendo providenciada a instalação de uma sala cofre, ambiente protegido, à prova de intempéries e com sistema de segurança de acesso, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos que mantém todos os serviços do Tribunal de Justiça em operação.

A Diretoria de Informática é responsável, também, pelo controle dos bancos de dados de todo o Estado e gerência dos servidores de rede. Nesse contexto, foram atualizados, no ano de 2009, 12 servidores de redes com destaque para as máquinas que oferecem sustentação aos bancos de dados do SAJ/Segundo Grau, do Sistema de Automação de Gabinetes e do SAJ/Estatística. Além disso, os bancos de dados do Diário da Justiça Eletrônico e da Jurisprudência foram atualizados e instalados em servidores mais robustos e potentes.

Visando manter o Poder Judiciário catarinense na vanguarda tecnológica, além da qualidade do parque instalado, a Diretoria de Informática

providencia a aquisição sistemática e a distribuição de equipamentos. Foram entregues em 2009:

- 726 computadores;
- 120 notebooks;
- 435 impressoras;
- 550 pen-drives e
- 18.377 peças e acessórios para equipamentos de informática, tais como monitores de vídeo e outros destinados aos usuários internos.

Obviamente, o trabalho relativo a equipamentos não se resume à distribuição dos mesmos pelas unidades jurisdicionais. Com o constante processo de mudança física de unidades, aliado à criação e inauguração de Fóruns e Varas, a Diretoria de Informática atua de forma proativa nas mudanças e novas instalações, providenciando o desligamento da estrutura atual e novas instalações e configurações, sempre com o apoio dos Técnicos de Suporte em Informática das unidades.

Nesse sentido, foram atendidas 6 mudanças de Fórum, 23 mudanças de Gabinete de Desembargadores e Juízes de 2º Grau, além da instalação de novas varas. Como principal decorrência desse trabalho, foram efetuadas 15.500 transferências patrimoniais de bens de informática. Por fim, atendendo à função social do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

preparou 459 equipamentos, que foram encaminhados à doação para entidades de assistência à sociedade.

Uma das atividades relacionadas a TI que mais cresce atualmente, o segmento de redes e telecomunicações merece especial atenção da Diretoria de Informática e CGInfo. Dentre os serviços relativos a essa seara, pode-se destacar a administração da rede de dados que interliga todas as Comarcas ao Tribunal de Justiça, acesso a Internet com filtro de conteúdo e gerência da solução de segurança, dentre eles a atualização do pacote de antivírus.

Não pode ser esquecida a implantação da tecnologia VOIP na área de telefonia que, com a instalação de 17 novas comarcas, já é utilizada por mais de 1/3 das unidades do Poder Judiciário para efetuar as ligações telefônicas. As economias geradas com a eliminação de linhas telefônicas convencionais e a utilização da rede de comunicação de dados para a telefonia chegam a 450 mil reais ao ano.

3. SERVIÇOS INFORMATIZADOS

A infraestrutura tecnológica dá suporte aos serviços que são oferecidos aos usuários internos e externos por intermédio de sistemas locais e via Internet ou Intranet. Alguns números deixam evidente o tamanho da estrutura de TI do Poder Judiciário catarinense e o volume de

informações gerenciado pela Diretoria de Informática:

- 20 milhões de e-mails entregues aos usuários internos por mês;
- 50 milhões de caracteres transmitidos por segundo no acesso à Internet;
- 1,5 milhão de usuários acessando os serviços disponíveis da Internet todo mês.

No caminho de oferecer continuamente novos recursos para facilitar as atividades desenvolvidas no âmbito do Judiciário catarinense, vários sistemas foram desenvolvidos, implantados e aperfeiçoados, fornecendo aos servidores e magistrados do Poder Judiciário uma série de ferramentas e facilidades disponíveis através de tecnologias avançadas. O indicador do BSC que reflete esse investimento apresenta atualmente 260 serviços disponíveis aos usuários por meio da tecnologia da informação. Indicador este que, no alinhamento com o CNJ para 2014, projeta 155 novos sistemas, totalizando 415 serviços.

A atividade de desenvolvimento de sistemas ocupa papel estratégico nas políticas de gestão da tecnologia do Poder Judiciário de Santa Catarina, trazendo para a responsabilidade da equipe interna o desenvolvimento de soluções em sistemas de informação com o uso de alta tecnologia, bem como a gerência e o controle dos softwares desenvolvidos por empresas especializadas do mercado fornecedor.

3.1 Sistemas Internos:

No rol dos sistemas desenvolvidos e/ou atualizados em 2009 pela equipe interna de analistas de sistemas e técnicos, destaca-se:

► SISTEMAS DESENVOLVIDOS E/OU ATUALIZADOS EM 2009

SISTEMA/PROJETO	ATIVIDADE	BENEFICIÁRIO
Sistema de Recursos Humanos	Manutenção / novas funcionalidades	DRH
Novo Sistema de RH	Desenvolvimento de módulos	DRH
Sistemas de Fotocópias	Manutenção e upgrades	DIE
Gestão de Patrimônio	Suporte e upgrades	DMP
Conta Única	Migração para o BB e CEF	DOF
Gestão de Almoxarifado	Suporte e upgrades	DMP
Internet	Atendimentos	Usuários internos e externos
Orçamento, tesouraria, GRJ	Manutenção e upgrades	DOF, DRH
Precatórios	Upgrade	DOF
Distribuição de Títulos para Protestos	Desenvolvimento e suporte	CGJ
Biblioteca	Upgrade	DDP
DJ Eletrônico	Manutenção e upgrades	Usuários internos e externos
Sistema de Notícias	Disponibilizado sistema RSS	Presidência
SIG e Portal de Transparência	Desenvolvimento e upgrades	Asplan e Diretorias
Protocolo Administrativo	Upgrade	Tribunal de Justiça
Protocolo Unificado	Suporte e upgrades	TJSC-PGE
Selo digital	Especificação	CGJ

Hoje, inúmeros são os softwares desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Informática que interligam o Tribunal de Justiça a diversas instituições, tais como o governo do Estado, prefeituras, polícias, correios e órgãos da esfera federal, como STJ e STF. Nesse ponto é mister destacar que, em propor-

ção ainda maior do que os magistrados e servidores, toda a sociedade é beneficiada com os recursos oferecidos e mantidos pela Diretoria de Informática. Atualmente, um advogado ou parte de processo não precisa ir pessoalmente até o Fórum para ter acesso à situação e atuar nos processos de seu interesse. Basta acessar,

via internet, a consulta de processos e o serviço de Peticionamento Eletrônico, disponíveis em todas as comarcas. Mais que isso, ao se cadastrar no sistema TJSC-PUSH, receberá automaticamente as movimentações no seu endereço eletrônico. Todos estes serviços são oferecidos de forma absolutamente gratuita. O Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) de Primeiro e Segundo Grau é, sem dúvidas, o aplicativo de maior importância e abrangência no Poder Judiciário. Instalado em cada uma das Comarcas e na Diretoria Judiciária, permite o cadastro e manutenção de todos os processos em trâmite no Estado, com inúmeras ferramentas à disposição, que proporcionam relatórios estatísticos de auxílio a magistrados e à Corregedoria Geral da Justiça e agilizam sobremaneira o trabalho dos servidores da Justiça.

Atualmente, na versão 5.0, já em uso em algumas unidades do Estado, o referido sistema permite que se adote o processo digital, propiciando o atendimento à meta 10 de nivelamento do CNJ para o Poder Judiciário no ano de 2009.

A constituição de um Grupo de Trabalho, criado especialmente para o desenvolvimento e aplicação das rotinas cartorárias em processos eletrônicos, permitiu a conclusão do projeto referente à automação do fluxo de execução fiscal. Este fluxo foi instalado na vara de

Execução Fiscal da Capital, onde tramitam mais de 40.000 processos exclusivamente em meio digital, gerando-se, em apenas 03 dias mais de 5.000 despachos, bem como o encaminhamento de mais de 9.000 processos à Procuradoria Geral do Município.

Seguindo as prioridades estabelecidas a partir do atual estágio de desenvolvimento do processo digital e a partir das iniciativas estimuladas em nível nacional pelo CNJ, foram desenvolvidos os seguintes projetos, vinculados ao SAJ:

3.2 Execução Fiscal Eletrônica:

Adotado como referência inicial do projeto de implantação do processo digital em virtude da simplicidade do procedimento e da necessidade premente de dar vazão ao acervo já ajuizado. Consistiu inicialmente em definir os fluxogramas do procedimento de Execução Fiscal, com base na LEF e demais leis e regulamentos aplicáveis e sua configuração no sistema SAJ, com a definição de novas implementações no sistema. Atualmente, além do uso exitoso da solução nas comarcas da Capital e de Lages, o projeto está sendo instalado nas comarcas de Blumenau e Joinville, pelo convênio recém assinado com o Governo do Estado e a PGE, bem como em Biguaçu.

3.3 Juizado Especial Cível Eletrônico:

Nesse caso a definição dos fluxos de trabalho foi mais curta, em vista da existência de um manual de procedimentos, mas o mesmo trabalho de configuração e definição de novas funcionalidades para o sistema foi executado. O sistema está implantado na comarca de Blumenau, em regime inicial de piloto, para posterior utilização por outras unidades.

3.4 Execução Penal Eletrônica:

Projeto iniciado no segundo semestre deste ano, levando em conta decisão tomada pelo Conselho de Gestão e Administração do Tribunal de Justiça e em consonância com a meta 5 de nivelamento do CNJ. Como nos outros dois projetos, houve a definição do fluxo básico do processo e a configuração do sistema com base no resultado deste processo. Iniciaram-se os contatos para o desenvolvimento de uma integração entre o sistema SAJ, do Tribunal de Justiça, com o sistema i-Pen, da Secretaria de Justiça e Cidadania, a fim de automatizar parte importante do processo de execução penal. Além dos projetos relacionados diretamente com a configuração do sistema SAJ para a tramitação integral dos feitos em meio digital,

vários outros projetos de tecnologia relacionados foram desenvolvidos de maneira paralela:

3.5 AR Digital:

Possibilita que os ofícios produzidos no SAJ sejam cumpridos integralmente em meio eletrônico, sendo responsabilidade dos Correios imprimi-los, envelopá-los e entregá-los aos destinatários, devolvendo ao sistema do Judiciário apenas a informação sobre o cumprimento ou não do documento. O serviço está em pleno funcionamento na Unidade de Execuções Fiscais Municipais da Capital, resultando na emissão de mais de 5 mil citações por mês.

3.6 Gravação de audiências:

O projeto envolveu a verificação de soluções de mercado e utilizadas por outros tribunais, além do diagnóstico de unidades judiciárias deste Estado que contavam com iniciativas isoladas dos magistrados para a gravação. Desenvolveu-se, então, um módulo próprio no sistema SAJ, permitindo a integração dos arquivos de audiências com as informações do processo em tramitação. O sistema está implantado em 40 unidades judiciárias, com previsão de expansão para todas as salas de audiência do Estado no ano de 2010.

3.7 Cartório Remoto:

Inspirado pela centralização de informações que o processo eletrônico gera, foi desenvolvido um projeto de cartório único centralizado, a fim de, em um primeiro momento, permitir a rápida expansão do processo eletrônico, com menores custos para o Tribunal. Membros do CGInfo e da Diretoria de Informática apresentaram a idéia em sessão do Conselho de Gestão e Administração do Tribunal de Justiça, elaborando posteriormente os requisitos para o seu funcionamento, o projeto da resolução do Tribunal que regulamentou o Cartório Remoto da Execução Fiscal e executando o recrutamento, seleção e treinamento dos servidores, além da coordenação da referida unidade. Atualmente, o Cartório Remoto já está em funcionamento, contando com um analista judiciário e cinco técnicos, que prestam serviços para todas as unidades de execução fiscal que trabalham com o processo digital.

Os resultados desse trabalho são a economia de recursos financeiros e o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis. Alguns exemplos dos benefícios diretos gerados são:

- No sistema de gravação de audiências, o tempo destinado à oitiva de uma parte/testemunha foi reduzido de 30 para 10 minutos.
- Na integração com os Correios, o procedimento automatizado implementado na execução fiscal permite que sejam emitidas mais de 2.000 citações por semana, as quais são elaboradas e remetidas por apenas um servidor.
- A automação do Diário da Justiça Eletrônico tem proporcionado a agilidade nas publicações, com a intervenção de poucos servidores no Tribunal de Justiça, além de economias anuais de 4 milhões de reais.
- A adoção do processo digital proporciona mais 90% de redução do tempo de tramitação do feito e economia da ordem de R\$ 20,00 por processo no que diz respeito apenas a insumos, para processos de até 20 folhas. Considerando a entrada de 240 mil novos processos ao ano, somente de execução fiscal, chegaríamos a uma economia de 4,8 milhões de reais, com a redução drástica do orçamento de 6 milhões de reais destinados no orçamento da informática para a aquisição de toner para impressoras.

Todos os sistemas e serviços providos pela área de TI pressupõem uma manutenção e atendimento aos usuários, que pode ser na forma de treinamento, atendimento telefônico, criação de manuais de procedimentos ou ainda por instant messenger e correio eletrônico. Por vezes, a tarefa de suporte extrapola o horário de expediente e estende-se pelo final de

semana, quando são geralmente feitas as atualizações mais críticas dos sistemas, especialmente do SAJ/PG e SG.

Dados referentes aos atendimentos prestados pela equipe de suporte do Tribunal de Justiça dão a dimensão do serviço realizado:

▶ ATENDIMENTOS PRESTADOS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atendimento a chamados no Tribunal de Justiça	6.369
Atendimento a chamados de Comarcas	1.650
Atualização de Versão do SAJ-PG	93
Migração de Processos nas Comarcas	13.274

No âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, a Diretoria de Informática foi encarregada de elaborar os relatórios de produtividade de magistrados, a partir de determinação do CNJ em julho de 2009. Foi também prestado auxílio aos gabinetes de Desembargadores na coleta de dados e na identificação de processos relacionados à meta 2 de nivelamento do referido conselho.

4. INVESTIMENTO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO

Em uma época em que a informação passa a ser o ativo mais importante das organizações modernas, a “gestão do conhecimento” e a “segurança da informação” tornam-se recorrentes nos projetos conduzidos pela Diretoria de Informática. Mais que isso, é motivo de preocupação constante das empresas de todo o mundo, em função da multiplicação de ameaças em forma de vírus, pragas virtuais, crimes cibernéticos e mesmo “ataques” internos.

Em função da relevância desse tema a Diretoria de Informática executou o projeto de implantação de uma política de segurança da informação que, dentre outros aspectos proporcione condições para:

- Proteger as informações da instituição, bem como seus ativos computacionais;
- Minimizar riscos nos processos de integração com parceiros externos e internos;
- Garantir a integridade das informações e sistemas computacionais;
- Proporcionar o grau de autenticidade, disponibilidade, confidencialidade, integridade e temporalidade compatíveis com as responsabilidades deste Tribunal.

O projeto contou ainda com ações educativas, dentre as quais a publicação de cartilha, a promoção de cursos e palestras e a edição de

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

um blog com dicas sobre segurança, que podem ser aproveitadas pelos agentes públicos tanto no âmbito interno da instituição quanto em seu cotidiano pessoal. Em agosto de 2009, a Diretoria de Informática promoveu uma palestra com a Dra. Patrícia Peck Pinheiro, renomada profissional do ramo, evento do qual participaram diversas autoridades e representantes de órgão do executivo e judiciário estaduais.

Outras atividades foram desenvolvidas no âmbito da gestão do conhecimento também merecem destaque:

- Suporte ao sistema de colaboração que inclui webmail, agenda corporativa e contatos;
- Planejamento e execução do projeto de alteração das contas de e-mail do PJSC, adequando-os ao novo domínio .jus, estabelecido pelo CNJ;
- Planejamento e execução da Implantação do Service Desk no TJSC, baseado nas melhores praticas do ITIL

Aprimorar o equilíbrio entre recursos financeiros, tecnologia, cultura organizacional e qualidade na prestação de serviços à população, tem-se apresentado como o desafio a ser superado. Empregar a tecnologia como facilitador em todo esse processo é o trabalho que vem sendo realizado pela área de informática do Poder Judiciário catarinense, tomando o

devido cuidado de, por um lado entender as novas tecnologias e, por outro, a dinâmica organizacional, atuando neste contexto de forma a extrair o melhor dos recursos tecnológicos para empregar em benefício do cidadão. Nesse contexto, apresenta-se o último indicador do mapa estratégico do Tribunal de Justiça relacionado à TI, o qual registra que 0,8% do orçamento do Poder Judiciário é aplicado em inovações tecnológicas. Com os projetos em andamento e a ampliação deste indicador para 1% em 3 anos, espera-se conferir ainda maior racionalização e produtividade nas atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário Catarinense.

■ DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

■ ALBERTO PIZZOLATTI REMOR

Diretor



1. GABINETE DO DIRETOR

Atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete, com o apoio da Assessoria Técnica.

- I – Continuidade do Projeto de Redução dos Custos com Aquisição de Água Mineral, iniciado em 2006, com a substituição de garrafas plásticas por garrafões de 20 litros. Neste ano, o projeto foi estendido a todas as unidades administrativas deste Tribunal e também aos Gabinetes de Desembargadores e Juízes Substitutos de 2º grau. Para implementação das mudanças, foram distribuídos 193 (cento e noventa e três) bebedouros elétricos. Com a adoção destas medidas, registra-se uma diminuição nos custos na ordem de 37% (trinta e sete por cento) no corrente ano. Ainda, elaboração de projeto básico para aquisição de água mineral nas comarcas e/ou regiões com grande consumo do produto, tais como: Lages, Tubarão, Criciúma e Araranguá; Balneário Camboriú, Itajaí, Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville; e Região da Grande Florianópolis.
- II – Elaboração de projeto básico para modernização do sistema audiovisual das salas de sessão, com a instalação de aparelhos de TV, o que possibilitará a apresentação de provas virtuais e digitais.
- III – Fornecimento de 3.061 (três mil e sessenta e um) carimbos.
- IV – Expedição de autorização para aquisição de 559 (quinhentas e cinquenta e nove) passagens aéreas.
- V – Expedição de autorização para realização de 86 (oitenta e seis) mudanças de magistrados;
- VI – No início deste ano, a DIE absorveu os serviços de comunicação visual e persianas. Para consecução das atividades, foram elaborados projetos básicos para contratação de empresa especializada em serviços de comunicação visual, tais como adesivos, placas de sinalização, porta pautas, painéis e totens. Também foi elaborado projeto para aquisição de 7.000m² de persianas.
- VII – Elaboração de projeto básico para contratação de empresa fornecedora de refeições para o Tribunal do Júri da Comarca da Capital.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

VIII – Desenvolvimento, juntamente com a Corregedoria Geral da Justiça e Divisão de Comunicação e Transporte, de ações com o objetivo de reduzir os custos com os serviços de correspondência. Resultado dos trabalhos foi a edição da Circular 48 que, dentre várias ações, restringiu o uso de SEDEX no Poder Judiciário, bem como do Aviso de Recebimento digital.

IX – Elaboração de projeto básico para aquisição de uniformes para a Divisão de Artes Gráficas, Seção de Fotocópia e Apoio Operacional, Secretaria de Câmaras e Seção de Oficiais de Justiça.

X – Elaboração de projeto básico para registro de preço para aquisição de bebedouros elétricos e refrigeradores.

XI – Elaboração de projeto básico para contratação dos serviços de manutenção nos extintores de incêndio instalados nas diversas unidades que compõem o Poder Judiciário.

2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

O total de documentos impressos pela Divisão de Artes Gráfica no ano de 2009 foi de 7.150.000, uma média de 650.000 impressos/mês. A produção representa um aumento de 30% em relação à produção do ano anterior.

SEÇÃO DE CRIAÇÃO E FOTOLITOGRAFIA TRABALHOS DE DESIGN GRÁFICO

TIPO	QUANTIDADE
Agenda 2010	1
Agenda de bolso	2
Apostila/ Manuais	15
Banners/Faixas	9
Blocos de anotações personalizados	30
Capas gerais	129
Cartilhas	4
Cartões	106
Cartolinas A4	13
Capas de CD e DVD	14
Base Calendário 2010	2
Calendário 2010	1
Cartazes	28
Crachás	9
Certificados	25
Criação de logomarca	3
Convites	53
Diplomas	7
Envelopes	20
Etiquetas	90
Fichas	20
Folders/Flyers	10
Livros/Livretos1	15
Folhas de Ofício	5
Mapas	2
Marcadores de páginas	10
Pastas	11
Papel Timbrado/ rascunhos/ata	18
Tarjetas/Editais para processo	2
Rótulos / Selos	10
TOTAL DE SERVIÇOS	664

TRABALHO DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA

TIPO	QUANTIDADE
Montagem de Fotelito	1275
Gravação e Revelação de Chapas	1275
Chapas em CTP	1130
Laser filme A4	1850
Jurisprudência Catarinense nº 116	1
Livros	4
Laser filme A3	485
Metros de fotolito eletrônico	240
Chapas para Impressora off-set Shinohara	1820
Chapas para Impressora off-set Catu 660	585
Telas Serigráficas / aplicação de vernizes	5

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

SEÇÃO DE IMPRESSÃO

IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
Impressora KONICA	300.000
Impressora CANON IR – 105 – 1	80.079
Impressora CANON IR – 105 – 3	760.995
TOTAL	1.141.074

IMPRESSÃO OFFSET

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
offset Catu	1.646.918
offset Shinohara	4.057.063
TOTAL	5.703.981

SEÇÃO DE ACABAMENTO GRÁFICO

TIPO	QUANTIDADE (UNID.)
Blocagem	6.527
Colagem	234.532
Contagem	3.211.825
Corte e refil	223.811
Corte e vinco	494.946
Dobra	503.800
Empacotamento	132.995
Encadernação	11.860
Grampeador	16.869
Intercalação	464.310
Perfuração	35.338
Plastificação	4.142.000
Serrilhadeira	1.500.065

PRINCIPAIS PRODUTOS CONFECCIONADOS

TIPO	QUANTIDADE (UNID.)
Blocos para eventos	5.830
Calendário 2010	9.000
Capas de processo	1.642.918
Cartões diversos	17.940
Cartazes	275.308
Convites	23.080
Certificados	11.935
Crachás diversos	4.230
Etiquetas	1.055.422
Encartes	7.230
Envelopes especiais	18.630
Folders diversos	93.250
Jurisprudência	1.500
Livros/Livretos/Apostilas	14.364
Marcadores de páginas	4.860
Miolo Agenda 2010	3.400
Organização de material em paletes	192
Pastas para eventos	6.568
Papel para ata	387.530
Relatório Estatístico 2008	400
Selos, Rótulos, Adesivos Meta 2	194.460
Tarjetas impressas	403.300

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

FOTOCÓPIAS

MÊS	QUANTIDADE (UNID.)
JANEIRO	159.446
FEVEREIRO	150.343
MARÇO	197.598
ABRIL	180.384
MAIO	147.956
JUNHO	219.093
JULHO	216.354
AGOSTO	188.050
SETEMBRO	204.191
OUTUBRO	217.641
NOVEMBRO	194.138
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	2.075.194

(*) Quantidade não contabilizada

ENCADERNAÇÕES

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	249
FEVEREIRO	215
MARÇO	239
ABRIL	257
MAIO	132
JUNHO	151
JULHO	70
AGOSTO	217
SETEMBRO	623
OUTUBRO	497
NOVEMBRO	124
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	2774

(*) Quantidade não contabilizada

ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	1.067
FEVEREIRO	1.796
MARÇO	2.247
ABRIL	2.050
MAIO	2.033
JUNHO	2.132
JULHO	2.345
AGOSTO	2.107
SETEMBRO	2.170
OUTUBRO	2.196
NOVEMBRO	2.158
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	22.301

(*) Quantidade não contabilizada

4. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

DESPESAS COM ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	34.735,76
FEVEREIRO	46.426,19
MARÇO	50.478,17
ABRIL	55.436,47
MAIO	50.656,39
JUNHO	63.615,86
JULHO	56.103,07
AGOSTO	66.174,84
SETEMBRO	62.419,84
OUTUBRO	61.177,24
NOVEMBRO	64.656,05
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	611.879,88

(*) Valor não contabilizado

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	323.463,70
FEVEREIRO	408.188,16
MARÇO	459.696,29
ABRIL	393.983,57
MAIO	368.877,28
JUNHO	319.634,49
JULHO	332.813,28
AGOSTO	354.619,99
SETEMBRO	350.383,85
OUTUBRO	365.399,10
NOVEMBRO	476.150,04
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	4.153.209,70

(*) Valor não contabilizado

MANUTENÇÃO DA FROTA (*)

MÊS	VALOR GASTO (R\$)
JANEIRO	7.888,92
FEVEREIRO	16.011,49
MARÇO	20.465,97
ABRIL	22.100,97
MAIO	31.201,03
JUNHO	17.787,25
JULHO	22.997,76
AGOSTO	12.439,75
SETEMBRO	24.851,60
OUTUBRO	12.844,37
NOVEMBRO	22.624,06
DEZEMBRO	(**)
TOTAL	211.213,17

(*) Incluídas todas as despesas, exceto combustíveis

(**) Valores não contabilizados

DESPESAS COM CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

MÊS	SEDEX, TELEGRAMAS, CORRESP. SIMPLES E AGRUPADA	MALOTE	TOTAL (R\$)
JANEIRO	102.675,03	39.968,09	142.643,12
FEVEREIRO	553.344,20	51.846,30	605.190,50
MARÇO	539.253,55	68.375,96	607.629,51
ABRIL	630.862,80	79.509,10	710.371,90
MAIO	705.024,05	80.385,62	785.409,67
JUNHO	721.113,58	84.186,54	805.300,12
JULHO	695.927,37	94.773,19	790.700,56
AGOSTO	741.634,51	77.535,55	819.170,06
SETEMBRO	703.399,75	57.595,99	760.995,74
OUTUBRO	683.481,19	88.942,16	772.423,35
NOVEMBRO	699.567,04	86.488,13	786.055,175
DEZEMBRO	(*)	(*)	(*)
TOTAL	6.776.283,07	809.606,63	7.585.889,70
TOTAL GERAL			15.171.779,40

(*) Valor não contabilizado

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

COMBUSTÍVEL

MÊS	VALOR GASTO (R\$)
JANEIRO	32.084,04
FEVEREIRO	40.939,61
MARÇO	46.382,32
ABRIL	38.379,15
MAIO	34.885,50
JUNHO	40.676,47
JULHO	39.094,91
AGOSTO	35.182,52
SETEMBRO	35.831,42
OUTUBRO	39.255,07
NOVEMBRO	39.045,44
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	421.756,45

(*) Valor não contabilizado

FOTOCÓPIAS

MÊS	ATOS PROC	MP	OUTROS ATOS	PARTICULAR	PERDA	PGE	TRE	TOTAL (R\$)
JAN	178.845	393	115.898	115.670	1.393	943	5.946	419.088
FEV	233.205	1.651	161.328	89.867	1.711	1.881	1.664	491.307
MAR	376.908	2.229	185.978	107.467	2.659	2.660	2.690	680.591
ABR	351.388	5.734	200.212	112.812	2.536	6.549	2.770	682.001
MAI	348.166	2.432	182.833	126.492	3.697	4.729	1.960	670.309
JUN	426.576	5.120	174.331	123.836	3.496	2.609	1.887	737.855
JUL	431.204	4.024	224.160	140.660	3.791	2.276	2.489	808.604
AGO	405.301	1.696	146.952	146.952	3.530	5.078	1.441	799.278
SET	392.571	2.196	156.385	156.383	3.492	2.409	4.514	731.240
OUT	373.021	1.573	158.947	158.947	2.647	1.741	3.162	710.387
NOV	374.215	1.581	138.103	138.103	2.624	1.120	1.055	683.394
DEZ	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
TOTAL GERAL								7.414.054

(*) Valor não contabilizado

◀ DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO ▶

◀ AMAURI ELCI MANOEL ▶

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO**1.1 – Secretaria****1.1.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Processos cadastrados no gabinete: 1.525

Processos tramitados no gabinete: 5.894

1.2 Assessoria**1.2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Pareceres técnicos e jurídicos: 1160

Análise de editais: 613

Análise de minutas de contratos e aditivos: 641

Análise de minutas de convênios: 82

Aprovações: minutas, contratos e convênios: 1056

2. DIVISÃO DE COMPRAS**2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• AQUISIÇÕES DIRETAS**

Número de requisições: 8.160

Valor gasto em aquisições diretas R\$ 1.549.069,41

Número de contratos de fornecimento: 122

Número de notas fiscais/faturas tramitadas: 8.040

• REGISTRO DE PREÇOS

Número de atas: 78

2.2 – DADOS FINANCEIROS**REGISTRO DE PREÇOS**

Valor empenhado: R\$ 10.484.979,93

Valor a empenhar: R\$ 165.895,66

Valor Total: R\$ 10.650.875,59

3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO**3.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• MINUTAS CONTRATUAIS**

Confecção de minutas de editais: 550

Confecção de minutas contratuais: 251

• PROCESSOS LICITATÓRIOS

Convite: 21

Tomada de Preço: 7

Concorrência: 8

Dispensa de Licitação: 32

Inexigibilidade de Licitação: 269

Leilão: 1

Pregão: 154

Modalidade ainda não definida: 45

Total: 537

• CONDIÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Licitações ainda não concluídas: 339

Licitações com êxito: 152

Licitações revogadas: 2

Licitações desertas: 12

Licitações anuladas: 3

Licitações fracassadas: 2

Licitações canceladas: 27

• PROCESSOS LICITATÓRIOS COM CONCLUSÃO

PREVISTA PARA ATÉ 18/12/2009.

Convite: 2

Tomada de Preço: 4

Concorrência: 3

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Dispensa de licitação: 10

Inexigibilidade de Licitação: 13

Leilão: 1

Pregão: 69

Modalidade não definida: 31

3.2 – DADOS FINANCEIROS

- VALOR GLOBAL RESERVADO EM 2009,
EXCLUSIVE REGISTRO DE PREÇOS:

R\$ 39.732.902,09.

DESTE VALOR, TEMOS:

R\$ 24.500.228,27 para processos concluídos
(61,66% do valor global reservado)

R\$ 10.209.063,82 para processos em andamento
(25,69 % do valor global reservado)

R\$ 5.023.610,00 para processos fracassados,
desertos, revogados e cancelados (12,64% do
valor global reservado).

- DOS PROCESSOS CONCLUÍDOS, TEMOS:
- NA MODALIDADE DE PREGÃO:

Valor reservado: R\$ 15.053.268,00

Valor pago: R\$ 14.210.043,00

Economia: R\$ 843.225,00 (5,6% de economia em
relação ao valor de mercado).

- OUTRAS MODALIDADES:

Valor reservado: R\$ 9.446.960,27

Valor pago: R\$ 8.783.421,23

Economia: R\$ 663.539,04 (7,02% de economia em
relação aos valores reservados).

- DOS PROCESSOS EM ANDAMENTO – COM
CONCLUSÃO ATÉ 18/12/2009.

Reserva orçamentária (Pregão): R\$ 7.833.187,00

Reserva orçamentária (Outras modalidades):

R\$ 2.375.876,65

4. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

- Movimentação de processos – Entradas: 5.997
- Movimentação de processos – Saídas: 5.894
- Contratos elaborados: 152
- Convênios elaborados: 82
- Comodatados: 13
- Cessões de uso: 3
- Termos aditivos elaborados: 278
- Contratos prorrogados: 129

4.2 – DADOS FINANCEIROS (até 18/12/09)

- Prestação de Serviços

ADSL e Internet: R\$ 1.457.273,44

Administração da conta única: R\$ 2.960.000,00

Cadastramento de Processos Judiciais: R\$
184.000,00

Controle de Pragas: R\$ 55.000,00

Consultoria e serviços na área de informática: R\$
5.595.056,87

Coleta de lixo: R\$ 12.202,80

Chaveiro: 35.000,00

Confecção de selos: R\$ 883.000,00

Eventos: R\$ 44.601,50

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Emergências Médicas: R\$ 5.800,00

Locação de mão-de-obra: R\$ 18.811.366,21

Monitoramento eletrônico: R\$ 37.793,52

Mudança de magistrados: R\$ 325.000,00

Passagens Aéreas: 425.000,00

Produção e veiculação de programas de televisão:

R\$ 730.000,00

Publicações: R\$ 55.062,00

Serviço de cobrança de tarifas: R\$ 1.320.000,00

Serviços postais: R\$ 9.043.900,00

Serviços de reprodução fotostática: R\$ 2.400,00

Serviços de plotagem: R\$ 4.650,00

Serviços Gráficos: 750.786,40

Transporte de mercadorias: R\$ 552.690,00

Vigilância: R\$ 4.276.888,20

• **Aquisições (materiais permanentes)**

Equipamentos: R\$ 4.547.912,39

Veículos: R\$ 572.000,00

Informática: R\$ 655.243,80

Imóveis: R\$ 400.000,00

• **Aquisições (materiais de consumo)**

Combustíveis: R\$ 757.500,00

Gêneros alimentícios: R\$ 1.166.710,64

Materiais de consumo: R\$ 780.692,96

• **Telefonia**

Telefonia fixa e móvel: R\$ 3.201.065,92

• **Manutenção**

Em climatização: R\$ 647.219,84

Em equipamentos: R\$ 153.797,58

Elevadores: 396.943,87

Predial: 999.000,00

• **Imóveis**

Locações: R\$ 2.161.514,41

Construção e Ampliação: R\$ 9.096.914,24

Reforma: R\$ 4.552.699,64

5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

• **Requisições**

Requisições de materiais processadas: 15.880

Requisições de compras: 212

• **Inclusões no estoque**

Por compra: 3.956

Formulários gráfica: 458

• **Movimentação de materiais (por item)**

Materiais movimentados: 97.981

• **Volume transportado**

Número de remessa para as comarcas: 2.645

Metragem cúbica transportada (m³): 42.376

Peso materiais transportados (Kg): 694.999

Valor das Mercadorias Transportadas: R\$

10.042.189,42

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

5.2 - DADOS FINANCEIROS

• Valor dos materiais movimentados

Materiais de consumo: R\$ 9.679.346,83

Materiais permanentes: R\$ 12.650.792,23

• Valor dos materiais estocados

Materiais de consumo: R\$ 2.412.162,87

Materiais permanentes: R\$ 4.611.886,10

6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

• Incorporações de bens móveis

Veículos: 10

Máquinas, motores e aparelhos: 5.871

Materiais bibliográficos: 22.015

Equipamentos e instalações: 19

Utensílios: 1.559

Mobiliários: 6.540

• Incorporações de bens imóveis

Terrenos: 3

Edifícios: 3

• Bens móveis transferidos

Máquinas, motores e aparelhos: 7.717

Materiais bibliográficos: 13

Equipamentos e instalações: 470

Utensílios: 479

Mobiliário Geral: 5.538

• Bens móveis consertados

Equipamentos diversos e mobiliário em geral: 342

• Bens móveis transferidos

Veículos: 5

• Bens móveis baixados

Veículos: 7

Máquinas, motores e aparelhos: 2.177

Materiais bibliográficos: 5.061

Equipamentos diversos: 6

Utensílios: 2.732

Mobiliário geral: 663

• Alienação de bens

Processo de Leilão: 1

Processo de doação: 144

Processos de inutilização: 0

Transferidos a outros órgãos: 17

Entidades atendidas: 148

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RICARDO LENTZ

Diretor



1. ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

1.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

- a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD;
- b - Receita proveniente do Fundo de Reparcelamento da Justiça; e
- c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 14.507, de 15 de agosto de 2008, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2009, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 23... "considera-se Receita Líquida Disponível, observado o disposto no inciso V do art. 123 da Constituição Estadual, o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio dos

servidores, da cota-parte do Salário-Educação, da cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos"), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta Única) e 2 - Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados. Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Do Orçamento do Fundo de Reparcelamento da Justiça, constam os recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, informatização,

estagiários, equipamento e reequipamento, e manutenção e custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	26.904.918,00	3,37%
Administração de Recursos Humanos (1)	614.038.263,00	76,98%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	15.198.680,00	1,91%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	578.030,00	0,07%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	50.973.410,00	6,39%
Coordenação do Selo de Fiscalização (4)	18.988.232,00	2,38%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	14.850.000,00	1,86%
Ampliações de Fóruns (4)	2.700.000,00	0,34%
Reformas de Fóruns (4)	3.400.000,00	0,43%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	3.075.300,00	0,39%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (5)	16.142.466,00	2,02%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (5)	19.265.962,00	2,42%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	8.839.840,00	1,11%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	400.000,00	0,05%
Construções de Casas da Cidadania (5)	2.300.000,00	0,29%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (5)	0,00	0,00%
TOTAL	797.655.101,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reparcelamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 ORÇAMENTO FINAL

O total de créditos orçamentários apresentado no orçamento final é da ordem de R\$ 1.016.302.763,59, conforme quadro abaixo:

ORÇAMENTO FINAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	19.484.918,00	1,92%
Administração de Recursos Humanos (1)	748.217.380,26	73,62%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	23.907.065,93	2,35%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	29.578.030,00	2,91%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	77.442.967,69	7,62%
Coordenação do Selo de Fiscalização (4)	20.003.232,00	1,97%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	19.273.271,24	1,90%
Ampliações de Fóruns (4)	4.767.159,11	0,47%
Reformas de Fóruns (4)	8.957.900,48	0,88%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	6.939.570,88	0,68%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (5)	22.275.466,00	2,19%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (5)	20.765.962,00	2,04%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	9.089.840,00	0,89%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	400.000,00	0,04%
Construções de Casas da Cidadania (5)	2.300.000,00	0,23%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (5)	2.900.000,00	0,29%
TOTAL	1.016.302.763,59	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.3 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Na execução orçamentária de 2009, o orçamento inicial do Poder Judiciário foi suplementado em R\$ 376.320.300,23 e anulado em R\$ 157.672.637,64, conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, a seguir especificado:

► DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)	
1 - Orçamento Inicial (em R\$)	797.655.101,00
2 - Suplementações	376.320.300,23
2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7,4%)	626.145,67
2.1.1 - Excesso Arrecadação do Poder Executivo (Precatórios)	626.145,67
2.2 - Excesso Arrecadação do FRJ	-
2.3 - Excesso Arrecadação da Conta Única	-
2.4 - Superávit Financ. TJ	46.955.919,34
2.4.1 - Superávit Financ. do Poder Executivo (Precatórios)	8.082.240,24
2.5 - Superávit Financ. Conta Única	10.783.000,00
2.6 - Superávit Financ. FRJ	43.397.159,42
2.7 - Por anulações de dotações - 7,4% RLD	71.656.537,71
2.7.1 - Por anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	9.375.818,42
2.8 - Por anulações de dotações - Conta Única	3.825.106,11
2.9 - Por anulações de dotações - FRJ	9.872.432,97
2.10 - Descentralização de créditos do MPSC	-
2.11 - Descentralização de créditos do IPREV	189.203.999,01
3 - Anulações	157.672.637,64
3.1 - Anulações de dotações - 7,4% RLD	71.656.537,71
3.1.1 - Anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	9.375.818,42
3.2 - Anulações de dotações - Conta Única	3.825.106,11
3.3 - Anulações de dotações - FRJ	9.872.432,97
3.4 - Anulações para IPREV - 7,4% RLD	7.250.000,00
3.5 - Anulações de desc. de créditos IPREV	65.068.560,85
4 - Orçamento Final	1.016.302.763,59

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2009, foi de R\$ 886.829.890,23, abaixo discriminada:

DESPESA EMPENHADA TOTAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	5.495.500,22	0,62%
Administração de Recursos Humanos (1)	714.302.612,62	80,55%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	17.968.447,59	2,03%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	28.635.268,80	3,23%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	65.387.234,82	7,37%
Coordenação do Selo de Fiscalização (4)	12.159.859,92	1,37%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	5.090.363,79	0,57%
Ampliações de Fóruns (4)	1.715.247,52	0,19%
Reformas de Fóruns (4)	1.019.604,86	0,11%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	176.942,97	0,02%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (5)	16.222.495,42	1,83%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (5)	13.534.232,26	1,53%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.711.180,23	0,53%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	400.000,00	0,05%
Construções de Casas da Cidadania (5)	10.899,21	0,00%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (5)	0,00	0,00%
TOTAL	886.829.890,23	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ, por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

O saldo orçamentário total, durante o exercício de 2009, foi de R\$ 129.472.873,36, abaixo discriminado:

D SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	13.989.417,78	10,80%
Administração de Recursos Humanos (1)	33.914.767,64	26,19%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	5.938.618,34	4,59%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	942.761,20	0,73%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	12.055.732,87	9,31%
Coordenação do Selo de Fiscalização (4)	7.843.372,08	6,06%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	14.182.907,45	10,95%
Ampliações de Fóruns (4)	3.051.911,59	2,36%
Reformas de Fóruns (4)	7.938.295,62	6,13%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	6.762.627,91	5,22%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (5)	6.052.970,58	4,68%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (5)	7.231.729,74	5,59%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.378.659,77	3,38%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	0,00	0,00%
Construções de Casas da Cidadania (5)	2.289.100,79	1,77%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (5)	2.900.000,00	2,24%
TOTAL	129.472.873,36	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2. ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2009, foi de aproximadamente R\$ 7.876.527.982,81. A RLD arrecadada em 2009, em valores históricos, apresentou crescimento de 4,14 % em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrativo abaixo:

RECEITA 2008	7.563.135.902,95
MÊS	RLD ARRECADADA (R\$)
JAN	648.182.570,21
FEV	612.090.301,82
MAR	622.195.600,86
ABR	638.223.363,95
MAI	678.168.905,58
JUN	693.907.349,50
JUL	600.657.826,40
AGO	643.433.994,08
SET	647.384.495,49
OUT	659.197.848,86
NOV	698.395.726,06
DEZ (1)	734.690.000,00
TOTAL	7.876.527.982,81
% VARIAÇÃO	4,14 %

(1) valor estimado pela Secretaria de Estado da Fazenda

2.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em R\$ 703.668.159,00, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	26.904.918,00	3,82%
Administração de Recursos Humanos (1)	614.038.263,00	87,26%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	15.198.680,00	2,16%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	578.030,00	0,08%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (4)	16.142.466,00	2,29%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	19.265.962,00	2,74%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	8.839.840,00	1,26%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	400.000,00	0,06%
Construções de Casas da Cidadania (4)	2.300.000,00	0,33%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (4)	0,00	0,00%
TOTAL	703.668.159,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.2 ORÇAMENTO FINAL

No exercício de 2009, o orçamento inicial foi suplementado em R\$ 320.150.707,86 e anulado em R\$ 147.800.204,67.

Desse modo, o orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça corresponde ao montante de R\$ 878.918.662,19, conforme especificado abaixo.

ORÇAMENTO FINAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	19.484.918,00	2,22%
Administração de Recursos Humanos (1)	748.217.380,26	85,13%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	23.907.065,93	2,72%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	29.578.030,00	3,37%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (4)	22.275.466,00	2,53%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	20.765.962,00	2,36%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	9.089.840,00	1,03%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	400.000,00	0,05%
Construções de Casas da Cidadania (4)	2.300.000,00	0,26%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (4)	2.900.000,00	0,33%
TOTAL	878.918.662,19	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ, por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.3 - DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 801.280.636,35, conforme abaixo discriminado:

A despesa com pessoal ativo e encargos previdenciários importou em R\$ 714.302.612,62. Já os gastos com manutenção/capacitação/informática da máquina administrativa judiciária totalizaram R\$ 39.963.408,13, equivalente a 4,99%.

DESPESA EMPENHADA

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	5.495.500,22	0,69%
Administração de Recursos Humanos (1)	714.302.612,62	89,15%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	17.968.447,59	2,24%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	28.635.268,80	3,57%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (4)	16.222.495,42	2,02%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	13.534.232,26	1,69%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	4.711.180,23	0,59%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	400.000,00	0,05%
Construções de Casas da Cidadania (4)	10.899,21	0,00%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (4)	0,00	0,00%
TOTAL	801.280.636,35	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ, por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.4 - SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 77.638.025,84, conforme abaixo discriminado:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (1)	13.989.417,78	18,02%
Administração de Recursos Humanos (1)	33.914.767,64	43,68%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	5.938.618,34	7,65%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	942.761,20	1,21%
Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática (4)	6.052.970,58	7,80%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais (4)	7.231.729,74	9,31%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	4.378.659,77	5,64%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	0,00	0,00%
Construções de Casas da Cidadania (4)	2.289.100,79	2,95%
Aquisição de prédio para funcionamento da Academia Judicial (4)	2.900.000,00	3,74%
TOTAL	77.638.025,84	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**2.5 - RENDIMENTOS DO SISTEMA
FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA**

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2009, saldo de R\$ 1.310.810.619,78. No ano de 2009, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou o seguinte rendimento:

▸ CONTA ÚNICA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2009	1.310.810.619,78
Rendimento da Conta Única (spread + aplicações financeiras):	35.854.932,04

2.6 - PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2009 não foram quitados, tendo sido pagos parcialmente no montante de R\$ 17.753.312,37 referente a precatórios de exercícios anteriores, consoantes aos recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo. Em 30/11/2009, o saldo dos precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a

Fazenda Estadual, considerando a administração direta e indireta, apresentava o montante de R\$ 434.215.593,40, sendo:

▸ PRECATÓRIOS		
PARTE	EXERCÍCIO(S)	VALOR (R\$)
Poder Executivo	2001/2009	231.336.948,18
IPREV	2003/2008	145.895.075,44
DEINFRA	1999/2008	56.983.569,78
TOTAL		434.215.593,40

2.7 - SALDO FINANCEIRO

No ano de 2009 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 578.693.237,96; referente à participação no Fundo Social e SEITEC, a quantia de R\$ 28.145.513,05; totalizando R\$ 606.838.751,01. Por conta destes repasses acima referidos, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 5.050.364,45. Em 31/12/2009, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 12.969.374,61. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 2.078.004,26 referentes às obrigações (consignações, restos a pagar - despesas

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 10.891.370,35 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram em 31/12/2009 saldo financeiro de R\$ 36.074.004,56. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 6.454.705,93 (restos a pagar de 2009), apresentando assim, superávit financeiro de R\$ 29.619.298,63.

3 - ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 - RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2009, foram estimadas em R\$ 93.986.942,00. As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2009, totalizaram R\$ 105.813.360,34, assim discriminadas:

RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2008		% REC. ARRECADADA
	ORÇADA INICIAL	ARRECADADA	
Custas Extrajudiciais	7.500.625,00	7.653.846,65	7,23%
Custas Judiciais	55.013.309,00	61.920.730,54	58,52%
Indenizações e Restituições	-	-	0,00%
Receita da Dívida Ativa	-	-	0,00%
Receitas Diversas	6.666.495,00	8.320.943,27	7,86%
Rendimento de Aplicação Financeira	5.456.573,00	5.824.896,71	5,50%
Selo de Fiscalização	17.839.392,00	20.434.007,21	19,31%
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	0,00%
Repasse MPSC	-	-	0,00%
Taxa Judiciária	1.510.548,00	1.658.935,96	1,57%
TOTAL	93.986.942,00	105.813.360,34	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 - ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou R\$ 93.986.942,00, conforme abaixo discriminado:

► ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	50.973.410,00	54,23%
Coordenação do Selo de Fiscalização	18.988.232,00	20,20%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	14.850.000,00	15,80%
Ampliações de Fóruns	2.700.000,00	2,87%
Reformas de Fóruns	3.400.000,00	3,62%
Ampliação Palácio da Justiça	3.075.300,00	3,27%
TOTAL	93.986.942,00	100,00%

3.3 - ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Os créditos orçamentários do Fundo de Reparelhamento da Justiça totalizaram R\$ 137.384.101,40, abaixo especificados:

► ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	77.442.967,69	56,37%
Coordenação do Selo de Fiscalização	20.003.232,00	14,56%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	19.273.271,24	14,03%
Ampliações de Fóruns	4.767.159,11	3,47%
Reformas de Fóruns	8.957.900,48	6,52%
Ampliação Palácio da Justiça	6.939.570,88	5,05%
TOTAL	137.384.101,40	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Durante o exercício de 2009, as dotações orçamentárias do Fundo de Reparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 53.269.592,37, sendo, R\$ 43.397.159,40 referentes ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2008; R\$ 9.872.432,97 provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias;

3.4 - DESPESA EMPENHADA FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2009 foi de R\$ 85.549.253,88, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

DESPEÇA EMPENHADA FRJ

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	65.387.234,82	76,43%
Coordenação do Selo de Fiscalização	12.159.859,92	14,21%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	5.090.363,79	5,95%
Ampliações de Fóruns	1.715.247,52	2,00%
Reformas de Fóruns	1.019.604,86	1,19%
Ampliação Palácio da Justiça	176.942,97	0,21%
TOTAL	85.549.253,88	100,00%

3.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2009 foi de R\$ 51.834.847,52, apurado nos seguintes projetos/atividades:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO DO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	12.055.732,87	23,26%
Coordenação do Selo de Fiscalização	7.843.372,08	15,13%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	14.182.907,45	27,36%
Ampliações de Fóruns	3.051.911,59	5,89%
Reformas de Fóruns	7.938.295,62	15,31%
Ampliação Palácio da Justiça	6.762.627,91	13,05%
TOTAL	51.834.847,52	100,00%

3.6 - SALDO FINANCEIRO FRJ

Em 31/12/2008, o saldo financeiro disponível do FRJ apresentou a quantia de R\$ 107.023.909,96, sendo R\$ 69.556.383,94 referente às custas judiciais e R\$ 37.467.526,02 referentes aos recursos do selo de fiscalização. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 12.676.680,29 referente a obrigações diversas e restos a pagar (despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 94.347.229,67 (superávit financeiro).

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ **ANEXOS** ▶



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 1

CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES DE PRÉDIO DE FÓRUMS	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA
Construção do Fórum de Navegantes - TJ	6604	200.000,00	-
Construção do Fórum de Forquilha - TJ	6609	2.800.000,00	-
Construção do Fórum de Ascurra - TJ	6612	100.000,00	-
Construção do Fórum de São Domingos - TJ	6624	200.000,00	2.675,11
Construção do Prédio do Arquivo Central - TJ	6629	100.000,00	-
Construção do Fórum de Otacílio Costa - TJ	6631	200.000,00	44.478,66
Construção do Fórum de Otacílio Costa - TJ	6631	1.365.498,11	1.365.498,11
Construção do Fórum de Palhoça - TJ	6652	4.000.000,00	3.673.100,91
Construção do Fórum de Palhoça - TJ	6652	2.937.773,13	-
Construção do Fórum de Rio Negrinho - TJ	6657	2.800.000,00	-
Construção do Fórum de Herval do Oeste - TJ	6671	100.000,00	-
Construção do Fórum de Garuva - TJ	6673	200.000,00	-
Conclusão do Fórum de Lauro Müller - TJ	6674	250.000,00	-
Conclusão do Fórum de Balneário Camboriú - TJ	6680	300.000,00	4.611,00
Construção do Fórum de Canoinhas - TJ	6685	200.000,00	-
Construção do Fórum de Curitiba - TJ	6687	100.000,00	-
Construção do Fórum de Timbó - TJ	6695	500.000,00	-
Construção do Fórum de Turvo - TJ	6696	2.800.000,00	-
Construção do Protocolo Expresso da Comarca de São José	9422	120.000,00	-
TOTAL		19.273.271,24	5.090.363,79

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 2

AMPLIAÇÕES	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA
Reforma e Ampliação do Fórum de Urussanga - TJ	6573	500.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Içara - TJ	6582	150.000,00	145.644,68
Reforma e Ampliação do Fórum de Içara - TJ	6582	177.352,88	121.774,93
Reforma e Ampliação do Fórum de Içara - TJ	6582	200.000,00	189.748,02
Reforma e Ampliação do Fórum de Içara - TJ	6582	396.404,07	368.231,08
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	100.000,00	87.930,45
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	827.409,68	456.448,12
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	100.000,00	81.230,57
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	572.130,17	264.239,67
Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	6677	300.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	6677	290.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	6677	110.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Gaspar - TJ	6681	318.862,31	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Gaspar - TJ	6681	225.000,00	-
Reforma e Ampliação do Prédio do Juizado de Menores - TJ	6690	250.000,00	-
Reforma e Ampliação do Prédio do Juizado de Menores - TJ	6690	250.000,00	-
TOTAL		4.767.159,11	1.715.247,52

ANEXO 3

REFORMAS	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA
Reforma do Fórum de Blumenau - TJ	6602	250.000,00	-
Reforma do Fórum de Braço do Norte - TJ	6655	700.000,00	209.154,00
Reforma do Fórum de Braço do Norte - TJ	6655	900.000,00	-
Reforma do Fórum de Biguaçu - TJ	6669	100.000,00	-
Reforma Fórum Joaçaba	6676	45.000,00	-
Reforma do Fórum de São Joaquim - TJ	6678	1.250.000,00	68.056,05
Reforma do Fórum de São Joaquim - TJ	6678	400.000,00	-
Reforma do Fórum de Correia Pinto - TJ	6686	300.000,00	5.900,00
Reforma do Fórum do Norte da Ilha - TJ	6691	100.000,00	9.000,00
Reforma do Fórum de Porto União - TJ	6693	400.000,00	-
Reforma do Fórum de Capinzal - TJ	6699	300.000,00	294.146,75
Reforma do Fórum de Capinzal - TJ	6699	412.900,48	403.848,06
Reforma antigo Fórum Joinville	9279	3.800.000,00	29.500,00
TOTAL		8.957.900,48	1.019.604,86

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 4

DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO DESPESA	GERAL TJ	GERAL FRJ	GERAL SCU	TOTAL	% TOTAL
Diárias - Pessoal Civil	339014	2.015.039,20	85.683,46	610,00	2.101.332,66	2,49%
Material de Consumo	339030	1.802.944,13	8.095.913,14	372.526,76	10.271.384,03	12,17%
Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e outras	339031	1.062,40	-	-	1.062,40	0,00%
Passagens	339033	271.522,54	-	-	271.522,54	0,32%
Serviços de Consultoria	339035	-	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	37.946,50	6.272.770,55	9.554,00	6.320.271,05	7,49%
Locação de Mão-de-Obra (FRJ)	339037	-	23.642.214,79	-	23.642.214,79	28,01%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	910.381,68	24.093.225,71	4.649.304,58	29.652.911,97	35,13%
Auxílio-Alimentação	339046	-	-	1.489.251,34	1.489.251,34	1,76%
Obrigações Trib. e Contributivas	339047	17.298,78	179.018,38	42.578,80	238.895,96	0,28%
Desp. de Exerc. Anter. (Consumo)	339092	82.095,62	864.223,51	674.568,31	1.620.887,44	1,92%
Equip. e Material Permanente	449052	357.209,37	1.528.105,35	5.323.122,27	7.208.436,99	8,54%
Desp. de Exerc. Anter. (Perm.)	449092	-	626.079,93	972.716,20	1.598.796,13	1,89%
TOTAL		5.495.500,22	65.387.234,82	13.534.232,26	84.416.967,30	100,00%

ANEXO 5

DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO DESPESA	CAPAC.	INFORMÁTICA	TOTAL	% TOTAL
Diárias - Pessoal Civil	339014	988.030,14	399.329,54	1.387.359,68	6,63%
Material de Consumo	339030	253.053,93	1.401.449,37	1.654.503,30	7,90%
Passagens	339033	219.902,00	-	219.902,00	1,05%
Serviços de Consultoria	339035	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	667.924,03	1.915,00	669.839,03	3,20%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	516.604,43	7.083.317,14	7.599.921,57	36,30%
Desp. de Exerc. Anter. (Consumo)	339092	74.113,82	59.395,14	133.508,96	0,64%
Indenizações e Restituições	339093	1.977.453,25	-	1.977.453,25	9,45%
Equip. e Material Permanente	449052	14.098,63	7.164.264,23	7.178.362,86	34,29%
Desp. de Exerc. Anter. (Permanente)	449092	-	112.825,00	112.825,00	0,54%
TOTAL		4.711.180,23	16.222.495,42	20.933.675,65	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 6

DESPEZA EMPENHADA COM PESSOAL ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	ATIVOS	INATIVOS	VALOR TOTAL	%
Salário-Família	319009	-	-	-	0,00%
Vencim. e Vantagens Fixas	319011	387.177.069,30	-	387.177.069,30	54,61%
Obrigações Patronais	319013	7.997.238,49	-	7.997.238,49	1,13%
Outras Despesas Variáveis	319016	21.017.188,26	-	21.017.188,26	2,96%
Desp. de Exercícios Anteriores	319092	55.832.915,90	-	55.832.915,90	7,87%
Indenizações e Restit. Trab.	319094	54.134,10	-	54.134,10	0,01%
Obrigações Patronais	319113	62.572.994,26	-	62.572.994,26	8,83%
Despesas de Exercícios Anteriores	319192	7.724.230,64	-	7.724.230,64	1,09%
Aposentadorias e Reformas	339001	-	72.995.193,67	72.995.193,67	10,30%
Outros Benefícios Assistenciais	339008	2.213.172,66	109.561,10	2.322.733,76	0,33%
Salário-Família	339009	-	1.162,50	1.162,50	0,00%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	208.317,39	-	208.317,39	0,03%
Locação de Mão-de-Obra (TJ)	339037	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	228.672,99	-	228.672,99	0,03%
Auxílio-Alimentação	339046	47.789.436,99	2.735.281,39	50.524.718,38	7,13%
Desp. de Exercícios Anteriores	339092	-	33.967.236,95	33.967.236,95	4,79%
Indenizações e Restituições	339093	6.398.957,45	-	6.398.957,45	0,90%
TOTAL		599.214.328,43	109.808.435,61	709.022.764,04	100,00%

◀ DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ▶

◀ RAPHAEL JAQUES DE SOUZA ▶

Diretor



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, extrajudiciais, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

Durante o ano de 2009, foram realizados diversos eventos para o desenvolvimento de pessoal, almejando a valorização e motivação dos colaboradores.

A seguir, são apresentadas informações mais

detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos:

1 BENEFÍCIOS

1.1 Bolsa de Estudos

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade.

Neste ano, houve o remanejamento do número de vagas, por força da Resolução n. 20/09-GP, adequando-as à efetiva demanda, com a alteração de 345 para 330 vagas para cursos de graduação, e de 55 para 70 vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC.

► BOLSA DE ESTUDO

GRADUAÇÃO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Bolsas disponíveis	330	330
Bolsas renovadas	244	224
Bolsas concedidas	25	28
Bolsas remanescentes	61	78
ESMESC		
Bolsas disponíveis	70	70
Bolsas renovadas	24	47
Bolsas concedidas	38	05
Bolsas remanescentes	08	18

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados 12 magistrados, com cursos na área jurídica, bem como 112 servidores, com cursos na área jurídica, e 18 nas demais áreas.

1.2 Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2007, 1.975 servidores percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para 2.403 em 2008, o que corresponde a 21,67% de aumento, e em 2009, para 2.659 servidores, significando incremento de 10,65%. Esta gratificação é percebida por 59,04% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 Auxílio-creche

O auxílio creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia 706 servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de 2009. Em 2009, foram deferidos 105 pedidos.

1.4 Vale-transporte

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2009, foram contemplados com o benefício 82 servidores.

2 TJ-CONSIG

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

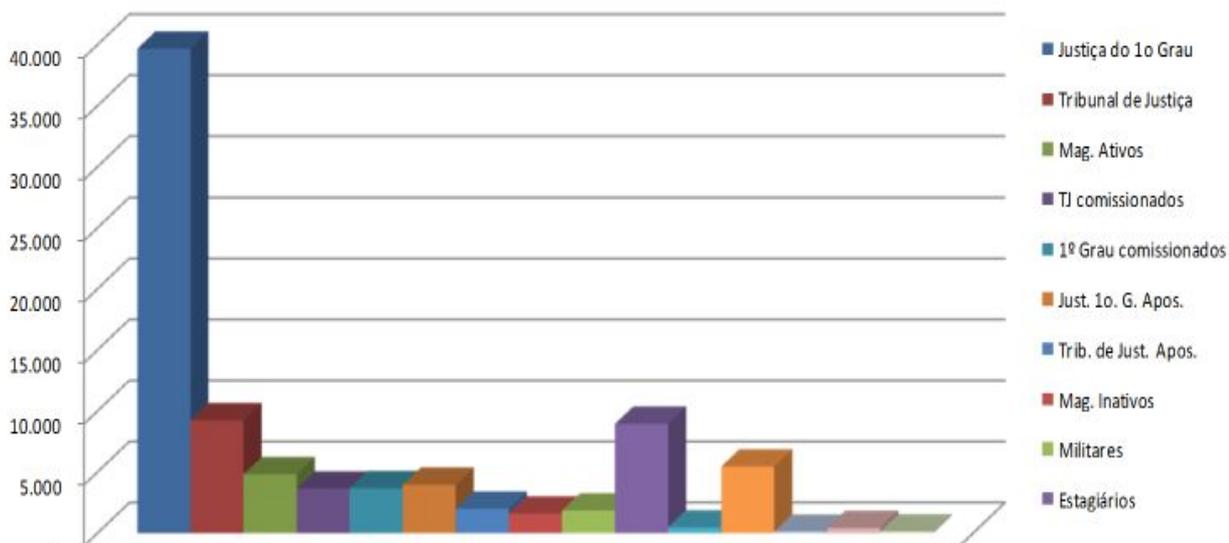
Na última folha processada, foram implementadas aproximadamente 20.000 consignações, que significam R\$ 3.100.000,00 em descontos facultativos.

3. FOLHA DE PAGAMENTO

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2009

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Tribunal de Justiça	804	814	822	825	830	835	839	851	864	868	881	889	10.122
Justiça do 1º Grau	3.538	3.568	3.586	3.607	3.624	3.624	3.631	3.623	3.622	3.629	3.623	3.629	43.304
Trib. de Just. Apos.	185	183	183	182	181	180	180	178	179	179	178	177	2.165
Just. 1º. G. Apos.	353	357	356	356	354	358	358	359	360	360	363	365	4.299
Mag. Ativos	434	433	432	432	432	432	443	442	442	441	441	441	5.245
Mag. Inativos	144	145	146	146	146	145	144	145	145	146	145	145	1.742
Militares	157	165	165	166	160	164	171	171	168	171	175	172	2.005
Estagiários	-	-	47	507	945	1.147	1.212	1.206	1.278	1.281	1.317	1.311	10.251
A Disposição	46	46	48	46	42	40	40	41	39	39	39	39	505
Extrajudiciais Inat	497	495	495	497	495	497	494	490	493	492	489	486	5.920
TJ Ap. sem paridade	10	10	10	10	10	10	10	10	10	11	11	11	123
1º Grau Ap. sem paridade	32	33	36	36	37	39	41	41	42	42	42	41	462
TJ comissionados	305	314	319	322	330	332	339	339	339	337	339	338	3.953
1º Grau comissionados	323	327	341	332	344	337	336	333	329	331	334	331	3.998
Residência Judicial	3	3	2	2	-	-	-	29	29	29	29	27	153
TOTAIS	6.831	6.893	6.988	7.466	7.930	8.140	8.238	8.258	8.339	8.356	8.406	8.402	94.247

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2009



4 TERCEIRIZAÇÃO

O ano de 2009 encerra com 1.319 postos de terceirizados contratados pelo Poder Judiciário, nas seguintes áreas de atuação: digitador, vigilante, zelador, marceneiro, copeira, garçom, jardineiro, telefonista, servente, recepcionista, office-boy e porteiro. Destes, 828 estão nas Comarcas e 479, na Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2009 foram: Liderança Limpeza e Conservação Ltda.; Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.; Serforte Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.; Mobra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.; Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda.; e Orbenk Administração e Serviços Ltda.

5 ESTAGIÁRIOS

Em 2009, o Poder Judiciário procedeu a alterações no seu programa de estágio, adequando-o à legislação federal vigente. Em razão disso, iniciou a contratação de seus estagiários no mês de março, fechando o ano com 1.432 estagiários remunerados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus.

6 VOLUNTÁRIOS

Em 2009 foram disponibilizadas 786 vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

7 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

7.1 Semana do rodízio de funções

Durante uma semana, o servidor inscrito no projeto desempenha suas funções em setor diferente daquele no qual está lotado com o objetivo de proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores. Foi realizada a 8ª semana no mês de maio e a 9ª semana no mês de novembro. Participaram do projeto 14 servidores.

7.2 Semana do Servidor

O Projeto "Semana do Servidor" consiste em uma semana de atividades voltadas aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. O objetivo do projeto é a

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

valorização, motivação e integração dos servidores. O evento ocorreu no mês de outubro, contando com a participação de 120 servidores.

7.3 Mostra de talentos

Consiste em uma mostra de artes que tem por objetivo incentivar os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina a revelar seus talentos artísticos, nas categorias poesia, conto, fotografia e pintura, além de promover a valorização do servidor e a aproximação e integração entre os colegas do Judiciário. Participaram do projeto 60 servidores.

7.4 Pesquisa de satisfação

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi lançado na página eletrônica do Poder Judiciário em 20 de novembro de 2009 e estará disponível até 10 de janeiro de 2010.

7.5 Programa de bem-estar no trabalho

Realização de trabalho em grupo, de forma a contribuir para a melhoria do bem-estar e satisfação no trabalho. Foram realizadas duas

turmas, uma com oficiais de justiça (agosto e setembro) e outra com assistentes sociais (agosto a novembro). Participaram do programa 43 servidores.

7.6 Preparação para aposentadoria

Evento realizado com os servidores prestes a se aposentar, em que são tratados temas relevantes para vencer os medos da aposentadoria. Foi realizada uma turma nos meses de setembro e outubro e dela participaram 25 servidores.

7.7 Homenagem aos servidores aposentados

Homenagem prestada aos 14 servidores que se aposentaram em 2009 e realizada durante a semana do servidor.

7.8 Intervenções psicossociais

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça. Foram acompanhados 7 casos.

7.9 Treinamento de assistentes sociais e psicólogos

Preparação para o exercício da função dos novos assistentes sociais e psicólogos.

Realizado em janeiro, contou com a participação de 32 servidores.

7.10 Entrevistas de lotação e relotação

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores. Foram realizadas 97 entrevistas durante o ano.

◀ **DIRETORIA DE SAÚDE** ▶

◀ **RENATO GRILLO FLACH** ▶

Diretor



O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2009 (jan-nov). Através do convênio firmado com a SOS UNIMED para atendimento de urgência nas áreas do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital, Almoarifado/Patrimônio-Gráfica, Almoarifado/Patrimônio-Galpões e Arquivo, constam registrados 02 atendimentos em 2009. A empresa PROACTIVA, através de convênio firmado com a Diretoria de Saúde para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores dessa diretoria, vem realizando a coleta duas vezes na semana.

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2009

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2009, por meio de Pregão, o laboratório GlaxoSmithKline, em parceria com a clínica de vacinação Bravacinas, aplicou 4.814 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no período de 27 de abril a 11 de maio de 2009.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dr. Cassio Chaves Vieira	313(*)
Dr. José Carlos Nascimento	496
Dra. Leisa Maria Leal	576
Dr. Luiz Alberto Neves May	495
Dr. Renato Grillo Flach	823
Dra. Karina Cocco Monteiro Freitas	387(**)
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	271
TOTAL	3.361

*Dr. Cássio Chaves Vieira atendeu de janeiro a março - solicitou exoneração.

**Dra. Karina Cocco Monteiro Freitas iniciou atendimento em março.

2.1. Relatório da Seção

Psicossocial Ambulatorial

A seção Psicossocial-ambulatorial, em mais um ano trabalhando com quatro psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2009:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores e cônjuges;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Orientação psicológica a servidores contratados;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;

▶ ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS
Dra. Ivete Terezinha Volkmer Gemelli	326
Dra. Liliansa Cardoso Pereira	461
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	383
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	532
TOTAL	1.702

2.2. Relatório de atividades do

Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2009, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que incluí todo o Estado Catarinense.

- Pareceres elaborados p/ Junta Médica - **52**

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas – **495**
- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho – **105**
- Cidades Visitadas - **14**

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o

médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento - **25**

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores, esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

- Atendimento ao servidor - emergência - **116**

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial através de atendimentos de forma conjunta de situações relativas aos servidores, visando a integração das áreas e buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense.

2.3. Relatório da Divisão de

Medicina do Trabalho

A Divisão de Medicina do Trabalho – DMT – realizou durante o período de dezembro de 2008 a novembro 2009 avaliação dos postos e ambientes de trabalho do judiciário, com o objetivo de identificar possíveis riscos para os

DIRETORIA DE SAÚDE

trabalhadores do poder, estudar estes riscos e elaborar plano de ação para diminuí-los e/ou eliminá-los.

Conta em sua estrutura com duas Ergonomistas, um Engenheiro de Segurança do Trabalho, o apoio de dois Médicos do Trabalho e dois profissionais da área da saúde em curso de especialização de Enfermagem do Trabalho (1) e Medicina do Trabalho (1). Em seu organograma conta com duas seções, quais sejam, a Seção de Ergonomia e a Seção de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT.

Percebida a demanda do controle e redução do risco ergonômico, a DMT manteve suas ações concentradas na distribuição de equipamentos que ajudam a reduzir os danos a saúde do trabalhador e na realização de orientações ponto a ponto e através de palestras.

Esteve a frente do atendimento do PPRA da Divisão de Artes Gráficas, desenvolvendo a CIPA bem como elaborou o PPRA 2009/2010 desta. Visitou vários fóruns onde entrevistou os servidores, assessores, terceirizados e bolsistas quanto a qualidade do mobiliário, a postura física no posto de trabalho, o domínio sobre as ferramentas de trabalho e quanto aos sistemas que melhoram a postura e a ergonomia, deslocando para os casos mais relevantes mobiliário mais adequado ao trabalhador, além de outros acessórios ergonômicos.

Assumiu a tarefa de especificação do mobiliário

do judiciário, antes centrada na Divisão de Projetos da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, com vistas também a adequação do mobiliário a realidade do público trabalhador.

Atuou no encontro dos novos servidores como orientadora do conceito de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT – atingindo aproximadamente 700 servidores.

A DMT tem, atualmente, foco voltado ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, ao Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO e ao acompanhamento dos números resultantes dos motivos de afastamento dos servidores por Licença para Tratamento de Saúde – LTS – visando futuramente poder avaliar o resultado das ações de prevenção.

As atividades realizadas no período estão resumidas na tabela abaixo.

MEDICINA DO TRABALHO

AÇÃO	QUANTIDADE
1. Avaliação ambiental	20
2. Parecer	13
3. Resposta processual	28
4. Programa de Controle de Saúde Ocupacional	02
5. Palestras de orientações (higiene, segurança e saúde ocupacional)	24
6. Distribuição de EPI	33
7. Orientação de Segurança e Saúde Ocupacional	279
8. Avaliação de amostras de mobiliário	04
9. Especificação de mobiliário e acessórios ergonômicos	07

2.3.1. Relatório da Seção de Ergonomia

As ações preventivas realizadas pela Seção através da ergonomia, ciência que visa adaptar o trabalho ao homem e que busca a melhoria do ambiente e da organização do trabalho, associadas aos programas de qualidade de vida no trabalho, são ferramentas utilizadas que mudam a postura de atuação na área da saúde da organização.

A Seção de Ergonomia, diante da necessidade de ações preventivas, realizou visitas aos servidores em seus postos de trabalho, com intuito de melhorar as condições laborais esclarecendo o servidor sobre postura e a utilização dos meios disponíveis para melhorá-la e mantê-la, verificando situações onde existe a necessidade da mudança dos meios de trabalho e sugerindo as ações e disponibilizando, dentro da estrutura atual do Judiciário Catarinense, os meios para tal.

Postos de Trabalho Visitados: **382**

As principais ações realizadas no exercício de 2009 são apresentadas a seguir de forma quantitativa:

- **Setores / Comarcas que receberam materiais Ergonômicos:**
 - 1º Grau **33**
 - 2º Grau **14**
 - **Distribuição de Equipamentos ergonômicos:**
 - apoio de teclado **250**
 - apoio de mouse **270**
 - apoio de pé **65**
 - encaminhamento através da Diretoria de Informática de equipamento para acomodação de CPU, resultado de trabalho conjunto com a diretoria citada **300**
- A Seção de Ergonomia considerando que, a saúde não é somente a não doença, mas o equilíbrio das diversas dimensões, que compõem o indivíduo, biológico, psicológico e das relações sociais e que as relações sociais se dão também através do trabalho, e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do servidor e a qualidade dos serviços prestados por ele, realizou ações pontuais como:
- Análise de dados estatísticos referentes a saúde dos que compõem organização para planejamento e fundamentação das atividades
 - Avaliação de mobiliário atual para mudança dos padrões
 - Elaboração de especificação de materiais ergonômicos para encaminhamento de licitação
 - Participação junto ao Poder Executivo de Grupo de Trabalho para composição de Decreto referente a determinações relativas a dependência química e o Servidor Público.

2.3.2. Relatório da Seção de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Projetos realizados

- Implantação e divulgação do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS) e supervisão quanto à sua aplicação pelos setores geradores de resíduos.
- Educação continuada sobre o PGRSS para as colaboradoras do serviço de higienização e limpeza.
- Sinalização de segurança relacionado aos resíduos de saúde no local de coleta externa.
- Vacinação ocupacional dos colaboradores da Diretoria de Saúde contra Hepatite B (reforço).
- Capacitação em limpeza e esterilização de materiais para novos colaboradores da divisão odontológica.
- Supervisão em processo de esterilização de materiais na divisão odontológica.

Projetos elaborados

- Vacinação ocupacional para 2010 dos colaboradores da Diretoria de Saúde.

Avaliações

- Almoxarifado do TJ - para avaliação nos

postos de trabalho.

- Fórum da Capital - para avaliação quanto ao fumo próximo ao sistema de ventilação do prédio.
- Fórum da Capital – Seção de Expedição e Arquivo do TJ para avaliação quanto à ventilação do ambiente, níveis de exposição à poeira, elaborando um parecer quanto ao processo de insalubridade de servidor.

Intervenções em postos de trabalho

- Acompanhamento dos trabalhos da CIPA na Gráfica do TJ.
- Entrega de EPI's e treinamento quanto ao uso adequado para os colaboradores da Seção de Conservação e Limpeza.
- Supervisão quanto ao uso de EPI's na Seção de Fotocópias do TJ.
- Supervisão quanto ao uso de EPI's na Divisão Odontológica.
- Intervenção ergonômica nos postos de trabalho do Almoxarifado do TJ.

Criação de ferramentas de trabalho e material de apoio

- Criação de folder e cartaz sobre fumo em ambientes fechados.

2.4. Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2009, desenvolveu

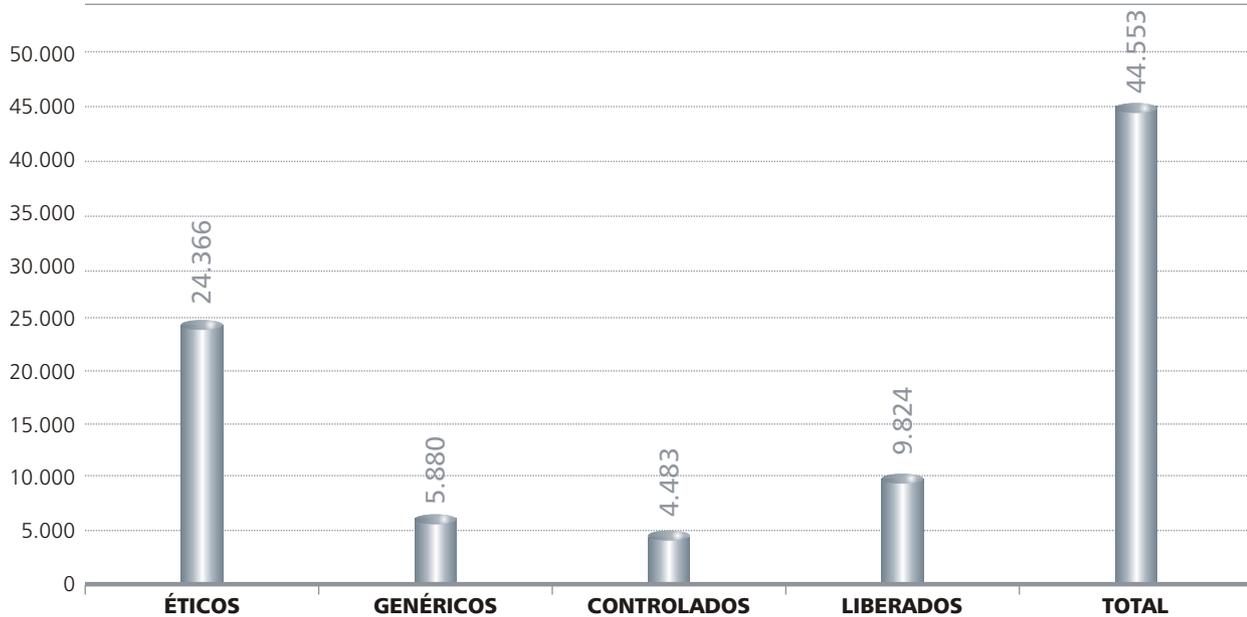
orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

1	EMERGÊNCIAS	
1.1	Atendidas pela enfermagem	392
1.2	Encaminhadas ao médico	295
2	EXAMES REALIZADOS	
2.1	Eletrocardiograma (ECG)	16
3	CUIDADOS REALIZADOS	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	20
3.2	Nebulização	151
3.3	Verificação de pressão arterial (P.A.)	2711
3.4	Curativo	497
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	21
3.6	Imobilização	21
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
4.1	Endovenoso (EV)	71
4.2	Intramuscular (IM)	219
4.3	Subcutâneo (SC)	25
4.4	Via Oral (VO) administrados no local	
4.4.1	– doses	50
4.4.2	– comprimidos	2489
4.4.3	– controlados (Lexotan 6mg)	23
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS	
	sob prescrição e autorização	-
5.1	Frascos	01
5.2	Comprimidos	1.095
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		8.097

2.5 SEÇÃO DE FARMÁCIA

Produtos adquiridos pela Farmácia do Poder Judiciário - 2009



3. RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Licença para tratamento de saúde	1257
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	524
Licença para tratamento de saúde em prorrogação	508
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família em prorrogação	52
Gestação	74
Readaptação	13
Reconsideração	3
Admissão	622
Aposentadoria por invalidez	9
Remoção	14
Isenção de imposto de renda	22
Prorrogação da readaptação	13
Gratificação de insalubridade	8
Restrição de função	1
Outros	85

4. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	14*	20*	115
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	108	378	143
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	400	1738	196
Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	285	826	163
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	433	1243	181
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	181	1608	210
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	308	1602	170
TOTAL*	1.729	7.415	1.178
<i>Índice de aproveitamento (estimativa)**</i>		<i>6,96 procedimentos/dia/dentista</i>	

* Resultados parciais devido à não inserção de dados no software Prodent por parte do profissional.

** Os valores parciais marcados com * não entraram no cálculo do índice de aproveitamento.

4.1. RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

01 – Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	74
02 – Prótese sobre Implante	32
03 – Confecção de Provisórios (elementos)	76
04 - Confecção de Modelos	288
05 – Placa de Registro	6
06 – Aplicação em Cerâmica (elementos)	92
07 – Moldeira Individual	23
08 – Placa de Clareamento	105
09 – Confecção de Tróqueis	57
10 – Placa de Proteção Noturna (silicone)	6
11 – Confecção de Inceram (coping)	22
12 – Confecção Targis Vectris	4
13 – Confecção de Núcleos (indireto)	10
14 – Fundição direta de núcleo	22
15 – Prótese Total	2
16 – Placa de mordida	5
17 – Onlay	16
18 – Ponte parcial removível (PPR)	8
19 – Placa de bruxismo (acrílico)	7
TOTAL GERAL	855

JUSTIÇA MILITAR

JUIZ GETÚLIO CORRÊA

Juiz Auditor



► CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - DIVISÃO JUDICIÁRIA

MOVIMENTO FORENSE - PERÍODO: JANÉIRO/2009 A NOVEMBRO/09

TOTAL DE PROCESSOS - todos menos RECURSOS - SITUAÇÃO GERAL

	VARA - JUSTIÇA MILITAR
Entrados por distribuição	981
Média mensal de entrados	89
Sentenciados	260
Arquivado definitivamente	662
Arquivado administrativamente	16
Suspensos	37
Em grau de recurso	41
Remetido para outro tribunal	153
Em andamento em novembro de 2009	959



► RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2009 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento

TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200
tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br

Florianópolis, janeiro de 2010.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet: acesse www.tj.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Poder Judiciário

